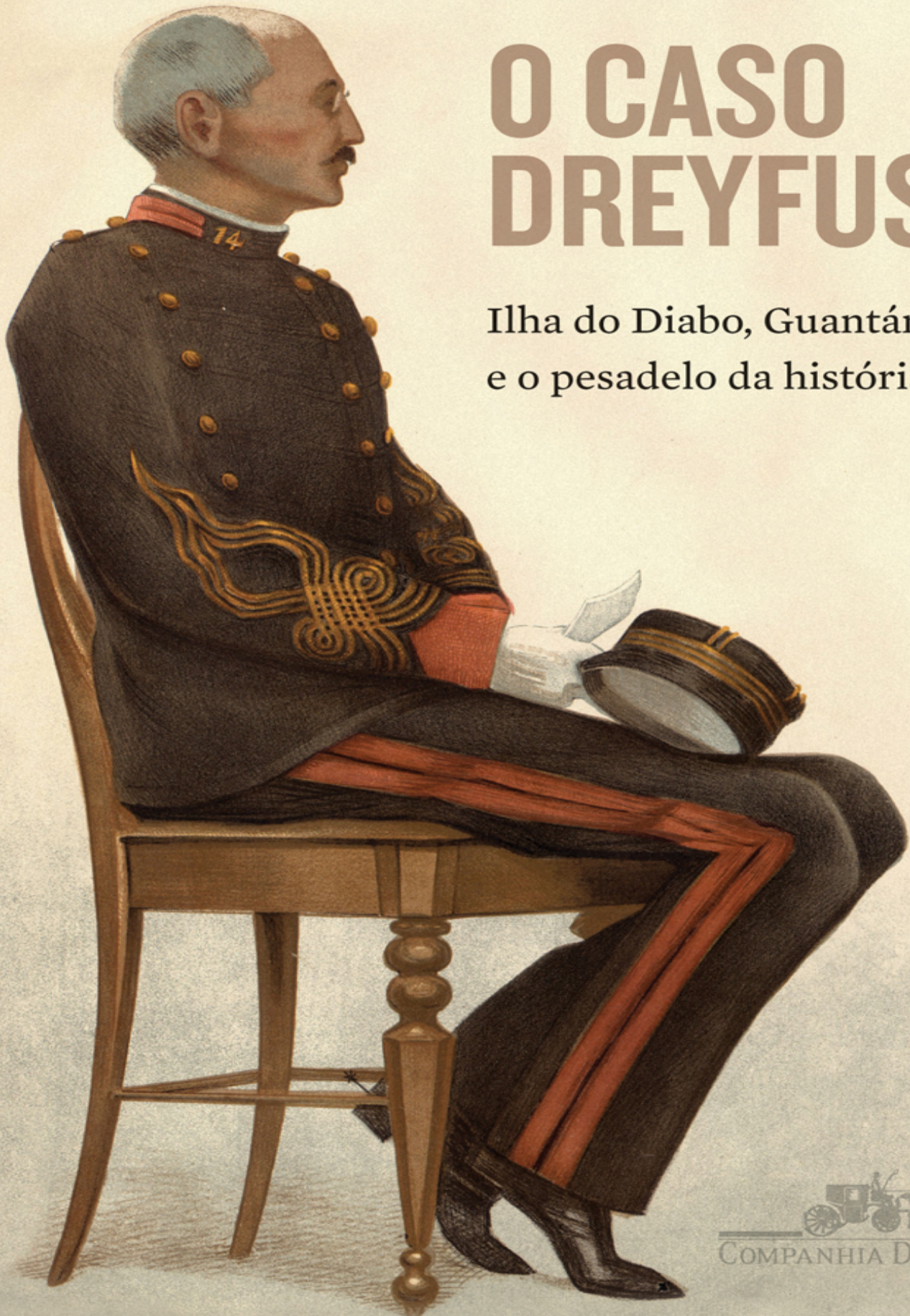


Louis Begley

O CASO DREYFUS

Ilha do Diabo, Guantánamo
e o pesadelo da história





DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

*poder, então nossa sociedade poderá enfim
evoluir a um novo nível."*



louis begley

O Caso Dreyfus

*Ilha do Diabo, Guantánamo
e o pesadelo da história*

Tradução
Laura Teixeira Motta



Para Robert, e também para Jacob e Elisabeth

Sumário

Prefácio

Agradecimentos

1. “Se não tiverem recebido ordem de condená-lo, ele será absolvido esta noite”
2. “O passado nunca está morto”
3. “Que lhe importa se esse judeu permanecer na ilha do Diabo?”
4. “A verdade marcha, e nada a deterá”
5. “Dreyfus foi reabilitado, Picquart chegou a ministro da Guerra, e ninguém fez barulho”

Os personagens

Cronologia

Notas

Prefácio

Quando eu fazia as últimas alterações no manuscrito deste livro hoje, o dia seguinte ao da posse do presidente Barack Obama, li em um artigo do *Miami Herald* que o promotor do Pentágono na Base Naval de Guantánamo apresentara na tarde anterior, oito horas depois de o presidente prestar juramento para assumir o cargo, um pedido de suspensão por 120 dias do julgamento dos crimes de guerra do suposto mentor do atentado de 11 de setembro, Khalid Sheikh Mohammed. O propósito do pedido era dar ao novo governo tempo para estudar a guerra em curso contra os processos por terrorismo. Segundo um porta-voz da comissão militar em Guantánamo, seriam pedidas suspensões semelhantes em todos os casos pendentes. Mohammed é um dos cinco detentos, todos alegadamente envolvidos no planejamento dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono, em cujos processos o governo pede a pena de morte. Foram retiradas as acusações contra o sexto detento desse grupo, Mohammed al-Qahtani, pretensamente o vigésimo sequestrador a quem foi negada a entrada nos Estados Unidos e por isso não conseguiu participar do ataque. Segundo uma entrevista recente com a juíza Susan J. Crawford, principal autoridade

do governo Bush incumbida da decisão de levar ou não a julgamento os detentos de Guantánamo, Al-Qahtani fora torturado por militares norte-americanos, e por isso ela nunca permitiria que ele fosse a julgamento.

Em seu discurso de posse, com o ex-presidente George W. Bush e o ex-vice-presidente Richard B. Cheney sentados algumas fileiras atrás, o presidente Obama declarou:

Quanto a nossa defesa em comum, rejeitamos como falsa a escolha entre nossa segurança e nossos ideais. Os fundadores de nossa nação, diante de perigos que mal podemos imaginar, redigiram uma carta constitucional para assegurar a autoridade da lei e os direitos humanos — uma carta que se expandiu com o sangue de gerações. Esses ideais ainda iluminam o mundo, e não abriremos mão deles por conveniência.

E assim, em duas frases sublimes, o presidente repudiou a herança Bush-Cheney de desconsiderar as obrigações assumidas perante as Convenções de Genebra e a Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e simultaneamente contornar ou transgredir as leis e a Constituição do país. Chegava ao fim a era dos presos arrebanhados em batidas, dos maus-tratos ou coisa pior a supostos combatentes inimigos e das prisões secretas da CIA. O presidente Obama dera o primeiro passo no cumprimento de sua promessa de campanha de fechar Guantánamo e devolver os Estados Unidos ao império da lei.

Podemos supor que a notícia da vitória do senador Obama em 4 de novembro de 2008 tenha corrido de cela em cela em Guantánamo — exceto, talvez, naquelas onde os presos, alguns deles algemados, são mantidos em

isolamento — e é possível imaginar o frêmito de esperança entre os prisioneiros. É ainda mais fácil fazer uma ideia do júbilo com que foi recebida a notícia da suspensão dos processos perante as comissões militares. Certamente os presos que sabem que há razões para ser levados a julgamento não esperam escapar a isso. Mas as audiências ocorrerão perante tribunais federais ou em tribunais militares adequadamente constituídos. Em qualquer dos casos, os réus estarão sob a proteção das leis e da Constituição dos Estados Unidos e contarão, em essência, com as mesmas proteções dadas aos acusados de crimes que são julgados em tribunais norte-americanos.

Podemos deixar a imaginação ir ainda mais longe, até a ilha do Diabo, onde, na tarde de 5 de junho de 1899, após quase cinco anos de um brutal confinamento em solitária, Alfred Dreyfus ficou sabendo que sua condenação por traição, decretada por uma corte marcial em Paris no ano de 1894, fora revogada pela Corte de Cassação, o supremo tribunal da França. O comunicado que ele recebeu da administração da prisão não dizia que o tribunal decretara sua liberdade; o processo estava sendo levado para uma instância inferior, uma nova corte marcial. E isso era exatamente o que ele queria. Esse ex-capitão da artilharia francesa, destituído de sua patente e condenado à prisão perpétua numa insalubre ilha tropical, queria mais do que tudo que um júri de oficiais franceses o inocentasse do abominável crime de traição pelo qual havia sido condenado e, assim, ter salva a honra dele próprio e de seus filhos. Ele sabia que era inocente. Aliás, ninguém de juízo perfeito pensaria o contrário. Ele não tinha motivos para o crime, e o veredicto de culpa viera ao fim de um julgamento do qual o público e a imprensa haviam sido

excluídos. Pelo que chegara a ele, a condenação tivera por base unicamente um pedaço de papel que continha, para poder ser associado à sua pessoa, apenas uma pretensa semelhança com sua caligrafia, uma semelhança acerca da qual os grafologistas não entravam em acordo. O colega oficial que depusera contra ele cometera perjúrio. O júri militar perante o qual ele fora julgado havia sido intimidado pelos altos oficiais do Exército que o haviam acusado. Mesmo assim, o júri — e Dreyfus ainda ignorava esse fato — só o condenara depois de o ministro da Guerra ordenar que lhe fossem mostrados, em segredo, documentos alterados de cuja existência nem Dreyfus nem seu advogado haviam sido informados.

Os tempos e as circunstâncias mudam. Alguns prisioneiros de Guantánamo talvez sejam tão inocentes quanto Dreyfus; outros, com certeza, não são. Mas, antes de 20 de janeiro, os detentos de Guantánamo só podiam esperar por julgamentos tão injustos e desiguais para os réus quanto a corte marcial que condenara Dreyfus. O Caso Dreyfus tornou-se o “Affair Dreyfus”, que cindiu a França por longos anos mesmo depois de o caso ter sido encerrado e de o capitão Dreyfus ter sido plenamente absolvido. As medidas tomadas pelo presidente Obama podem poupar os Estados Unidos de um conflito amargo semelhante, limpar a imagem maculada do país e oferecer um caminho para a liberdade aos prisioneiros de Guantánamo que a mereçam.

Nova York, 21 de janeiro de 2009.

Agradecimentos

Sou imensamente grato às seguintes pessoas:

Professor Robert O. Paxton, que generosamente leu meus originais durante suas férias no campo.

Meus velhos amigos Joel Conarroe, James H. Duffy e Donald Hall, que, como em tantos outros livros meus, fizeram comentários inestimáveis.

Minha editora, Ilene Smith, da Yale University Press, por sua avaliação sagaz e seu invariável bom humor.

Susan Laity, da Yale University Press, pela meticulosa preparação do manuscrito.

Minha amiga Lisa A. Kofod, que me guiou pelo labirinto do processamento de texto.

Minha amiga e tradutora para o alemão, dra. Christa Krüger, que encontrou mais erros do que consigo contar nos originais de meus livros, deste inclusive.

Antoine Kirry, sócio parisiense da empresa de advocacia da qual me aposentei depois de 45 anos de serviço, que confirmou minhas conjeturas sobre o direito e os procedimentos processuais franceses.

Meu filho Adam, que me desvencilhou de uma armadilha literária que eu havia armado para mim mesmo.

Meu enteado Robert Dujarric, por sua incansável atenção para com meu manuscrito e por me corrigir mais de uma vez em questões relativas à história francesa. Este livro é dedicado a ele e a meus netos franceses, Jacob e Elisabeth.

o caso dreyfus

1. “Se não tiverem recebido ordem de condená-lo, ele será absolvido esta noite”

Às nove horas da manhã da segunda-feira 15 de outubro de 1894, um oficial de artilharia francês em treinamento no Estado-Maior do Exército apresentou-se no edifício do Ministério da Guerra na rua Saint-Dominique, no aristocrático *faubourg* Saint-Germain de Paris, obedecendo a uma ordem entregue em seu apartamento no sábado anterior. Era uma convocação de oficiais em treinamento para uma inspeção pelo Estado-Maior. A hora matinal era incomum: as inspeções costumavam ocorrer à noite. Incomum também era a ordem de que o oficial fosse à paisana. Para sua surpresa, ao chegar foi recebido pelo major Georges Picquart, que disse que o acompanharia à sala do chefe, general Charles Le Mouton de Boisdeffre. Mais surpreso ainda ele ficou ao perceber que nem o general nem qualquer oficial em treinamento estavam presentes. Em vez disso, viu um oficial que se apresentou como major Armand Mercier du Paty de Clam e três civis desconhecidos. Du Paty explicou que o general logo voltaria à sala; alegando estar com a mão direita machucada, pediu

ao oficial para redigir uma carta. Ditou-a lendo em um documento que logo viria a ser conhecido como o *bordereau*. Concluída a carta, Du Paty empertigou-se em toda a sua considerável altura, pôs a mão no ombro do oficial e bradou: “Está preso em nome da lei; é acusado de alta traição”. Os civis lançaram-se sobre o oficial e o revistaram.

O oficial de artilharia era, evidentemente, o capitão Alfred Dreyfus, que na década seguinte se tornaria um dos homens mais conhecidos da Europa e talvez do mundo todo. Os três civis eram: o chefe da Sûreté Générale, a polícia ligada ao Ministério do Interior frequentemente incumbida de missões políticas; seu secretário, e Félix Gribelin, arquivista da Section de Statistique (Seção de Estatística), nome dado à unidade de inteligência e contrainteligência do Estado-Maior. Assistindo à cena escondido atrás de uma cortina estava o major Joseph Henry, também da Seção de Estatística. Henry assumiu os procedimentos depois da detenção e escoltou Dreyfus à prisão militar na rua du Cherche-midi, uma longa via na Rive Gauche que leva do sexto ao 15^o *arrondissement*.

Assim, com uma única exceção, os principais atores do drama que se iniciava estavam todos no palco no primeiro ato. Faltava o major Ferdinand Walsin-Esterhazy. Também fora do palco, mas aguardando nos bastidores, estava o alto escalão: o general Auguste Mercier, ministro da Guerra; Boisdeffre; Arthur Gonse, vice-chefe do Estado-Maior; e o tenente-coronel Jean Sandherr, chefe da Seção de Estatística e subordinado de Gonse. No decorrer dos cinco anos seguintes, os três generais inspirariam, ditariam e sancionariam com sua autoridade as ações ilegais e muitas vezes disparatadas de seus subalternos.

Os eventos que conduziram à prisão foram descritos muitas vezes. Em 24 de julho de 1894, o major Esterhazy, um oficial francês, ofereceu-se para vender importantes segredos militares da França ao adido militar alemão em Paris, tenente-coronel Maximilian von Schwartzkoppen. Esterhazy era descendente do ramo francês ilegítimo de uma antiga e ilustre família austro-húngara que nunca reconheceu seus parentes franceses. Sociopata amoral, Esterhazy mentia, intrigava e trapaceava obsessivamente. Vivia endividado; sua mulher, uma aristocrata francesa que o desposara apesar de veementes objeções da família, percebera a necessidade de tomar medidas legais para proteger sua pequena fortuna pessoal contra os esbulhos do marido. Schwartzkoppen hesitara, sem saber se era uma boa ideia empregar um oficial francês como espião, mas, preocupado com a possibilidade de perder oportunidades importantes, acabou por consultar seus superiores em Berlim. Com a aprovação dos chefes, ele aceitou a oferta de Esterhazy. Segundo Schwartzkoppen, no decorrer da hora e meia de uma conversa que tiveram depois na embaixada no dia 1º de setembro, Esterhazy disse-lhe muita coisa interessante e entregou um manual de artilharia e um memorando que ele escrevera. O memorando discorria sobre o novo canhão curto de 120 milímetros que estava sendo projetado pelos franceses, sobre posições de forças francesas e modificações da ordem de batalha de unidades de artilharia, e também sobre planos para a iminente invasão e colonização de Madagascar.¹ A entrega desses papéis foi registrada no *bordereau*, escrito em papel translúcido e deixado sem assinatura e sem data. A referência ao canhão de 120 milímetros era particularmente importante, pois as forças armadas francesas estavam

empenhadas em desenvolver uma arma que eliminasse a vantagem na artilharia que havia contribuído para a vitória da Prússia na Guerra Franco-Prussiana de 1870. Pouco depois de ter sido recebido pelo adido, o *bordereau* chegou à Seção de Estatística através de *la voie normale* (“a via normal”).² Esse eufemismo referia-se à sra. Marie Bastian, uma faxineira da embaixada alemã que era paga pela Seção. Um de seus deveres diários era esvaziar o cesto de papéis de Schwartzkoppen e jogar o conteúdo no incinerador. Em vez disso, ela entregava a um representante da Seção de Estatística todos os papéis que encontrasse. O mais das vezes esse representante era o major Henry, que entre outras coisas era incumbido de lidar regularmente com o numeroso e heterogêneo bando corrupto de funcionários públicos, porteiros e agentes duplos a serviço da Seção.

Essa fora também a trajetória do *bordereau*, que chegou às mãos de Henry em 26 de setembro junto com um lote de outros papéis. Ele havia sido rasgado em vários pedaços, mas, como estava em francês — ao contrário da maioria dos documentos do cesto de Schwartzkoppen —, Henry conseguiu remontá-lo sem ajuda de seu colega, o capitão Jules Lauth, que falava alemão. A importância do *bordereau* ficou bem clara assim que o leu. No dia seguinte, ele mostrou o documento reconstituído a seu superior, Sandherr. A variedade dos segredos vendidos levou Sandherr e seus colegas do Estado-Maior a supor que o traidor deveria ser alguém do ministério com conhecimentos privilegiados. Havia ocorrido outros vazamentos de segredos que pareciam emanar de lá, e a Seção de Estatística fizera investigações, porém infrutíferas.

O *bordereau* enfatizava a importância vital de encontrar o traidor.

A nova investigação foi conduzida com uma incompetência quase cômica. A caligrafia do *bordereau* foi comparada com a de outros documentos interceptados em posse da Seção. Não coincidia com nenhuma. Além disso, nenhum dos chefes dos quatro departamentos do Estado-Maior reconheceu a caligrafia como pertencente a algum de seus oficiais subalternos. O resultado foi que, pouco depois de uma semana, o esforço para identificar o autor do *bordereau* estava prestes a ser abandonado. A situação mudou drasticamente em 6 de outubro, quando, como um demônio *ex machina*, o tenente-coronel Albert d'Aboville voltou de férias. Recém-promovido, ele adorou a oportunidade de mostrar serviço e prontamente anunciou que havia descoberto a solução que escapara aos colegas: analisar o perfil do culpado. Segundo D'Aboville, para ser capaz de fornecer dados sobre o canhão, o autor tinha de ser oficial de artilharia. Além disso, devido à variedade dos temas abordados no documento, devia ser alguém que conhecesse todo o espectro do trabalho do Estado-Maior. Na opinião de D'Aboville, isso reduzia o campo aos oficiais em treinamento, já que eles passavam por todos os departamentos e se familiarizavam com o que se fazia em cada um. Apesar de toda essa segurança arrogante, D'Aboville estava errado: Esterhazy era oficial de infantaria e servia em um regimento de linha cujos conhecimentos sobre os assuntos enumerados no *bordereau* eram limitados e superficiais. Isso não o impedira de mencioná-los: ele escrevia bem e com estilo, e gostava de fazer seus leitores pensarem que ele estava a par de mais coisas do que realmente sabia.

Trouxeram a lista dos oficiais em treinamento, e o nome de Dreyfus logo saltou à vista. Como oficial de artilharia e por estar em treinamento, ele se encaixava nas especificações de D’Aboville. Além disso, tanto D’Aboville como seu superior imediato, o coronel Pierre-Elie Fabre, conheciam Dreyfus e antipatizavam com ele. Fabre inclusive fizera uma avaliação negativa de Dreyfus, na qual reconhecia a inteligência e o talento do avaliado, mas criticava sua pretensão, atitude insatisfatória e falhas de caráter. Foi pedida uma amostra da caligrafia de Dreyfus: para os presentes, ela pareceu semelhante à do *bordereau*. Isso não deveria ser surpresa: naquela época o estilo cursivo inclinado era ensinado em todas as escolas. Gonse e Boisdeffre foram alertados, e este último passou as informações ao ministro da Guerra, general Mercier. O interesse de Du Paty em grafologia era conhecido por seus colegas do Estado-Maior, que lhe pediram a opinião. Depois de estudar as caligrafias durante o fim de semana, Du Paty confirmou a conclusão a que o grupo havia chegado: eram idênticas. Dreyfus era o traidor.

Dreyfus, o único oficial judeu em treinamento no Estado-Maior, estava fadado a ser apontado. O antissemitismo — tanto o já tradicional antissemitismo religioso, como também o econômico e racial — atingira uma intensidade nunca vista antes na França. Embora houvessem mantido relações profissionais corretas com Dreyfus, os oficiais que se preparavam para acusá-lo eram antissemitas. Mesmo que só por essa razão, não gostavam dele. Mas é preciso reconhecer que Sandherr, seus colegas e seus superiores não estavam inventando um crime nem procurando um judeu para bode expiatório. O *bordereau* era um documento real, havia um traidor real em ação, e encontrá-lo era uma

tarefa que fazia parte da rotina da contrainteligência da Seção de Estatística. Era isso que aqueles oficiais estavam tentando fazer. A semelhança superficial entre as caligrafias de Esterhazy e Dreyfus também era real. Mas o fato de Dreyfus ser judeu facilitou aos colegas acusá-lo. Não era “um deles” — segundo a propaganda antisemita, Dreyfus, sendo judeu, não era verdadeiramente um francês. Desse modo, seria evitada a mácula da honra do Estado-Maior pelo fato de um oficial francês em suas fileiras ter cometido traição. A presença de Dreyfus no Estado-Maior, embora apenas provisória, era uma anomalia — e o teria sido no Estado-Maior de qualquer exército europeu. Na opinião de oficiais tradicionalistas, aquela infeliz aberração só provava que as modernas reformas no sistema de recrutamento do Estado-Maior, moldadas na prática alemã de basear-se em exames competitivos, haviam sido imponderadas. Pelo sistema anterior de cooptação, um oficial judeu jamais teria sido admitido nos quadros do Estado-Maior, nem teria tido a oportunidade de espionar seus trabalhos.

Pouco mais de uma semana após a prisão de Dreyfus, ainda mantida em segredo, Sandherr procurou Maurice Paléologue no Ministério das Relações Exteriores para, confidencialmente, informá-lo do assunto mais delicado em andamento na Seção de Estatística, um assunto que já ensejara muitos boatos. Paléologue, de 27 anos, era um jovem diplomata no cargo de secretário de embaixada. Era adido da Seção de Inteligência do ministério e representante *de facto* do Ministério das Relações Exteriores na Seção de Estatística e, de modo mais geral, no Estado-Maior. Descendente dos imperadores Paléologue de Bizâncio, ele brilhava na sociedade parisiense, o que lhe possibilitava desfrutar de relações de amizade com seu

ministro, com o presidente da república e muitos outros homens bons mais velhos do que ele em posições de mando. Paléologue registrou em seu diário os comentários de Sandherr:

O oficial acusado de traição é um judeu, o capitão Alfred Dreyfus, que concluiu recentemente um longo período de treinamento nos vários departamentos do Estado-Maior. Foi assim que ele conseguiu obter tantas informações. Além disso, sua curiosidade indiscreta, sua constante bisbilhotice, seu jeito misterioso e finalmente seu caráter falso e presunçoso, “no qual se reconhecem todo o orgulho e toda a ignomínia de sua raça”, fazem dele um suspeito há muito tempo.³

A afirmação de que Dreyfus estivera sob suspeita antes da descoberta do *bordereau* e da comparação das caligrafias era uma mentira inequívoca e ilustrava o esforço que Sandherr e seu bando haviam feito — e continuariam a fazer — para validar retrospectivamente a acusação de traição e enquadrar Dreyfus em um estereótipo antissemita. Por outro lado, o preconceito contra Dreyfus era real e explica por que o caso contra ele foi mal conduzido. Se Dreyfus fosse um típico oficial do Estado-Maior — católico e oriundo de uma família militar ou aristocrática, ou um membro da sólida burguesia católica ou protestante —, teria sido exigido um exame muito mais objetivo e abalizado das duas caligrafias, além de um motivo para o crime, antes de ser feita uma acusação contra ele. Mas os acusadores de Dreyfus diziam a si mesmos que ele era um homem sem pátria e, como todos os judeus, um traidor por natureza.

Os dois meses que precederam o julgamento foram gastos pela Seção de Estatística em uma frenética e frustrante tentativa de reforçar o caso contra Dreyfus. Para

imensa contrariedade do ministro, general Mercier, o especialista do Banco da França consultado pelo ministério deu o parecer de que, apesar das semelhanças na caligrafia, o *bordereau* poderia ter sido escrito por outra pessoa e não por Dreyfus. Alphonse Bertillon, chefe do Departamento de Identificação da Polícia Judiciária, cuja opinião também fora solicitada, propôs uma elaborada teoria de autofalsificação para explicar as dessemelhanças entre as caligrafias, que seriam ambas de Dreyfus: este, argumentou Bertillon, teria alterado de propósito sua própria caligrafia, copiando em certos detalhes a caligrafia de terceiros. Dos três peritos adicionais consultados, todos eles qualificados para depor em tribunais, dois declararam que a caligrafia era de Dreyfus e um disse que não era. Mercier ficou tão satisfeito com o trabalho de Bertillon, que providenciou para que ele expusesse seu sistema ao presidente da república, Jean-Casimir-Perier. Depois da visita, Casimir-Perier confidenciou a Paléologue que aquele especialista não era apenas esquisito, mas doido mesmo: um fugitivo do hospício.⁴ Difícil acreditar que o presidente, tendo uma opinião dessa, teria permanecido passivo se a vida de um oficial não judeu estivesse em jogo. As opiniões discordantes do grafólogo do Banco da França e de um dos peritos consultados em seguida não causaram nenhuma hesitação em Mercier. Dias depois de receber o relatório de Du Paty, ele estava convencido de que Dreyfus era culpado, e sua convicção permaneceu inabalável.

A decisão de Mercier de processar Dreyfus não foi unanimemente bem recebida na cúpula do governo e do Exército. Como governador militar de Paris e vice-presidente do Conselho Superior de Guerra, o general Félix Saussier era o mais alto oficial do Exército francês. Ele lamentava os

efeitos sobre o Exército de acusar de traição um oficial e tinha dúvidas quanto à culpa de Dreyfus. Ainda assim, quando foi requerida sua aprovação para o prosseguimento do processo, ele assinou os papéis necessários. Também segundo Paléologue, Saussier comentou em seguida com Casimir-Perier que, a seu ver, Dreyfus não era culpado; Mercier mais uma vez dera um tiro no pé. Quando o presidente lhe perguntou por que, sendo assim, ele dera a ordem de submeter Dreyfus à corte marcial, ele respondeu que o relatório da investigação não lhe deixara alternativa e que, além disso, não importava, pois os juízes militares encarregados do caso decidiriam com imparcialidade e justiça. Saussier já avisara Mercier de que talvez fosse aconselhável mandar Dreyfus para a África — onde o Exército francês estava constantemente às voltas com conflitos entre tribos hostis —, na esperança de que ele fosse morto por lá. O ministro replicou que era mais provável Dreyfus voltar de lá com uma promoção. Gabriel Hanotaux, ministro das Relações Exteriores, se opunha também à denúncia. Temia as consequências diplomáticas da revelação de que um agente da Seção de Estatística roubara documentos da embaixada alemã e a divulgação do fato de que Schwartzkoppen, oficial alemão da Guarda Imperial e diplomata credenciado, dedicava-se à espionagem. A preocupação de Hanotaux era tanta, que, por insistência dele, o primeiro-ministro, Charles Dupuy, também em dúvida na questão, fez Mercier prometer que não daria prosseguimento ao caso se não fossem obtidas provas adicionais da culpa.

Cumprir a promessa revelou-se difícil. Não foi encontrada nenhuma outra evidência incriminatória. Além disso, Dreyfus não tinha o perfil de um espião ou traidor. Ele

era rico, tinha um casamento feliz e dois filhos pequenos, era um homem sem dívidas nem vícios, formado em duas instituições de elite, a École Polytechnique e a École Supérieure de Guerre (equivalente, no Exército francês, ao Army War College dos Estados Unidos), e nesta última instituição graduara-se bem classificado em sua turma, obtendo assim a cobiçada posição de oficial em treinamento no Estado-Maior. Nada lhe barrava o caminho para se tornar um general. Por que um homem desses iria vender documentos secretos ao adido alemão? Só havia uma resposta possível: ele era judeu.

Dreyfus foi mantido incomunicável na cadeia da rua du Cherche-Midi por duas semanas, sem permissão para entrar em contato com a esposa ou com um advogado. Seu apartamento foi revistado várias vezes. Pela lei francesa, essas buscas eram ilegais, e Du Paty, que fora encarregado por Mercier das investigações preliminares secretas, ameaçou a mulher de Dreyfus, Lucie, de consequências terríveis para o marido se ela deixasse escapar qualquer menção a essas revistas ou à prisão do marido. Duas semanas se passaram antes que o documento fosse mostrado a Dreyfus; durante esse período, Du Paty submeteu-o a seis interrogatórios longos e verbalmente brutais. O objetivo de Du Paty era arrancar uma confissão recorrendo a uma combinação de ameaças e ofertas de clemência. Em suas reminiscências não publicadas, Dreyfus escreveu que Du Paty chegava sempre à noite, muito tarde, acompanhado pelo arquivista Gribelin, que agia como seu secretário. Du Paty ditava a Dreyfus trechos extraídos do *bordereau*, mostrava-lhe de relance palavras ou partes de

palavras tiradas do texto e perguntava se ele reconhecia sua caligrafia, fazia alusões veladas a fatos que Dreyfus não compreendia, e então saía teatralmente. “Se meu cérebro não falhou durante aqueles intermináveis dias e noites”, Dreyfus escreveu, “não foi porque Du Paty não tentasse. Ele me deixaria lutando no vazio.”⁵ A única resposta de Dreyfus era proclamar sua inocência. Sua agitação era tanta, que o comandante da prisão, major Ferdinand Forzinetti, temia que ele acabasse morrendo, e proibiu métodos de interrogatório mais inventivos que Du Paty gostaria de testar, como acordar Dreyfus no meio da noite e acender um holofote diante de seus olhos. Depois de observar Dreyfus atentamente durante todo o período de sua detenção, Forzinetti concluiu que o preso era inocente e se tornou um dos primeiros *dreyfusards* que não eram membros da família do capitão.

Du Paty, que acreditava na culpa de Dreyfus, não escondeu sua frustração aos superiores. Durante uma tempestuosa reunião em 27 de outubro na sala do general Boisdeffre, na qual Sandherr e Henry também estavam presentes, Du Paty disse a Boisdeffre que Dreyfus não havia confessado, que as buscas no apartamento não tinham resultado em nada que o incriminasse e que a única coisa que poderia ser usada contra ele era o *bordereau*. Entregou em seguida uma carta a Boisdeffre em que reiterava seu relatório sobre a recusa de Dreyfus a confessar e alertou para o fato de que a absolvição era uma nítida possibilidade. Para concluir, sugeria talvez ser apropriado interromper o processo, libertar Dreyfus e conceber outro plano de ação, tomando medidas, nesse meio-tempo, para impedir que ele se comunicasse com agentes de potências estrangeiras. Nesse mesmo dia, Boisdeffre mandou chamar

Du Paty e lhe disse: “Fomos longe demais para poder recuar. Dreyfus é um canalha e merece o pelotão de fuzilamento. Continue com seu trabalho sem se preocupar com as consequências, e nada de cara feia”.⁶ Dois dias depois, Du Paty entregou seu relatório a Mercier. No texto, chamava Dreyfus de traidor, mas se abstinha de recomendar que o acusassem do crime, deixando a critério do ministro a decisão sobre o próximo passo.

Nesse ínterim, a prisão de Dreyfus deixara de ser segredo. Informações vazadas para a imprensa haviam dado ao jornal nacionalista e antissemita parisiense *L'Éclair* um furo de reportagem em 31 de outubro: um artigo em sua edição da noite confirmava o rumor de que um oficial vinculado ao Estado-Maior fora preso e acusado de traição. No dia seguinte, outros jornais completaram o que se sabia da história: era um oficial da artilharia, Alfred Dreyfus, de 35 anos, residente na avenue du Trocádero. Insinuou-se que, como o oficial era judeu, o caso seria encoberto graças à influência de judeus poderosos. Agora Mercier podia prever que, se ordenasse a libertação de Dreyfus, a imprensa nacionalista antissemita o desancaria por arruinar a investigação e não agir com vigor suficiente contra um judeu. Por outro lado, se ele mantivesse Dreyfus preso e iniciasse uma investigação oficial, e, como parecia possível, as acusações contra Dreyfus viessem a ser retiradas ou ele fosse absolvido, eclodiria um outro tipo de escândalo: Mercier seria criticado por fazer acusações fúteis e desonrosas contra um oficial e por arriscar à toa uma crise diplomática com a Alemanha. Além do prejuízo à sua reputação, uma consequência provável seria a perda de seu cargo no gabinete. Mercier era conhecido pela teimosia e pela tendência a tomar decisões impulsivas, características

que foram exacerbadas por sua impopularidade na época e por críticas que haviam sido feitas contra algumas outras decisões suas. Em 7 de novembro, ele abriu uma investigação judicial formal cujas consequências foram tão graves, que se iniciou então um imenso esforço detetivesco para descobrir o responsável pelos vazamentos para a imprensa que ajudaram a precipitar essa investigação. As suspeitas concentraram-se sobre o major Henry, por ser o oficial mais ávido pelo prosseguimento do processo, mas nunca foram confirmadas, e não foi possível identificar confiavelmente nenhum culpado.⁷

A necessidade de evidências incriminatórias ganhava agora ainda mais urgência. Como não era possível encontrá-las e era preciso evitar constrangimento a Mercier, tornou-se necessário criá-las. Henry encarregou-se disso. Com assistência do arquivista Gribelin, ele reuniu — e, quando lhe pareceu útil, alterou — os componentes do que ficou sendo conhecido como *dossier secret*. Compunham o dossiê: cópias de cartas espantosamente indiscretas trocadas entre Schwartzkoppen e o adido militar italiano, coronel Alessandro Panizzardi; um rascunho quase incompreensível de um memorando de Schwartzkoppen no qual ele parecia ponderar sobre as vantagens e os riscos de recrutar os serviços de um oficial francês de nome não mencionado; três cartas de um adido militar espanhol que, segundo as alterações e os atavios providenciados por Henry, alertava seu correspondente, um agente da Seção de Estatística, de que um oficial do Estado-Maior estava vendendo informações ao adido alemão; um memorando de três a quatro páginas, preparado por Du Paty, comentando sobre os documentos e dando-lhes o viés desejado. A carta mais importante de Panizzardi a Schwartzkoppen no dossiê,

que continuaria a reaparecer e ser mencionada ao longo de todo o caso, referia-se a plantas de instalações militares em Nice que “*cette canaille* de D. [esse canalha do D.] deu-me para você”. Segundo Schwartzkoppen, “D.” — invariavelmente identificado como Dreyfus por seus acusadores — era, na verdade, um certo sr. Dubois, um civil que trabalhava na Seção de Cartografia do Ministério da Guerra e que durante anos vinha vendendo plantas de instalações militares francesas aos dois adidos.⁸

A preparação das contrafações do dossiê secreto era crime sob a lei francesa, assim como era crime o uso dado a elas na corte marcial de Dreyfus. Mercier reconheceu a ameaça que isso representava para si mesmo e para seus subordinados e, em seguida à condenação de Dreyfus, ordenou que os autos da corte marcial ficassem retidos no Ministério da Guerra em vez de arquivados nas dependências do comando do Exército em Paris. O governo Dupuy caiu no início de janeiro, e, antes de deixar o cargo, Mercier queimou sua cópia pessoal do memorando de Du Paty na presença de Sandherr, ordenando-lhe tomar providências para que nenhum vestígio permanecesse na Seção de Estatística. Ao mesmo tempo, devolveu a Sandherr os outros documentos do dossiê secreto que estavam em seu poder para que pudessem ser rearquivados nas várias pastas de onde haviam sido retirados, de modo que assim ficasse mais difícil tornar a reuni-los. Como precaução adicional, numa estranha cerimônia ele pediu a seus cúmplices do Estado-Maior — Boisdeffre, Gonse, Sandherr, Henry e Du Paty — que jurassem pela própria honra jamais revelar o que se passara antes ou no desenrolar do julgamento de Dreyfus. Mas Sandherr chefiara a Seção de Estatística por mais de uma década e, por hábito

burocrático, desobedeceu à ordem de destruir o memorando de Du Paty: adicionou ao dossiê secreto sua própria cópia do memorando e cópias fotográficas do *bordereau* e guardou tudo em seu escritório dentro de um envelope lacrado. Poucos meses depois, Sandherr, que vinha apresentando paralisia geral progressiva (um estágio avançado da sífilis), distúrbio que afeta funções cognitivas e motoras, foi forçado a aposentar-se por motivo de saúde. Confiou o envelope a Picquart, seu sucessor na chefia da Seção de Estatística.

A corte marcial de Dreyfus teve início em 19 de dezembro de 1894. Quase imediatamente, o promotor exigiu o *huis clos*, julgamento a portas fechadas, exceto para o promotor, o réu e seu advogado e as testemunhas. O advogado de Dreyfus, Edgar Demange, protestou veementemente, pois sua esperança residia, em grande medida, em fazer o público perceber o absurdo da acusação e a natureza controversa da única prova — o *bordereau* — que fora apresentada contra o réu. O juiz presidente rejeitou a objeção; permitiu a Demange lavrar seu protesto e arguir o ponto, mas só depois de os outros membros do tribunal se retirarem. No entanto, violando a ordem do julgamento a portas fechadas e o código de justiça militar, foi autorizada a presença de Picquart, que fora instruído por Mercier e Boisdeffre para observar a audiência e mantê-los informados do que se passava, e também do prefeito da polícia. Depois de dois dias de depoimentos das testemunhas da acusação, a intrínseca falta de sustentação do caso continuava evidente. O *bordereau*, com sua discutida autoria, ainda era a única prova em potencial da culpa. Os depoimentos das testemunhas da acusação a respeito de ligações passadas de Dreyfus com mulheres de

virtude questionável e de envolvimento com jogo, de sua personalidade antipática e de sua curiosidade excessiva, mesmo se fossem verdadeiros, serviam apenas para denigrir o caráter do réu, porém não faziam dele um traidor.

Chegara a hora de a Secção de Estatística partir para o ataque. Henry, que já prestara depoimento, pediu para ser novamente chamado ao banco das testemunhas. Interrogado pelo presidente do tribunal, a quem ele entregara previamente as perguntas que deveriam ser feitas, Henry declarou que uma pessoa honrada avisara-o, dez meses antes, em fevereiro, de que um oficial vinculado ao Ministério da Guerra era um traidor. Em outra conversa um mês depois, esse mesmo informante especificara melhor a acusação: o traidor era ligado ao Segundo Departamento do Estado-Maior (onde Dreyfus estava servindo). Depois dessa preparação, Henry apontou para Dreyfus e exclamou: “*Le traître, le voici!*”. O acusado e seu advogado levantaram-se, protestando e exigindo o nome do informante de Henry. Como única resposta, Henry apontou para seu quepe de oficial francês e declarou: “Há coisas na cabeça de um oficial que nem seu quepe é autorizado a saber!”. A despeito desse rasgo teatral, naquela noite Picquart disse a Mercier que o caso continuava caminhando mal; o prefeito da polícia também informou ao presidente Casimir-Perier que, a seu ver, a absolvição era provável. No relato biográfico que Dreyfus publicou em 1901, *Cinq années de ma vie*, ele recordou que em 22 de dezembro, depois de ouvir a declaração final de Demange, ficou certo de que seria absolvido.⁹

Diante da probabilidade de fracasso, Mercier decidiu usar o trunfo que vinha guardando. Na presença de Sandherr, entregou o dossiê secreto a Du Paty,

determinando-lhe que fosse à audiência e o entregasse ao presidente do tribunal dizendo que o general Ihe dera “uma ordem moral com toda a veemência possível” para levar o conteúdo do dossiê ao conhecimento dos juízes. Apresentar em segredo os documentos à corte, sem dar a Dreyfus e seu advogado a oportunidade de examiná-los e contestá-los, era crime segundo o código de justiça militar e também pelas leis aplicáveis a procedimentos judiciais de outros tipos. O impacto dos documentos sobre os juízes militares não deixou dúvida. À noite, ao fazer seu relatório a Boisdeffre e Mercier, Picquart, na época convencido da culpa de Dreyfus, disse aos generais que, se não soubesse que os juízes estavam de posse do dossiê, não teria conseguido permanecer calmo. Sua serenidade justificava-se: após apenas uma hora de deliberação, durante a qual o presidente e outro oficial revezaram-se na leitura em voz alta das partes do dossiê, o tribunal concluiu por unanimidade que Dreyfus era culpado e o condenou à degradação militar e à prisão perpétua em presídio fortificado. Era a sentença mais severa que podia ser aplicada, pois a pena de morte por crimes políticos, inclusive traição, fora abolida pela Constituição em 1848. Dois dias depois, na véspera do Natal, Mercier apresentou um projeto de lei à Câmara dos Deputados propondo o restabelecimento da pena capital. O projeto não foi aprovado.

A cerimônia de degradação, realizada em 5 de janeiro de 1895 no pátio da École Militaire, foi descrita inúmeras vezes. Um agigantado oficial subalterno da Guarda Republicana arrancou insígnias, dragonas, botões e trancelim da farda de Dreyfus e quebrou sua espada, rompendo-a em um golpe sobre os joelhos. Com o uniforme

rasgado, o condenado procedeu à “parada de Judas”: ladeado por quatro soldados de artilharia, marchou pelo perímetro do enorme quadrângulo onde se perfilavam soldados escolhidos em cada regimento aquartelado em Paris; a cada oportunidade, Dreyfus bradava que era inocente e proclamava seu amor pela França. Do lado de fora do pátio, uma turba colossal, contida pela polícia com grande dificuldade, berrava morte ao traidor, ao Judas, ao judeu imundo, num extravasamento de ódio que a partir de então receberia Dreyfus toda vez que fosse exposto ao público. Seis semanas depois ele embarcou no navio que o transportaria para a ilha do Diabo.

A falsa acusação e a decisão injusta do tribunal tornaram-se lendárias, pois essa cena de barbárie e a humilhação da vítima inocente nos fazem estremecer de compaixão e horror. Mas boa parte dos contemporâneos teve uma reação diferente. O civiliadíssimo Paléologue não escondia sua aversão instintiva por judeus. Ao mesmo tempo, afirmava sentir repulsa pelo antissemitismo, porque vira de perto sua iniquidade e suas aberrações.¹⁰ Essas duas posições aparentemente contraditórias estavam longe de ser incomuns na alta sociedade. Acreditando que Dreyfus era culpado, Paléologue envergara o uniforme de oficial de reserva da infantaria e comparecera à cerimônia de degradação como convidado de Sandherr, juntamente com os oficiais da Seção de Estatística. Ele assim recorda suas impressões:

Se eu tinha alguma dúvida quanto à culpa de Dreyfus na época do julgamento, agora não tenho mais. Na minha opinião, a atitude dele durante a marcha da degradação deu o toque final ao veredicto. Para submeter-se com docilidade, com tal passividade a esse tipo

de tortura, esse homem não pode ter nenhuma sensibilidade moral. Nem um gesto de revolta, nem um grito de horror, nem uma lágrima, nem um murmúrio! É verdade que ele protestou várias vezes que era inocente. Mas todos os seus protestos soaram como falsos; não se sentia neles nenhum fervor da alma; era, poderíamos dizer, a voz de um autômato.¹¹

Muitas das impressões registradas por observadores nacionalistas e decididamente antisemitas presentes na cerimônia foram bem mais duras. Um tema comum foi a incapacidade de Dreyfus para expressar seus sentimentos da maneira nobre e convincente que seria tão natural a um verdadeiro francês.

O fato é que a voz de Dreyfus era fraca e, quando ele a forçava, saía um tom metálico desagradável. Sua falta de uma “voz de comando” foi mencionada em comentários de seus superiores, que, em tudo o mais, lhe eram elogiosos. Mas o fato de ele soar como se estivesse sendo estrangulado condizia com seu caráter. A imagem que emerge do relato biográfico sobre sua prisão na ilha do Diabo, das cartas que ele escreveu à esposa, Lucie, quando estava na prisão da rua Cherche-Midi e depois na ilha do Diabo, e de suas memórias é de um homem sério e modesto que nada tinha de heroico, exceto sua coragem obstinada e taciturna. Ele era incapaz de eloquência e gestos veementes. Em parte alguma do que ele escreveu na ilha do Diabo se pode encontrar o “gesto de revolta” que Paleologue gostaria de ter visto durante a cerimônia de degradação. Antes de tudo, Dreyfus se considerava um soldado obrigado a demonstrar respeito e obediência a seus superiores hierárquicos. Acreditava na honradez deles.

Inspirada pelo general Mercier tendo Dreyfus em mente e aprovada sem debate pela legislatura francesa, uma lei especial fora necessária para possibilitar sua deportação para a ilha do Diabo. Pela lei anterior, em vigor desde 1872, como prisioneiro político (categoria que incluía os condenados por traição) Dreyfus só poderia ter sido deportado para a ilha Ducos, na costa da Nova Caledônia, onde era permitido que as esposas e os filhos dos degredados se juntassem a eles. O lugar da prisão de Dreyfus e o regime a que ele foi submetido, ambos concebidos por Mercier, impossibilitavam isso. A ilha do Diabo, a menor das três ilhas Salvação, situava-se a cerca de onze quilômetros da Guiana Francesa, numa árida formação rochosa de menos de dois quilômetros quadrados onde cresciam apenas alguns coqueiros. Outrora havia sido uma colônia de leprosos, mas estes não estavam mais lá, e suas choças haviam sido queimadas em preparação para a chegada de Dreyfus. A maior das três ilhas, Île Royale, era a sede da administração da prisão. A do meio, Île Saint Joseph, servia de prisão para condenados inválidos ou insanos. O clima das três ilhas Salvação era tão inclemente e o risco de contrair impaludismo era tão grande, que já de longa data a deportação para lá era considerada o mesmo que uma sentença de morte. De fato, logo após chegar à ilha, Dreyfus começou a sofrer graves ataques de malária.

Alojaram-no em uma cela quadrada recém-construída de 3,6 metros de lado, com duas janelas gradeadas e uma porta com aberturas que davam, a quem olhasse de fora, uma visão desobstruída do interior da cela. A porta conduzia a uma sala menor, de onde um guarda armado, rendido a cada duas horas, fazia vigilância ininterrupta. A porta de ferro que levava ao mundo exterior batia estrondosamente

quando os guardas entravam e saíam, impossibilitando um sono contínuo. A população da ilha era composta de Dreyfus e dos guardas, e era proibido a qualquer das partes dirigir a palavra à outra. A lei do silêncio foi rigorosamente imposta durante todo o período da prisão de Dreyfus, desde a primavera de 1895 até o verão de 1899; era aplicada com igual rigor quando ele estava confinado na cela e também durante a recreação, quando, seguido por um guarda armado, permitiam-lhe andar ao redor da cabana em uma área descoberta que não tinha abrigo contra o sol tropical. As únicas pessoas com quem Dreyfus falava eram o chefe dos guardas, o médico militar que vinha da Île Royale quando chamado pelos guardas e o diretor das prisões das ilhas Salvação em suas visitas de inspeção. Frequentemente a temperatura durante o dia superava os quarenta graus Celsius, mas Dreyfus não tinha como tomar um banho para se refrescar. O médico militar recomendara que lhe fosse deixado banhar-se no mar, mas a administração da prisão não permitiu. As rações deviam ser as de um soldado, porém sem vinho. Na prática, isso significava que pela manhã ele recebia toucinho ou um pedaço de carne crua, feijão seco e grãos verdes de café. Ele cozinhava as refeições numa fogueira, que lhe permitiam fazer na cela com a madeira que ele recolhesse durante o período de recreação. Como não lhe davam prato nem panela, ele improvisava utensílios com latas. Os degredados podiam comprar comida enlatada com o próprio dinheiro, mas vários obstáculos administrativos barravam essa alternativa a Dreyfus, e os esforços de seu irmão Mathieu para organizar um abastecimento regular de provisões vindo de Caiena, na Guiana Francesa continental, também eram

frustrados pela administração da prisão. Humilhantes revistas corporais sem aviso prévio eram frequentes.

Dreyfus tinha autorização para escrever e receber cartas, mas as que ele escrevia eram redigidas pelos censores do Ministério das Colônias, que eliminavam todas as referências específicas às condições de sua prisão. Das cartas que lhe eram dirigidas, os censores removiam notícias do mundo exterior, inclusive referências aos esforços feitos por sua esposa e por Mathieu, juntamente com um crescente grupo de dreyfusistas, para obter sua libertação e absolvição. Na metade do período em que Dreyfus esteve preso, os censores começaram a copiar a correspondência e, guardando os originais nos arquivos do ministério, enviavam cópias aos destinatários. O objetivo era impedir que os originais — nos quais poderiam ter sido escritas, em tinta invisível, mensagens secretas sobre planos de fuga e coisas do gênero — chegassem aos destinatários.

Ninguém tinha acesso à ilha sem permissão específica do diretor das prisões das ilhas Salvação. O médico militar só podia tratar Dreyfus na cela, sendo proibida a remoção para o hospital militar na Île Royale. Dreyfus podia ter livros, caneta e papel. Mas não tinha lamparina, e assim, embora uma luz fraca fosse mantida acesa em sua cela a noite inteira para que o guarda pudesse vigiá-lo, depois de anoitecer ele não conseguia mais ler.

Mudara-se a lei a fim de que Dreyfus fosse mandado para a ilha do Diabo. Entretanto, essa mudança não afetou as outras disposições legais existentes que regulavam o tratamento dispensado aos degredados. Segundo o entendimento jurídico francês clássico, a deportação consistia no transporte para uma colônia distante que o

degradado não tinha permissão para deixar. Nos limites da colônia, porém, a liberdade do preso só devia ser restrita o necessário para manter a ordem e impedir a fuga. O encarceramento em cela não era autorizado. O regime punitivo concebido para Dreyfus e rigorosamente imposto por dois sucessivos ministros das colônias consistia, pois, em abuso de poder e violação da lei. Ele refletia o desejo do general Mercier de punir Dreyfus por sua obstinação: a recusa em fazer uma confissão que apagaria todas as dúvidas quanto à sua culpa. Por ordem de Mercier, Du Paty recorrera a ameaças e gentilezas na tentativa de obter a confissão, antes e depois do julgamento, enquanto Dreyfus continuava preso em Paris. Dreyfus, porém, permanecera inamovível na recusa. Não é improvável que as condições de sua deportação tivessem sido menos duras — talvez o mandassem para a ilha Ducos, como Du Paty parece ter insinuado — se ele não desafiasse o general.

Em setembro de 1896, um artigo num jornal inglês, escrito insensatamente por um jornalista que Mathieu incumbira de impedir que o caso fosse esquecido pelo público, anunciou sem base alguma que Dreyfus havia escapado. A notícia se espalhou pela França e provocou clamor contra a frouxidão do governo. Desmentiu-se prontamente o rumor, mas as consequências para Dreyfus foram graves. Nos dois meses seguintes, ele foi acorrentado durante a noite a uma cama de metal, com algemas de ferro nos tornozelos. Incapaz de se mover, era atormentado por mosquitos, formigas e aranhas-do-mar, que infestavam a cela, e pelo calor insuportável. Embora tentasse se proteger com pedaços de pano colocados entre as algemas e sua carne, formavam-se em seus tornozelos feridas purulentas que não cicatrizavam. O diário de seu cativo,

sendo um documento do século XIX, nada dizia a respeito de como ele fazia suas necessidades, mas podemos imaginar os indizíveis detalhes. A segurança da cela foi reforçada por uma dupla paliçada. Durante o período de construção, mais ou menos dois meses e meio, ele permaneceu confinado na cela dia e noite, e esse procedimento foi repetido posteriormente toda vez que chegavam à ilha ordens de adaptar a obra para qualquer finalidade. A nova cerca tinha dois metros e meio de altura e ficava tão próxima das janelas da cela, que obstruía a entrada de luz e ar. A paliçada exterior deixava um espaço, no interior do qual permitiam que Dreyfus andasse durante o dia. Esse trecho era patrulhado dia e noite por um guarda armado cujo dever era auxiliar o guarda postado dentro da cabana.

Como seria de esperar, a saúde de Dreyfus deteriorou-se. Além da malária e das feridas nos tornozelos, ele sofria de disenteria, insônia constante, infecções na pele por picadas de insetos, acessos de febre aparentemente não relacionados à malária e cuja causa nunca foi determinada e de um mal que o médico militar diagnosticou como congestão cerebral. Exceto nos momentos do mais terrível desespero, ele lutava arduamente para manter a lucidez: estudou inglês, traduziu para o francês trechos de Shakespeare e reconstituiu de memória elementos de cálculo integral e diferencial. Apesar desses esforços, o médico militar que o examinou em abril de 1897 declarou que o confinamento em solitária e o silêncio obrigatório — que já duravam dois anos e prosseguiriam até que Dreyfus deixasse a ilha do Diabo e voltasse para a França, no verão de 1899 — haviam-lhe acarretado dificuldades para articular a fala e formar frases. Outro médico, também convocado

pelo governo, examinou Dreyfus em setembro de 1899. Seu relatório concluiu que Dreyfus era um homem liquidado.

Nesse meio-tempo, o “Affaire Dreyfus” dividiu a França. Em 1898, o campo dos dreyfusistas, liderado por Mathieu Dreyfus, incluía políticos de centro e de esquerda e, com significativas e notórias exceções, a maioria dos principais intelectuais, artistas, escritores e acadêmicos, além de, em menor número, oficiais do Exército e membros do clero. Inicialmente, a ausência de um motivo para o crime era o aspecto mais convincente para os que acreditavam na inocência de Dreyfus. Em seguida, vinham as revelações das ilegalidades cometidas na corte marcial de Paris. A esmagadora maioria da opinião pública fora da França ficou do lado de Dreyfus: os antidreyfusistas franceses eram ridicularizados na imprensa, em eventos públicos e, em geral de modo mais pungente, em conversas privadas. Entre os simpatizantes de peso da causa dreyfusista fora da França estavam a rainha Vitória e seu procurador-geral, a imperatriz Eugénie, viúva de Napoleão iii; os pretendentes ao trono francês Bourbon, Orléans e Bonaparte; o príncipe Albert de Mônaco; o grande explorador Henry Morton Stanley e sua esposa; Mark Twain; e, segundo alguns, o papa e importantes prelados do Vaticano. Os antidreyfusistas eram uma coalizão direitista composta de oficiais do Exército, antissemitas, militaristas, nacionalistas radicais, antirrepublicanos de todos os naipes, monarquistas e bonapartistas que desconsideravam as opiniões de seus príncipes, membros da burguesia conservadora e da nobreza provinciana, clericalistas e clérigos subalternos.

Era algo indiscutível para os dreyfusistas que o prisioneiro da ilha do Diabo precisava ter a oportunidade de provar sua inocência em um julgamento justo, mesmo que

isso viesse a expor as insensatas e criminosas maquinações do Estado-Maior do Exército e de no mínimo dois ministros da Guerra. Aliás, do ponto de vista da esquerda, tal exposição seria inclusive desejável: enfraqueceria o domínio que os oficiais aristocráticos e antirrepublicanos e seus mentores jesuítas exerciam sobre o Exército. Para os antidreyfusistas, ao contrário, o dever supremo era salvar a honra do Exército e de seus chefes e apoiar o homem responsável pela defesa da nação. Se o preço de restaurar a liberdade e o bom nome de um Alfred Dreyfus era a humilhação de um general Mercier ou de um general Boisdeffre, esse era um preço alto demais. Razões de Estado impossibilitavam que fosse pago. Era preferível deixar Dreyfus apodrecer na ilha do Diabo.

Quanto a Dreyfus, durante todos os anos de sua prisão, ele manteve uma confiança ingênua ou sublime no Exército. Ignorante da luta de seus defensores para libertá-lo e das malfeitorias do Estado-Maior, acreditava que os generais Mercier e Boisdeffre, assim como seus outros superiores, estavam empenhados em encontrar o verdadeiro traidor. Em suas memórias da prisão não há menção a antissemitismo ou a sua condição de judeu, embora antes da deportação não lhe tivesse passado despercebido o corrosivo ódio que turbilhonava à sua volta em toda a França. Claro que ele não queria admitir que o fato de ser judeu era relevante para seu caso ou para sua posição na sociedade, a qual — Dreyfus acreditava com a obstinação dos iludidos — era a de um francês e oficial da França. E, depois de retornar da ilha do Diabo, se recusou a juntar-se àqueles defensores dreyfusistas que haviam tentado politizar seu caso criticando o Exército. Seu maior desejo era ter seu bom nome restaurado pelas instituições que ele

amava e nas quais servira: o Exército e a República da França. Léon Blum, o grande socialista e futuro primeiro-ministro da França, que quando jovem fora um dos primeiros e arrebatados dreyfusistas, deu voz à percepção fundamental que toldava a imagem de Dreyfus: “Na realidade, ele não tinha afinidade com o seu ‘caso’, nem vocação para o papel que um capricho da história lhe impôs. Se ele não fosse Dreyfus, teria sido um ‘dreyfusista’?”.¹²

Depois de uma longa batalha, conseguiu-se que os processos políticos e judiciários franceses funcionassem como deviam. No verão de 1906, quando a Cour de Cassation (Corte de Cassação, o tribunal superior da França para questões governadas pela lei civil e criminal, e não pela lei militar ou administrativa), revertendo a corte marcial de Rennes que julgara Dreyfus pela segunda vez em 1899 e o considerara culpado com circunstâncias atenuantes, apresentou sua sentença inocentando totalmente Dreyfus, essa decisão foi recebida pelo público com uma calma que beirava a indiferença. Dreyfus foi reintegrado ao Exército no posto de major e nomeado cavaleiro da Legião de Honra. Os abusos de poder e os crimes cometidos pelo general Mercier e por seus asseclas haviam sido escancarados, mas a lei de anistia aprovada pela legislatura francesa em 1900 dera-lhes imunidade contra processos.

A tragédia de 11 de setembro de 2001 foi seguida de uma efusão internacional de solidariedade com os Estados Unidos e pela disposição de apoiar a luta contra o terrorismo, que passou a ser chamada de guerra ao terror.

Infelizmente, as ações subsequentes do presidente George W. Bush em seu país e no exterior trouxeram opróbrio à nação norte-americana e desagradaram a aliados tradicionais. Uma das causas da ira foi a insensata aventura do governo Bush no Iraque. A outra foram os maus-tratos do Exército aos detentos, a maioria deles capturada no Afeganistão e no Iraque, uma ação que mudou a imagem dos Estados Unidos para a de um país onde a tortura é um instrumento da política do governo. O complexo presidiário da Base Naval de Guantánamo em Cuba, aberto em 2002, tornou-se um símbolo da brutalidade e arbitrariedade dos Estados Unidos. Durante sua campanha presidencial, Barack Obama prometeu fechar Guantánamo e fazer do respeito pela Constituição e pelos princípios sobre os quais os Estados Unidos foram fundados a estrela-guia de seu governo. Não há razão para duvidar de sua resolução.

São famosas as fotografias que revelam os maus-tratos a prisioneiros na prisão de Abu Ghraib mantida pelos militares norte-americanos no Iraque. Também houve prática de tortura na Base Aérea de Bagram, no Afeganistão, talvez em outras instalações no Iraque e nas prisões secretas da CIA fora dos Estados Unidos. Segundo relatórios da Cruz Vermelha Internacional e do FBI, além de outras evidências que vieram à luz em 2008, também em Guantánamo prisioneiros foram torturados. Um relatório da organização Médicos pelos Direitos Humanos descreve as torturas: espancamentos, agressões sexuais (incluindo um caso em que um homem foi sodomizado com um cabo de vassoura), choque elétrico, humilhações sexuais e de outros tipos, privação de sono e ameaças bizarras. Nas palavras do Relatório Executivo do Inquérito do Comitê de Serviços Armados do Senado,

Os maus-tratos a prisioneiros [...] não podem simplesmente ser atribuídos às ações de “alguns maus elementos” que agiram por conta própria. O fato é que autoridades do governo dos Estados Unidos solicitaram informações sobre como usar técnicas agressivas, redefiniram a lei de modo a criar uma aparência de legalidade e autorizaram seu uso contra os prisioneiros.

Entre as “autoridades” incluíam-se o vice-presidente, os secretários de Estado e da Defesa e o conselheiro de segurança nacional, que, da Casa Branca, haviam ajudado a coreografar as sessões de tortura — eufemisticamente chamadas de interrogatórios “agressivos” ou “intensificados”. O vice-presidente Cheney admitiu publicamente ter “sancionado” o uso do afogamento simulado, ou *waterboarding* (o prisioneiro é imobilizado sobre uma superfície inclinada para baixo, e joga-se água repetidamente em seu rosto para induzir um estado análogo ao afogamento), em três detentos, Khalid Sheikh Mohammed, Abu Zurbaydah e Al Nashim; ele afirmou que não considerava isso “tortura”.¹³

A redefinição da lei perpetrada pelo governo foi registrada em opiniões e memorandos preparados por autoridades do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, consentindo a tortura e reinterpretando as obrigações internacionais dos Estados Unidos. Essas reinterpretações tiveram mais tarde de ser revogadas, mas métodos “agressivos” de interrogatório continuaram a ser sancionados pela administração. Recentemente, no outono de 2007, o procurador-geral Michael Mukasey declarou não saber se o *waterboarding* era ou não uma forma de tortura. Filmes de sessões de tortura feitos pela cia foram aparentemente destruídos, mas, enquanto foi possível ter

acesso a eles, interrogadores, médicos e psicólogos foram levados para a Tailândia a fim de estudá-los e beneficiar-se da experiência de seus colegas. Como relatou Jane Mayer em *The dark side: the inside story of how the war on terror has turned into a war on American ideals*, publicado em julho de 2008, uma das tarefas dos psicólogos era auxiliar a CIA a incutir nos prisioneiros, por traumas repetidos, uma “impotência aprendida” — a perda da força de vontade e do sentimento de autocontrole —, além de uma total dependência em relação a seus captores. Pervertendo a medicina e a psicologia a serviço da tortura, os Estados Unidos seguiram os passos da Alemanha nazista e da Rússia Soviética. O Departamento de Relações Exteriores do Canadá, o mais próximo aliado dos norte-americanos, inseriu os Estados Unidos na lista de países que torturam ou maltratam prisioneiros, em companhia de Afeganistão, Israel, China, Egito, Irã, México, Arábia Saudita e Síria. Após protestos dos Estados Unidos, o ministro canadense das Relações Exteriores anunciou que a lista seria “revista e reescrita”, um compromisso que não removeu o agulhão do primeiro julgamento desse ministério. Em julho de 2008, o seletivo Comitê de Relações Exteriores da Câmara dos Comuns do Reino Unido concluiu que a Grã-Bretanha não podia mais confiar nas garantias dadas pelos Estados Unidos de que os norte-americanos não recorriam à tortura.¹⁴

Um medonho vislumbre do funcionamento da “ilha do Diabo” norte-americana em Guantánamo surgiu em novembro de 2007 com a publicação, na internet, de “Camp Delta Standard Operating Procedures (sop)” [Procedimentos Operacionais Regulamentares de Camp Delta]. Com centenas de páginas, o sop é um sinistro eco das

“Instruções para a Administração de Deportações na Ilha do Diabo” que nortearam as condições da prisão de Dreyfus. Ambos os documentos autorizavam o confinamento em solitária (em Camp Delta, na unidade de segurança máxima e na cadeia por períodos definidos; na ilha do Diabo, para Dreyfus, o confinamento permanente na cela), e os dois contêm restrições análogas a acesso, recreação, correspondência e rações, além de tediosas instruções aos guardas. Dreyfus ficou por oito semanas algemado a uma cama de metal durante a noite. Os grilhões — o “terno de três peças”, composto de algemas nas pernas, algemas nos punhos, uma corrente ao redor da cintura com duas correntes ligando as algemas das pernas e dos braços à corrente da cintura — são constantes em Guantánamo sempre que os prisioneiros deixam a cela, especialmente quando estão a caminho de uma “cabine de interrogatório”, onde as algemas são presas a um anel fixado no chão de cimento. O sop não fornece nenhum indício do que acontece nas cabines de interrogatório; cabe à imaginação do leitor preencher essa lacuna.¹⁵

Em 22 de dezembro de 2008, a Brookings Institution, um respeitado instituto de estudos e pesquisas, publicou “The current detainee population of Guantánamo: an empirical study”. Segundo esse relatório, desde a abertura do campo, em 2002, Guantánamo abrigou 779 prisioneiros, entre eles todos os capturados no Afeganistão e no Iraque e todos os que foram sequestrados pela cia, mantidos em prisões secretas e depois transferidos para a base naval em Cuba. Todos esses detentos haviam sido classificados como “combatentes inimigos” pelo presidente Bush: um conceito elástico, definido em uma ordem do Departamento de Defesa assinada pelo vice-secretário da Defesa Paul

Wolfowitz, que inclui “qualquer pessoa que tenha cometido um ato beligerante ou apoiado diretamente hostilidades para ajudar forças armadas inimigas”. Dos 558 prisioneiros presentes na base na data da ordem de Wolfowitz, 330 foram transferidos ou libertados, e até 16 de dezembro de 2008 restavam 248 detentos em Guantánamo. Não se sabe para onde foram os presos transferidos. Do grupo remanescente, sessenta foram “liberados para soltura, estando sua partida sujeita a negociações com outros países”. Com base nesse relatório, aparentemente restavam na base, no fim de 2008, 188 prisioneiros que ainda poderiam ser acusados de crimes ou discretamente libertados.¹⁶

O primeiro passo para libertar um prisioneiro tem sido contestar sua classificação como combatente inimigo. A ordem de Wolfowitz estabeleceu um foro para esse propósito, os Tribunais para Revisão da Condição de Combatente (Combatant Status Review Tribunals, ou csrts), em resposta à crescente preocupação quanto à legalidade do encarceramento desses prisioneiros e a uma observação da juíza Sandra Day O'Connor no caso *Hamdi v. Rumsfeld*, julgado em 2004 na Suprema Corte: os requisitos do devido processo constitucional podiam ser atendidos mediante a instituição apropriada de tribunais militares ainda que estes não fornecessem os mesmos processos e proteções oferecidos por tribunais criminais civis. Contudo, no próprio dia da decisão *Hamdi*, 28 de junho de 2004, no que se tornou um cabo de guerra de quatro anos entre o governo Bush e a Suprema Corte em torno dos direitos dos prisioneiros, a Corte determinou em *Rasul v. Bush* que os detentos de Guantánamo tinham direito de contestar a legalidade de seu encarceramento com um pedido de

habeas corpus apresentado a uma corte distrital federal. *Rasul* abriu caminho para que Lakhdar Boumediene, um prisioneiro argelino de 36 anos, e outros presos contestassem a legalidade de suas detenções pedindo *habeas corpus*. Em resposta, o Congresso tentou invalidar *Rasul* aprovando a Lei de Tratamento de Detentos (Detainee Treatment Act, ou dta, de 2005), que designava o Tribunal Regional Federal do Distrito de Columbia como a única corte autorizada a fazer reexames (muito limitados) de decisões dos csrts, juntamente com comissões militares estabelecidas em conformidade com a Ordem nº 1 da Comissão Militar, datada de 31 de agosto de 2005.

No confronto seguinte entre o governo e a Suprema Corte, o Pentágono tentou processar Salim Ahmed Hamdan, prisioneiro de Guantánamo, por crimes de guerra perante uma comissão militar convocada pelo presidente. Com base no caso *Rasul*, Hamdan reconheceu a autoridade dos Estados Unidos para detê-lo como combatente inimigo, mas contestou com um bem-sucedido *habeas corpus* a legalidade da comissão militar que deveria julgá-lo por crimes de guerra. No caso que leva seu nome, *Hamdan v. Rumsfeld* (2006), a Suprema Corte rejeitou o argumento do Pentágono de que a jurisdição da Corte fora suplantada pelo dta e interpretou a cláusula da destituição de jurisdição como inaplicável a um processo de *habeas corpus* que, como o de Hamdan, tivera início antes da aprovação da lei. A Corte determinou ainda que a comissão militar estabelecida pelo presidente não tinha poderes para julgar Hamdan porque sua estrutura e seus procedimentos violavam tanto o Código Uniforme de Justiça Militar como as quatro Convenções de Genebra assinadas pelos Estados Unidos em 1949. Entre as falhas processuais destacadas

pela Corte estavam a impossibilidade de o acusado e seu advogado civil saberem quais evidências estavam sendo apresentadas durante qualquer parte do processo, cujo acesso o oficial presidente decidiu lhes proibir; a admissibilidade de qualquer evidência que, na avaliação do oficial presidente, tivesse valor para uma pessoa sensata, mesmo que essa evidência fosse obtida por coerção ou apenas ouvida de terceiros; e o poder do oficial presidente para negar ao acusado e a seu advogado civil o acesso a informações sigilosas e outras informações “protegidas” que o oficial presidente considerasse probatórias. A analogia com Dreyfus é inevitável: ele também foi julgado por um tribunal dominado por seus acusadores e condenado com base em evidências secretas que nem ele nem seu advogado tiveram oportunidade de contestar ou até de conhecer. Também é inevitável lembrar outra semelhança: a da obstinada persistência da Corte de Cassação francesa (que, como mencionado, era o equivalente francês da Suprema Corte dos Estados Unidos para todas as questões não relacionadas aos sistemas legais administrativo e militar) na revisão dos iníquos veredictos dos tribunais militares de Paris e Rennes até conseguir a revogação de ambos.

Sob extrema pressão do governo Bush para neutralizar os efeitos de *Hamdan*, o Congresso aprovou a Lei das Comissões Militares (Military Commissions Act, mca), de 2006, estabelecendo comissões militares que significaram uma ligeira melhora nas proteções para os réus. As decisões dessas comissões só podiam ser reexaminadas em bases limitadas pelo Tribunal Distrital de Columbia, e o Congresso não deixou dúvida de que tencionava impedir que os prisioneiros de Guantánamo conseguissem o *habeas corpus*

todas as vezes que o solicitassem. A Suprema Corte respondeu a essa nova e audaciosa tentativa de pôr Guantánamo fora do alcance da lei no caso *Boumediene v. Bush*, decidido em 12 de junho de 2008. Os petionários eram Boumediene e outros naturais da Argélia residentes na Bósnia-Herzegovina, que haviam adquirido a cidadania bósnia ou a condição de residente permanente. Eles foram presos por autoridades bósnias em outubro de 2001, sob alegação de envolvimento em uma conspiração para bombardear a embaixada dos Estados Unidos em Sarajevo. Ao serem libertos da prisão em Sarajevo, em 17 de janeiro de 2002, foram detidos por soldados bósnios e norte-americanos e levados para Guantánamo, onde ficaram presos desde então. Eles solicitaram *habeas corpus* ao Tribunal Distrital de Columbia, que negou o pedido argumentando que os detentos de Guantánamo não tinham direitos que pudessem ser protegidos por um processo de *habeas corpus*, e a Corte de Apelação do Distrito de Columbia ratificou a negativa. A Suprema Corte avocou o processo e anulou a decisão da Corte de Apelação, argumentando que a Constituição dos Estados Unidos tinha total efeito em Guantánamo, que a cláusula da Lei das Comissões Militares que tentava privar a Corte de jurisdição era inconstitucional e que o mandado de *habeas corpus* era aplicável a estrangeiros detidos em Guantánamo porque os Estados Unidos exerciam total controle sobre a base, apesar de ela não estar situada em território norte-americano. O único modo de substituir a jurisdição da Corte — prosseguia esse parecer — seria através de um ato do Congresso elaborado em conformidade com a Cláusula de Suspensão da Constituição. Nenhum dos lados afirmara que ocorrera tal suspensão. Partindo desse fato, a Corte argumentou que,

como os processos que permitiam que o dta e o mca reexaminassem a condição de prisioneiros dos petionários não eram substitutos adequados para um reexame sob o mandado de *habeas corpus*, o mca funcionava como uma suspensão inconstitucional desse mandado. Ficou assim preparado o caminho para que os petionários buscassem assistência jurídica em um tribunal distrital federal norte-americano. Viu-se depois que cinco dos prisioneiros foram libertos pela corte distrital, pois a alegação de que eles haviam planejado viajar para o Afeganistão para lutar contra os Estados Unidos — a base para sua designação como combatentes inimigos — não tinha sustentação, exceto pelo testemunho de um detento de Guantánamo que disse ter ouvido tal coisa de uma fonte anônima. A Corte não considerou isso suficiente como evidência. A petição do sexto prisioneiro, Belkacem Bensayah, foi negada porque, em seu caso, o governo também alegara que ele prestava auxílio à Al Qaeda e pretendia pegar em armas contra os Estados Unidos no Afeganistão e também providenciar que outros combatentes viajassem para o território afegão e outros lugares com esse mesmo fim. A Corte julgou aceitável o ônus da prova de que o governo fora incumbido no caso dessas tais alegações.

Entre os 188 prisioneiros (segundo o relatório da Brookings) agora em Guantánamo que não foram liberados para soltura, há decerto muitos que foram classificados como combatentes inimigos sem justificativas maiores que as alegadas contra os argelinos. Estão lá por engano ou porque foram vendidos por caçadores de recompensa à cia ou aos militares norte-americanos no Afeganistão e Paquistão. Muito provavelmente não representam maior ameaça aos Estados Unidos do que um homem comum de

qualquer parte do Oriente Médio. Um bom exemplo é a detenção de Sami al-Haj (ex-cinegrafista da rede jornalística árabe Al-Jazeera), cuja causa foi abraçada pelo Comitê de Proteção a Jornalistas. Al-Haj fora detido por agentes da inteligência paquistanesa em dezembro de 2001 quando viajava nas proximidades da fronteira afegã, muito embora possuísse um visto válido para trabalhar para a Al-Jazeera no Afeganistão. Em janeiro de 2002, ele foi entregue a militares norte-americanos, que o mandaram para Guantánamo. Após seis anos de prisão, durante os quais nunca foi acusado, ele foi libertado em 1º de maio de 2008 e enviado para seu país natal, o Sudão, sem processo de espécie alguma, simplesmente graças à pressão política exercida em sua defesa.¹⁷

Na esteira do caso *Boumediene*, sem dúvida mais prisioneiros serão libertos sem mandado de *habeas corpus*. Isso já está acontecendo com Mohammed el Gharani, cidadão do Chade que foi preso por autoridades no Paquistão no outono de 2001 (quando ele tinha catorze anos), entregue a forças estadunidenses no início de 2002 e mandado para Guantánamo, onde está preso desde então. A designação desse prisioneiro-mirim como combatente inimigo baseou-se em alegações de que ele se hospedara em uma pensão associada à Al Qaeda no Afeganistão, recebera treinamento militar em um campo filiado à Al Qaeda, servira de mensageiro para vários membros de alto coturno da Al Qaeda, lutara contra forças norte-americanas na Batalha de Tora Bora e era membro de uma célula da Al Qaeda em Londres. El Gharani negou tudo isso, explicando que fora para o Paquistão para escapar ao preconceito contra chadenses na Arábia Saudita, onde ele morara antes, e para aprender computação e inglês a fim de melhorar de

vida. O juiz da corte distrital, tolhido na redação de seu parecer pela natureza sigilosa da prova do governo, argumentou que a prova que lhe fora apresentada era insuficiente, consistindo em nada mais do que as declarações efetivamente inconsistentes de dois outros detentos cuja credibilidade o próprio governo caracterizara como indeterminada ou questionável. Concedendo o *habeas corpus* pedido por El Gharani, a corte ordenou que o governo tomasse todas as providências necessárias para facilitar sua libertação.¹⁸

Desde o fim de 2007, apenas um prisioneiro de Guantánamo havia sido julgado e condenado por uma comissão militar: David Hicks, cidadão australiano que se declarara culpado segundo um acordo intermediado pelo governo australiano para assegurar sua libertação. Em troca por deixar Guantánamo e cumprir uma sentença branda na Austrália, Hicks foi obrigado a declarar que não fora maltratado durante a detenção, a comprometer-se a não falar com os meios de comunicação por um ano e a não processar os Estados Unidos pelos maus-tratos que sofrera.

Em agosto de 2008 o governo mais uma vez levou a julgamento perante uma comissão militar, por crimes de guerra, Salim Ahmed Hamdan, o peticionário bem-sucedido no caso *Hamdan v. Rumsfeld*. Hamdan, um homem na casa dos quarenta que estudou até o quarto ano, fora motorista e guarda-costas de Osama bin Laden. No processo de 2006, ele admitira que os Estados Unidos tinham direito de detê-lo como combatente inimigo. Os crimes de guerra dos quais continuava a ser acusado diante da comissão militar de 2008 eram: conspirar para participar de atos terroristas, fornecer mísseis terra-ar à Al Qaeda e dar apoio material a essa organização. O júri de oficiais militares condenou-o por

dar apoio material e absolveu-o da acusação de conspiração. Sentenciou-o a sessenta meses de prisão — mas só depois de ele ter recebido a garantia do juiz de que o período que passara como detento em Guantánamo reduziria seu tempo de prisão. Como Hamdan estivera detido por cinco anos e meio, a sentença líquida resultante foi de aproximadamente cinco meses. O fato de ter levado tanto tempo para chegar a julgamento essa pequenina engrenagem da máquina de Bin Laden e condená-la, e de que essa foi apenas a segunda condenação de um prisioneiro de Guantánamo, deixa claro o trágico absurdo das alegações apresentadas pelo governo Bush para justificar seu vergonhoso sistema de detenção, ou seja, de que apenas os terroristas mais perigosos foram encarcerados em Guantánamo. Hamdan cumpriu sua sentença, foi levado de volta ao Iêmen e liberto nesse país, para viver com sua família, na primeira semana de janeiro de 2009.¹⁹

A imprensa foi excluída de boa parte do julgamento de Hamdan em 2008 — uma ordem do juiz militar que faz lembrar o julgamento a portas fechadas imposto na corte marcial de Dreyfus em Paris em 1894. Há outra semelhança. O júri de oficiais do Exército declarou Dreyfus culpado “com circunstâncias atenuantes” na conclusão da segunda corte marcial de Dreyfus em Rennes. Um dia depois, esses mesmos oficiais encaminharam ao presidente da república a solicitação de que Dreyfus fosse poupado de uma segunda degradação militar. Presumivelmente foram dominados pela culpa e talvez pela vergonha quando refletiram sobre o que haviam feito. Não parece improvável que os oficiais do Exército que compuseram o júri no caso Hamdan tenham

tapado o nariz quando votaram por condená-lo pelo crime de dirigir o carro de Bin Laden.

Em uma decisão após a outra, a Suprema Corte repeliu as tentativas do governo Bush de colocar fora do alcance da Constituição os capturados em suas batidas. O golpe de misericórdia pode ter sido aplicado ao sistema penitenciário do Pentágono por um de seus próprios integrantes: Susan J. Crawford, uma juíza militar aposentada que, como “autoridade convocadora”, era a mais graduada representante do governo encarregada dos julgamentos da comissão militar na base. (Ela havia sido procuradora-geral do Exército no governo Reagan e inspetora-geral do Pentágono quando o vice-presidente Cheney foi secretário da Defesa no governo de George H. W. Bush.) Em maio de 2008 ela rejeitou as acusações, sem comentários e sem julgamento do mérito — o que significava que, como assunto jurídico, ele poderia ser reinstalado —, contra Mohammed al-Qahtani, um dos seis prisioneiros acusados de planejar os ataques de 11 de setembro. A juíza aprovou a instauração de um julgamento para os outros cinco e a tentativa de obter a pena de morte. Em uma entrevista concedida a Bob Woodward, do *Washington Post*, em janeiro de 2009, Crawford expôs suas razões para não permitir que Qahtani fosse a julgamento: “Torturamos [Mohammed al-] Qahtani, ela disse”, e citou o tipo de técnicas de interrogatório, sua duração e o impacto sobre a saúde de Qahtani. “As técnicas [que os interrogadores] usaram eram todas autorizadas, mas a maneira como as aplicaram foi excessivamente agressiva e persistente.” Ela especificou: “Por 160 dias, seu único contato foi com os interrogadores [...] 48 de 54 dias consecutivos com dezoito a vinte horas de interrogatório. Ficava nu na frente de uma agente.

Sujeito a desnudamento e revistas. E insultos a sua mãe e irmãs”. Qahtani foi “forçado a usar um sutiã, e punham-lhe uma correia na cabeça no decorrer do interrogatório”. Com uma guia atada às suas correntes, ele era levado pela sala e “forçado a executar uma série de truques caninos”. Todos os aspectos desses interrogatórios foram registrados minuciosamente em diários mantidos pelas autoridades militares. A juíza Crawford acreditava que Qahtani era o vigésimo terrorista, mas, para ela, o tratamento que lhe havia sido dado significava que ele nunca poderia ser julgado, e ela estava decidida a impedir qualquer tentativa nesse sentido.²⁰

A entrevista com Woodward obteve grande repercussão porque o assunto era explosivo, a juíza Crawford possui uma folha de serviço respeitadíssima e tanto Woodward como o *Washington Post* têm destaque e prestígio. Durante uma entrevista com Chris Arendt, que por dois meses fora guarda da prisão de Guantánamo, uma janela ainda mais medonha abriu-se para revelar os abusos contra os prisioneiros. A entrevista foi transmitida pela bbc em seu noticiário mundial em 9 de janeiro de 2009. Arendt, que na época tinha dezenove anos, descreveu maus-tratos que ele, sem hesitar, chamou de tortura: remoção violenta dos detentos de suas celas, chutes e outros golpes no rosto, um programa de “voos frequentes” no qual o preso é mudado repetidamente de cela a fim de impedi-lo de dormir — um método que, em alguns casos, foi usado por até dois meses seguidos. Arendt falou sobre seus colegas da guarda, para alguns dos quais a tortura era apenas parte do trabalho, enquanto para outros — os “psicóticos” — era como estar de férias, a única chance de fazer às pessoas coisas com que eles sempre haviam sonhado.²¹

Um mês antes dessas entrevistas, ocorreu um evento que poderia servir de epitáfio grotesco para Guantánamo e o empreendimento insensato e desastroso que ela simboliza. Os cinco supostos mentores do 11 de setembro, cujo julgamento a juíza Crawford autorizara a ser levado avante, descobriram um modo de emperrá-lo. Em 8 de dezembro de 2008, declararam ao juiz militar que desejavam confessar tudo — uma manobra que desafiava o Exército a executá-los sem mais delongas. Como sem dúvida eles haviam previsto, o juiz começou a fazer perguntas sobre os procedimentos que deviam ser seguidos em tais casos. Alguns dos cinco sugeriram, então, que mudariam sua confissão se o juiz não lhes assegurasse que seriam executados. Como Khalid Sheikh Mohammed explicou: “Não queremos perder tempo com trâmites”. Se os prisioneiros estavam tentando ridicularizar a promotoria, conseguiram: a sessão da corte, à qual estavam presentes repórteres do mundo árabe, da Espanha, do Brasil, do Japão e outros países, desintegrou-se em debates jurídicos para determinar se a pena de morte podia ser aplicada com base em uma confissão de culpa em vez de na determinação da culpa por um júri de oficiais, em discussões acerca da competência de dois dos prisioneiros para tomar decisões por conta própria — uma questão que, segundo o juiz, levaria um tempo substancial para ser resolvida —, e na posição assumida pelos três prisioneiros “competentes” de esperar, para fazer a confissão, “até que se chegue a uma decisão a respeito dos nossos irmãos”.²²

Talvez porque os prisioneiros de Guantánamo sejam tão numerosos, talvez por não serem norte-americanos, ou talvez porque o pouco que se sabe a respeito deles os faça parecer desinteressantes, o fato é que nem a possível falta

de justificativa para sua detenção nem os maus-tratos que lhes foram infligidos levaram um grande número de norte-americanos a se enfurecer ou se indignar. Uma pesquisa de opinião da Universidade de Quinnipiac feita dias depois da eleição de Barack Obama constatou que, embora ele houvesse prometido repetidamente durante sua campanha que fecharia Guantánamo, 44% dos entrevistados não queriam que ele fizesse isso, 29% achavam que ele devia fazê-lo e 27% estavam indecisos. O diretor do Instituto de Pesquisa de Quinnipiac comentou que “não é um caminho sem pedras para o presidente eleito. Fechar a prisão da baía de Guantánamo é visto como algo negativo”.²³ Para o público, deve ser fácil acreditar que qualquer um que esteja preso em Guantánamo está lá por uma boa razão. Assim como no início do Caso Dreyfus os franceses acharam fácil acreditar que ele tinha de ser um traidor porque era judeu, para muitos norte-americanos não foi difícil crer que os detentos de Guantánamo — e os presos nas cadeias da CIA — eram terroristas simplesmente por serem muçulmanos. Os maus-tratos documentados nas imagens de Abu Ghraib foram recebidos nos Estados Unidos com indignação e vergonha, mas nenhuma imagem desse tipo saiu de Guantánamo, e as fotografias publicadas na imprensa, mostrando filas de prisioneiros na base trajando macacão cor de laranja, pareceram remotas, um tanto abstratas, mesmo quando os prisioneiros eram mostrados encapuzados, usando óculos pretos de proteção e ajoelhados em fileiras com as mãos algemadas atrás das costas. Mas essas figuras abstratas e sem feições são homens reais, tão reais quanto Dreyfus, que, para a turba, pareceu tão abominável durante a cerimônia de

degradação, que milhares acotovelaram-se para chegar perto e cuspir-lhe no rosto.

Os alvos favoritos da opressão e da injustiça permanecem os mesmos: estrangeiros e minorias vistas com aversão e suspeita. Nesses casos, a culpa nunca é posta em dúvida. Esse era o princípio seguido pelo oficial no conto “A colônia penal”, de Franz Kafka, e coisa parecida norteou a posição *a priori* do governo Bush ao lidar com prisioneiros capturados durante a guerra ao terror. É difícil acreditar que as escandalosas violações à lei norte-americana e internacional teriam ocorrido sem tal crença. Quando uma geração confronta os desmandos cometidos em seu nome, analogias com desmandos do passado tornam-se claras, iluminando o presente. Também se faz clara a necessidade de uma resposta à questão que vem sendo levantada vezes sem conta sempre com a mesma urgência: haverá nessa geração homens e mulheres dispostos a defender os direitos humanos e a dignidade de toda vida humana contra abusos envoltos em justificativas de conveniência e razões de Estado? Os dreycusistas — Émile Zola, Jean Jaurès e Anatole France, para citar apenas os mais conhecidos — e o tenente-coronel Georges Picquart, que em última análise veio a ser o salvador de Dreyfus, deram a resposta à França na virada do século xix. Os jornalistas empenhados em expor os excessos do governo Bush, os membros do Judiciário federal que defendem sem vacilar o estado de direito, os advogados militares que puseram sua carreira em risco assumindo posição contra a tortura e os julgamentos irregulares e os advogados civis e professores de direito de todas as idades que dedicaram milhares de horas não remuneradas a defender legalmente os prisioneiros de Guantánamo — todos eles deram a

resposta aos Estados Unidos. Eles resgataram a honra da nação.

2. “O passado nunca está morto”

“Na América, a lei é rei”, escreveu Thomas Paine em *Senso comum (Common sense, 1776)*, “pois, assim como nos governos absolutistas o rei é a lei, nos países livres a lei deve ser rei e não deve haver outro.”

Na esteira dos ataques ao World Trade Center e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001, o governo Bush usou sua proclamada guerra global ao terror como justificativa para abrir alarmantes fissuras no império da lei nos Estados Unidos. As ações irregulares e ilegais de sucessivos ministros da Guerra e altos oficiais franceses no Estado-Maior do Exército no decorrer do Caso Dreyfus podem, analogamente, ser associadas a um trauma nacional específico: a derrota humilhante sofrida pelo Exército francês na Guerra Franco-Prussiana de 1870. Esse trauma e os esforços que se seguiram para reconstruir o Exército explicam, em grande medida, a reação veemente, até histórica, de políticos e jornalistas nacionalistas, bem como de amplos segmentos do público francês, ao perigo de revelações que contestariam a honra dos chefes do Exército e potencialmente os exporiam a um processo. Além disso, tudo o que se relacionava ao caso foi envenenado também por uma nova e virulenta forma de antissemitismo

que grassava na França desde os anos 1880. Extrapolando as tradicionais pregações antijudaicas das igrejas cristãs, esse antissemitismo combinava uma conclamação para que se desse fim ao “estrangulamento” da economia francesa pelos judeus e à desproporcional influência destes nas profissões liberais, na intelectualidade e na vida artística, com teorias de que os judeus eram uma raça inferior e degenerada que devia ser extirpada da vida francesa. O ódio antissemita encontrou um alvo natural no judeu que fora acusado de traição e condenado.

Um imenso desastre, uma paz feita de desesperança, perda de vidas que nada compensou, um Estado sem alicerce, nenhum Exército a não ser o que estava deixando as prisões do inimigo, duas províncias arrancadas, bilhões a serem pagos, as tropas do vencedor aquarteladas em um quarto do território, a capital vertendo sangue derramado numa guerra civil, uma Europa gélida ou irônica: foi nessas condições que a França derrotada retomou a marcha em direção a seu destino.

Essa foi a tenebrosa avaliação que Charles de Gaulle fez da situação logo após a Guerra Franco-Prussiana, um conflito no qual o Exército francês entrou despreparado, embora o imperador, Napoleão iii, sobrinho de Napoleão i, e seu governo tivessem desejado a guerra e, no fim, provocado sua eclosão.¹

Como outras potências europeias, a França fora surpreendida pela vitória decisiva da Prússia em 3 de julho de 1866 contra o Exército austríaco na batalha de Königgratz (também conhecida como Sadowa), que forçara a Áustria a pedir a paz. Os dois países haviam guerreado por causa da recusa da Áustria a abrir mão da influência controladora que exercia na Alemanha através da

Confederação Germânica, um sistema político estabelecido em 1815 pelo Congresso de Viena. Semanas depois de Königgratz, Áustria e Prússia assinaram o tratado de paz de Praga, que aboliu a confederação. Depois disso, a Prússia absorveu alguns dos Estados-membros setentrionais da confederação e forçou os demais a ingressar em uma confederação norte-germânica, que colocava a Prússia no total controle dos assuntos externos e militares de seus membros. Da noite para o dia, a Alemanha transformara-se, e a Prússia saltara da segunda fila para a primeira em posição de poder. Sua população era agora quase tão grande quanto a da França (30 milhões, em comparação com 38 milhões de franceses), e seu Exército, baseado no serviço militar universal, era muito maior do que a força militar francesa. O potencial industrial da nova Prússia também ameaçava a predominância francesa no continente. Na opinião da classe política francesa, tudo isso acontecera enquanto Napoleão iii cochilava. Após um reinado de mais de um quarto de século — ele organizara o plebiscito de 1852 que extinguiu a Segunda República, da qual era presidente, e o pôs no trono como imperador —, Napoleão iii era visto como um homem cansado e sem forças. Quando as eleições antecipadas que ele decretou na primavera de 1869 não resultaram em apoio a seu governo, concluiu que só uma guerra vitoriosa contra a Prússia poderia restaurar sua popularidade, salvando assim seu trono e sua dinastia. Acontece que Otto von Bismarck, presidente-ministro e ministro das Relações Exteriores da Prússia, também queria uma guerra franco-prussiana, supondo que a febre da guerra repeliria a agitação separatista que fremia nos Estados germânicos recém-absorvidos e também entre os membros da confederação

norte-germânica, talvez trazendo ainda o rico e populoso reino da Baviera para a confederação. Era uma guerra que, a seu ver, a Prússia venceria. Ao contrário da França, a Prússia estava preparada. Seu Estado-Maior planejara meticulosamente o ataque.

Por coincidência, o pretexto de que tanto Bismarck como Napoleão iii precisavam veio em junho de 1870 com o oferecimento do trono espanhol — vago desde que a dinastia Bourbon fora derrubada em 1868 — a um príncipe germânico da casa Hohenzollern. O príncipe aceitou, a França declarou que não toleraria influência alemã ao sul dos Pireneus e o pai do príncipe prontamente retirou a aceitação. Isso deveria ter desarmado a situação, mas o ministro da Guerra e primeiro-ministro francês instruiu o embaixador da França a exigir que o rei da Prússia, Guilherme i, garantisse que, se a oferta voltasse a ser feita, seria rejeitada. O rei recusou com firmeza mas educadamente em uma conversa com o embaixador francês e enviou a Bismarck um telegrama resumindo o que fora dito. Bismarck viu a oportunidade: modificou o relato do rei de modo a transformá-lo num insulto à França, publicando-o em 13 de julho.² O governo francês mordeu a isca e exigiu um pedido de desculpas. Como seria de esperar, este não veio, e em 19 de julho a França declarou guerra. Como país agressor, perdeu a possibilidade de ter a ajuda que poderia ter sido oferecida pela Áustria, Dinamarca ou Itália, um apoio com que a França havia contado.

Tudo sopesado, a França deveria ter sido capaz de ganhar a guerra ou pelo menos de combater a Prússia até que a luta chegasse a um impasse, apesar da superioridade numérica do Exército prussiano. Embora, ao mobilizar o total de sua força, a Prússia contasse com mais de 1 milhão

de soldados contra os 400 mil da França, o Exército prussiano era composto de recrutas com não mais de três anos de serviço militar e de reservistas, ao passo que a força de combate francesa era constituída de experientes veteranos das campanhas na Crimeia, na Itália e no México. Os franceses tinham ainda importantes vantagens nos armamentos: um novo e letal fuzil de carregamento pela culatra coloquialmente chamado pelo nome de seu inventor, Chassepot, e a primeira metralhadora, a *mitrailleuse* Montigny. No entanto, os franceses foram esmagados, por razões que incluíram, do lado prussiano, a genialidade do chefe do Estado-Maior do Exército, Helmut von Moltke; um trabalho infinitamente superior do Estado-Maior, que explorou todas as vantagens logísticas, e uma doutrina tática que encorajava os comandantes de campanha em todos os níveis a improvisar em resposta a situações urgentes. Os franceses não tinham um planejamento para a guerra. O Estado-Maior não mantinha contato com o comando das forças no campo de batalha; os oficiais iam sem mapas para a linha de frente; a doutrina tática francesa, que preconizava ocupar posições fortes, abrir trincheiras e deixar que o inimigo atacasse, era feita de encomenda para as qualidades prussianas; além disso, os generais franceses regularmente falhavam em não atacar quando os prussianos estavam em desvantagem, não coordenavam seus movimentos entre si nem corriam para ajudar uns aos outros.

Apesar de o Exército e os guerrilheiros franceses — os *franc-tireurs*, ou franco-atiradores — continuarem a oferecer uma feroz resistência até a assinatura de um tratado de paz provisório em Versalhes no dia 26 de fevereiro de 1871, a guerra, para todos os efeitos práticos, fora perdida em 1º de

setembro de 1870 no campo de batalha de Sedan, onde Napoleão iii caiu prisioneiro. Um tratado de paz definitivo foi assinado em Frankfurt três meses após o de Versalhes, em 10 de maio de 1871. Seus termos eram implacáveis e davam à Alemanha — recém-unificada como Império Germânico em 2 de janeiro — a Alsácia e o norte da Lorena (que permaneceriam alemãs até a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial) e determinavam que a França pagasse à Alemanha uma indenização de 5 bilhões de francos, na época uma quantia astronômica. As tropas alemãs continuariam a ocupar a França até a quitação da indenização. As tribulações e as perdas da França no campo de batalha (280 mil mortos ou feridos, contra 165 mil perdas dos prussianos) foram agravadas com um levante protocomunista na capital francesa — o movimento iniciado em 18 de março que se tornou conhecido como Comuna de Paris. O Exército francês sitiou a cidade faminta e finalmente a retomou durante a chamada “Semana Sangrenta” (*la semaine sanglante*), em um ataque que começou em 21 de maio. Nesse meio-tempo, entre outros atos de destruição irresponsável, o Palácio das Tulherias e o Hôtel de Ville haviam sido incendiados, e a coluna na praça Vendôme que celebrava os triunfos de Napoleão i foi derrubada. Ambos os lados cometeram atrocidades, e estima-se que 30 mil *communards* tenham morrido. Nesse número incluem-se pelo menos 20 mil executados depois da entrada do Exército na cidade. Outros milhares foram detidos e deportados na primavera de 1872, não para a ilha do Diabo, como Dreyfus, nem para uma das ilhas Salvação maiores, mas para a ilha Ducos na costa da Nova Caledônia, onde as famílias dos presos puderam juntar-se a eles um ano depois. Gaston de Gallifet era um dos generais que

comandavam o Exército francês e fora pessoalmente responsável pela brutalidade da repressão e das execuções que se seguiram. Na época da segunda corte marcial de Dreyfus, em Rennes, Gallifet era o ministro da Guerra.

Um grande responsável pela derrota em Sedan e depois pela rendição aos prussianos com todo o seu Exército em Metz, onde ocupava uma posição quase inexpugnável, foi o imensamente popular e admirado marechal francês Achille Bazaine. A estranheza de seu comportamento e sua letargia durante a guerra, assim como as comunicações entre ele e o comando prussiano antes de sua rendição, levaram-no a ser acusado de traição em 1873, após ser libertado pelos prussianos. A Corte Marcial julgou-o culpado e o condenou à morte. Vários outros altos oficiais também foram julgados por traição por tribunais militares. Um dos colegas marechais de Bazaine, Patrice Mac-Mahon, que fora comandante em Sedan e agora era chefe de Estado francês, não teve estômago para ordenar o fuzilamento de Bazaine. Comutou a sentença para vinte anos de prisão, sem a degradação militar que Dreyfus viria a sofrer. Não se passou muito tempo até que Bazaine escapasse, provavelmente com a conivência de seus carcereiros militares, e fosse para a Espanha, onde viveu em grande conforto até sua morte, em 1888. Em uma das muitas guinadas irônicas no Caso Dreyfus, o general Mercier, quando estava deixando o cargo, deu-se ao trabalho de informar ao general Saussier, o mais alto comandante do Exército, que os arquivos referentes à corte marcial de Dreyfus seriam mantidos no Ministério da Guerra e não no comando militar em Paris. Justificou sua decisão com um precedente: os arquivos sobre a corte marcial do marechal haviam recebido o mesmo tratamento.³ A lembrança da ruínosa traição

cometida por um marechal francês e suas terríveis consequências estavam tão vívidas na mente dos altos oficiais, que exacerbaram a sensibilidade do Exército e suas reações à aparente espionagem em favor da Alemanha por um oficial servindo no Estado-Maior — uma instituição tão enaltecida que era chamada de *l'Arche Sainte*, a Santa Arca.

O esforço para reabilitar o Exército francês começou logo após a derrota. Ele incluía a reinstituição do serviço militar universal e um firme empenho em aproveitar o exemplo prussiano; isso gerou uma nova ênfase no trabalho da inteligência e no domínio da doutrina militar, exemplificada pela criação da *École Supérieure de Guerre*, que admitia oficiais como alunos exclusivamente com base em um exame competitivo. A porcentagem do orçamento nacional dedicada às forças armadas cresceu drasticamente, e o equipamento bélico entrou em contínua modernização. A artilharia recebeu atenção especial, pois as armas da artilharia francesa, ao contrário dos fuzis da infantaria, haviam sido claramente ultrapassadas durante a guerra. A Alemanha acompanhou de perto essas mudanças. Como mostrava o *bordereau*, Esterhazy havia procurado vender a Schwartzkoppen segredos relacionados ao canhão curto de 120 mm, com a certeza de que isso abriria o apetite do adido alemão. Essa arma foi sucedida por um canhão mais potente, de 150 mm, e em 1879 pelo “Francês de 75 mm”, que teria papel fundamental em deter o avanço alemão em 1914. As unidades africanas e coloniais do novo Exército francês haviam sido lançadas em aventuras no exterior: na Tunísia, em outras partes da África e Indochina (antes do Caso Dreyfus); em 1895 em Madagascar, e a partir de abril de 1900 na China, como parte da força enviada por oito potências para suprimir a Revolta dos

Boxers. No entanto, as aventuras no estrangeiro não eram universalmente bem-vistas na França — um amplo segmento do público e dos políticos franceses achava que a verdadeira missão do Exército era recuperar as províncias que a França perdera.

Havia, além disso, uma percepção geral de que, num país combalido pelo impacto de conflitos políticos cruentos, escândalos financeiros e políticos e ameaças de golpe de Estado, só o Exército resistia como uma instituição imaculada, a última fonte de estabilidade e orgulho da nação. Esses conflitos políticos incluíam lutas que lançavam os republicanos — que apoiavam a Terceira República nascida após a queda de Napoleão iii — contra realistas e bonapartistas, que não aceitavam sua legitimidade; embates de partidos republicanos e antirrepublicanos contra socialistas; e disputas de anticlericalistas contra o clero e seus partidários. Anarquistas revolucionários desferiam ataques contra figuras políticas e contra o Estado. Em 1882 deu-se o colapso do Union Générale, um banco católico com fortes ligações com a Igreja. A queda foi atribuída a maquinações dos banqueiros judeus, personificados pelo chefe da família Rothschild francesa, o barão Alphonse de Rothschild. Um escândalo singularmente francês eclodiu no outono de 1887: descobriu-se que generais, senadores e outros políticos estavam vendendo honrarias e condecorações, inclusive a Legião de Honra, que, de uma sala do Palácio do Eliseu, havia sido oferecida por um certo Daniel Wilson, genro do presidente da república, Charles Grévy. Este renunciou e foi sucedido por Sadi Carnot, um político veterano, mas não muito conhecido, assassinado por um anarquista em junho de 1894. Dois anos antes, em 1892, viera à luz o escândalo da

Companhia do Canal do Panamá, revelando uma disseminada corrupção na classe política, quando a companhia quebrou sob uma montanha de dívidas e milhares de investidores perderam suas economias. Além desses conflitos, em 1877 ocorrera um quase bem-sucedido golpe de Estado liderado pelo monarquista e arquiconservador marechal Mac-Mahon, e por vários anos a partir de 1877 pareceu certo que Georges Boulanger, um general fabulosamente popular com grande influência em todo o espectro político da sociedade francesa, de realistas a operários, acabaria por derrubar a república. O boulangismo, seu movimento, malogrou inesperadamente no dia da mentira, 1º de abril de 1889, quando o general, perturbado por um caso de amor ou perdendo a coragem, fugiu da França para a Bélgica em vez de liderar seus seguidores, que estavam prontos para marchar para o Palácio do Eliseu. Sobre todas as outras disputas pairava a luta pelo papel da Igreja Católica na educação e no Estado, uma luta que a Igreja perdeu quando uma lei, aprovada em 9 de dezembro de 1905, pôs fim à concordata entre a França e o Vaticano e permitiu a rigorosa separação entre Igreja e Estado.

Mesmo se dermos o devido desconto a todo esse contexto, o sucesso de relações públicas do Exército reinventado foi espantoso. De Gaulle descreveu brilhantemente o entusiasmo pelo Exército vivido pelas gerações pós-Guerra Franco-Prussiana, que acorreram em massa a alistar-se em Saint-Cyr, a venerável academia militar francesa, e em outras academias militares recém-criadas, que só admitiam alunos por meio de exames competitivos. Particularmente importante como celeiro de jovens oficiais era uma instituição de elite, a École

Polytechnique, cujos formandos, como Dreyfus, estavam escolhendo o Exército como carreira. O oficial francês, escreveu De Gaulle,

adora sua profissão, que lhe proporciona privilégios de ação e autoridade. A remuneração é baixa, mas o oficial desfruta de singular prestígio social. Em uma cidade com guarnição militar, todos lhe demonstram respeito. Os comerciantes confiam nele. Ele está no centro das festividades. A sociedade aprecia sua figura. Ele é bem-visto pelas mulheres. As famílias recebem satisfeitas como genro esse homem honrado de quem se diz que tem “futuro” e, venha o que vier, um salário garantido e mais tarde uma pensão.⁴

Marcel Proust, arguto observador da sociedade francesa no *fin de siècle*, retratou o caso de amor dos franceses com seu exército em sua obra *Em busca do tempo perdido*. Isso pode ser visto quando os moradores de Combray, a cidade onde a família do narrador tem suas raízes, comparecem para assistir à passagem do regimento; na atitude do duque e da duquesa de Guermantes, perfeitos esnobes que jamais seriam vistos numa festa ou jantar no Palácio do Eliseu, mas convidavam para seus jantares exclusivos o general de Froberville unicamente por causa de sua patente; no fervor exaltado do príncipe de Guermantes ao expressar seu amor pelo Exército; e, obviamente, na carreira militar do sobrinho dos Guermantes, Robert de St. Loup.

Na cúpula do idolatrado Exército estava uma nova instituição, o Estado-Maior, organizado nos moldes do Estado-Maior prussiano — a quem costumava se atribuir a vitória da Prússia em 1870. Sua tarefa consistia no planejamento minucioso para as eventualidades: aquilo que faltara à França quando se lançara na guerra. Em outubro de 1890 foi criado o posto de chefe do Estado-Maior, e o

general François de Miribel foi o primeiro a assumi-lo. Filho, irmão e pai de *polytechniciens*, o general era um reformador por temperamento e convicção. Uma de suas inovações — destinada a derrubar a influência que uma panelinha de oficiais aristocráticos educados em colégios jesuítas tinha sobre o Estado-Maior — era a determinação de que, todo ano, os doze formandos mais bem classificados da École Supérieure de Guerre passassem por um treinamento no Estado-Maior, sem a obrigatoriedade de serem efetivados ali. Foi assim que o capitão Dreyfus, formado em nono lugar na École em 19 de novembro de 1892, conseguiu sua nomeação. Em 1º de janeiro de 1893, ele se apresentou para o serviço nas dependências do Estado-Maior. Para seu azar, nove meses depois, Miribel sucumbiu a um derrame durante uma manobra. O general Boisdeffre, nêmesis de Dreyfus, assumiu a chefia.

Era sensato esperar, como Dreyfus aparentemente esperava, que ele fosse bem acolhido por seus colegas do Estado-Maior? A resposta seria positiva se suas qualificações para o posto fossem o único fator a ser levado em conta. Seu histórico acadêmico era impecável, e as avaliações dos oficiais que o haviam comandado eram excelentes, elogiavam sua inteligência, conhecimentos, energia e dedicação. Como vimos, um único defeito foi encontrado repetidamente: seu timbre de voz monotônico e desagradável. Não era uma voz de comando. Por outro lado, contrariando o estereótipo de que era impossível ensinar equitação a judeus, ele era excelente cavaleiro. Mas um incidente na École Supérieure de Guerre deveria ter servido de aviso: o general Bonnefond, que fora membro da banca

examinadora quando Dreyfus concluiu seus estudos na École, deu-lhe dezenove em vinte pontos possíveis na avaliação de conhecimento técnico, e zero em *côte d'amour* [carisma], declarando que não queria judeus no Estado-Maior; com isso, ele baixou a classificação de Dreyfus em sua turma de terceiro para nono lugar entre 81 formandos. Dreyfus afirmou em seu depoimento na corte marcial de Rennes que, depois de refletir sobre o assunto, queixou-se ao comandante da escola, que o recebeu cortesmente e lhe assegurou que aquele zero não teria efeitos práticos. Ainda assim, sua classificação era suficiente para qualificá-lo para o cobiçado posto no Estado-Maior.

Antissemitas como o general Bonnefond não eram raros entre os altos oficiais. A malquerença contra os judeus — reforçada pela relutância dos tradicionalistas em abrir portas a recém-chegados selecionados por exames competitivos e não com base em amizade, ligações familiares e favorecimento de pupilos — era disseminada no Estado-Maior. Assim, mesmo se descontarmos o antissemitismo, para os tradicionalistas, essa nova onda, nada bem-vinda, era personificada pelos formandos da École Polytechnique, que também só admitia alunos com base em notas de exames. Os novos estudantes, que em geral serviam na artilharia, eram especializados em matemática e ciências naturais, e muitos deles pertencentes a famílias anticlericais, contrastavam fortemente — e, para os tradicionalistas, desagradavelmente — com os oficiais burgueses ou aristocráticos que haviam frequentado escolas dirigidas por jesuítas. Os intrusos eram vistos com desconfiança, como homens que dificilmente se ajustariam aos colegas ou contribuiriam para manter o caráter da instituição. E

quando, ainda por cima, o recém-chegado era um judeu, à desconfiança somava-se a aversão. Como os antissemitas proclamavam que os judeus — em especial os judeus alsacianos, que conheciam a língua alemã e falavam francês com sotaque germânico — não eram de fato franceses, o próximo passo era insinuar que não se podiam confiar importantes informações confidenciais do Estado-Maior a oficiais judeus alsacianos.

Nada nas memórias de Dreyfus sobre seu caso ou nas memórias de seu irmão Mathieu indica que o capitão Dreyfus reconhecesse o tal incidente com Bonnefond como o tiro de alerta que de fato foi, ou que ele previsse dificuldades, ou um tratamento não justo, ao ingressar na Santa Arca.⁵ Isso talvez se devesse a sua personalidade reservada e introvertida e a sua manifesta incapacidade de comunicar seus sentimentos. O fato é que ele fora designado para o Estado-Maior através de um processo que se baseara, exceto pela *côte d'amour*, unicamente na média aritmética de suas notas. Ao contrário de muitos oficiais — por exemplo, Picquart, que contara com o apadrinhamento específico do general Miribel e do general Galliffet, sob quem havia servido —, Dreyfus não tinha nenhum mentor ou protetor poderoso. Não provinha de uma família que figurasse nos anais do Exército, não tinha parentes entre os oficiais. E também parecia não ter feito amizade com seus colegas. Seu estilo de vida não facilitava a camaradagem: casado, com dois filhos, podia-se esperar que ele, exceto quando estivesse em manobras ou viajando a serviço do Estado-Maior, todos os dias fosse almoçar em casa pontualmente ao meio-dia e voltasse direto para lá depois do trabalho. No entanto, em algum nível ele devia perceber que eclodira na França uma nova e virulenta forma de

antissemitismo. Sua origem era um tratado imensamente popular escrito por Edouard Drumont, *La France juive*, que vendeu 100 mil exemplares quando foi lançado, em 1886; a obra teve mais de duzentas reimpressões. Esse compêndio de pseudociência e slogans antijudaicos nutriu todo um conjunto de escritos antissemitas, além de um segmento da imprensa que adotou o antissemitismo como política. A propaganda antissemita francesa era tão radical, que, quando o semanário nazista *Der Stürmer* foi lançado nos anos 1920, não lhe restava muito terreno novo a cultivar.

A partir de 1892, o jornal *La Libre Parole*, que Drumont fundara após o sucesso de *La France juive*, passou a visar sobretudo os oficiais franceses. A estridente campanha lançada por Drumont protestava contra o número intoleravelmente elevado de judeus no Exército, criticando-os como uma raça covarde e impatriota. Um jovem oficial, capitão André Crémieu-Foa, apresentando-se como representante de trezentos colegas seus que eram oficiais judeus na ativa, desafiou Drumont para um duelo. O padrinho de Crémieu não era outro senão o major Esterhazy, que “se garantia” oferecendo sua amizade e ajuda a judeus ricos da elite que pudessem ser úteis quando ele precisasse de um empréstimo. O duelo a espada foi tão violento, que o médico a postos determinou seu término depois que ambos os oponentes haviam sido feridos. Teve como consequência outro duelo, dessa vez com pistolas, entre um oficial judeu, o capitão Armand Mayer, que fora o outro padrinho de Crémieu, e o marquês de Morès, amigo íntimo de Drumont e notório duelista. Mayer foi morto. Havia sido colega de Dreyfus na Polytechnique e, como ele, era alsaciano. Independentemente do quanto Dreyfus soubesse a respeito dessas e de outras semelhantes

manifestações do ódio que fermentava contra os judeus, fica claro que ele guardou para si suas conclusões e seus sentimentos sobre elas, desempenhando assim o papel que a esmagadora maioria dos judeus franceses assimilados de origens comparáveis à dele havia assumido: abaixar a cabeça e continuar acreditando que eram integralmente cidadãos franceses que seriam protegidos pela república que lhes havia concedido direitos iguais de cidadania.

Dreyfus nasceu em 9 de outubro de 1859 em Mulhouse, uma grande cidade no extremo sul da Alsácia, próximo às fronteiras entre Alemanha e Suíça. Era o sétimo filho vivo de Raphael e Jeannette (Libmann quando solteira). Duas meninas haviam morrido antes de ele nascer. O pai de Raphael fora mascate; o avô, um açougueiro kosher, ocupação que fora também a do avô de Jeannette. Raphael inicialmente trabalhou com o pai, mas, na época em que Alfred nasceu, seus dias de mascate haviam ficado para trás. Bem-sucedido como intermediário no comércio de algodão, ele enriquecera o suficiente para comprar uma fábrica em Mulhouse: possuía uma tecelagem e era um industrial de vulto. Em consonância com seu novo status, mandou construir, numa rua elegante, uma casa de quatro andares que nada ficava a dever às residências mais finas da cidade, onde não faltavam ricos móveis, cortinas, tapeçarias e outros complementos à altura da nova habitação. Estava combinado que os dois filhos mais velhos ficariam ao lado do pai e dirigiriam os negócios da família enquanto os dois mais novos, Mathieu e Alfred, adquiririam instrução superior. A Guerra Franco-Prussiana arruinou os planos da família. A Alsácia e o norte da Lorena foram

formalmente arrancadas da França, e os pais e cinco dos filhos tornaram-se súditos do novo Reich alemão. Henriette, uma irmã mais velha que era como segunda mãe para Alfred, desposou Joseph Valabrègue em 1870 e se mudou com ele para Carpentras, no sudoeste da França, onde ele e sua família estavam radicados.

Aos residentes das duas regiões que haviam pertencido à França, a Alemanha concedeu o direito de optar pela cidadania francesa se informassem um novo domicílio na França. Raphael dividiu sua família em duas: o filho mais velho permaneceu em Mulhouse para administrar a tecelagem, e sua mãe, idosa demais para mudar-se, permaneceu com ele; os demais, inclusive Raphael, informaram que estavam domiciliados em Carpentras na casa de Henriette Valabrègue e seu marido — na realidade, foram morar nas proximidades, na cidade suíça de Basileia, de onde Raphael podia ajudar a dirigir a tecelagem. Pouco tempo depois, Alfred e Mathieu partiram rumo a Paris para continuar sua educação em um colégio particular de elite. Mathieu, brilhante e simpático, decidiu que não tentaria fazer o exame de bacharelado, que na época era muito difícil, e com isso desistiu dos estudos universitários. Em troca, depois de um ano de serviço militar, envolveu-se nos negócios da família — atividade que foi totalmente abandonada quando se dedicou em período integral à missão de conseguir a absolvição de Alfred. Como não tinha a simpatia e o alcance intelectual de Mathieu, mas era consciencioso até demais, Alfred concentrou-se no temido exame, foi aprovado, passou dois anos — em vez dos costumeiros três — preparando-se para a École Polytechnique e, em novembro de 1878, foi admitido como um dos mais jovens cadetes, classificado em 182º lugar

entre 236 ingressantes. O nível de Dreyfus em sua turma elevava-se por ocasião da formatura: foi o 128º em 235 alunos. Escolhendo servir na artilharia, ele teve de passar em outro exame competitivo para ser admitido na École d'Application de l'Artillerie. Dois anos depois, formou-se nessa escola em 32º lugar numa turma de 97 alunos. Na primavera de 1885 foi promovido a primeiro-tenente e designado para um regimento de artilharia, servindo primeiro em Le Mans, uma grande cidade provinciana a cerca de 250 quilômetros de Paris, depois em uma unidade do regimento de cavalaria sediado na própria Paris.

O jovem oficial era riquíssimo. A empresa de sua família gerava renda suficiente para dar aos quatro irmãos Dreyfus ganhos anuais entre 10 mil e 20 mil francos; além disso, Alfred também podia sacar do capital da firma quantias de até 300 mil francos. Em comparação, um segundo-tenente tinha vencimentos anuais inferiores a 2 mil francos. Fortunas familiares eram raras no Exército francês da época; apenas 20% dos oficiais podiam contar com uma herança de até 20 mil francos. A riqueza de Dreyfus aumentaria: quando seu pai morreu, em 1893, ele herdou parte da tecelagem de Mulhouse. Nesse meio-tempo, casara-se, em 21 de abril de 1890, com a bela e tremendamente leal Lucie Hadamard. A família Dreyfus ficou satisfeita com essa união, que também agradou aos Hadamard, apesar de sua posição social ser um tanto mais elevada. Um sinal do alto grau de integração dos Hadamard na burguesia francesa era o fato de o avô materno de Lucie ter se formado na Polytechnique, assim como os primos dela, um dos quais, Paul Hadamard, foi quem apresentou Dreyfus à família. O pai de Lucie era negociante de diamantes, seguindo os passos do avô e do pai, joalheiros e

negociantes de pedras preciosas. Os numerosos tios e primos da família também eram solidamente estabelecidos e viriam a se ligar pelo casamento à nata da sociedade judaica francesa. Como o clã Dreyfus, a família de Lucie tinha, dos dois lados, raízes na Alsácia.

Todo oficial precisava obter permissão de seu comandante para ficar noivo. A autorização era concedida se a pretendente parecesse ter bom caráter e se o dote prometido mostrasse que ela traria ao casamento recursos financeiros à altura da patente do oficial. Essas condições Lucie atendia facilmente: seus pais eram ricos. Essa riqueza, estimada em 3 milhões de francos, refletiu-se no dote de Lucie, que incluiu, além do costumeiro enxoval de roupas de cama e mesa, rendas, joias e mobília, uma razoável mesada garantida e 160 mil francos em dinheiro. No futuro, ela teria direito a uma herança de mais de 500 mil francos. Tudo considerado, quando foi acusado de traição em outubro de 1894, Alfred Dreyfus contava com uma renda anual de aproximadamente 40 mil francos, a família vivia em um belo e amplo apartamento na avenida do Trocadéro e tinha um estilo de vida — que incluía dois cavalos de sela de Alfred — que era condizente com sua privilegiada situação financeira. Ele cavalgava toda manhã no Bois de Boulogne antes de se apresentar para o serviço. Se alguém no Estado-Maior parasse para refletir, e se Dreyfus não fosse judeu, a ideia de que esse oficial riquíssimo estava vendendo segredos militares ao adido alemão sem dúvida pareceria absurda. Mas Dreyfus era judeu, ainda que totalmente assimilado, e nem o general Mercier, nem o general Boisdeffre, ou qualquer um de seus subordinados imediatos, fez a si mesmo perguntas objetivas antes de a acusação ser apresentada.

Paradoxalmente, tampouco a riqueza pessoal de Dreyfus e seu brilhante casamento, que o Exército prontamente aprovara, fizeram-no bem-visto no Estado-Maior ou em seus postos anteriores. Ao contrário, a fortuna atuara contra ele, pois assentava bem em um dos mais odiosos estereótipos de judeus: o do judeu novo-rico e instruso abrindo caminho à força para posições que pertenciam de direito a verdadeiros franceses, esbanjando dinheiro e comprando vantagens que não estavam ao alcance de oficiais franceses de verdade, virtuosamente mais pobres. Entre os tantos e tantos boatos venenosos relatados por testemunhas nas cortes marciais estava a medonha história de que Dreyfus teria perguntado a outro oficial se gostaria de caçar; se o oficial aceitasse, o irmão de Dreyfus teria prazer em conseguir-lhe um convite para uma das caçadas reais, organizadas em bosques pertencentes a antigos castelos reais que o irmão frequentava. Fosse essa história, desdenhosamente repetida, verdadeira ou falsa, ela ilustra como Dreyfus era visto por muitos dos seus colegas, se não por todos.

De fato, de um ponto de vista estritamente objetivo, a rapidez do progresso financeiro e social da família Dreyfus era estonteante: foram necessários apenas quarenta anos (desde a morte do bisavô açougueiro de Alfred em 1819, que não sabia francês e só falava em iídiche e talvez conhecesse um pouco de alemão alsaciano) para que Raphael Dreyfus passasse da condição de mascate para industrial e começasse a construir a fortuna, baseada em uma atividade fabril tradicional na França, que lhe permitiria, meros trinta anos depois, congratular-se pelo casamento, carreira e residência de seu filho Alfred. Para irritação da burguesia francesa de velhas raízes, esse era

um padrão que podia ser visto por toda parte. O exemplo mais espetacular, evidentemente, estava na Casa Rothschild. O patriarca do ramo francês chegara à França vindo do gueto de Frankfurt em 1811. Tinha dezenove anos e quase não falava o francês. Trabalhando com seus irmãos sediados em Frankfurt, Londres, Viena e Nápoles, ele se tornou o banqueiro favorito do monarca francês restaurado, Luís xiii, e, após a revolução de julho de 1830 — que derrubou o sucessor de Luís, Carlos x —, ele continuou a ser o banqueiro real sob o rei Luís Felipe.

O barão James (título austríaco que lhe fora concedido em 1817) financiou operações do governo, indústria pesada, minas de carvão e a construção de ferrovias francesas. Depois dos palácios reais, seu *château* em Ferrières, que ele comprou de Joseph Fouché — um dos arquivilões da história francesa — e ampliou, era um dos maiores da França, e tão luxuoso que, antes de morrer, em 1868, James pôde bajular Napoleão iii convidando-o para caçar em suas terras e almoçar no *château*. O sucessor de James na direção do banco francês, seu filho mais velho, Alphonse, instalara-se na mansão na esquina da rua Saint-Florentin com a rua Rivoli que pertencera a Talleyrand e hoje abriga o Consulado-Geral dos Estados Unidos. Ele deu continuidade ao papel de seu pai como o mais importante banqueiro da França e financiou o pagamento adiantado das indenizações que o país fora obrigado a fazer sob o Tratado de Frankfurt. Ao lado de Dreyfus após a condenação por traição, e de Joseph Reinach, um político de centro-esquerda que se tornou um dos primeiros dreyfusistas, o barão Alphonse era o homem mais odiado da França: o típico judeu, infinitas vezes caricaturado, cevando-se à custa dos cristãos e espalhando doença pela sociedade francesa. Mas o barão

Alphonse não era o único banqueiro judeu imensamente rico na França. Um ou dois passos atrás dele estava uma falange de outros banqueiros judeus abastados que, como os Rothschild, possuíam títulos fora da França: os condes Camondo e Cahen d'Anvers, os barões Koenigswarter, Léonino, D'Almeida e Menasce. Seus nomes, ao contrário do de Rothschild, já não são conhecidos pelo público, com exceção de Camondo, que hoje é lembrado graças ao magnífico museu Nissim de Camondo, em Paris, instalado na mansão da família na orla do Parque Monceau. Após 1870, juntaram-se a essa aristocracia judaica famílias de banqueiros como Bamberger, Stern, Deutsch, Pereire e Bischoffsheim, além do barão Jacques de Reinach, tio de Joseph Reinach, que se suicidou em dezembro de 1892 depois de ter sido implicado no escândalo de suborno ligado à ruína da Companhia do Canal do Panamá.

O assombroso sucesso da relativamente pequena comunidade de judeus franceses — na virada do século, a população judaica era estimada em 86 mil pessoas no total de 39 milhões da população francesa — não se limitava às finanças. Em 1895, dos 260 membros do Institut de France (a reunião das academias dos mais eminentes escritores, acadêmicos e artistas franceses: Académie Française, Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, Académie des Sciences, Académie des Beaux-Arts e Académie des Sciences Morales et Politiques), sete eram judeus. Como vimos, havia nos anos 1890 cerca de trezentos oficiais judeus na ativa no Exército, e cinco generais em 1889. Judeus eram deputados, senadores e importantes servidores públicos, entre eles conselheiros do Conseil d'État, o mais alto tribunal administrativo da França, e havia professores judeus na Sorbonne, no Collège de France, na École

Polytechnique, na École Normale Supérieure e na prestigiosa École Pratique des Hautes Études.⁶

Judeus franceses também eram numerosos nas áreas de medicina e direito, jornalismo, literatura, teatro e artes visuais. As carreiras dos três irmãos Reinach, que alguns chamavam de Irmãos Sabe-Tudo (*les frères je-sais-tout*), exemplificavam em muitos aspectos esse florescimento. O mais novo, Théodore (1868-1928), recebeu o maior número de prêmios de sua geração no *concours général*, um exame nacional aplicado no fim do ano no liceu para identificar os melhores alunos. Depois de obter doutorados em direito e literatura, ele atuou vários anos como advogado (*avocat*) em Paris e se tornou arqueólogo com especial interesse em numismática, matéria que lecionou na Sorbonne e no Collège de France; também lecionou história das religiões na École Pratique des Hautes Études. Salomon (1858-1932) recebeu, assim como Théodore, uma medalha de ouro no *concours général* e se tornou filósofo e arqueólogo, dirigindo importantes escavações na Ásia Menor, nas ilhas gregas e em Odessa. Joseph (1856-1921), após triunfar no *concours général*, também exerceu primeiro a advocacia. Seu brilhantismo foi notado pelo grande político republicano Léon Gambetta, que o convidou para ser chefe de seu gabinete. Após a morte de Gambetta, Joseph tornou-se político republicano, foi deputado em dois mandatos e se tornou um dos primeiros dreyfusistas importantes que não eram membros da família de Dreyfus. Também é o autor da monumental obra em seis volumes *Histoire de l’Affaire Dreyfus*.⁷

Sem contar fatores como o talento e a vontade de vencer dos judeus individualmente considerados, a milenar tradição judaica de letramento e o grande valor que os

judeus atribuem ao saber, a óbvia razão do amplo e rápido progresso dos judeus na sociedade francesa foi sua emancipação ter ocorrido cedo. Em 26 de agosto de 1789, a assembleia constitucional dos “representantes do povo francês” adotara a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, cujo artigo primeiro declarava: “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum”. Essa radiante promessa foi cumprida para os judeus que viviam na França quando o corpo legislativo revolucionário que sucedeu à assembleia dos representantes do povo adotou o decreto de 27 de setembro de 1791 (confirmado em 13 de novembro), que concedia direitos de cidadania, com todas as vantagens previstas na Constituição, a “todos os homens que fizerem o juramento de cidadania e se comprometerem a cumprir todos os deveres impostos pela Constituição”. Os judeus franceses exultaram com a notícia e acorreram em massa às cerimônias para prestar juramento. Pela primeira vez desde o cativeiro babilônico eles eram verdadeiramente livres.

A importância de essa promessa ter sido levada à sua conclusão lógica — afinal, um lógico do calibre de Robespierre foi um dos proponentes da cidadania para os judeus franceses — pode ser bem avaliada comparando-se a situação dos judeus nessa mesma época na Espanha, nas terras dos Habsburgo, nos estados alemães e na Inglaterra. A Inquisição continuava a perseguir os marranos, descendentes de judeus convertidos que secretamente aderiam à religião ou às práticas judaicas. No Império Austríaco, os judeus não tinham nenhum dos direitos dos cidadãos: os que não viviam na zona rural eram confinados em guetos; judeus tinham de pagar impostos

especiais pelo privilégio de morar em áreas específicas, como a Boêmia; o casamento era proibido, exceto sob permissão do governo imperial, que geralmente a concedia apenas ao filho mais velho; além das fúteis e vexatórias restrições às ocupações que eles podiam exercer, os judeus eram proibidos de possuir ou arrendar terras. A onda de revoluções (às vezes chamada de Primavera das Nações) que varreu a Europa em 1848 resultou em uma Constituição austríaca que concedia liberdade de religião a todas as minorias nas terras dos Habsburgo e eliminava as restrições especiais aos judeus, mas foi seguida por uma contrarrevolução que lhes tirou os novos direitos. Só em 1867, ano do acordo que culminou na fundação do Império Austro-Húngaro, uma nova Constituição garantiu plenos direitos aos judeus. Embora servissem na reserva como oficiais de Estado-Maior e de regimentos, o número de judeus como oficiais de carreira era pequeno. Suas possibilidades de promoção dependiam acentuadamente da conversão ao cristianismo, o que não acontecia no Exército francês.⁸ Sob o imperador Francisco José, os judeus também eram habitualmente barrados do funcionalismo (exceto no nível inferior) e do corpo docente das universidades. Na Alemanha, judeus serviam como oficiais de reserva, mas na virada do século XIX não havia oficiais de carreira entre os judeu-alemães.

A situação variava nos estados alemães. Em alguns, a emancipação dos judeus chegou na esteira das vitórias de Napoleão, mas os direitos foram revogados e as antigas restrições voltaram após a derrota de Waterloo. Os judeu-alemães só conseguiram a cidadania absoluta em 1871, com a unificação da Alemanha. Na Inglaterra, onde o antissemitismo era disseminado, iniciou-se um avanço nos

anos iniciais do Oitocentos. O primeiro judeu foi admitido como advogado em 1833, e o primeiro xerife judeu foi nomeado em 1835. A emancipação plena veio em 1858, e com ela mudou a forma do juramento exigido aos membros da Casa dos Comuns, levando ao efeito pretendido: permitir que o barão Lionel de Rothschild assumisse uma cadeira como representante da City londrina. Esse cargo estivera vago, apesar de em sucessivas eleições Rothschild ser escolhido como membro.

A emancipação dos judeus franceses em 1791 provocou uma feroz reação antissemita, em especial na Alsácia, e a violência avançou pelos anos 1830 com arruaças, assassinatos e incêndios premeditados contra judeus. Mas nem os tumultos nem a violência contra pessoas e propriedades conseguiram arrefecer o entusiasmo dos judeus por assumir os deveres e privilégios da cidadania francesa. Ao contrário: eles transformaram sua gratidão pela cidadania em um patriotismo inabalável e na identificação pessoal com a França. Fizeram do desejo — se não da necessidade — da assimilação o alicerce de seu judaísmo moderno.

A assimilação pareceu-lhes, aliás, o corolário forçoso da emancipação, e envolvia mais do que a aquisição da cultura francesa.⁹ Seu significado mais amplo era a fusão social, uma ambição que incluía a reforma da religião judaica de modo a trazê-la para a órbita da modernidade francesa. O fato de que o Estado francês vinha concedendo apoio financeiro a rabinos e sinagogas desde 1831 era importante nesse aspecto: os rabinos entendiam que, além de seu status religioso, eles tinham também o de servidores públicos da França. A consequência foi sua lealdade ao país e o respeito pelos interesses do Estado, visto na maneira

como exerciam seu ministério. Alguns pensadores aceitaram o resultado final inevitável: a extinção do sentimento judaico e a absorção dos judeus na massa de seus compatriotas de outras religiões, não por conversão ou pelo casamento, mas pela inserção de seu cotidiano no complexo da cultura e das atividades diárias francesas. Muitos judeus pensavam poder conservar uma identidade judaica e ao mesmo tempo manter e exercer seus plenos direitos de cidadãos franceses. Preferiam a França republicana, sob a qual haviam sido emancipados, mas de livre vontade haviam sido leais ao Primeiro e ao Segundo Império, aos Bourbon restaurados e à monarquia de Orléans. Quando o antissemitismo recrudescer nos anos 1880, a atração do centro político para os judeus tornou-se necessariamente maior. O centro pareceu oferecer-lhes mais segurança do que a direita, que representava forças do monarquismo e da Igreja Católica, ou do que a esquerda, com sua orientação antiburguesa e sua ênfase anticlerical que também ameaçava a continuidade do apoio financeiro estatal a sinagogas e rabinos.

O desejo de, acima de tudo e em todos os momentos, ser francês teve outra consequência: a tendência dos judeus franceses a minimizar a importância do antissemitismo, permanecer passivos e evitar protestos contra comportamentos abusivos — uma tendência que se repetiu na Alemanha nos anos que antecederam a ascensão de Hitler ao poder e, posteriormente, durante o breve período em que ele ainda estava vulnerável à pressão internacional. Em seu relato biográfico sobre o caso, Léon Blum escreveu que, de início,

de modo geral os judeus haviam aceitado a condenação de Dreyfus como definitiva e justa. Não conversavam uns com os outros sobre o caso; longe de trazer o assunto à baila, fugiam dele. Uma tristeza imensa caíra sobre Israel. Sofria-se sem dizer palavra, esperando que o tempo e o silêncio apagassem seus efeitos.

Os judeus chegaram até a receber com grande circunspeção e desconfiança o começo da campanha por um reexame judicial. O sentimento dominante expressava-se por expressões como: “Isso não é coisa com que os judeus devem se meter...”. Nem todos os elementos nesse complexo sentimento tinham a mesma qualidade. Certamente havia patriotismo, um patriotismo irritável até, e respeito pelo Exército, confiança em seus chefes e aversão a considerá-los parciais ou falíveis. Mas havia também uma espécie de prudência egoísta e temerosa que talvez fosse bem mais séria. Os judeus não queriam que se acreditasse que defendiam Dreyfus porque ele era judeu.¹⁰

As tentativas dos judeus para serem discretos mostraram-se tão inúteis na França em 1894 quanto seriam na Alemanha nos anos 1930. Tão logo veio a público que Dreyfus fora preso e acusado de traição, jornais antisemitas iniciaram uma campanha concentrada nele, mas ao mesmo tempo clamando que toda a comunidade judaica estava unida para defender o traidor e dar continuidade ao seu trabalho de espionagem. O termo *Syndicat* (sindicato) entrou em uso, inventado e propagado por Drumont, autor de *La France juive*, e por Henri de Rochefort, um jornalista de direita: a intenção era sugerir que havia uma aliança judaica que explorava a vasta reserva de dinheiro dos judeus e se empenhava em recorrer a todos os meios corruptos para defender Dreyfus. Qualquer um que declarasse acreditar na inocência de Dreyfus corria o risco de ser acusado de pertencer a esse sindicato ou

estar a seu serviço. Assim que se soube que o tenente-coronel Picquart estava decidido a provar que Dreyfus era inocente e Esterhazy era o traidor, a imprensa antidreyfusista começou a se referir a Picquart como o principal agente do Sindicato.

A família Dreyfus tinha plena consciência do perigo de substanciar a teoria da conspiração. De início, Mathieu fez de tudo para evitar publicidade, mas por fim pareceu-lhe possível incumbir Bernard Lazare de preparar um relatório que demonstrasse o erro judiciário cometido pela corte marcial de 1894 e distribuí-lo amplamente, enquanto Lucie Dreyfus solicitava à Câmara dos Deputados um reexame judicial. Essa foi uma escolha que, na opinião de alguns dreyfusistas, retardou significativamente o êxito final do protesto. Mas revelou-se presciente quando a onda de ataques a judeus desencadeada após o Caso Dreyfus veio a público e Zola publicou o “J’accuse”. Como escreveu Michael R. Marrus:

Imediatamente após a publicação de “J’accuse”, de Émile Zola, houve levantes antijudaicos em praticamente todas as cidades da França. Não só lojas e casas de judeus foram atacadas e queimadas, mas além disso judeus foram agredidos nas ruas. A polícia parecia ser ineficaz ou mancomunada com os arruaceiros. [...] Segundo relatórios policiais, as turbas, além de gritar palavras de ordem associadas ao Caso Dreyfus, também bradavam “Morte aos judeus!”. Em Paris, uma multidão irrompeu de seu tradicional campo de batalha no Quartier Latin e atacou estabelecimentos judeus na Margem Direita. Em Nantes, noticiou-se, vários soldados juntaram-se à manifestação, e em Bordeaux foram travadas batalhas campais nas vizinhanças da sinagoga. Tumultos significativos foram registrados em Marselha, Lyon, Nancy e Versalhes. Até cidades menores, Clermont-Ferrand, La Rochelle,

Poitiers, Angoulême e Saint-Flour, tiveram incidentes de violência e manifestações antissemitas. Na Argélia, onde por vários dias a polícia nada fez para impedir os confrontos, os tumultos foram particularmente sangrentos; várias pessoas foram espancadas até a morte, no que só poderia ser descrito como um *pogrom*.¹¹

Publicações católicas reacionárias punham lenha na fogueira do antissemitismo. Entre elas estava *La Croix*, um jornal francês de grande circulação que clamava pela expulsão dos judeus do país.

Na França, o ano de 1899 foi marcado por extrema tensão política, boa parte dela relacionada à tramitação, na Corte de Cassação, do reexame da corte marcial de Dreyfus. Sob a legislação então em vigor, assim que fosse aceita a petição da revisão, a tarefa de analisar a sentença da corte marcial de Paris caberia à câmara criminal da Corte de Cassação. Acusações de que juízes dessa câmara eram parciais em favor de Dreyfus resultaram em nova legislação, que transferiu a jurisdição da câmara criminal para uma câmara unificada composta de todos os juízes da câmara criminal e das câmaras civis. Enquanto a câmara unificada laboriosamente reexaminava as constatações dos juízes da câmara criminal — que, segundo a lei prévia, haviam sido encarregados de relatar o caso —, Paul Déroulède, ex-seguidor do general Boulanger e fundador da direitista Liga dos Patriotas, tentou dar um golpe de Estado no dia dos funerais do presidente da república, Félix Faure. O golpe fracassou. Déroulède foi primeiramente absolvido pela Corte Regional em Paris, e então banido por cinco anos por uma votação do Senado. Depois que a Corte de Cassação reverteu a sentença de 1894 em 3 de junho e baixou o processo de Dreyfus para uma corte marcial em Rennes, a

notícia foi recebida por uma tempestade de tumultos nacionalistas e antissemitas. Boa parte da fúria dirigiu-se a Émile Loubet, o sucessor de Faure. Ele era suspeito de ser um dreyfusista, e ainda por cima de ser cúmplice no escândalo da companhia do Panamá. Em 4 de junho, um barão monarquista agrediu Loubet com uma bengalada na cabeça na pista de corridas de Auteuil. Felizmente o presidente estava de cartola e não sofreu dano. Uma colossal contramanifestação de republicanos e dreyfusistas ocorreu em Paris e foi seguida por violência nas ruas. Pela primeira vez, o Exército deu sinais de nervosismo: generais em Rennes e Angers publicaram incendiárias ordens do dia, protestando contra o reexame da condenação de Dreyfus e assinando cartas que foram publicadas na imprensa antissemita. Mais tarde, naquele verão, o governo caiu, e depois de um começo malogrado formou-se um novo governo encarregado da defesa da república com Pierre Waldeck-Rousseau como primeiro-ministro e o general De Galliffet como ministro da Guerra. Isso enfureceu a imprensa antissemita e antidreyfusista e seus partidários, a maioria dos quais acreditava que Waldeck-Rousseau fosse dreyfusista. Galliffet foi criticado como aliado de Joseph Reinach e carrasco da Comuna de Paris.

A corte marcial de Dreyfus em Rennes começou em 7 de agosto e terminou em 9 de setembro com o veredito de culpa. No decorrer de todo esse período, Rennes lembrava um campo armado, com uma gigantesca concentração de policiais e soldados para conter a agitação antidreyfusista. Apesar disso, em 14 de agosto, Ferdinand Labori, advogado de Zola que se juntara a Edgar Demange na equipe de defesa, foi ferido a bala. Seu atacante escapou e nunca foi preso. O perdão presidencial a Dreyfus foi assinado em 19

de setembro, mas só o anunciaram à noite para permitir que Dreyfus deixasse a prisão militar antes que a turba antidreyfusista explodisse em revolta. O chefe da Sûreté, o controlador-geral do Ministério do Interior e três detetives acompanharam Dreyfus da prisão até a estação ferroviária e embarcaram com ele no trem para Nantes, onde Mathieu o aguardava. De lá o grupo viajou para Bourdeaux, trocou de trem rumo a Avignon e terminou a jornada de carruagem até a propriedade das irmãs de Dreyfus em Carpentras. A tensão era tanta, que o chefe da Sûreté quis assegurar-se de que Mathieu estava armado.

Violência e ameaças de violência continuariam a perseguir Dreyfus. Zola morreu em 29 de setembro de 1902, asfixiado na cama por fumaça de monóxido de carbono saída do aquecedor no quarto — descobriu-se que a chaminé havia sido bloqueada, e suspeitou-se de que o ocorrido tivesse sido obra de direitistas radicais que vinham clamando pelo assassinato do escritor. A questão da responsabilidade, ou mesmo da possibilidade de ter havido um crime, nunca foi resolvida. A viúva de Zola pediu a Dreyfus que não comparecesse ao funeral, que se realizaria uma semana mais tarde no cemitério de Montmartre. Temia que a presença dele provocasse manifestações e pusesse em perigo os outros presentes na cerimônia. O prefeito de polícia tinha a mesma opinião, mas Dreyfus, que se tornara grande amigo de Zola, recusou-se a seguir o conselho. Isso resultou em um tumulto no cemitério, instigado pela imprensa antisemita, e foi preciso um destacamento da polícia montada para dispersar a turba. Nesse meio-tempo, Dreyfus, que estivera cercado por um escudo humano formado por Mathieu e amigos, escapou por um portão lateral. Esse acontecimento e a necessidade de proteção

policia! quando ele foi ao funeral de seu sogro duas semanas depois convenceram Dreyfus de que ele devia abster-se de comparecer a eventos públicos. Tal decisão impediu-o de estar presente no enterro de seu cunhado, marido de sua querida irma Henriette, e, menos de um ano depois, no de Bernard Lazare, cujo folheto fora essencial para dar início à campanha pela revisão judicial. A ausência de Dreyfus nesse último funeral foi criticada pela imprensa e gerou intenso ressentimento contra ele. Em suas memórias desse período, lançadas em 1910, o poeta Charles Péguy, grande amigo de Lazare, censurou Dreyfus e sua família por terem considerado Lazare um empregado, alguém que podia ser tratado com desconsiderao.¹²

Seis anos depois, o governo aprovou a transferência dos restos mortais de Zola para o Panteão, uma honra reservada aos heróis da França. Extremistas de direita, monarquistas e antissemitas, aliados à Action Française, um novo grupo realista de direita, expressaram sua fúria em escabrosos artigos publicados no recém-fundado jornal da organizao. Um agente secreto da polícia informou que um realista anunciara um prmio de 20 mil francos pela cabeça de Dreyfus. A cerimônia no Panteão ocorreu em meio a hostilidades. Apesar da previsão de violência, Dreyfus compareceu com mulher e filhos. Foi baleado pelo jornalista de extrema direita Louis-Anthelme Gregori. Alertado pelo primeiro tiro, que errou o alvo, e vendo a arma apontada para si, Dreyfus ergueu o braço direito para se proteger. O braço foi perfurado, mas desviou a bala e o salvou de maiores danos. Gregory foi absolvido sob a alegao de que o ataque, provocado por descontrole emocional, não havia sido premeditado. O filho do famoso escritor Alphonse Daudet, Léon Daudet, um antissemita e realista associado à

Action Française que instigara ativamente a agitação contra Zola e contra os dreyfusistas em torno da cerimônia, referiu-se ao incidente em suas memórias do período como “uma brincadeira de ataque pelo nosso velho colega Gregori, do *Gaulois* [um jornal de direita antissemita], contra o famoso Dreyfus, duas vezes condenado, depois perdoado, depois absolvido por um passe de mágica”.¹³

Os excessos — na retórica e na ação — dos antissemitas e dos movimentos de extrema direita (monarquistas, clericalistas e nacionalistas radicais) fortaleceram a resolução daqueles franceses que desejavam escorar suas instituições republicanas. O Partido Radical, um grupo parlamentar de centro-esquerda, venceu as eleições de 1902 e se tornou o esteio da Terceira República. A agremiação, anticlerical e contrária à expansão colonial, forçou a reforma de generais antirrepublicanos e pôs o Exército sob firme controle civil. Ainda assim, o antirrepublicanismo e o antissemitismo continuaram a ser forças poderosas na França por todo o decênio de 1930 e durante os anos de Vichy.

Dreyfus morreu em 12 de julho de 1935, com a saúde em declínio ao longo dos últimos anos de vida. Vivera o suficiente para ao menos ler a respeito das violentas manifestações de 6 de fevereiro de 1934 por ligas armadas antirrepublicanas, clericalistas e antissemitas, se é que não as presenciou. Se vivesse mais alguns anos, teria testemunhado a ascensão da Front Populaire, uma coalizão de grupos de esquerda, entre eles o Partido Comunista, nascida no ano seguinte como reação a esses tumultos e ao perigo da iminência de um golpe protofascista. A Front Populaire venceu as eleições legislativas em maio de 1936 e formou um gabinete com Léon Blum, dreyfusista de

primeira hora, como primeiro-ministro. A presença de um judeu à frente do governo encolerizou os antissemitas, que clamaram abertamente por seu assassinato. A Front Populaire permaneceu no poder apenas dois anos, e seu mandato foi marcado por graves perturbações da ordem, entre as quais: greves violentas com confrontos entre grevistas e policiais, arruaças promovidas pelos partidários da Action Française e até pelo grupo mais extremista e fascista Cagoule, uma tentativa fracassada de assassinar Blum, um ataque a bomba em setembro de 1936 contra a sede do Cagoule em Paris — atentado que o próprio Cagoule cometera com intenção de pôr a culpa nos comunistas —, e uma tentativa de golpe pelo Cagoule em novembro daquele ano. O anseio dos antirrepublicanos por um regime autoritário encontrou plena expressão no governo de Vichy pela ação do marechal Pétain. Suas políticas antissemitas, ainda mais rígidas do que as leis de Nuremberg para definir um judeu, e sua avidez por cooperar com a Alemanha na deportação de judeus franceses para campos de concentração alemães tornaram-se bem conhecidas desde a publicação, em 1972, do revolucionário livro de Robert O. Paxton, *Vichy France: old guard and new order, 1940-1944*. As autoridades de Vichy realmente entregaram Blum aos alemães, mas ele sobreviveu à deportação para Buchenwald, onde foi tratado com comedimento e, até sua morte, em 1950, teve um papel importante na reconstrução da França.

O racismo e o antirrepublicanismo continuam a assombrar a França desde a Segunda Guerra Mundial. Mostraram-se, entre outros incidentes, na tortura a argelinos durante a guerra pela independência que devastou a Argélia de 1954 a março de 1962 e terminou

com a assinatura dos Acordos de Evian; no golpe de Estado do general De Gaulle em maio de 1958; no *putsch* dos generais franceses na Argélia em abril de 1961; e na tentativa de assassinar De Gaulle e sua esposa em Petit Clamart em 22 de agosto de 1962. Em 3 de outubro de 1980, uma bomba explodiu na frente da sinagoga da rua Copernic, no 16^o *arrondissement* de Paris; quatro pessoas foram mortas e vinte ficaram feridas. Se a explosão houvesse ocorrido alguns minutos depois, o número de vítimas teria sido muito maior, pois o serviço do sabá teria terminado e os fiéis estariam saindo da sinagoga. Esse ataque ensejou um inesquecível comentário do primeiro-ministro francês na época, Raymond Barre, que se referiu às “inocentes vítimas francesas” do crime. Inicialmente se pensou que o ataque tivesse sido obra da extrema direita francesa. Mais de vinte anos depois, foi encontrado o suposto terrorista: um libanês de ascendência palestina que desde então adquirira nacionalidade canadense e estava vivendo tranquilamente no Canadá depois de uma longa temporada nos Estados Unidos.

Um certo padrão de agressões a judeus vem se mantendo: os numerosos casos de profanação de cemitérios judaicos e incêndios de sinagogas são apenas um exemplo. Nos últimos anos, o racismo e o ódio religioso têm assolado bairros pobres de Paris e outras cidades francesas, frequentemente eclodindo em atos violentos cometidos por africanos e muçulmanos negros contra uma sociedade que eles veem como hostil e fundamentalmente injusta, e contra os judeus, que eles odeiam por serem judeus e porque odeiam Israel. Entre os ataques antissemitas incluem-se, em anos recentes, casos de sequestro e tortura, sendo o mais notório deles o sequestro com pedido de

resgate de Ilan Halimi, um jovem judeu vendedor de telefones celulares, cometido por uma gangue de jovens educados na França, alguns dos quais eram imigrantes muçulmanos e outros brancos de ascendência francesa. Halimi suportou três semanas de tortura com espancamentos, queimaduras, cortes no rosto e no corpo e ameaças de sodomização com cabo de vassoura. No fim, jogaram-lhe ácido no corpo, cortaram-lhe a garganta, ensoparam seu corpo com gasolina e atearam fogo. O chefe da gangue de sequestradores negou que o antissemitismo tenha sido um motivo: Halimi fora sequestrado porque judeus têm dinheiro.

3. “Que lhe importa se esse judeu permanecer na ilha do Diabo?”

Em seu ensaio sobre o caso, Mathieu Dreyfus recordou os meses que se seguiram à cerimônia de degradação na Escola Militar:

À nossa volta era um vazio. A agitação febril da luta, quando alternávamos entre esperança e desespero, sumira. Silêncio, um silêncio de morte, pairava sobre nós. Tínhamos a sensação de que não éramos mais seres humanos como os outros, de que havíamos sido desligados do mundo dos vivos, atingidos no coração por uma doença mortal. Alguns íntimos, por compaixão, continuavam a trazer [...] palavras de consolo. Davam-me a impressão de acharem que a luta era impossível, que o caso estava encerrado.¹

A situação realmente deve ter parecido sem saída. O apelo de Dreyfus para que fosse feita uma revisão por uma comissão militar fora sumariamente negado. Isso dava um caráter definitivo ao veredicto da corte marcial, sem mais direito a reexame. Dreyfus permanecia condenado por traição. O fato de que sete juízes militares — oficiais do venerado Exército francês — haviam chegado unanimemente ao veredicto tivera enorme influência sobre

a opinião pública, afastando todas as dúvidas quanto à culpa do réu. Os judeus franceses achavam que ele desgraçara a si mesmo, sua família e toda a comunidade judaica. Léon Blum recordou que os judeus da mesma idade e classe social de Dreyfus que também haviam alcançado posições elevadas no Exército ou no funcionalismo depois de obter bons resultados em árduos exames competitivos indignaram-se como se o crime houvesse sido cometido contra eles próprios: ressentiam-se da ideia de que os antissemitas usariam o delito contra eles, lançando dúvidas sobre sua integridade e patriotismo e pondo em risco suas carreiras exemplares. Queriam que Dreyfus e seu caso fossem esquecidos.

Diante das circunstâncias, Mathieu Dreyfus decidiu que o primeiro passo era tentar persuadir os amigos da família e o mais amplo círculo de conhecidos possível de que, apesar de todas as aparências, seu irmão era inocente. Esperava no mínimo abalar a crença daquelas pessoas acerca da culpa do irmão. Conseguiu convencer um grupo e exortou-o a buscar recrutas para a causa. Quando, pouco a pouco, esses esforços começaram a dar resultado e se tornaram conhecidos, deram munição a jornalistas antissemitas e a todos os que desejavam acreditar no mito de um sindicato judeu, uma conspiração que batalhava por Dreyfus e tinha acesso ilimitado ao ouro e ao poder. Na realidade, os primeiros dreyfusistas não eram ricos nem poderosos, mas três deles, o major Ferdinand Forzinetti, Bernard Lazare e o dr. Joseph Gilbert, prestaram uma assistência que se revelou crucial.

Forzinetti era o comandante da prisão militar da rua do Cherche-Midi, onde Dreyfus foi confinado depois de ser detido. Os arrebatados e incansáveis protestos de inocência

de Dreyfus, assim como sua conduta geral — que, pela longa experiência de Forzinetti com prisioneiros, não condiziam com a culpa —, haviam-no convencido de que Dreyfus era inocente. Ele nunca vacilou nessa convicção. O apoio de Forzinetti à causa de Dreyfus e sua intercessão por ele acabaram por custar-lhe a expulsão do Exército. Poucos dias depois da transferência de Dreyfus da prisão do Cherche-Midi para a da ilha de Ré, a caminho da ilha do Diabo, Forzinetti entregou a Mathieu os autos da pronúncia da promotoria com as anotações de Alfred nas margens — elas serviriam mais tarde como um guia para a defesa. Ainda mais valiosa foi uma apresentação: Forzinetti pôs Mathieu em contato com Bernard Lazare, um jovem e talentoso crítico literário que estava estabelecendo, a passos largos, uma reputação de astúcia, independência e argumentação implacável. Tendo previamente convencido Lazare da inocência de Dreyfus e aquilatado seu entusiasmo, Forzinetti disse a Mathieu que provavelmente ali estava alguém capaz de encontrar aliados nos círculos literários e jornalísticos. Mathieu seguiu o conselho de Forzinetti e pediu a Lazare para incumbir-se dessa tarefa. (A conversão de Léon Blum para a causa dá uma boa medida da eficácia de Lazare.) Blum recordou que outro amigo, Michel Bréal, o “pai da semântica”, comentou que não acreditava na culpa de Dreyfus porque não fora apresentado nenhum motivo plausível para o crime. Blum tornou-se um dreyfusista convicto algum tempo mais tarde, logo depois de uma visita de Lazare, que chegara acompanhado de Forzinetti. Resistir a Lazare foi impossível. “Com admirável abnegação, indiferente à oposição e até a suspeitas”, escreveu Blum, Lazare “procurou apoio em toda parte, levou de porta em porta o testemunho de Forzinetti e

o parecer contrário de especialistas [em grafologia]”.² O dr. Gilbert, médico de Le Havre, também se inquietara com a ausência de motivos para o suposto crime e, como Forzinetti, com a inquebrantável insistência de Dreyfus sobre a falsidade da acusação; como médico, temia que o clima da ilha do Diabo matasse o prisioneiro, e essa preocupação aumentava a urgência dos esforços que ele fazia em sua defesa.

Mathieu pôde sentir algum alívio e consolo ao ver que aumentava o círculo de homens e mulheres que não aceitavam o veredicto de culpa e buscavam modos de revogá-lo. Em outros aspectos, porém, os esforços de Mathieu em 1895 malograram. Agentes da Sûreté e da Seção de Estatística atormentaram ele e sua família com uma vigilância desastrada e com tentativas de arrancar informações subornando sua criadagem; ele foi obrigado a alugar apartamentos e casas sob nome falso e, por proteção, a mandar os filhos para a casa dos pais de sua mulher. A importunação e os truques sujos continuariam nos quatro anos seguintes. No entanto, dois eventos fortuitos na primeira parte do ano abriram caminho para o êxito final. Em fins de fevereiro, o dr. Gilbert relatou a Mathieu uma conversa na qual nada menos do que Félix Faure, o presidente da república, dissera-lhe que Dreyfus não fora condenado com base no *bordereau* nem em qualquer coisa que houvesse ocorrido durante as audiências. Em vez disso, os juízes haviam chegado ao veredicto depois de ler documentos que lhes tinham sido entregues em segredo enquanto estavam deliberando. Por razões de Estado, fora impossível mostrar tais documentos ao acusado e a seu advogado. Faure rejeitara os pedidos de Gilbert para intervir em favor de Dreyfus, mas, surpreendentemente, autorizou o

médico a contar a Mathieu sobre os documentos secretos. Mathieu reconheceu de imediato a extraordinária importância que aquela informação poderia ter como base de uma impugnação judicial à legalidade dos procedimentos do tribunal militar. Pouco depois, a acurácia das revelações do presidente Faure foi reforçada: Demange, o advogado de Dreyfus, tentando descobrir a origem de um rumor que circulava entre seus colegas — o de que os juízes militares tinham visto uma carta de um adido militar estrangeiro em Paris a outro na qual se fazia referência a “*cette canaille de D.*” —, perguntou a seu amigo Ludovic Trarieux se aquela história tinha fundamento.

Trarieux assumira a pasta da Justiça em janeiro de 1895, quando um governo efêmero chefiado por Alexandre Ribot substituiu o governo Dupuy, no qual o general Mercier fora ministro da Guerra. Trarieux confirmou a existência da carta, informando que a fonte era um colega de gabinete, Gabriel Hanotaux, que permanecera ministro das Relações Exteriores no novo governo. (Como vimos, Hanotaux objetara à corte marcial de Dreyfus porque antevira o surgimento de problemas com a Alemanha se o adido militar alemão fosse revelado como espião.) Contudo, quando Demange perguntou a Trarieux se também era verdade a outra parte da história — a de que a carta fora entregue em segredo aos juízes militares enquanto eles estavam deliberando —, Trarieux exclamou que tal coisa não poderia ter acontecido porque constituiria uma monstruosa violação dos direitos de Dreyfus. Trarieux tornou-se então um dreyfusista convicto e, depois de deixar o cargo em novembro de 1895, fundou a Liga Francesa de Defesa dos Direitos Humanos, que adotou o Caso Dreyfus como sua primeira causa. Mais tarde, ainda em 1895,

Mathieu tomou uma decisão notavelmente astuta. Ampliou a missão de Lazare dando-lhe todas as informações que coligira sobre o caso, inclusive tudo o que soubera através do dr. Gilbert e de Demange, e pediu a Lazare que escrevesse um livreto demonstrando que Dreyfus era vítima de erro judicial. Lazare concordou e, desprezando os riscos a que se exporia, disse a Mathieu que assinaria o texto com seu nome verdadeiro.

Até o outono de 1896, boa parte dos outros esforços de Mathieu havia sido malsucedida; um de seus planos, aliás, teve um efeito imprevisto. Um jornalista inglês que ele encarregara de manter o caso vivo na imprensa estimulando novas reportagens a respeito de Dreyfus publicou em 3 de setembro, por iniciativa própria, uma matéria em um jornal inglês anunciando que Dreyfus havia escapado da ilha do Diabo. Como vimos, a frenética reação do governo a esse embuste resultou em medidas punitivas contra Dreyfus, a pretexto de impedir uma fuga verdadeira. No entanto, logo em seguida, a publicação de várias outras matérias jornalísticas ensejou um avanço. Um relato de viagem publicado no *Le Figaro* em 8 de setembro revelou as condições desumanas do encarceramento de Dreyfus e pela primeira vez despertou frêmitos de comiseração pelo prisioneiro fora do círculo dos dreyfusistas. Uma semana depois, um amigo de Demange, Paul de Cassagnac, político bonapartista e jornalista famoso pelo número de duelos que travara, analisou a possibilidade de Dreyfus ser inocente ao escrever um artigo intitulado “Le doute” (A dúvida) publicado em *L’Autorité*, um jornal político de opiniões conservadoras moderadas. E, em 9 e 15 de setembro, dois artigos no *L’Éclair*, um jornal de direita e antissemita hostil a Dreyfus, revelou em espantosos detalhes a existência do

dossiê secreto e seu conteúdo. O propósito do artigo era instar o governo a publicar os documentos secretos que haviam levado os juízes militares a condenar Dreyfus e, com isso, pôr fim ao questionamento de sua culpa e às manifestações de compaixão por ele. O que não se esperava era que isso trouxesse a público, pela primeira vez, quão criminosa havia sido a conduta na corte marcial.

O governo não respondeu aos artigos no *Éclair*, e esse silêncio crucial deu a Mathieu a oportunidade pela qual vinha esperando: até então, receoso de que o governo negasse a existência do dossiê, ele não ousara fazer uso em público das informações que o dr. Gilbert e, por intermédio de Demange, Trarieux lhe haviam fornecido, nem usá-las como base de uma petição para a revisão judicial. Removido esse obstáculo, em 18 de setembro Lucie Dreyfus enviou uma carta à Câmara dos Deputados. A entrega não divulgada do dossiê secreto aos juízes militares, ela escreveu, era “uma negação da justiça”, uma violação dos direitos fundamentais do réu e uma razão urgente para revogar o veredicto da corte marcial.³ O texto da carta de Lucie foi publicado no *Le Figaro* e em vários outros jornais. A câmara rejeitou a petição em novembro, porém não antes que o folheto de Lazare, pronto fazia já algum tempo, fosse distribuído em 7 e 8 de novembro a todos os deputados e senadores e também a importantes jornalistas, acadêmicos e personalidades literárias.⁴ Completando o ciclo de inesperadas revelações nos jornais, *Le Matin*, outro periódico direitista, publicou em 10 de novembro um fac-símile do *bordereau*. A aparição do documento na imprensa provocou uma tempestade na Seção de Estatística e uma busca vã pelo culpado do vazamento. Muito mais tarde, descobriu-se que a fonte do *Le Matin* fora Pierre

Teyssonières, um dos grafologistas contratados em 1894 pela Seção — ele confessou que conservara a cópia que lhe fora dada para analisar e a vendera ao jornal. Apesar dos esforços que viera fazendo desde a corte marcial, Mathieu não conseguira obter um fac-símile daquele documento crucial. Ver o *bordereaux* pela primeira vez e poder examiná-lo deu a Mathieu condições de garantir, com o apoio dos numerosos especialistas renomados que ele contratou, que a caligrafia não era de seu irmão. E também de começar a busca pelo verdadeiro traidor.

A recusa da câmara a favorecer a petição de Lucie Dreyfus não foi surpresa, mas teve o efeito de emperrar o esforço para libertar Dreyfus. Sob a legislação francesa, o único recurso jurídico que restava era uma revisão pela Corte de Cassação. Embora o sistema judiciário militar normalmente não fosse da alçada da corte, julgamentos por corte marcial estavam sujeitos a reexame por essa corte se fosse possível aduzir novos fatos significativos desconhecidos por ocasião da corte marcial e que fossem, em si, importantes o suficiente para modificar ou reformar a decisão. O problema era que, por direito, a revisão não estava disponível aos requerentes. Apenas o governo podia solicitar uma revisão de sentença de corte marcial. Se essa solicitação fosse feita e se, depois de um reexame preliminar confiado a um grupo de juízes, o pedido fosse considerado fundamentado, o recurso iria a juízo. Como o governo de então, chefiado pelo primeiro-ministro Jules Méline, opunha-se à reabertura do Caso Dreyfus, qualquer petição dirigida a ele provavelmente também não teria êxito. A dificuldade de assegurar uma ação do governo é ilustrada por eventos posteriores. Após as eleições legislativas de maio de 1898, o governo Méline renunciou e

foi sucedido, em 28 de junho, por um novo governo liderado por Henri Brisson, que era mais receptivo do que Méline à revisão judicial. Ainda assim, só em setembro esse novo governo veio a autorizar o ministro da Justiça a requerer a revisão pela Corte, e isso porque fora forçado a fazê-lo por uma série de acontecimentos extraordinários que tornaram essa ação um imperativo político.

Esses acontecimentos tiveram como causa principal uma mudança de chefia no Estado-Maior ocorrida em 1º de julho de 1895. Mathieu provavelmente não estava ciente dessa mudança, e não se sabe se ele teria sido capaz de aquilatar sua importância. Nessa data, o major Georges Picquart — o oficial que recebera Dreyfus na porta do Ministério da Guerra na manhã em que o prenderam e que se tornara o emissário do general Mercier na corte marcial — tornou-se o novo chefe da Seção de Estatística, substituindo o tenente-coronel Sandherr, que na época sofria a fase terminal de uma paralisia geral.

Nascido em Estrasburgo em 1854, Picquart descendia de uma tradicional família católica de magistrados, servidores públicos e soldados. Seu avô fora diretor de armazéns militares em Estrasburgo; seu pai era o inspetor de impostos diretos nessa cidade. Profundamente marcado pela derrota da França na guerra de 1870 e pela anexação de províncias francesas pela Alemanha — como fora Dreyfus, cinco anos mais novo do que ele —, e, por essa razão, assim como Dreyfus, um patriota fervoroso, Picquart decidiu seguir carreira no Exército. Também essa decisão coincidiu com a de Dreyfus, com a diferença de que Picquart não estudou na École Polytechnique: formou-se, em quinto

lugar na sua turma, na Saint-Cyr, a mais antiga e tradicional academia militar francesa. A seguir ele passou por um treinamento no colégio do Exército, que foi o predecessor da École Supérieure de Guerre, e depois serviu na Argélia. Em 1883, foi designado pela primeira vez para servir no Ministério da Guerra; em 1885, combateu na Indochina com valor e distinção suficientes para ser condecorado com a Cruz de Guerra. Ao voltar para a França em 1888, foi promovido a major aos 33 anos, bem antes da idade usual. Dois anos depois foi lecionar na École Supérieure de Guerre, e ainda ensinava lá, além de servir no gabinete do general de Galliffet, em 1893, quando o general de Miribel, na época chefe do Estado-Maior do Exército, providenciou sua transferência para a Santa Arca do Exército francês. Teria sido difícil, talvez impossível, chegar ao Estado-Maior com qualificações superiores ou apoio mais poderoso. Segundo seu biógrafo Francis de Pressensé, a cultura geral de Picquart estava à altura de suas realizações militares; ele era fluente em alemão, inglês, espanhol e italiano e dera um jeito de conciliar suas tarefas como docente na École Supérieure de Guerre com o estudo do russo na famosa École des Langues Orientales em Paris.⁵ Solteiro, apreciador da vida social e da música, esse oficial-modelo ainda encontrava tempo para visitar a mãe viúva em Versalhes quase diariamente e manter um caso ardente mas discreto com a mulher de um oficial francês das Relações Exteriores. Paléologue recordou Picquart como “alto, esguio, elegante, com uma mente privilegiada, judiciosa e cáustica, em geral oculta sob um aspecto reservado frio e formalista”.⁶ Foi esse oficial exemplar, que encarnava todas as tradições do Exército e do Estado-Maior — inclusive a dose convencional de antissemitismo —, que se tornaria o paladino e salvador

de Dreyfus.⁷ A coincidência de Dreyfus ter sido seu aluno na École Supérieure de Guerre não influenciou em sua decisão de defendê-lo: as relações entre os dois oficiais não haviam sido nada além do usual. Ademais, antes de ter feito as descobertas que o obrigaram a mudar de ideia, Picquart acreditava na culpa de Dreyfus. A simples e monolítica razão das ações de Picquart foi sua integridade.

Já mencionamos as medidas conspiratórias do general Mercier e seus subordinados no Estado-Maior em janeiro de 1895, quando o general estava deixando o posto, adotadas para encobrir seus passos: a destruição do memorando de Du Paty, a dispersão dos documentos e o juramento que ele exigiu de Boisdeffre, Gonse, Sandherr, Du Paty e Henry de nunca revelar coisa alguma relacionada à corte marcial. Cumpridas essas tarefas, o Caso Dreyfus não perturbou o sossego da Seção de Estatística durante o resto daquele ano e nos dois primeiros meses de 1896. A tranquilidade terminou no começo de maio, por uma razão que ninguém poderia ter previsto: Schwartzkoppen perdera a paciência com Esterhazy. Estava insatisfeito com as informações que recebia e, durante uma visita de Esterhazy à embaixada alemã em 20 de fevereiro, Schwartzkoppen ameaçou encerrar suas relações. Em seus cadernos de anotações, ele não menciona se Esterhazy prometeu ou não servir-lhe melhor dali por diante, mas, se tal promessa foi feita, não chegou a apaziguar o adido militar alemão. No começo de março, Schwartzkoppen enviou a Esterhazy a carta que se tornou conhecida como *petit bleu*, o nome comumente dado a missivas escritas em papel azul especial que eram propelidas pneumaticamente de agência a agência dos correios de Paris por uma rede de dutos. Uma carta assim remetida podia chegar ao remetente em algumas horas. O

envelope trazia o nome de Esterhazy, seu posto e endereço residencial. A carta foi escrita em francês no estilo burocrático que um oficial da inteligência alemã normalmente usaria ao corresponder-se com um agente seu:

Prezado senhor,

Aguardo explicação mais detalhada do que a que me foi dada anteriormente a respeito da questão deixada em aberto. Sendo assim, solicito que ela me seja dada por escrito, a fim de que eu possa avaliar a possibilidade de continuar minhas relações com a casa de R.

C. t.⁸

Segundo Marcel Thomas, autor do mais profundo estudo sobre as malfetorias da conspiração do Estado-Maior, esse documento — o primeiro, nesse caso, a mencionar o nome de Esterhazy — chegou despedaçado à Seção de Estatística pela via normal: a faxineira, sra. Bastian. Thomas supõe que se tratasse de um rascunho descartado e jogado no lixo, o que explicaria por que o envelope não continha o carimbo do correio. Essa é a única teoria que explica satisfatoriamente como fora possível o *petit bleu* chegar à Seção de Estatística: se ele houvesse sido remetido, teria sido recebido por Esterhazy. A correspondência desse oficial não estava sendo apreendida ou aberta pelo correio, por isso não havia motivo para que fosse interceptada. Assim que Esterhazy a tivesse lido, ele mesmo, e não Schwartzkoppen, a teria jogado fora — por exemplo, em seu próprio cesto de papéis ou na sarjeta. Nesse caso, ela nunca teria sido pega ou roubada por um agente da Seção de Estatística, e muito possivelmente Esterhazy nunca teria

sido identificado como o autor do *bordereau*. O fato de a caligrafia no *petit bleu* não ser de Schwartzkoppen se deve — segundo Thomas — a seu costume de ditar suas missivas à secretária ou a um funcionário subalterno da embaixada. Mas a assinatura era a regularmente usada por Schwartzkoppen.⁹

O que Schwartzkoppen relatou a respeito do *petit bleu* foi diferente. Afirmou que escrevera a mensagem e que se lembrava de tê-la posto pessoalmente na caixa de correio.¹⁰ Aventou que um dos agentes da Seção de Estatística que o vinha seguindo devia ter interceptado a carta. A versão de Thomas parece mais crível, apesar de contradizer diretamente a afirmação de Schwartzkoppen de que ele escrevera a carta. Como vimos, Schwartzkoppen também havia afirmado que não jogara o *bordereau* em seu cesto de papéis. Talvez tenha desejado apagar da própria memória a embaraçosa displicência com que habitualmente manuseava documentos tão importantes. Além disso, não havia razão para que qualquer pessoa na Seção houvesse inventado a história de que a sra. Bastian entregara um *petit bleu* rasgado.

De acordo com um novo procedimento instituído por Picquart, os documentos recebidos pela via normal eram levados primeiro a ele. Como Henry estava de licença, Picquart disse ao capitão Lauth que remontasse e colasse os pedaços de papel azul. Feito isso, ambos perceberam imediatamente sua grande importância: tinham nas mãos evidências de que o adido militar alemão, conhecido na Seção de Estatística por suas atividades de espionagem, estava escrevendo a um major do Exército francês em termos que não poderiam ser mais suspeitos. E assim teve início uma série de passos em falso que viriam depois a

criar um grave problema para Picquart. Ele pediu a Lauth que fotografasse o documento reconstituído, dizendo-lhe que pretendia criar a aparência de que o *petit bleu* fora apreendido pelo correio. Isso poderia fazer sentido se o propósito tivesse sido usar esse documento incriminatório fora da Seção de Estatística sem revelar as atividades da sra. Bastian. Mas o nome do remetente não aparecia no envelope. Assim, se fizessem parecer que o *petit bleu* fora apreendido pelo correio, ou de algum outro modo que não deixasse clara sua proveniência da embaixada alemã, teria sido difícil associar Schwartzkoppen a Esterhazy. Sem a sra. Bastian e o recibo do documento pela via normal, o indispensável elo com Schwartzkoppen, o *petit bleu* teria se tornado apenas mais uma correspondência endereçada a Esterhazy reclamando sobre algo que ele não fizera direito. Considerando seus invulgares negócios particulares — dívidas não pagas, falcatruas e intrigas —, Esterhazy provavelmente recebia muitas missivas desse tipo. Essa carta banal não o desmascararia como espião da Alemanha. De modo inexplicável, mas decerto não premeditado, a tentativa de Picquart de alterar o *petit bleu* e ocultar a função da sra. Bastian prestou-se a futuras acusações de transgressão, inclusive de falsificação do documento, que começaram a ser levantadas assim que seus superiores e a Seção de Estatística se voltaram contra ele.

Dois outros deslizes atrapalharam Picquart: apesar da importância do *petit bleu*, Picquart não falou sobre ele a seu superior direto, o general Gonse, antes de 3 de setembro — e o fez apenas por ordem direta do general Boisdeffre, que, aliás, só fora alertado em 5 de agosto. Além disso, em informes subsequentes, Picquart indicou incorretamente a data em que o *petit bleu* fora recebido: seis a sete semanas

depois da data real. A preferência de Picquart por trabalhar sozinho pode explicar o fato de ele ter informado Boisdeffre tardiamente: queria investigar uma pista interessante sem interferência ou intrusão de seus superiores. E não ter informado Gonse ao mesmo tempo deve-se, sem dúvida, à idêntica razão, talvez reforçada pela elevada opinião que ele tinha das próprias habilidades e pelo baixo conceito que possuía acerca de Gonse. Quanto a tentar indicar uma data mais tardia para a entrega dessa correspondência importantíssima à Seção, uma explicação plausível pode ser que ele percebera tarde demais que o longo atraso para informar seus superiores poderia sujeitá-lo a críticas, as quais ele tentou prevenir encurtando o período entre o recebimento do documento e seu primeiro informe. Se essa foi sua intenção, a manobra não deu certo. Gonse era versado nas disputas internas da oficialidade e já vinha observando e documentando meticulosamente cada movimento de Picquart.

Como seria de imaginar, Picquart ordenou a vigilância policial de Esterhazy; esta pouco rendeu durante o verão, além de evidências de libertinagem e transações financeiras irregulares. A única potencial corroboração da suspeita de que Esterhazy trabalhava para Schwartzkoppen veio de um informe de um agente duplo afirmando que até 1895 um major francês condecorado, cujo nome não foi fornecido, andara vendendo informações ao adido militar alemão. A patente do oficial e suas condecorações apontavam para Esterhazy. Além disso, o tipo de informação que o tal oficial supostamente vendia ao adido coincidia com os assuntos sobre os quais, como Picquart descobriu, Esterhazy fizera perguntas a outros oficiais. É provável que Picquart tenha começado a suspeitar, nessa fase, que Esterhazy poderia

ser o verdadeiro autor do *bordereau*. Tal suspeita explicaria as providências que ele tomou para obter amostras da caligrafia de Esterhazy. Várias delas chegaram-lhe às mãos nos últimos dias de agosto: cartas que Esterhazy enviara a assessores do ministro da Guerra, general Jean-Baptiste Billot, tentando ser designado para servir no Estado-Maior do Exército ou no ministério a fim de poder permanecer em Paris quando seu regimento fosse transferido da capital para as províncias. Nos arquivos da Seção havia várias fotocópias do *bordereau*, e Picquart comparou as caligrafias. O cotejo não deixou dúvida: o documento com base no qual Dreyfus fora acusado de traição e condenado havia sido escrito por Esterhazy, o major condecorado que era o verdadeiro traidor.

Procurando confirmação, Picquart mostrou o *bordereau* e as cartas de Esterhazy a Du Paty e Bertillon. Obteve respostas estapafúrdias. Du Paty aparentemente exclamou que a caligrafia das cartas era de Mathieu Dreyfus: de fato, as caligrafias de Alfred e Mathieu eram bem semelhantes. Bertillon asseverou sem hesitação que a caligrafia das cartas era a mesma da do *bordereau*. No entanto, depois que Picquart lhe disse que as cartas haviam sido escritas recentemente — portanto não eram de Dreyfus, que estava preso na ilha do Diabo —, Bertillon se desdisse depressa e opinou que o *bordereau* fora escrito por alguém que os judeus haviam treinado para imitar a caligrafia de Dreyfus.

Picquart deu o passo seguinte em 30 ou 31 de agosto. Examinou o dossiê secreto, ainda guardado pelo arquivista Gribelin no envelope lacrado em que Sandherr o pusera. A razão de Picquart para fazê-lo foi seguramente o desejo de verificar se havia no dossiê algo que constituísse prova convincente da culpa de Dreyfus independentemente do

bordereau — evidências que pudessem justificar o veredicto de culpa dos juízes. É importante lembrar que, até aquele ponto, Picquart manifestamente acreditara na culpa de Dreyfus. Vimos que ele estivera a par da existência do dossiê e do uso que havia sido feito dele; com efeito, fora Picquart quem dissera a Mercier e Boisdeffre que só mantivera a calma porque soube que o documento fora entregue aos juízes militares após a conclusão das audiências da corte marcial. A convicção sobre a culpa de Dreyfus é a única explicação plausível para o fato de Picquart não se ter horrorizado com o uso de evidências secretas: ele supôs que elas levassem à mesma conclusão dada pelo *bordereau*. A diferença entre a situação naquele momento e a que encontrara no verão de 1896 era que ele afinal percebia que o *bordereau* não incriminava Dreyfus. Sendo antes de tudo um soldado, ele queria dar aos líderes militares, Mercier e Boisdeffre, o benefício da dúvida. Não queria acreditar que os dois teriam dado prosseguimento ao processo do judeu se não existisse prova adequada da culpa. A prova tinha de estar no dossiê secreto, e Picquart quis assegurar-se examinando-o. Mortificado, chegou, em vez disso, à conclusão de que os documentos do dossiê não tinham valor probatório. Em 1º de setembro, Picquart escreveu seu primeiro relatório oficial recomendando que Esterhazy fosse investigado. Infelizmente, informou que a data de recebimento do *petit bleu* era fins de abril, e essa incorreção solapou sua credibilidade e viria a ser usada contra ele.

O acontecimento seguinte foi uma reunião com Boisdeffre na qual Picquart informou sobre sua investigação e aconselhou o general dizendo que, como o autor do *bordereau* era Esterhazy e não Dreyfus, e como o dossiê

secreto não continha evidência alguma da culpa de Dreyfus, o terrível erro cometido em 1894 devia ser corrigido com toda presteza. Se não o fosse, a família de Dreyfus descobriria os fatos e, assim que viesse à luz que o alto comando do Estado-Maior soubera da verdade e não agira, o Exército seria tremendamente prejudicado. Boisdeffre, que ouvira Picquart em silêncio, reagiu à menção do dossiê perguntando por que os documentos não haviam sido incinerados segundo o que ficara combinado entre Mercier, Sandherr e ele próprio. Picquart não estava a par dessa combinação, e respondeu que Sandherr apenas lhe dissera onde o dossiê era guardado, sob custódia de Gribelin. No dia seguinte, Boisdeffre disse a Picquart que não conseguira dormir depois do que lhe fora dito e ordenou que ele procurasse Gonse, que estava de licença em casa, num bairro residencial de Paris.

Em 3 de setembro, Picquart encontrou-se com Gonse, que ouviu tudo o que ele tinha a dizer, inclusive o argumento de que era necessário tomar providências antes que a família Dreyfus o fizesse. A primeira resposta de Gonse foi uma careta e um resmungo: “Então talvez tenhamos cometido um erro”. Na conversa que se seguiu, Picquart tentou extrair de Gonse algum conselho concreto que ele pudesse levar a Boisdeffre. Não obteve nenhum. Mas Gonse deu uma sugestão: os dois casos, o de Dreyfus e o de Esterhazy, tinham de ser mantidos separados. O fato de Dreyfus ser o autor do *bordereau* era *res judicata* — coisa julgada, já decidida por uma corte de jurisdição competente —, e isso tinha de ser respeitado. Por conseguinte, a responsabilidade pelo *bordereau* tinha de continuar sendo de Dreyfus. Esterhazy deveria ser processado por outros possíveis crimes, contanto que

existissem provas suficientes. Essa foi a posição que Boisdeffre e Billot também adotaram depois. Resumia-se na preferência por ter dois culpados identificados: Dreyfus, uma vez que sua inocência não fora provada, e Esterhazy, se fosse possível condená-lo. A situação era delicada: como Gonse alertou, “a honra de dois generais [Mercier e Boisdeffre] está em jogo”.¹¹ Para Picquart, ele e seus superiores haviam chegado a um impasse.

Picquart e Gonse retomaram a conversa alguns dias depois por carta, sem que Picquart ficasse satisfeito: o general ordenou-lhe que procedesse com extrema cautela na investigação de Esterhazy e lhe fizesse um relatório em 15 de setembro, quando ele retornaria ao ministério. Nesse encontro, Boisdeffre autorizou Picquart a levar sua história ao ministro da Guerra. Billot ouviu-o com aparente compreensão — provavelmente inspirada por sua aversão a Mercier e Boisdeffre — e incentivou Picquart a prosseguir com a investigação enquanto ele, Billot, refletiria sobre o caso. No dia seguinte, Boisdeffre indagou a Picquart como fora a tal conversa e criticou-o asperamente por falar ao ministro sobre o dossiê secreto, classificando essa ação como uma tentativa de causar dissensão entre seus superiores. Boisdeffre falou ele mesmo com Billot no dia seguinte e é bem provável que o tenha convencido de que reabrir o Caso Dreyfus seria perigoso. Desse ponto em diante, qualquer que tenha sido a impressão que a comparação entre o *bordereau* e uma das cartas de Esterhazy causou a Billot, ele se opôs com vigor e inflexibilidade às tentativas em favor do reexame da condenação de Dreyfus.

Gonse voltou ao trabalho na data marcada, 15 de setembro. Nos últimos dez dias de suas férias, ele — assim

como Boisdeffre, Billot e os oficiais da Seção de Estatística — havia sofrido uma série de sobressaltos. Além do transtorno causado a Boisdeffre e Gonse pelas revelações de Picquart e sua persistência em importuná-los, eles haviam lido três artigos muitíssimo preocupantes. Em 8 de setembro, *Le Figaro* publicou uma matéria sobre as condições da prisão de Dreyfus. Muito pior foram os dois artigos de 9 e 15 de setembro no *Éclair* sobre a comunicação do dossiê secreto ao tribunal militar. Os artigos revelavam também o conteúdo aproximado do *bordereau*. O efeito das revelações do *Éclair* sobre os dois generais, o ministro e os oficiais da Seção de Estatística foi como uma bomba. Para piorar, Gonse recebeu outra carta de Picquart, na qual ele anexava o segundo artigo do *Éclair* e prometia procurar as fontes dos vazamentos à imprensa, salientando, em tom de autocongratulação, que tinham fundamento suas preocupações sobre o que o Exército enfrentaria se não tomasse a iniciativa de corrigir o erro judicial. O general não precisou responder à carta de Picquart: os dois discutiram a questão pessoalmente naquela mesma manhã.

No decorrer dessa — acalorada — conversa, Gonse, obviamente irritado pela contínua e obstinada insistência de Picquart na necessidade urgente de lidar com o Caso Dreyfus, fez-lhe a infame pergunta: “Que lhe importa se esse judeu apodrecer na ilha do Diabo?”. Talvez Gonse pensasse, a despeito de tudo o que deveria ter aprendido àquela altura sobre o caráter de seu subordinado, que Picquart fosse lhe fazer continência e indicar, com palavras ou gestos, que o assunto não tornaria a ser mencionado. Se era isso o que ele esperava, decepcionou-se. Picquart continuou a argumentar, reiterando a injustiça que era

manter um homem inocente na prisão. Voltou a mencionar o potencial dano ao Exército caso a verdade fosse descoberta. Na recordação de Picquart sobre essa conversa, nesse ponto o general salientou que se Picquart não contasse, ninguém jamais viria a saber. Picquart replicou com aspereza: “O que o senhor está dizendo, general, é abominável. Em hipótese alguma levarei esse segredo comigo para o túmulo”.¹² Para os generais Gonse e Boisdeffre, esse comentário selou o destino de Picquart.

Além de se enfurecerem com a recalcitrância de Picquart, os generais não podiam negar que ele era perturbadoramente presciente: havia alertado seus superiores de que a verdade viria à tona e que a família Dreyfus tomaria providências. Em 18 de setembro isso aconteceu: Lucie Dreyfus enviou sua petição de revisão judicial à Câmara dos Deputados. Surgiu a questão inevitável: como Picquart fora capaz de antever esses acontecimentos? Apenas um pequeno grupo de oficiais sabia sobre o dossiê secreto: Mercier, Boisdeffre, Gonse, Lauth, Du Paty e o próprio Picquart, além de Gribelin, é claro. Seria Picquart a fonte do vazamento que permitira as revelações do jornal *L'Éclair*? Os outros estavam fora de suspeita. Seria ele um membro do “Sindicato”, aliado da família Dreyfus e talvez até a soldo dela? Formou-se uma conspiração composta de subordinados de Picquart: Henry, o talentoso intelectual e feroz antisemita Lauth, Gribelin e, abaixo deles, François Guénéé, um espião da polícia especialista em produzir evidências com documentos forjados. Eles haviam captado o estado de espírito de Boisdeffre e Gonse e deram por certa a determinação dos líderes de manter fechada a tampa do Caso Dreyfus. Para eles, o aparente desprezo de Picquart pela vontade dos

generais era inadmissível; contrariava as tradições militares de silêncio e disciplina e ameaçava a ordem estabelecida. Porém, mesmo antes dos confrontos de setembro de 1896, o diplomata francês Paléologue havia notado que o ambiente agradável que prevalecera na Seção de Estatística durante a chefia de Sandherr, não existia mais. “Você já viu que sentimos por Sandherr”, dissera-lhe Henry. “Esse Picquart é um presunçoso. E de uma antipatia que você nem imagina!”¹³

Aversões e rancores pessoais que não tinham ligação alguma com Dreyfus adicionaram veneno ao relacionamento de Picquart com seus subordinados. No caso de Henry, o rancor por ter sido preterido em favor de um estrangeiro para a posição de chefia — que ele pensou que lhe seria dada levando em consideração seu tempo de serviço — agravava-se com o ressentimento de classe. Ele era o único dentre os oficiais do Estado-Maior que viera de baixo. Henry tinha os modos e a aparência rudes de um soldado raso, sua educação era rudimentar e ele não falava outras línguas, o que na Seção de Estatística era um impedimento. Estranho seria se esse filho de pequenos agricultores não se irritasse com a presença de Picquart. Também não ajudava o fato de Henry, como Picquart, dever sua posição na Seção de Estatística ao general Miribel, que apreciara sua coragem no campo de batalha e sua disciplina como soldado, mas trouxera Picquart para suceder a Sandherr. A aversão de Lauth por Picquart provavelmente fosse um reflexo da repulsa de Henry, e não resultado de uma reflexão ponderada ou de alguma queixa pessoal. Segundo Paléologue, a esposa de Henry, muito mais jovem do que ele, era amante de Lauth. O caso entre os dois começara na sala de Lauth no Ministério da Guerra, onde

ela entrara um dia para ver o marido e descobrira que ele havia saído.¹⁴ Paléologue afirmou que o relacionamento evoluíra para uma situação em que a total lealdade de Lauth a Henry — exceto no que dizia respeito à sua mulher — era contrabalançada por sua ascendência intelectual sobre o esposo traído. A animosidade contra Picquart não teria sido resultado de uma análise intelectual. Gribelin era naturalmente hostil a qualquer coisa que ameaçasse a ordem estabelecida de seu reino pessoal: os sacrossantos arquivos da Seção haviam sido profanados quando Picquart abriu o envelope lacrado e desmascarou o dossiê secreto. Além disso, tanto ele como Guénée naturalmente se sentiriam mais próximos do jovial e simpático Henry do que de um mandarim como Picquart. A atitude dos dois generais sem dúvida era mais complexa. Decerto Gonse não tenderia a esquecer, e muito menos perdoar, o fato de Picquart ter passado por cima dele e procurado Boisdeffre. Este, por sua vez, célebre por sua indiferença, sem dúvida lamentava acima de tudo ter de se preocupar novamente com o Caso Dreyfus, que pensara estar encerrado, e com o novo e desagradável problema representado por Esterhazy. No entanto, assim que julgou necessário agir, esse homem fervorosamente religioso não hesitou em fazer uso do prestígio de sua elevada posição para validar falcatruas e perjúrios.

Há certa ironia no fato de que, se o maior desejo de Boisdeffre houvesse sido atendido, ele teria sido removido do Estado-Maior em 1896 a tempo de não ter de lidar de novo com o Caso Dreyfus. Ele queria ser nomeado embaixador da França na corte do tsar russo, posto para o qual adquirira qualificações servindo como adido militar na embaixada francesa em São Petersburgo e participando da

fase final de negociações do tratado militar secreto entre França e Rússia. Segundo Francis de Pressensé, biógrafo de Picquart, esse projeto foi frustrado por duas gafes monumentais que o general Boisdeffre cometera em maio como embaixador extraordinário da França na coroação do tsar Nicolau II. A primeira foi sua insistência em beijar a mão da tsarina, o que transgredia o protocolo russo. A segunda, bem mais grave, foi, durante um baile na embaixada francesa ao qual o tsar concordara em comparecer, prestar-lhe condolências pela catástrofe em Moscou — uma alusão ao tumulto ocorrido no banquete da coroação que o costume mandava oferecer à plebe em um Prado na periferia de Moscou. (Quando se espalhou o boato de que não haveria cerveja para todos, a turba avançou, e no atropelo morreram esmagados cerca de 1400 homens e mulheres. Outros milhares ficaram feridos.) A fim de possibilitar o baile na embaixada francesa, e para que o tsar e a tsarina pudessem comparecer em um momento que deveria ser de luto profundo, ficara combinado entre a corte e a embaixada que nada que lembrasse as palavras *catástrofe*, *desastre* ou *condolências* seria mencionado. Ao persistir na tentativa de oferecer seus pêsames diante da expressão fria e incompreensiva do tsar, Boisdeffre fizera um papel ridículo e se tornara *persona non grata*.

A solução, enfim, que os generais Boisdeffre e Gonse conceberam para o problema de Picquart foi mandá-lo para longe de Paris. Esperavam que a distância da capital, do Ministério da Guerra e do “Sindicato” o neutralizasse. A dificuldade era obter o consentimento do ministro. Billot era um conciliador nato, e Picquart era um oficial tão destacado, que despachá-lo em uma jornada que os mais experientes perceberiam como despropositada implicava risco político.

Enquanto Billot vacilava, Picquart prosseguia sua investigação de Esterhazy, apesar da falta de incentivo por parte de Gonse, e buscava informações sobre os vazamentos à imprensa dos quais ele próprio era suspeito. Essas suspeitas foram reforçadas pelo malogro de suas investigações e pelo perturbador fato de que Lucie Dreyfus apresentara a petição do reexame judicial. Por sua vez, a conspiração de seus subordinados manobrava — com encorajamento ou pelo menos aprovação tácita de Gonse — para suplantar Picquart na administração cotidiana da Seção de Estatística e para disseminar o rumor de que ele andava negligenciando o trabalho para dedicar-se à sua obsessão por Dreyfus e Esterhazy. Embora sem dúvida Picquart tenha notado que sua posição estava sendo solapada, Boisdeffre decidiu que era chegada a hora de uma ação mais direta. Expressou insatisfação a Picquart por sua falta de ponderação e prudência. Esse era o tipo de sinal que nenhum oficial experiente deixaria de decifrar: significava que fora tomada a decisão de removê-lo do Estado-Maior. A ideia inicial de Boisdeffre era despachar Picquart numa missão para a Indochina, onde ele já servira. No entanto, quando Billot finalmente cedeu, em 27 de outubro, e assinou a ordem para transferir Picquart, o destino escolhido não foi tão distante quanto Boisdeffre desejava. Picquart ficou incumbido de inspecionar e, se necessário, reorganizar as unidades de inteligência nas forças do Exército postadas nas fronteiras leste e sudeste da França; além disso, a data de sua partida ainda não estava marcada.

Saber que seu oficial superior não só caíra em desgraça mas também deixaria Paris soltou as rédeas que até então haviam impedido Henry de apontar Picquart como um risco

para a segurança. Em uma de suas conversas com Guénée, Henry achou um argumento que poderia usar: o de que Picquart descobrira quais documentos do dossiê secreto haviam sido fraudados. Tal conhecimento em mãos de Picquart tornaria Mercier, Boisdeffre e talvez Gonse vulneráveis à acusação de fraude relacionada à corte marcial e agravaria a responsabilidade deles perante a lei criminal francesa. Os três entenderam o recado. Sabendo que Picquart consultara o amigo e advogado Louis Leblois a respeito de problemas legais envolvendo o uso de informantes pelo Exército e que Leblois visitara Picquart em sua sala, Henry também começou a fabricar uma história de que Picquart revelara segredos militares a Leblois. Mas essa acusação até Guénée relutou em fazer. O que Guénée não ousou, Henry fez. Disse a Gonse que Picquart mostrara documentos secretos a seu advogado. A reação de Gonse foi ir à sala de Picquart e tirar de lá o dossiê. Essa ação, em si, era trivial; Picquart dedicara tempo suficiente para estudar o conteúdo do dossiê e não precisava mais consultá-lo. Mas era uma humilhação que tornava insustentável sua posição no Estado-Maior.

Enquanto maquinava, Henry preocupava-se em reforçar as defesas do Estado-Maior. O fato de Picquart ter desmascarado tão facilmente o dossiê provava que, embora o documento tivesse servido a seu propósito em 1894, não poderia, como estava, suportar um exame crítico. Havia necessidade de um novo dossiê, montado de acordo com o modelo de 1894, mas muito mais elaborado. Sua peça-chave deveria ser um documento no qual Dreyfus fosse nomeado e claramente revelado como traidor. Um documento assim daria ao Estado-Maior a arma defensiva de que precisava para precaver-se contra quem duvidasse.

Ademais, saber que existia uma possível prova contra a traição de Dreyfus aumentaria a determinação do ministro para lidar com Picquart. Já que tal documento não existia, era preciso criá-lo. A tarefa não intimidava Henry. Ele fabricaria uma prova irrefutável, que viria a ser chamada de *la massue* (a maça), que dali por diante poderia ser usada para esmagar qualquer um que levantasse dúvidas a respeito da culpa de Dreyfus. Dar-se-ia a conhecer que a maça existia e que estava em posse do Estado-Maior, mas, por sua natureza, nunca poderia ser mostrada. Exibi-la implicava o risco de trazer à França graves dificuldades diplomáticas. Era uma empreitada extraordinariamente audaciosa. O mais próximo que Henry chegou de explicar o que lhe passava pela cabeça quando se incumbiu de um logro desse quilate e se pôs em tamanho perigo foram suas palavras, pouco menos de um ano depois, quando a falcatrua foi descoberta:

Vi que meus chefes estavam preocupados; quis acalmá-los. Quis tranquilizá-los... Tudo estava correndo mal... Eu disse a mim mesmo: “Então vamos adicionar a frase que fará todo mundo se calar”. *Já pensou se houvesse uma guerra na situação em que estamos!... Ao passo que, se eu fizer isso, tudo voltará à tranquilidade.*¹⁵

Homem de ação, Henry trabalhou em casa durante um fim de semana, com a ajuda da esposa, baseando-se em documentos dos arquivos da Seção de Estatística. Numa folha de papel quadriculado como as que Panizzardi, o adido militar italiano, costumava usar — à qual ele acrescentou o cabeçalho, extraído dos arquivos da Seção de Estatística, de uma carta obtida pela via normal que Panizzardi realmente enviara a Schwartzkoppen —, Henry compôs uma carta em

um linguajar notavelmente tosco. Achou que devia fazer sua prosa soar como a de um italiano cujo francês não fosse perfeito, porém não tinha noção do modo como alguém como Panizzardi se expressaria. O resultado foi um texto sem a mínima possibilidade de ser aceito como genuíno por um leitor instruído e atento:

J'ai lu qu'un député va interpellier sur Dreyfus. On demande à Rome nouvelles explications, je dirai que jamais j'avais des relations avec ce Juif. Si on vous demande, dites comme ça, car il ne faut pas qu'on sache jamais personne ce qui est arrivé avec lui.

[Li que um deputado vai interpelar sobre Dreyfus. Em Roma pedem novas explicações; direi que jamais tive relações com esse judeu. Se lhe perguntarem, diga o mesmo, pois ninguém jamais deve saber o que aconteceu com ele.]¹⁶

A falsificação também era tosca em um aspecto mecânico fatal: Henry não notara que as linhas quadriculadas nas duas folhas de papel que ele havia usado não eram da mesma cor. Eram azul-claras na folha em que ele redigira o texto. Na outra, que ele pegara de uma carta genuína enviada por Panizzardi, eram cinza-azuladas. Para quem as examinasse com olho crítico e sob uma boa luz, as disparidades automaticamente delatariam a carta como uma contrafação. A carta de Henry, assim como o *bordereau* e o *petit bleu*, ganhou seu próprio nome, consagrado na história do caso: *le faux Henry* (o falso Henry). O espantoso é que, com toda a atenção que foi dada ao documento, o fato de ele ser falso escapou à detecção por quase dois anos, até agosto de 1898.

Nos dois dias seguintes, Henry levou seu documento ao ministério e o mostrou a Gonse e Boisdeffre, dizendo que

chegara pela via normal. Embora até então a sra. Bastian sempre tivesse levado documentos em lotes para a Seção de Estatística, Henry não hesitou em dizer a Gonse que dessa vez ela havia trazido apenas aquela carta. Gonse tinha plena ciência da importância daqueles detalhes operacionais, mas assombrosamente deixou passar sem comentários aquela declaração inusual de Henry a respeito de um documento de importância capital. Mostrou-o a Boisdeffre, e os dois generais zelosamente levaram o *faux Henry* ao general Billot. No entanto, não mostraram essa nova evidência clamorosa da culpa de Dreyfus a Picquart, que ainda era o chefe da Seção de Estatística, mesmo que houvesse a possibilidade de o impacto desse documento fazê-lo abandonar seus quixotescos esforços para absolver Dreyfus. Só uma semana mais tarde Picquart ficou sabendo sobre a tal carta, quando Billot mencionou a ele a existência de um novo documento que provava sem dúvida nenhuma a culpa de Dreyfus. Mesmo nessa ocasião o ministro não lhe mostrou a carta nem lhe disse coisa alguma sobre o conteúdo. A razão desse comportamento estranho, segundo o depoimento de Boisdeffre na corte marcial de Rennes em 1899, era que o ministro havia decidido, tendo em vista a saída iminente de Picquart e a posição que ele adotava no Caso Dreyfus, que era melhor não lhe mostrar documentos relacionados à questão. Uma razão mais provável é que Henry exortara Gonse a manter Picquart longe do *faux Henry*. Havia um perigo que, para Henry, era claro: Picquart questionaria o modo como a carta chegara à Seção de Estatística, mesmo que não fosse capaz de descobrir a falcatrua.

Uma cerimônia estranha e sem precedentes ocorreu dentro de 48 horas após a apresentação do *faux Henry* aos

generais. Primeiro, Lauth fotografou a carta. (Essa era uma função que ele desempenhava regularmente.) Depois, ela foi copiada à mão por Gribelin, que forneceu também uma pormenorizada descrição do envelope no qual se alegou que ela chegara e do selo no envelope. Isso feito, Gonse, Henry, Lauth e Gribelin assinaram a cópia de Gribelin em ordem hierárquica, especificando suas respectivas patentes e funções, e atestaram a autenticidade do documento. A cópia foi então entregue ao ministro. Na opinião de Marcel Thomas, autor de *L’Affaire sans Dreyfus*, esse processo de certificação foi equivalente a um pacto firmado pela velha guarda do Estado-Maior: com Boisdeffre como líder, os conspiradores marchariam de mãos dadas contra Picquart e os proponentes da revisão judicial do Caso Dreyfus. A força do pacto ficaria evidente com o depoimento coordenado e provavelmente ensaiado que os conspiradores deram durante o julgamento de Émile Zola em fevereiro de 1898 e na corte marcial de Rennes em 1899.

A paz que o *faux Henry* renunciava e que os generais talvez pensassem ter comprado com o plano de tirar Picquart do caminho virou fumaça com a publicação e a ampla distribuição da brochura de Bernard Lazare em 7 e 8 de novembro. O título da obra, *Une erreur judiciaire: La vérité sur l’Affaire Dreyfus* [Um erro judicial: a verdade sobre o Caso Dreyfus], já era uma declaração de guerra. Lazare expôs de modo claro e convincente a odiosa campanha da imprensa contra Dreyfus provocada por vazamentos de informações do Estado-Maior, as irregularidades da investigação realizada por Du Paty, o ignóbil papel de Mercier, a desconsideração da ausência de motivo e a prevaricação no julgamento. Pôs por terra o testemunho de Bertillon e o valor probatório da carta que

continha a referência ao “*canaille de D.*”, salientando ser inconcebível que o adido alemão pudesse ter comprometido de maneira tão estúpida um valioso agente. Pareceu óbvio aos conspiradores e ao ministro que a única explicação para a clarividência de Lazare era a existência de um canal de comunicação da Seção de Estatística com a família Dreyfus. Eles desconheciam, e não podiam imaginar, que Lazare tinha outras fontes, muito diferentes: o presidente Félix Faure e Ludovic Trarieux, um ex-ministro da Justiça.

Auxiliado por Guénée, seu espião da polícia, Henry não poupou esforços para canalizar as suspeitas dos generais na direção de Picquart. E eis que aparece um vazamento alarmante: a publicação do fac-símile do *bordereau* no *Le Matin*. Descobrir onde os jornalistas haviam obtido o documento tornou-se prioridade. Picquart, incisivamente questionado por Gonse, embora não fosse responsável por esse vazamento nem pelos outros, perdeu o pé e assumiu a culpa de inexatidões de menor importância.

Mais ou menos na mesma época aconteceu outro incidente que, somado à encrenca do fac-símile e aos rumores que Henry andava espalhando sobre a má administração da Seção por Picquart, incluindo pagamentos indevidos a agentes, deixou claro a Picquart que ele não devia tentar postergar sua partida. Uma carta anônima endereçada a um amigo de Esterhazy, escrita por alguém que tentara disfarçar a caligrafia, alertava o destinatário de que ele e Esterhazy seriam alvos de acusações ligadas ao Caso Dreyfus. O amigo, em pânico, procurou Esterhazy. Buscando proteção, e não lhe faltando conhecidos influentes, Esterhazy encaminhou a carta a um político bem situado, que a levou ao general Billot e fez a reclamação em nome de Esterhazy. Por que ele estava sendo seguido pelo

Estado-Maior? Instigado por Gonse, o ministro entendeu que o episódio da carta era mais um vazamento da Seção de Estatística, e informou a Picquart que a investigação sobre Esterhazy fora manifestamente comprometida. Esse foi mais um sinal para Picquart de que era imprescindível partir. Em 15 e 16 de novembro, Picquart entregou a chefia da Seção de Estatística a Gonse e pegou o trem para Châlons, onde estava aquartelada a primeira guarnição que ele deveria inspecionar. Na realidade, foi Henry quem assumiu o comando da Seção, e Gonse deu-lhe para guardar o *petit bleu* e a pasta sobre a investigação de Esterhazy. Por coincidência, antes que a mudança de comando ocorresse, em uma medida extraordinariamente significativa para o curso futuro do caso, Mathieu Dreyfus ampliara fac-símiles do *bordereau* e de cartas de Alfred para Lucie, e estes foram reproduzidos em cartazes e exibidos em muros e bancas de jornais por toda Paris.

Embora, ao se despedirem, Gonse dissesse paternalmente a Picquart “Você voltará para nós em dezembro”, os generais tomaram providências para que Picquart não voltasse tão cedo.¹⁷ Da fronteira nordeste da França ele foi despachado para inspecionar forças nos Alpes. Seu pedido de fazer uma parada de alguns dias em Paris para pegar objetos pessoais foi negado. Encerrada a missão nos Alpes, ele recebeu ordens de partir diretamente para Marselha, e dali para a Tunísia. Seguiram-se novas ordens, ampliando suas incumbências com a reorganização de operações de inteligência na Argélia. Gonse tentou aplacar Picquart escrevendo-lhe cartas amistosas e informais nas quais ele até admitia suas dúvidas iniciais quanto à culpa de Dreyfus, e remetendo-lhe dinheiro a título de ajuda de custo. Mas Picquart não demorou a descortinar

as intenções de seus superiores. Redigiu um relatório sobre como via o Caso Dreyfus e, quando estava de licença em Paris em fins de junho de 1897, entregou-o, junto com as cartas de Gonse, a seu advogado Leblois, pedindo-lhe que, em caso de sua morte, enviasse esses documentos ao presidente da república. Também expôs a Leblois — que até então aparentemente nunca tivera dúvidas acerca da culpa de Dreyfus — as razões por que ele, Picquart, acreditava que Dreyfus era inocente e Esterhazy era o traidor, mas sem mencionar o *petit bleu*, que ele, curiosamente, achava estar protegido por sigilo profissional. Convencido pelo cliente, Leblois tentou em vão persuadi-lo a dar publicidade aos fatos como ele os via. Picquart recusou: não tinha intenção de levar o segredo para o túmulo, mas não queria ser o acusador do Exército que ele venerava. No entanto, fazendo uma concessão que, apesar de suas limitações, mostrou-se importante, Picquart autorizou Leblois a revelar o conteúdo de seu relatório sobre o Caso Dreyfus a uma autoridade do governo de sua escolha caso considerasse necessário. Ao mesmo tempo, proibiu terminantemente Leblois de fazer contato com a família Dreyfus e o advogado do caso, ou de mencionar Esterhazy a eles e a qualquer outra pessoa. Concluída essa tarefa, voltou para a Tunísia.

Enquanto isso, os esforços da maquinação do Estado-Maior prosseguiram de um modo que parece ao mesmo tempo irracional e predeterminado. Para Boisdeffre e Gonse, e talvez até para o mais cético Billot, Picquart era sem dúvida a fonte dos vazamentos e um perigoso agente do “Sindicato”. Por outro lado, eles podiam contar com Henry para executar e até prever cada anseio dos generais. Lauth, Gribelin e Guénée marchavam sob a cadência de Henry. O duplo projeto do grupo evoluiu rápido: produzir evidências

suficientes para mandar Picquart à corte marcial e orquestrar a defesa de Esterhazy.

A urgência dessa segunda tarefa foi ressaltada por uma carta recebida por Billot em 16 de outubro de 1897, informando que a família Dreyfus identificara dois oficiais e pretendia apontar um deles como o verdadeiro traidor. Esperavam que o oficial que fosse denunciado entrasse em pânico e se suicidasse ou desertasse, fornecendo assim uma base para uma revisão judicial do veredicto da corte marcial. A carta era assinada por um tal P. de C., e seu autor nunca foi identificado. Poderia ter sido de Henry, embora pareça estranho que ele usasse as iniciais facilmente reconhecíveis de Du Paty de Clam, sobretudo considerando que Du Paty estava prestes a ser atraído por Gonse para juntar-se à intriga. No decorrer desse processo, Gonse explicou a Du Paty a necessidade de tranquilizar e orientar Esterhazy, descrevendo-o como o oficial escolhido pela família Dreyfus para ser sua vítima. Segundo os relatos posteriores de Du Paty, Gonse insistiu na necessidade de proteger o general Mercier, o ex-ministro da Guerra, que confiara que seus subordinados não revelariam a entrega do dossiê secreto aos juízes militares e explicitara as consequências nefastas que sobreviriam se a atenção do público se voltasse para a Seção de Estatística e seu uso de fontes secretas. Gribelin e Henry deveriam ser os outros manipuladores de Esterhazy, e Henry incumbiu-se de ser o titereiro-mor. O primeiro passo era alertar Esterhazy sobre os perigos que o aguardavam. A carta a Esterhazy provavelmente foi ditada por Henry à própria esposa: avisando Esterhazy de que ele estava prestes a defrontar um colossal escândalo, foi escrita com letra feminina e assinada com o nome “Espérance”. Um certo coronel

“Picart” teria reunido amostras de sua assinatura e as entregara à família “Dreyfus”. A carta foi enviada em 18 de outubro e recebida por Esterhazy na casa de campo de sua mulher. Amedrontou-o tanto, que ele voltou imediatamente a Paris. O ataque de pânico de Esterhazy facilitou aos conspiradores manipulá-lo.

Na sequência de suas atividades, a maquinação passou a incluir disfarces cômicos: Gribelin usou óculos verdes em um encontro com Esterhazy, e Du Paty pôs uma barba postiça. À medida que ganhava autoconfiança, Esterhazy começou a agir de maneira mais condizente com seu caráter, demonstrando desprezo por seus manipuladores e inventando mentiras e intrigas, algumas das quais talvez visassem chantagear seus benfeitores do Estado-Maior. Abandonando a alegação de que os judeus haviam imitado sua caligrafia no *bordereau*, ele aventou outra teoria: sim, ele o escrevera, mas por ordem de Sandherr, como um agente trabalhando para ele, para apanhar Schwartzkoppen numa armadilha. Essa segunda teoria — de que ele trabalhara para Sandherr como agente duplo — foi veementemente rejeitada por Henry, que era leal à memória de seu ex-chefe e não queria que ele ou a Seção de Estatística fossem maculados. Esterhazy só viria a fazer pleno uso disso depois da morte de Henry, em 1898 — desse ponto em diante, essa passou a ser a versão do caso da qual ele não se desviaria. Ele a elaborou, afirmando em suas memórias sobre o caso que Dreyfus estivera sob suspeita havia muito tempo e que o *bordereau* apenas servira de pretexto para acusá-lo: “Justificadamente convencidos da culpa de Dreyfus, [os investigadores] partiram do princípio de que precisavam de provas materiais concretas em vez das evidências morais absolutas

que possuíam, e esse foi o princípio de toda a insanidade”.¹⁸

O esforço para apanhar Picquart numa armadilha e incriminá-lo começara em novembro de 1896, logo depois que ele partira em sua missão interminavelmente estendida. Nesse período, Henry recorreu a manobras assombrosamente ousadas, toscas e repetitivas. As declarações de Guénée e Gribelin destinadas a mostrar que Picquart revelara segredos militares a Leblois cresceram em precisão e detalhes incriminadores. Mas Henry também começou a forjar missivas incriminatórias que seriam enviadas a Picquart, interceptadas, mostradas aos generais e então adicionadas aos arquivos. A primeira foi a famosa carta “Speranza”, assim chamada devido ao nome da remetente (a versão italiana do nome que ele usou dez meses depois na carta anônima enviada a Esterhazy). Seu conteúdo — um palavrório vago — podia ser interpretado como comprometedor. Teria sido escrito em código? Despachada em dezembro, essa carta pesou na decisão de Billot de prolongar a missão de Picquart incluindo a Tunísia. Quase um ano depois, em novembro de 1897, após um incansável esforço para convencer os generais e o ministro da Guerra de que Picquart andava divulgando informações secretas ao “Sindicato” judeu, Henry prosseguiu mandando dois telegramas forjados a Picquart que poderiam ser vistos como ainda mais incriminativos. O primeiro, novamente assinado “Speranza”, anunciava que tudo fora revelado. O segundo, assinado “Blanche”, dizia que haviam encontrado prova de que o *petit bleu* fora fabricado por “Georges” — o prenome de Picquart. (De fato, Henry já “trabalhara” nessa evidência crucial apagando “Esterhazy” do endereço e tornando a escrever por cima para dar a impressão de que

se tratava de uma falsificação feita por Picquart.) Para garantir, instruído por Henry, Esterhazy escreveu uma carta anônima a Picquart alertando-o de que tudo fora descoberto e aconselhando-o a fugir. A resposta do general Billot quando essa última produção lhe foi mostrada foi a melhor que Henry poderia sonhar: Billot incumbiu Henry de empreender uma investigação secreta sobre Picquart.

Tudo estava acontecendo exatamente como a conspiração e Esterhazy poderiam desejar. Porém mais uma vez um *deus ex machina* interveio. Dessa vez o deus assumiu a forma de um corretor de valores chamado J. de Castro, que fizera numerosos negócios com Esterhazy. Ele lera a segunda edição da brochura de Lazare, que incluía análises grafológicas demonstrando que a caligrafia de Dreyfus não era a do *bordereau*, e comprara um exemplar do fac-símile desse documento. Sem hesitação, Castro reconheceu a caligrafia de seu velho cliente, de quem ele recebera muitas cartas que ainda estavam em seu poder. Amigos comuns puseram Castro em contato com Mathieu Dreyfus, a quem ele mostrou as cartas de Esterhazy. Uma comparação com o *bordereau* não deixou margem a dúvidas: as caligrafias eram idênticas. Chegou assim o momento decisivo pelo qual Mathieu tanto ansiava: ele identificara o traidor. Em 15 de novembro de 1897, ele denunciou Esterhazy ao general Billot como o autor do documento com base no qual seu irmão fora condenado e exortou o general a providenciar que se fizesse justiça sem demora. A carta, disponibilizada à imprensa, causou uma comoção que não podia ser ignorada. Sem alternativa, Billot pediu ao general Saussier que iniciasse uma investigação sobre Esterhazy. Em 17 de novembro, Saussier obedeceu, incumbindo o general Georges de Pellieux da tarefa. Como

se a denúncia de Mathieu não bastasse, Picquart também contra-atacou. Enviou uma carta a Billot fazendo uma queixa oficial contra Esterhazy, a quem acusava de caluniá-lo por carta e nos telegramas remetidos em 10 de novembro.

Mas, antes de mergulharmos, no próximo capítulo, na desnorteante série de procedimentos legais que começaram em novembro de 1897 e continuaram por quase dois anos, talvez seja o momento de perguntar: por que o alto-comando do Exército se recusou tão obstinadamente a corrigir um erro judicial? Por que sua honra dependia de manter Dreyfus na ilha do Diabo? O medo da responsabilidade criminal pode ter sido um fator, mas não o principal: dadas as inclinações fundamentalmente militaristas dos sucessivos governos e da legislatura, a ameaça de processo pareceria remota e passível de ser prevenida pelas garantias dadas pelo gabinete. Seria a bem mais provável perda de cargos de prestígio — por exemplo, a posição de Boisdeffre como chefe do Estado-Maior? Essas teriam sido razões suficientes para que dois generais, Boisdeffre e Gonse, instigassem a falsificação de documentos, entrassem em uma aliança espúria com o canalha que o alto-comando reconheceu em Esterhazy e embarcassem em uma campanha perversa e criminosa contra Picquart? Para um político astuto e experiente como Blum, e tão familiarizado com o caso, essas razões não eram suficientes: a explicação tinha de ser a presença, no Estado-Maior, de um traidor mancomunado com Esterhazy e capaz de dirigir os demais atores. A conclusão de Blum recaiu sobre Henry, por suas capacidades como falsificador

e perjuro e por sua posição estrategicamente perfeita na Seção de Estatística — veterano com o mais longo tempo de serviço na Seção, que havia conquistado a total confiança de Gonse e Boisdeffre. Blum inferiu que Henry e Esterhazy deviam ter sido parceiros na traição: quando o *bordereau* foi parar nas mãos de Henry, ele teria imediatamente reconhecido a caligrafia de Esterhazy e decidira implicar Dreyfus como bode expiatório. Henry sabia que a identificação do verdadeiro autor do *bordereau* levaria à inevitável descoberta de seu próprio crime.

Essa é uma explicação engenhosa e tentadora, mas os estudos atuais não descobriram nenhum fundamento para ela. De fato, é difícil acreditar que Henry não teria queimado o documento caso tivesse identificado a caligrafia de Esterhazy no *bordereau* e se sentisse pessoalmente ameaçado — ou mesmo se apenas quisesse, contra todas as probabilidades, proteger um oficial com quem tivera relações amistosas no passado — assim que tivesse remontado a carta rasgada e percebido o que era. Mas o próprio Blum reconheceu que havia uma explicação mais prosaica: os conspiradores ficaram presos nas engrenagens do logro. Uma mentira puxa outra: tendo mentido uma vez, tiveram de mentir novamente e continuar mentindo, na esperança de esconder a primeira mentira. Isso, porém, ainda deixa sem explicação a inquebrantável hostilidade desses oficiais contra Picquart. Como observou Paléologue em seus relatos sobre a corte marcial de Rennes,

uma coisa estranha, e que notei muitas vezes, é que Dreyfus não é objeto de ódio por parte dos oficiais; falam sobre ele com uma severidade fria ou desdenhosa, porém sem raiva e às vezes até com pena. Já no que diz respeito a Picquart, a simples menção ao nome

desse renegado basta para irritá-los; eles o detestam, abominam e execram furiosamente.¹⁹

O antissemitismo por certo era uma razão da alacridade, se não avidez, com que Sandherr, seus colegas e superiores haviam chegado à conclusão de que Dreyfus era o autor do *bordereau*, e também pode explicar a pressão acrítica para que ele fosse processado por traição. Não sabemos se Gonse, Boisdeffre ou Mercier tiveram alguma dúvida sobre a culpa de Dreyfus depois que ele foi despachado para a ilha do Diabo. Se não tiveram dúvidas de início, será que eles ou Billot começaram a desconfiar depois de o *petit bleu* ter sido descoberto ou, se não nesse momento, então depois de Henry confessar ser o autor do *faux Henry* e suicidar-se? É difícil acreditar que em momento algum não tiveram dúvidas, mas o antissemitismo deve ter feito que pusessem de lado ideias incômodas e se tranquilizassem com a tese de que a honra e o bem-estar do Exército — na realidade, o interesse pelo bem-estar e pela reputação deles próprios — requeriam o respeito pela sentença da corte marcial de 1894. O corolário era que o Caso Dreyfus tinha de permanecer encerrado. Eles não tinham simpatia por Dreyfus, tampouco algum sentimento de solidariedade com um irmão oficial — uma solidariedade que poderia tê-los impelido a tirar a limpo se Dreyfus não estava sendo vítima de um erro judicial. Sendo judeu, ele não era um irmão; era um estrangeiro indesejado.

A perversa perseguição a Picquart enquadra-se em uma longa tradição de represália contra os dedos-duros que têm a temeridade de apontar, em nome do que consideram razões patrióticas, os abusos e as violações da lei (e também as asneiras) das autoridades do governo. Por

acatarem padrões morais mais elevados que os do grupo, esses dedos-duros transgridem o código da cumplicidade e logo se transformam em intrusos detestados. Os recentes casos de oficiais do Exército norte-americano que foram postos para escanteio ou tiveram a carreira interrompida porque falaram contra seus líderes civis e militares, seja a respeito da conduta na guerra do Iraque, seja sobre os maus-tratos ou a tortura dos prisioneiros, são tão estarecedores quanto numerosos. E o mesmo se pode dizer dos “truques sujos” aplicados aos dedos-duros. Um infame exemplo foi o roubo cometido no verão de 1972 pelos “encanadores” do presidente Richard Nixon, um grupo de ex-agentes da cia e do fbi formado sob a autoridade do chefe de gabinete de Nixon: eles assaltaram a clínica do psiquiatra Daniel Ellsberg, tentando encontrar material que pudesse ser usado para intimidar ou manchar a reputação de Ellsberg. O pecado do psiquiatra fora dar ao *New York Times* os Papéis do Pentágono, que revelavam que a Resolução do Golfo de Tonkin — a base legal para a Guerra do Vietnã — havia sido obtida fraudulentamente; os papéis também expunham outras mentiras que haviam sido contadas ao povo norte-americano sobre a guerra. Um caso recente de ira dirigida a um crítico do governo Bush que tocou em um nervo exposto foi a resposta vingativa, sobretudo pelo gabinete do vice-presidente Cheney, ao artigo de opinião “What I didn’t find in Africa”, escrito pelo ex-embaixador norte-americano Joseph C. Wilson iv e publicado no *New York Times* de 6 de julho de 2003, no qual Wilson desmascarou como duvidosas — e provavelmente baseadas em um documento forjado — as declarações feitas pelo presidente Bush em seu discurso sobre o Estado da União de 2003, e pelo vice-presidente Cheney, de que o

Níger vendera urânio sob a forma conhecida como “*yellow cake*” ao Iraque em 1999 para ajudar nos esforços iraquianos a fim de produzir armas de destruição em massa. Poucos dias depois da publicação do artigo de Wilson e seu subsequente aparecimento na televisão, o porta-voz da Casa Branca admitiu que a declaração feita no discurso sobre o Estado da União fora equivocada e confirmou o acerto das afirmações de Wilson. Ainda assim, um dos subprodutos do desagrado do governo foi a revelação, feita pouco tempo depois no *Washington Post*, de que a esposa de Wilson, Valerie Plame, era agente da cia na área de armas de destruição em massa. A revelação da identidade de agentes secretos é proibida pela lei norte-americana, e poderia ter posto Plame em perigo. A missão de dez dias de Wilson no Níger para levantar dados em 2002, realizada a pedido e às expensas da cia — missão na qual Wilson baseara seu artigo —, foi caracterizada como nada mais que uma “sinecura” arranjada pela mulher de Wilson — uma sinecura seguida por um relatório para a cia, se fosse levado em consideração, no mínimo poria em dúvida uma premissa que logo fundamentaria o ataque ao Iraque.

4. “A verdade marcha, e nada a deterá”

Como vimos, depois de receber a carta de Mathieu Dreyfus denunciando Esterhazy como o autor do *bordereau* e traidor, o general Billot viu-se obrigado a tomar providências contra o novo protegido do Estado-Maior: ordenou ao general Pellieux que abrisse uma investigação sobre a conduta de Esterhazy. Ao mesmo tempo, em uma medida um tanto sarcástica, ele confiou ao general Gonse uma investigação secreta sobre Picquart, tirando-a das mãos de Henry, um mero tenente-coronel. Enquanto isso, o ministro teve de se preparar para enfrentar revelações ameaçadas por Auguste Scheurer-Kestner, um dos grandes veteranos da política francesa e mais um alsaciano cujo patriotismo inflamara-se com a perda da Alsácia e Lorena. Preso durante o Segundo Império por sua oposição ao autoritarismo de Napoleão iii, ele foi eleito pela primeira vez para o Senado em 1872. Em 1875 tornou-se *inamovible* (senador vitalício), e desfrutava de uma incontestada reputação de probidade e convicções superiores. O julgamento a portas fechadas imposto durante a corte marcial de 1894 incomodara Scheurer por uma questão de

princípios, assim como os rumores de que um documento fora entregue em segredo aos juízes militares. Scheurer mencionara sua preocupação a amigos, mas, incapaz de formar uma opinião com respeito à culpa de Dreyfus, não agira e talvez houvesse permanecido de fora se não tivesse recebido, em 13 de julho de 1897, uma visita de Leblois, o advogado de Picquart. O advogado ficara sabendo das hesitações de Scheurer. Como Picquart autorizara Leblois a revelar o que lhe fora dito a uma autoridade do governo caso julgasse necessário, e como permanecer calado pareceu imoral a Leblois, este procurou Scheurer e revelou confidencialmente tudo o que Picquart lhe dissera sobre a inocência de Dreyfus e a culpa de Esterhazy. Suas revelações deixaram de fora um fato importante: como vimos, Leblois não sabia coisa alguma sobre o *petit bleu*. Além disso, como temia que, por falar a um senador em vez de, por exemplo, a um ministro da Justiça, ele poderia estar transgredindo as intruções de Picquart, que o autorizara especificamente a falar com uma autoridade do governo, Leblois impôs tolas restrições por conta própria, e isso deixaria Scheurer de mãos amarradas: Leblois fez o senador concordar em não revelar que Picquart era a fonte das informações e em não divulgar o nome de Esterhazy à família Dreyfus. Além de tudo, ele não mencionou as cartas de Gonse.

Scheurer concordou que, como primeiro passo, ele deveria divulgar amplamente que por fim passara a acreditar na inocência de Dreyfus com base em um conjunto de importantes evidências que estavam em sua posse. Também prometeu transmitir essas evidências ao presidente da república ou ao ministro da Justiça e exigir uma revisão judicial do julgamento de 1894, porém só

depois de conseguir certificar-se ele próprio, de modo independente, de que a caligrafia do *bordereau* era de Esterhazy. Para isso, ele precisava de uma amostra apropriada da caligrafia. Isso foi difícil de obter, mas Scheurer conseguiu uma amostra enviando a Esterhazy uma carta sob um nome falso à qual Esterhazy respondeu.

O outro prolema, a recusa de Leblois em permitir a revelação do nome de Picquart como sua fonte, diminuía a credibilidade de Scheurer; no entanto, eventos subsequentes provaram que Leblois tinha razão em temer os perigos a que Picquart estaria exposto caso sua identidade se tornasse conhecida. O resultado de todas essas dificuldades foi que Scheurer mencionou o conjunto de evidências exculpatórias com tanta frequência sem revelar seu conteúdo, e sobretudo sem nomear Esterhazy ou Picquart, que seus alertas sobre a ocorrência de um erro monstruoso caíram no esquecimento. E — o que foi pior — a confiança erroneamente depositada em Billot, seu amigo de infância, e em em um velho colega da política, Jules Méline, na época primeiro-ministro, levou-o a concordar em postergar qualquer ação enquanto Billot fazia sua própria investigação. Acontece que Billot não estava interessado em descobrir a verdade; só queria ganhar tempo. Quando finalmente Scheurer revelou tudo o que sabia sobre o Caso Dreyfus no recinto do Senado, em 7 de dezembro, descobriu que Billot puxara seu tapete: o ministro fizera um discurso na Câmara dos Deputados em 4 de dezembro declarando sua total confiança no Exército e impressionara a plateia. O pronunciamento de Scheurer não despertou interesse: a imprensa nacionalista e antidreyfusista, por ordens diretas do Estado-Maior, vinha, por precaução, maculando o nome de Scheurer desde o início de novembro, chamando-o de

velho demente subornado pelos judeus. A campanha ganhou força depois do discurso de Scheurer e revelou-se eficaz. Em janeiro de 1898, Scheurer foi derrotado na candidatura à reeleição para a vice-presidência do Senado.

Antes disso, porém, no outono de 1897, Scheurer, junto com Lazare e Leblois, teve um papel crucial no recrutamento do grande escritor Émile Zola para a causa dreyfusista. A importância de Zola na fase que estava prestes a se iniciar foi inestimável. Zola sempre tomara partido dos marginalizados e injustiçados, e já fazia mais de um ano que andava consternado com a eclosão e disseminação de um violento antissemitismo na França. Expressara-se com veemência contra isso em um longo artigo, “Pour les Juifs”, publicado no *Le Figaro* de 16 de maio de 1896. Sem fazer associações com o Caso Dreyfus, ele classificara o antissemitismo como uma “monstruosidade” e se declarara “atônito por ver que esse retorno ao fanatismo, essa tentativa de travar uma guerra santa, possa ter ocorrido em nossos dias, nesta nossa grandiosa Paris, em meio ao bom povo da França”.¹ Mas, embora houvesse pensado em algum dia usar em um romance a cerimônia de degradação que fora imposta a Dreyfus, não acompanhara o caso de perto e nem sequer estava a par dos principais acontecimentos, como a publicação do fac-símile do *bordereau* no outono do ano anterior. Leblois procurara-o em outubro de 1897 para conversar sobre o caso, e os dois tornaram a se encontrar depois. Instado por Leblois, Zola foi almoçar com Scheurer, que eliminou as dúvidas que o escritor ainda poderia ter quanto à inocência de Dreyfus, tornando-o um dos mais decididos defensores da causa dreyfusista.

Os insultos a Scheurer chocaram e repugnaram Zola, e ele saiu em sua defesa em um influente artigo, “M. Scheurer-Kestner”, publicado no *Le Figaro* de 25 de novembro. Mathieu Dreyfus e Demange, o advogado de Alfred Dreyfus, haviam preferido uma tática discreta, concentrada em recursos judiciais. O instinto de Zola dizia-lhe que isso era um erro: a luta pela absolvição de Dreyfus não podia se restringir aos tribunais. Zola queria desferir *un coup de poing*, “um soco”, expondo o caso ao público em geral, o fórum mais abrangente possível. Isso só poderia ser conseguido por meio da imprensa. E ele então se pôs a trabalhar. Mais dois artigos saíram no *Figaro*: “Le Syndicat”, em 1º de dezembro, no qual Zola desmontou e ridicularizou o conto da carochinha sobre a conspiração dos judeus, e “Procès verbal”, em 5 de dezembro, expressando a esperança de que uma corte marcial de Esterhazy curasse a nação e cauterizasse suas feridas, e com isso pusesse um fim ao bárbaro antissemitismo que estava fazendo a França regredir mil anos. Os antidreyfusistas e os nacionalistas de direita organizaram então uma campanha conclamando os leitores a cancelar suas assinaturas; isso intimidou o *Figaro* a ponto de o jornal recusar-se a publicar qualquer outra coisa que Zola escrevesse sobre Dreyfus. Zola, que não admitiria ser silenciado, recorreu ao editor de seus livros, Eugène Fasquelle, e publicou seus dois ensaios seguintes sobre o caso em forma de panfletos. Em “Lettre à la jeunesse”, lançado em 14 de dezembro, ele se dirigiu aos estudantes que haviam realizado uma veemente manifestação contra Dreyfus no Quartier Latin, implorando à juventude francesa que rejeitasse o antissemitismo “imbecil” e retornasse às tradições francesas de generosidade e justiça. Advertiu que se os antidreyfusistas

continuassem a esconder a verdade, a França se tornaria alvo de zombaria de toda a Europa. “Lettre à la France” foi publicado em 6 de janeiro de 1898, no começo do ano que marcaria um momento decisivo no caso. Escarnecia da imprensa sórdida que preparava o público para o fato de que Esterhazy ia se safar e ousava negar que ele fosse o autor do *bordereau*, muito embora até uma criança, olhando o documento lado a lado com as cartas de Esterhazy, pudesse ver que se tratava da mesma caligrafia.²

Antes de ser publicado o primeiro artigo de Zola, realizaram-se, de 17 a 20 de novembro, as audiências da investigação de Esterhazy ordenadas pelo general Billot. O general Pellieux, oficial investigador, colheu, entre outros, os depoimentos de Mathieu Dreyfus, Scheurer, Leblois e Esterhazy. Com uma fama de honesto mas não muito inteligente, Pellieux permitiu que Boisdeffre e Gonse o manipulassem durante todo o processo. Como resultado, chegou à estupefata conclusão de que Esterhazy era *hors de cause*, de que nada havia contra ele. Por outro lado, Pellieux deu o parecer — com base nos telegramas Speranza e Blanche forjados pela dupla Henry-Esterhazy e em insinuações e acusações de Henry, Lauth e Gribelin — de que Picquart parecia culpado. Portanto ele, Pellieux, recomendava que Picquart fosse submetido a uma comissão de inquérito formal em Paris e interrogado sob condições de rigoroso sigilo. A teoria subjacente a essas conclusões vinha ganhando destaque e ascenderia à condição de verdade revelada entre os antidreyfusistas: Esterhazy era a vítima inocente de uma trama arquitetada pela família Dreyfus com ajuda de Picquart; a caligrafia do *bordereau* era uma falsificação judaica da letra de Esterhazy, e o *petit bleu* fora forjado total ou parcialmente por Picquart para incriminar

Esterhazy no lugar do verdadeiro traidor, Dreyfus. Pellieux desconsiderou o fato de que o único membro da família Dreyfus que conhecia Picquart estava preso na ilha do Diabo. Não exigiu o testemunho de um perito para determinar se as caligrafias do *bordereau* e das cartas que se sabia terem sido escritas por Esterhazy eram as mesmas. Os pedidos de Mathieu e Scheurer para que Picquart fosse chamado a depor na investigação de Esterhazy foram em vão.

Como governador militar de Paris, o general Saussier recebeu o relatório de Pellieux e o repassou ao general Billot sem comentários. Billot talvez preferisse não tomar providências, mas àquela altura os dreyfusistas não eram mais um pequeno grupo de crédulos. Havia crescido para um movimento que se manifestava vigorosamente e que não podia ser desconsiderado pelo governo. Além disso, Picquart escrevera a Billot queixando-se de que a imprensa publicara novos ataques de Esterhazy contra ele. Após deliberação com o gabinete, Billot informou a Saussier que fora considerada necessária uma investigação formal de Esterhazy, preliminar a uma possível corte marcial, e que Picquart recebera ordem de voltar a Paris. Essa ação do gabinete era mau presságio não só para Esterhazy, mas também para o Estado-Maior: ela aumentava o risco de que audiências públicas tornassem impossível continuar a esconder as transgressões cometidas em 1894.

Depois de lidar com o caso de Esterhazy, o general Pellieux voltou a atenção para Picquart. Contra este, as principais acusações consistiam no testemunho coordenado de seus ex-subordinados, Henry, Lauth e Gribelin, cujo cerne era uma reiteração da doutrina antidreyfusista: em 1896, Picquart, violando a lei, dera documentos do dossiê

secreto a Leblois e alterara ou forjara totalmente o *petit bleu*. Cada uma das escorregadelas de Picquart havia sido exagerada e transformada em uma arma contra ele, sobretudo suas mentiras sobre a data de recebimento do *petit bleu* e a adulteração que ele ordenara a Lauth para que o documento parecesse ter sido postado em vez de encontrado num cesto de lixo. A conclusão de Pellieux foi que Picquart estivera sujeito a influências — implicitamente as do “Sindicato” — que haviam causado seu comportamento impróprio, e que cabia a uma comissão de inquérito investigar se ele devia ser rebaixado por conduta desonrosa ou, no mínimo, por prevaricação.

Enquanto ainda estavam sendo tomadas essas medidas, o conde Torielli, embaixador italiano em Paris, escreveu ao ministro francês das Relações Exteriores que Panizzardi, o adido militar italiano, amigo de Schwartzkoppen e autor da carta mencionando “*cette canaille de D.*”, pretendia denunciar como fraudulentas as cartas que se referiam a Dreyfus por nome ou por uma inicial cuja autoria estava sendo atribuída a ele. Torielli propôs que Panizzardi fosse autorizado a testemunhar sob juramento na França. Boisdeffre foi consultado e imediatamente percebeu que os documentos no dossiê secreto, tanto no antigo como no expandido, estavam em risco de ser revelados como fraudes. Sua resposta foi um desavergonhado mas eficaz disparate: declarou que Panizzardi não podia ser ouvido como testemunha porque tinha interesse pessoal em estabelecer um ponto de vista que era contradito por cartas existentes nos arquivos do Estado-Maior, e que, se o testemunho de Panizzardi fosse aceito, aquelas cartas não poderiam ser mais usadas em tribunal, fosse em um caso contra um ex-ministro da Guerra, fosse em uma revisão

judicial do julgamento de 1894. Intimidado pelo general, o gabinete decidiu não aceitar a oferta de Torielli.

Exceto por um contratempo de relações públicas sofrido enquanto Pellieux estava investigando Picquart, Esterhazy teria todas as razões para ficar satisfeito com o rumo tomado pelos acontecimentos. Mas uma certa senhora de Boulancy, parente e ex-amante de Esterhazy, que tivera o azar de emprestar a ele uma quantia vultosa não devolvida, decidiu então se vingar. Por intermédio de seu advogado, ela passou a Scheurer um maço de cartas que Esterhazy lhe escrevera. Eram claramente relevantes para um processo no qual o caráter e a credibilidade de Esterhazy estavam em xeque, e Scheurer forçou o relutante Pellieux a integrá-las à documentação da investigação. Ao mesmo tempo, Mathieu Dreyfus conseguiu persuadir o *Figaro* a publicar excertos das cartas de 18 de novembro, inclusive o seguinte trecho:

Se esta noite me dissessem que serei morto amanhã como capitão dos ulanos enquanto passo franceses pelo sabre, ficaria perfeitamente feliz... Eu não faria mal a um cachorrinho, mas veria com prazer 100 mil franceses serem mortos... Paris atacada e entregue à pilhagem de 100 mil soldados bêbados, essa é a festa com que sonho. Então, que seja!³

Esterhazy tornara-se um herói para os antidreyfusistas de todos os tipos. Agora o público poderia ter uma amostra do lado sádico de Esterhazy, de suas escusas transações financeiras e sua falta de patriotismo. Ele piorou a situação protestando que a carta era falsa, mas essa alegação foi refutada por grafologistas. Ainda assim, diante da conclusão da investigação do general Pellieux, Esterhazy, tranquilizado

e guiado por seus mentores da Seção de Estatística, enviou uma carta a Pellieux baseada em um rascunho que o próprio general solicitamente revisara, pedindo a oportunidade de limpar seu nome perante uma corte marcial. Ele entregou cópias da carta à imprensa. A questão foi submetida ao general Billot, ministro da Guerra. Não tendo dúvidas quanto ao resultado do julgamento, o ministro prontamente acedeu.

Um certo major Ravary, adido ao tribunal militar em Paris, foi incumbido da investigação formal de Esterhazy e realizou audiências iniciadas em 4 de dezembro. No mesmo dia, Billot foi questionado na Câmara dos Deputados por um dos líderes dos partidos de direita a respeito da posição do governo sobre o Caso Dreyfus. O primeiro-ministro, Méline, já se pronunciara, afirmando que não havia mais nada a ser tratado. A resposta de Billot foi completa. Ele declarou:

O Caso Dreyfus foi decidido com retidão e justiça [...]. Quanto aos odiosos ataques ou acusações que por tanto tempo foram dirigidos aos líderes do Exército e em especial a seu eminente chefe do Estado-Maior, lamento do fundo do coração que a lei me deixe sem armas e eu não os possa processar.⁴

Ele foi aclamado pela câmara, e uma esmagadora maioria votou em favor de expressar confiança no governo e no Exército, além de respeito pela coisa julgada — a determinação da culpa de Dreyfus pela corte marcial de 1894. O atraso de Scheurer em fazer suas revelações (obra de Billot) mostrara-se valioso, permitindo-lhe neutralizar o velho.

Enquanto isso, prosseguiram as audiências de Ravary. Mathieu Dreyfus recordou que Ravary demonstrara uma

parcialidade implacável contra ele e Scheurer; aquele homem estava lá para garantir que Esterhazy saísse ileso. Os três grafologistas convocados por Ravary chegaram à espantosa conclusão de que o *bordereau* não fora escrito por Esterhazy, mas que apenas continha certas palavras que haviam sido sobrescritas nele, tiradas de um documento que estava em sua mão. Em 1º de janeiro de 1898, Ravary entregou seu relatório, recomendando que o caso contra Esterhazy fosse extinto. Mas no dia seguinte o general Saussier ordenou que Esterhazy fosse a julgamento porque nem todos os aspectos do caso haviam sido elucidados. Dois dias depois, Picquart apresentou queixa criminal no escritório do promotor de Paris contra pessoas desconhecidas, alegando fraude e calúnia cometidas contra ele mediante o uso de telegramas anônimos. Essa ação não o protegeu de seus inimigos no Estado-Maior. Em 13 de janeiro ele foi punido com sessenta dias de prisão na fortaleza de Mont-Valérien. A investigação formal por uma comissão militar de inquérito que Pellieux recomendara viria a seguir.

Após dois dias de audiências na corte marcial de Esterhazy, realizadas quase inteiramente a portas fechadas e na mesma sala em que ocorrera a corte marcial de Dreyfus em 1894, em 11 de janeiro os juízes militares, depois de apenas alguns minutos de deliberação, unanimamente proclamaram Esterhazy inocente. A família Dreyfus e os dreyfusistas receberam o veredicto como uma catástrofe. A imprensa dreyfusista afirmava, havia algum tempo, sem ter como provar, que Dreyfus era inocente. Quando Mathieu denunciou Esterhazy como o autor do *bordereau*, a prova da inocência de Dreyfus parecia apontar no horizonte: a opinião geral entre os dreyfusistas era que

ninguém que houvesse examinado com atenção o *bordereau* e uma das cartas de Esterhazy duvidaria de que os dois documentos haviam sido escritos por ele. Como o *bordereau* era a única prova da culpa de Dreyfus oferecida à corte marcial de 1894, era muito fácil concluir que, assim que sua autoria fosse seguramente atribuída a outra pessoa, o governo não poderia recusar uma revisão judicial da condenação de Dreyfus. Agora o jogo virara. Ao levar Esterhazy a julgamento e providenciar sua absolvição, o ministro da Guerra efetivamente bloqueara, talvez para sempre, o caminho para a revisão judicial. Ele havia criado uma nova instância de coisa julgada, fatal para o Caso Dreyfus. A culpa de Dreyfus fora estabelecida pela corte marcial de 1894, e agora a inocência de Esterhazy era estabelecida pela corte marcial recém-concluída. Seria possível manter o apoio da opinião pública diante desse resultado? À desesperança somou-se a incredulidade, contra a qual os partidários de Dreyfus já deveriam ser imunes pelo que haviam aprendido sobre as artimanhas do Estado-Maior. Como era possível tal resultado — eles se perguntaram —, depois das opiniões de grafologistas independentes e do testemunho de Picquart? A única explicação plausível era que os sete juízes militares haviam sido subornados — mas isso estaria fora de questão a um público que aprendera a admirar o Exército e sua corporação.

Picquart preso em uma fortaleza e Scheurer removido da presidência do Senado: essa era a situação quando, em 13 de janeiro, a carta aberta de Zola ao presidente Félix Faure foi publicada no jornal de esquerda *L'Aurore*.⁵ Zola trabalhara durante dois dias e uma noite inteira e produziu uma obra-prima de literatura política. Poucas horas depois

da publicação da carta, mais de 200 mil exemplares do jornal haviam sido vendidos. A epístola de Zola — o extraordinário faro de Georges Clemenceau, editor de política do jornal, foi responsável pelo título “J'accuse...!” impresso em letras garrafais na primeira página — começava com um alerta a Faure de que seu nome e o nome da França haviam sido maculados pelo Caso Dreyfus, pela bofetada na França que fora a absolvição de Esterhazy obedecendo a ordens vindas de cima, e pelo execrável crime de dar continuidade ao tormento de um homem inocente, preso por um crime que outro cometera. Zola passa então a uma análise do processo de Dreyfus e do veredicto de culpa: a monstruosidade de uma acusação baseada em um único documento, sobre cuja autoria os especialistas não conseguiam concordar; o julgamento a portas fechadas; o mito da prova documental que não podia ser revelada sem trazer o risco da guerra; a total ausência de motivo para o crime. Zola prosseguiu discorrendo sobre Picquart e o *petit bleu*, inferindo corretamente que os generais Gonse e Boisdeffre sabiam que Esterhazy era o autor do *bordereau*. Mas denunciar Esterhazy como o traidor levaria inelutavelmente à revisão da condenação de Dreyfus, e isso o Estado-Maior queria evitar a qualquer custo. Por isso, em vez de corrigir o erro, haviam despachado Picquart para um território perigoso na Tunísia, numa missão que poderia muito bem custar-lhe a vida. Quem está protegendo Esterhazy, Zola perguntou, e ele mesmo respondeu: Boisdeffre e Du Paty. (Hoje sabemos que ele estava certo quanto a Boisdeffre e errado quanto a Du Paty: Zola atribuiu a Du Paty o papel principal na conspiração porque não percebera a importância central de Henry. Du Paty havia sido ludibriado por Boisdeffre, Gonse e

Henry, e não fora o instigador.) Seguia-se uma demonstração da inanidade das acusações feitas a Picquart: por que esse antissemita forjaria o *petit bleu* para salvar Dreyfus e destruir Esterhazy? Alguém poderia realmente acreditar que ele havia se vendido a judeus?

Ao final, Zola fazia a crucial e profética pergunta que teria repercussões universais para a justiça militar: era possível esperar que uma corte marcial desfizesse o que fora feito por uma corte marcial anterior? A resposta era não: depois de o ministro da Guerra ter proclamado perante a Câmara dos Deputados, sob estrondosos aplausos, a autoridade absoluta da coisa julgada, os juízes militares que julgaram Esterhazy, cômicos do fato de que Dreyfus havia sido condenado por uma corte marcial, não podiam desmentir seus predecessores. Zola concluiu acusando Du Paty (equivocadamente), Mercier, Billot, Gonse e Boisdeffre de serem participantes e cúmplices do crime cometido contra Dreyfus, e Pellieux e Ravary de conduzirem investigações torpes. Mais importantes para as consequências posteriores, ele acusou

o primeiro tribunal militar de ter violado a lei ao condenar um acusado com base em um documento que não foi mostrado, e o segundo tribunal militar de ter encoberto essa ilegalidade, em conformidade com uma ordem, cometendo por sua vez o crime judicial de absolver conscientemente um culpado.

Zola estava “pedindo” para ser processado por difamação, e, caso alguém não tivesse percebido isso, ele citava as providências legais cabíveis e lançava o desafio:

Qu'on ose donc me traduire en cour d'assises et que l'enquête ait lieu au grand jour!

J'attends.

[Que ousem levar-me ao tribunal, e que o julgamento se realize à luz do dia!

Assim espero.]⁶

A coragem de Zola foi imensurável. Como salientou Blum em seus relatos sobre o caso, Zola na época chegara ao auge de sua carreira: apesar do escândalo causado por suas numerosas obras que desafiavam convenções, ideias sobre bom gosto e versões burguesas de moralidade, ele conquistara fama internacional e imensa popularidade como escritor, enriquecera e recebera honrarias, as quais aceitara não porque o deslumbrassem, mas por saber que as merecia. A única distinção que ele cobiçava mas ainda não alcançara era ser eleito para a Académie Française — e, até a publicação de “J'accuse” e o escândalo que a carta provocou, isso parecera apenas uma questão de tempo. No entanto, após quarenta anos de trabalho árduo, ele se lançou em uma nova batalha, que poderia ser mais feroz do que qualquer outra que ele já travara, e se expôs não só ao descrédito público como também à prisão, ao exílio e até ao assassinato.

Processar Zola por difamação deve ter parecido má política a Méline e Billot. Eles sem dúvida prefeririam permanecer seguros nas barreiras que haviam erguido com a dupla coisa julgada e com o argumento, até certo ponto irrefutável, de que, ao ordenar que Esterhazy fosse julgado por uma corte marcial, eles haviam feito tudo o que os proponentes de uma revisão judicial poderiam desejar. Não haviam os dreyfusistas tido sua chance no tribunal? Quanto ao clamor que a absolvição causara no centro e na

esquerda do espectro político, era razoável esperar que esse sentimento desaparecesse em algumas semanas. Mas essa prudente linha de ação tornara-se insustentável por causa do furor provocado na opinião pública e nos políticos de direita pelas acusações de Zola, e por questões impostas ao governo pelos nacionalistas de direita na Câmara dos Deputados. Assim, em 18 de janeiro, Billot, como ministro da Guerra, apresentou uma queixa criminal em nome dos juízes militares da corte marcial de Esterhazy, astutamente limitando a queixa a apenas uma das acusações de Zola: a de que os juízes haviam seguido ordens quando absolveram Esterhazy. Pela lei francesa, a verdade é uma defesa absoluta em um processo por difamação, mas a verdade dessa alegação específica era, na prática, impossível de provar.⁷

Zola foi julgado por difamação pelo tribunal criminal do Departamento do Seine, realizado no Palácio da Justiça em Paris, em um processo que começou em 7 de fevereiro de 1898, opondo os réus, Zola e Alexandre Perrenx (o editor comercial do *L'Aurore*) e seus advogados, Fernand Labori e Albert Clemenceau (irmão de Georges), ao alto-comando do Exército, resplandecente em uniformes completos de serviço, galões dourados e condecorações. O julgamento prosseguiu até 23 de fevereiro, tendo como pano de fundo violentos tumultos antissemitas na França e Argélia provocados pelo "J'accuse". A luta entre as duas França — a que via a absolvição de Dreyfus como uma necessidade moral e a que se indignava com o ataque inspirado e financiado pelos judeus à honra do Estado-Maior — nunca antes atingira tamanho grau de violência.

No aspecto jurídico, a questão que os jurados deveriam decidir era clara: os juízes militares haviam seguido a

própria consciência ou, como alegava Zola, tinham obedecido a ordens de seus superiores? O juiz presidente fez de tudo para restringir a esse ponto as questões apresentadas pelos advogados dos réus, mas o esforço foi em vão. Por mais que ele interrompesse Labori ou Clemenceau com o clássico aviso de que não era permitido fazer determinada pergunta a uma testemunha da promotoria (*“la question ne sera pas posée”*), os dois metralharam as testemunhas militares com tanta habilidade, que no decorrer do julgamento ficou claro que os verdadeiros acusados ali eram Mercier, Boisdeffre, Gonse e os outros conspiradores do Estado-Maior, junto com Pellieux e Ravary. Como recordou Léon Blum,

as afirmações essenciais de Zola mostraram-se verdadeiras [...]. As violações da lei cometidas durante a corte marcial de 1894 foram provadas, o que era justificação suficiente para o reexame judicial; ficou demonstrado o absurdo da atribuição do *bordereau* a Dreyfus, a trama do Estado-Maior contra Picquart foi revelada, e as acusações contra Esterhazy foram enumeradas. Víamos, em carne e osso e face a face, de um lado Picquart, e do outro os “ulanos”; só restava avaliá-los e compará-los.⁸

A exasperação dos generais com o interrogatório que lhes estava sendo imposto chegou afinal ao ponto de ebulição. Na décima audiência, em 17 de fevereiro, depois de ser implacavelmente fustigado por Labori, o general Pellieux explodiu. Pediu para ser chamado outra vez ao banco das testemunhas e proclamou que havia no Ministério da Guerra um documento que era a prova absoluta da culpa de Dreyfus. Ele havia visto o tal documento e podia dizer o que estava escrito nele: recitou de memória, depois de ter se consultado minutos antes com

Gribelin, o texto do *faux Henry*. Seu testemunho causou sensação. Quando Labouri explicou com toda a delicadeza que seria necessário trazer o documento ao tribunal e permitir que ele fosse examinado, Gonse interveio. Dirigiu-se ao tribunal, recomendando cautela e dizendo que uma prova daquela natureza, que de fato existia, não podia ser exibida em público. Pellieux, que não participava da maquinação do Estado-Maior e portanto desconhecia a vulnerabilidade da falcatrua de Henry, não concordou com isso. Quando o juiz presidente sugeriu que Boisdeffre comparecesse no dia seguinte para confirmar as afirmações de Pellieux, o general pediu a seu ordenança que pegasse imediatamente uma carruagem e fosse buscar o chefe do Estado-Maior.

Quando Boisdeffre chegou, o tribunal estava suspenso, e só no dia seguinte ele se sentou no banco das testemunhas. Sua conduta foi premonitória. Em vez de testemunhar, ele se dirigiu ao tribunal com as seguintes palavras:

Serei breve. Confirmando como exato e autêntico em todos os aspectos o testemunho do general Pellieux. Nada mais tenho a dizer: não tenho o direito. Eu repito, membros do júri, eu não tenho o direito! E agora, senhores, permitam-me dizer uma coisa: vocês são o júri, vocês são a nação; se a nação não tem confiança nos líderes de seu Exército, naqueles que são os responsáveis pela defesa nacional, eles estão prontos para sair e deixar a outros essa pesada tarefa; basta que falem. Nada mais direi.⁹

Esse seria o paradigma da última trincheira de defesa do Estado-Maior: escolham entre o Exército e tipos como Zola, os outros dreyfusistas e o próprio Dreyfus; ousem declarar que desconfiam do Exército, arrisquem-se à

renúncia dos mais eminentes generais do Exército. O impacto desse pronunciamento sobre o tribunal e sobre o público em geral foi tremendo. Em 23 de fevereiro, Zola foi condenado e recebeu a sentença máxima: um ano de prisão e multa de 3 mil francos — uma quantia significativa naquela época em que, como vimos, o soldo de um segundo-tenente era inferior a 2 mil francos.¹⁰ O outro réu, Perrenx, também foi considerado culpado, mas recebeu sentença mais leve.

Paléologue não assistira à corte marcial de Esterhazy, mas estivera presente em várias audiências do julgamento por difamação como representante de seu ministério, e registrou suas impressões sobre alguns dos principais atores. General Mercier: altivo, fleumático, severo, preciso e desdenhosamente entrincheirado na consciência de sua infalibilidade; Boisdeffre, distinto, calmo sem ser rígido, esquivava-se com argúcia de perguntas perigosas; Du Paty, pretensioso, de monóculo fixo no olho e queixo empinado, arrogante, um personagem perturbador com ideias mórbidas e uma imaginação sinistra e sem freios, uma estranha mistura de fanatismo, extravagância e loucura — não seria de surpreender encontrá-lo em um dos contos fantásticos de E. T. A. Hoffmann;* Henry, atarracado, vigoroso, maciço, corado, um semblante franco a esconder, por trás de uma rude sinceridade, um alto grau de malícia; Picquart, esguio, de porte distinto mas contido, expressando-se com grande precisão, visivelmente perturbado com o ódio feroz de seus colegas e talvez ainda mais com os delirantes elogios que lhe faziam os sumos sacerdotes do dreyfusismo, hesitava entre o que via como seu dever e os riscos de uma revolta aberta contra seus superiores.¹¹

Em 24 de fevereiro, dia seguinte à conclusão do julgamento de Zola, o primeiro-ministro Méline falou à Câmara dos Deputados e declarou que os casos de Zola e Dreyfus estavam encerrados. Já não seria possível, para os que haviam tentado manter vivos os processos, afirmar que estavam agindo de boa-fé. Se persistissem, seriam processados com todos os recursos da lei; e, caso as leis inexistentes se revelassem insuficientes, uma nova legislação seria buscada. Dois dias depois do discurso de Méline, Picquart foi exonerado do Exército, por quatro votos contra um da comissão de inquérito.

A condenação de Zola pouco depois foi reformada pela Corte de Cassação, com a justificativa de que o general Billot não tinha legitimidade para apresentar uma queixa em uma ação criminal por difamação em nome dos juízes militares, cabendo exclusivamente a estes apresentar uma queixa válida. Zola foi submetido a novo julgamento a partir de 23 de maio perante o tribunal criminal em Versalhes, assim que os juízes militares apresentaram a queixa segundo as regras. Diversas manobras processuais prolongaram o julgamento, mas, em 18 de julho, Zola foi outra vez declarado culpado. Ele fugiu para a Inglaterra, em parte para evitar ser preso, mas também para impedir que o veredicto se tornasse definitivo. As eleições para a Académie Française realizaram-se em 26 de maio e 8 de dezembro. Zola não recebeu um voto sequer. Quanto a Billot e Gonse, em 1898 coroaram os êxitos que haviam alcançado até então encomendando ao genro de Billot, um jovem magistrado, um dossiê compilado e expandido que incluía todas as principais falcatruas de Henry e mais algumas: evidências forjadas incriminando Dreyfus que não haviam sido pensadas em 1894, mas agora eram

adicionadas ao dossiê, e documentos cujas datas haviam sido alteradas. Quando concluído, o dossiê continha 375 documentos e, para Gonse, parecia constituir a prova final e conclusiva de que Dreyfus era um traidor.

Outros acontecimentos nos bastidores foram menos favoráveis a Esterhazy e seus aliados do Estado-Maior. Segundo contou Mathieu Dreyfus, o problema começou com a queixa de fraude apresentada por Picquart em novembro de 1897 contra pessoas desconhecidas, com base nos telegramas Speranza e Blanche que lhe haviam sido enviados na Tunísia para que fossem interceptados e usados para incriminá-lo. Um magistrado examinador, Paul Bertulus, que estava rapidamente se tornando um dreyfusista, fora incumbido desse caso. Decidir a questão revelou-se uma tarefa emaranhada e difícil, e Bertulus não fez progresso digno de nota. Por coincidência, no começo de maio de 1898, um colega procurou Labori, que se tornara advogado de Picquart, levando-lhe a história de uma das muitas trapaças de Esterhazy. (Segundo Mathieu, entre os logros de Esterhazy incluíam-se a venda de uma carruagem que não lhe pertencia e de um terreno por duas vezes, a falsificação de recibos de aluguel que ele não havia pago, o calote de dívidas de jogo em seu clube em Paris e de dívidas com corretores de valores com quem ele fizera negócios, e o acréscimo de um zero ao canhoto de uma ordem de pagamento que ele mostrou a seu alfaiate para persuadi-lo de que lhe pagara tudo o que devia.)¹²

Nesse golpe específico, relatado a Labori, Esterhazy entrara em contato com a viúva de um primo residente em Bordeaux e o filho dela, Christian Esterhazy, oferecendo-se

para ajudá-los a administrar seu dinheiro. Propôs aplicar o que representava praticamente toda a fortuna deles, 35 mil francos, no banco Rothschild, que, segundo ele, lhes pagaria juros de 25% ao ano. A razão desse tratamento privilegiado seria a amizade dele, Esterhazy, com seu colega de classe do liceu, o barão Edmond de Rothschild. Ele também sugeriu que Christian fosse a Paris, onde ele o introduziria nos círculos de banqueiros. Mãe e filho morderam a isca: enviaram o dinheiro, e Christian foi a Paris. Mas, quando os sórdidos negócios financeiros de Esterhazy vieram à luz durante o julgamento de Zola, mãe e filho ficaram preocupados e decidiram sacar o dinheiro. Infelizmente, Esterhazy o gastara — e ele não abria conta alguma no banco Rothschild. As vítimas procuraram aconselhamento jurídico, e seu advogado pôs Christian em contato com Labori. A história por trás disso é que Christian tinha sido confidente de Esterhazy na época em que os telegramas Speranza e Blanche haviam sido enviados a Picquart, e pôde explicar como a trama contra Picquart fora levada a cabo por Esterhazy e Henry. Depois de complexas negociações, Christian concordou em contar a Bertulus o que sabia e apresentou contra o primo uma queixa por fraude que quase pôs Esterhazy e sua amante na cadeia. Foram salvos pela intervenção do superior antidreyfusista de Bertulus. Ainda assim, em 24 de agosto, uma comissão militar recomendou que Esterhazy fosse exonerado por reiterada má conduta. Ele então fugiu para a Bélgica e dali para a Inglaterra.

Nesse meio-tempo, a França realizara eleições legislativas em 8 e 22 de maio. O governo Méline perdeu apoio e renunciou em 15 de junho. Após um intervalo mais longo que o usual, sucedeu-lhe em 28 de junho um governo

formado por Henri Brisson, que escolheu para ministro da Guerra Godefroy Cavaignac, um nacionalista fervoroso, neto de um membro da convenção que votara a decapitação de Luís XIV e filho de um general que debelara brutalmente a insurreição de Paris em junho de 1848. Convencido da culpa de Dreyfus e da existência de um sindicato judeu que conspirava contra a França, Cavaignac era um feroz oponente da revisão judicial do caso. Não tencionava fazer apenas uma oposição passiva: propôs severas medidas para limpar a casa. Uma de suas primeiras providências foi perguntar a Boisdeffre se a autenticidade de cada documento do dossiê secreto havia sido cuidadosamente atestada; Boisdeffre respondeu que “a autenticidade do conjunto e a confiança ilimitada que ele tinha no tenente-coronel Henry pareciam-lhe garantias suficientes”.¹³ Não satisfeito com essa afirmação, Cavaignac ordenou um reexame da alegada confissão de Dreyfus em janeiro de 1895 e de todo o dossiê reconstituído a dois de seus assistentes imediatos, um dos quais era o capitão Louis Cuignet.

A invenção de que Dreyfus havia confessado sua culpa imediatamente após a cerimônia de degradação ganhara adeptos. Originara-se em uma história contada por um capitão da Garde Républicaine, Charles-Gustave Lebrun-Renault, aos companheiros de farra no Moulin Rouge na véspera do 5 de janeiro de 1895, o dia da degradação. Lebrun era o oficial que havia escoltado Dreyfus até a École Militaire naquela manhã. No relato de Lebrun, Dreyfus teria lhe confessado pelo caminho:

Sou inocente. Se entreguei documentos a estrangeiros, foi para lançar uma isca e deles obter outros que eram mais importantes;

em três anos a verdade será conhecida e o próprio ministro há de propor a reabertura do meu processo.¹⁴

Era uma história improvável, considerando as obstinadas recusas de Dreyfus a admitir a culpa — como descrito em várias ocasiões por Du Paty — e diante de seu comportamento na prisão e no decorrer da cerimônia de degradação. O fato é que tudo não passava de conversa fiada de um oficial que desejava se divertir e ser o alvo das atenções. Acontece que um dos presentes na noitada era jornalista, e a balela foi publicada na imprensa no dia seguinte. Lebrun, que foi prontamente interrogado pelo presidente da república e por Mercier, retratou-se. A confissão foi desautorizada no dia seguinte pelo governo em um *démenti* apresentado como réplica aos artigos na imprensa. Apesar disso, o boato foi revivido e revigorado em 1897, quando o Estado-Maior estava mais uma vez se preparando para a batalha de barrar o caminho para o reexame judicial, e se tornou um dos temas recorrentes da argumentação antidreyfusista. Para assegurar-se de que podia confiar no relato inicial de Lebrun, Cavaignac entrevistou-o pessoalmente e tranquilizou-se quando o oficial lhe mostrou uma página de seu diário onde havia anotado a conversa no dia da degradação. Essa página de diário nunca mais foi vista; o oficial afirmou mais tarde que a destruía ao voltar para casa. Como Boisdeffre estava bem a par da verdade, ou seja, sabia que Dreyfus nunca deixara de insistir em sua inocência, o fato de ele não ter alertado Cavaignac é mais um exemplo de sua perfídia.

O governo voltaria a ser questionado sobre o Caso Dreyfus na câmara por um deputado ultranacionalista. Cavaignac decidiu aproveitar a oportunidade para fazer um

eloquente discurso demonstrando a culpa de Dreyfus e a insensatez das críticas ao veredicto de 1894. Seu alicerce seria o *faux Henry*. O discurso foi proferido em 7 de julho. Espantosamente, Cavaignac leu na íntegra o *faux Henry* e outras duas cartas de Panizzardi do dossiê secreto, entre elas a que mencionava o “canalha do D.”. O discurso foi um triunfo, e a câmara votou esmagadoramente, com apenas dois votos contra e dezesseis abstenções, em favor da proposta de reproduzi-lo em cartazes a serem expostos por toda a França. Entre os que se abstiveram estava Méline, que provavelmente sabia o pouco valor que tinham aqueles três documentos. Paléologue, que pouco tempo antes passara a acreditar na inocência de Dreyfus, recordou a sessão da câmara em 7 de julho como “patética”. Ele não tinha ilusões quanto ao valor das cartas de Panizzardi ou à integridade do *faux Henry* — dissera ao ministro das Relações Exteriores que aquilo cheirava de longe a embuste.¹⁵ Com efeito, dois dias depois, Picquart enviou ao primeiro-ministro uma carta garantindo que tinha condições de provar que não havia ligação entre Dreyfus e as duas cartas de Panizzardi de 1894, e que a terceira, o *faux Henry*, era forjada. Sua carta foi publicada pelo jornal parisiense *Le Temps*. A resposta de Cavaignac foi apresentar queixa criminal contra Picquart e Leblois, alegando que Picquart dera a Leblois acesso a segredos militares. No dia seguinte, Picquart foi detido e encarcerado na prisão da Santé em Paris. Cavaignac também propôs que o governo processasse numerosos indivíduos — dreyfusistas eminentes — por conspiração e sedição. E, para garantir, ordenou que Esterhazy fosse preso e trazido perante uma comissão de inquérito a fim de determinar se ele deveria ser expulso do Exército por reiterada má conduta. Esterhazy, que até então

não havia sido confrontado com seu primo Christian, ainda estava em Paris.

O efeito que o discurso de Cavaignac teve sobre os dreyfusistas e a recepção pela Câmara foram devastadores. A reputação de honestidade e integridade desfrutada por Cavaignac contribuiu para o impacto. Ninguém podia suspeitar que ele estivesse mancomunado com Boisdeffre ou Gonse. Essa era uma catástrofe tão terrível quanto a absolvição de Esterhazy pela corte marcial seis meses antes. Além disso, se Cavaignac estivesse certo e as evidências documentais provavam a culpa de Dreyfus, elas também podiam servir para provar a nova tese dos antissemitas e antidreyfusistas de que Esterhazy era uma vítima inocente que o “Sindicato” tentara impor como substituto para o verdadeiro traidor, Dreyfus, e de que Picquart era um agente do Sindicato e forjara o *petit bleu*. No entanto, justo quando Zola quebrara, com seu “J’accuse”, o pérfido feitiço operado pela absolvição de Esterhazy, outra voz poderosa, a de Jean Jaurès, líder socialista, revelaria sem demora as falhas na argumentação de Cavaignac. Blum recordou a ida de Jaurès a seu apartamento, onde ele e um grupo de amigos estavam lamentando o discurso de Cavaignac. Jaurès disse-lhes que se animassem: pela primeira vez, afirmou, nossa vitória está garantida: “Os falsários saíram da toca, agora os temos pela garganta”. De fato, no dia seguinte, ele publicou em seu jornal, *La Petite République*, uma carta aberta a Cavaignac na qual anunciava seu plano de batalha: refutaria um por um os elementos de prova que Cavaignac apresentara em seu discurso. E tratou de cumprir o prometido em uma série de artigos publicados de agosto a setembro em *La Petite République*, reimpressa depois em

forma de livro sob o título *Les preuves* (As provas).¹⁶ Em conjunto, compõem outra obra-prima da literatura política. Quando Jaurès terminou, nada restava do arrazoado antidreyfusista que não houvesse sido demonstrado como incompatível com uma abordagem racional.

A questão fundamental apresentada por Jaurès era, como ele afirmava, se o *faux Henry* seria ou não uma falcatrua produzida no âmbito do Estado-Maior, a Santa Arca do Exército francês. Em caso positivo, o processo de Dreyfus pelo Estado-Maior abria um poço sem fundo de infâmias. A resposta veio em 13 de agosto. Trabalhando sozinho no Ministério da Guerra, o capitão Cuignet examinara atentamente o *faux Henry* sob uma lâmpada e detectara as disparidades que o denunciavam como falsificação. Elas não eram visíveis à luz do dia. No dia seguinte, Cuignet informou Cavaignac sobre a fraude, mas duas semanas se passariam antes de o ministro tomar qualquer providência: ele não comunicou a descoberta de Cuignet ao primeiro-ministro, a Boisdeffre ou ao promotor encarregado do processo contra Picquart, embora esse processo tivesse por base unicamente alegações de Henry e seus subordinados. “Pode realmente ser”, como diria Brisson, que nunca perdoaria esse silêncio, “que Cavaignac houvesse sido ‘hipnotizado’ por seu ódio a Picquart e ao ‘Sindicato’, para que ele se mantivesse calado durante quinze dias a respeito do que acabara de saber.” Outra força em ação era a certeza cega de Cavaignac acerca da culpa de Dreyfus. Segundo sua lógica, a descoberta da fraude não invalidava o julgamento da corte marcial de 1894 porque a data do *faux Henry* era posterior. Esse documento podia ser desconsiderado. No entanto, como ministro da Guerra, ele era obrigado a lidar com Henry. Em 30 de agosto,

interrogou-o na presença de Boisdeffre e Gonse. Henry admitiu a contrafação e foi preso na fortaleza de Mont-Valérien, onde Picquart havia sido encarcerado em decorrência das tramas de Henry contra ele. No dia seguinte, Henry cortou a garganta com uma navalha. Boisdeffre demitiu-se do Exército assim que Henry assinou a confissão. Pouco depois, Gonse foi transferido para o comando de uma unidade de linha, e em 12 de setembro Du Paty foi reformado com metade do soldo. A resposta que a imprensa politicamente isenta deu à confissão e ao suicídio de Henry e à demissão de Boisdeffre foi declarar-se favorável a um reexame judicial da condenação decretada pela corte marcial de Paris. Grande parte dos jornais nacionalistas e antisemitas curvou-se, ainda que relutantemente, à evidente necessidade dessa medida. Os dreyfusistas exultaram, acreditando que a revisão judicial se tornara inevitável.¹⁷

Consta que, ao ser informado sobre o suicídio de Henry, o primeiro-ministro Brisson — ao que parece, tendo passado para o lado dos dreyfusistas — teria exclamado: “Agora teremos a revisão judicial!”.¹⁸ Em 3 de setembro, ele pediu a um amigo comum que aconselhasse Mathieu Dreyfus a aproveitar aquele momento por ser ideal para buscar a revisão, e a petição de Lucie Dreyfus foi entregue na mesma noite. Mas Brisson não levava em conta a veemência do ardor antidreyfusista de Cavaignac e de parcelas do Exército. Cavaignac não concordou que o governo enviasse uma solicitação à Corte de Cassação, e com isso forçou Brisson a pedir sua renúncia. O general Émile Zurlinden, que Brisson nomeou para suceder a Cavaignac, de início pareceu disposto a aceitar a necessidade da revisão — de fato, pedira a seu colega, o ministro da Marinha, que

mandasse um navio às ilhas Salvação pronto para levar Dreyfus de volta à França. No entanto, mudou abruptamente de ideia, afirmando que a revisão judicial era impossível, e renunciou oito dias depois de ter assumido o cargo. Apesar da incisiva oposição ao reexame por parte do ex-ministro da Guerra e de um general veterano, a situação política dos dreyfusistas mudara prodigiosamente: Mathieu recordou que Brisson consultou-o sobre procurarem um candidato apropriado para substituir Zurlinden. O general Mathieu, recomendado — ele presidira a cerimônia de degradação de Dreyfus e, segundo diziam, ficara muitíssimo impressionado —, não quis aceitar a nomeação. Por fim, o desafortunado primeiro-ministro conseguiu recrutar o general Charles Chanoine, que aquiesceu em buscar a revisão, limpando o caminho para que o ministro da Justiça afinal apresentasse a solicitação à Corte de Cassação, em 26 de setembro de 1898, quase exatamente dois anos após a primeira petição de Lucie à Câmara dos Deputados. Um mês depois, em 26 de outubro, a corte declarou a viabilidade formal de receber o requerimento do governo e ordenou uma investigação completa dos méritos do julgamento da corte marcial de 1894.

Nesse meio-tempo, como se o suicídio de Henry e a saída de Cavaignac e Boisdeffre não tivessem acontecido, o processo de Picquart prosseguia. Ele fora preso em 13 de julho e aguardava o julgamento pelo tribunal criminal de Paris sob a acusação de revelar documentos secretos a Leblois. Seu comparecimento perante a corte nesse caso estava marcado para 21 de setembro, e suas chances de ter o processo extinto ou pelo menos de ter uma libertação provisória pareciam boas. Mas, nesse dia, o general Zurlinden, que voltara a seu antigo posto de governador

militar de Paris (antes ocupado pelo general Saussier), deu um passo inimaginável: assinou uma ordem acusando Picquart de ter forjado o *petit bleu*, um crime sujeito a punição pela corte marcial. Por solicitação do promotor, a corte decidiu que o processo criminal ordinário (a revelação de documentos secretos) seria suspenso enquanto a justiça militar seguisse seu curso. Assim, depois de passar 72 dias na prisão da justiça comum da Santé, Picquart foi transferido no dia seguinte para a prisão militar da rua do Cherche-Midi e mantido em solitária. Permitiram-lhe ver Labori pela primeira vez em 13 de novembro. Àquela altura, estivera preso por 122 dias — 49 deles incomunicável.

Foi necessária uma série de complexas manobras processuais para arrancar Picquart das garras dos militares. Em 3 de março de 1899, a Corte de Cassação determinou que os atos de que ele era acusado eram todos relacionados ao processo da justiça comum em curso contra ele e Leblois, e ordenou sua libertação da prisão militar. Mas tal decisão não significava que ele seria posto em liberdade: Picquart voltou para a prisão da Santé e ali permaneceu até 9 de junho. Em 13 de julho, dez dias depois de a Corte de Cassação ter derrubado o veredicto de 1894 e um dia depois de Alfred Dreyfus ter iniciado sua viagem de volta à França, as acusações contra Picquart foram extintas.

Ainda mais espantosa — se é que isso era possível — do que a contínua perseguição dos militares a Picquart foi a apoteose de Henry que estava sendo preparada. Correram rumores de que ele fora assassinado em Mont-Valérien por judeus receosos das revelações que ele poderia fazer. O *faux Henry* foi transformado em *le faux patriotique*, a falsificação que o valoroso coronel produziu para salvar seu país. Em dezembro de 1898, abriram-se subscrições para

um fundo destinado à sua viúva e ao filho, visando possibilitar-lhes a defesa da honra de Henry mediante um processo por difamação contra Joseph Reinach, que acusara Henry por escrito de ter sido cúmplice de Esterhazy na traição. Mais de 130 mil francos foram levantados em menos de um mês, em meio a um festival de insultos antissemitas e clamores pelo massacre dos judeus franceses. Entre os doadores estavam 3 mil oficiais e 28 generais reformados, inclusive Mercier, além de sete duques e duquesas e quase quinhentos marqueses, condes, viscondes e barões, sem contar vários intelectuais de renome, incluindo o grande poeta Paul Valéry e um poeta menos ilustre, Pierre Louÿs, que na época era popular.¹⁹

A investigação da corte marcial de 1894 pela câmara criminal da Corte de Cassação foi intensiva e cerimoniosa, conduzida com o máximo respeito pela lei, porém, em seu decurso, acabou vitimada pela extraordinária politização da corte. Um juiz exibicionista — que logo em seguida renunciaria e se tornaria jornalista — acusou a câmara de crassa parcialidade ou coisa pior em favor de Dreyfus e Picquart e de desrespeito pelo Exército. Essas acusações, com os devidos enfeites, insuflaram violenta agitação antissemita, culpando abertamente os judeus de terem corrompido a corte, e levaram a imprensa a desferir venenosas críticas aos principais juízes. O impasse resultante foi resolvido pela aprovação, em 1º de março de 1899, de uma lei destituindo de jurisdição a câmara criminal: seria permitido à câmara completar a investigação, mas depois disso o caso seria examinado por todas as câmaras da corte *en banc*, como uma câmara unificada. A nova lei provocou indignação até em um observador isento e irônico como Paléologue:

Esse afastamento de todas as regras processuais, essa inclusão arbitrária de poder político no domínio da justiça é escandalosa demais para trazer o menor apaziguamento.²⁰

A investigação da câmara criminal já estava concluída quando a lei foi aprovada, e seu relatório foi transferido para a câmara unificada; esta, talvez para mostrar que não pretendia endossar as constatações da câmara criminal, exigiu o depoimento de mais testemunhas e ordenou uma investigação adicional. O suspense em torno da decisão definitiva foi intenso. A essa altura, Mathieu Dreyfus deu um passo notavelmente astucioso, comparável ao pedido que fizera a Lazare para que apoiasse sua causa: com a ajuda dos advogados, Mornard e Labori, ele encontrou um modo de contornar a proibição legal de reproduzir e publicar as transcrições das audiências perante a câmara criminal antes que fossem lidas abertamente na corte. Essa estratégia pode ter sido ilegal, mas revelou-se efetiva e não houve processo contra Mathieu e seus advogados. *Le Figaro* iniciou a publicação dessas transcrições em 31 de março e, em fins de abril, havia publicado todo o conjunto. Como resultado, um importante segmento do público foi posto minuciosamente a par dos crimes cometidos em 1894 para garantir a condenação de Dreyfus, e a reversão do veredicto da corte marcial em Paris ganhou um ar de inevitabilidade. A decisão da Corte de Cassação foi lida em 3 de junho de 1899. A lenda da confissão de Dreyfus foi desacreditada nos considerandos (*attendus*). A corte não levou em conta o *faux Henry*, pois ele não tivera papel na condenação de Dreyfus em 1894. Concluiu-se que “*le canaille de D.*” não era uma referência a Dreyfus. A corte estabeleceu que o *bordereau* não fora escrito por Dreyfus, mas não expressou

opinião acerca da autoria do documento. O veredicto do tribunal militar foi revogado e decidiu-se que Dreyfus deveria ser submetido a nova corte marcial pela instância inferior. Isso era o que seu advogado Mornard pedira, com a concordância de Lucie e Mathieu. A questão a ser decidida pela corte marcial seria: “Dreyfus é ou não culpado de haver em 1894 tramado ou entrado em conluio com uma potência estrangeira ou um de seus agentes para induzi-los a cometer atos hostis ou entrar em guerra contra a França, ou para dar a estes os meios para isso, entregando-lhes os memorandos e documentos relacionados no *bordereau* mencionado?”.²¹ Mesmo se Mornard não tivesse solicitado uma nova corte marcial para propiciar a Dreyfus a oportunidade de limpar seu nome perante um tribunal de seus pares nas Forças Armadas, é duvidoso que, naquela situação política tensa, pudesse ser obtida uma reversão sem que o caso fosse baixado para um novo julgamento em instância inferior.

A censura à correspondência de Dreyfus imposta pelo Ministério das Colônias era tão severa — e maldosa —, que Alfred Dreyfus não sabia coisa alguma sobre os esforços de Mathieu e Lucie para arrancar do governo a revisão de sua condenação, nem dos êxitos alcançados a partir de setembro de 1898. Ele sabia apenas que suas próprias petições de revisão e outros recursos ao governo haviam ficado sem resposta. Inesperadamente, em 27 de outubro de 1898, ele recebeu um comunicado das autoridades da prisão de que lhe seria dada “uma resposta definitiva à solicitação de revisão que ele apresentara ao chefe de Estado”. Uma carta de Lucie, enviada em setembro, chegou

alguns dias depois, informando que eventos importantíssimos haviam ocorrido e que o governo aceitara o pedido de revisão. Mas ninguém disse a Dreyfus se a corte aceitara ou não o pedido, e ele não tinha ideia sobre os eventos a que Lucie se referia. Por fim, em 16 de novembro, um telegrama do comandante das ilhas Salvação avisava o “degradado” Dreyfus de que a câmara criminal da Corte de Cassação aceitara a petição e ele era “convidado a apresentar sua defesa”.²²

O regime a que o sujeitavam mudou então um pouco: ele foi autorizado a passar mais horas fora da cela e a andar dentro da área murada que cercava seu cárcere — uma espécie de corredor circular sem proteção contra o sol, de onde, pela primeira vez desde o outono de 1896, ele pôde ver o oceano e a vegetação raquítica das ilhas. Nenhuma carta escrita por Lucie fora entregue a Dreyfus antes de 18 de dezembro, quando ele recebeu uma com data de 22 de novembro referindo-se a outras cartas que ela havia escrito — nenhuma das quais chegara às mãos dele — e a outra carta de Dreyfus na qual ele aparentemente expressou a intenção de não voltar a escrever, nem mesmo a ela. Dreyfus, que jamais tivera tal intenção — o que ocorreu foi que um trecho de uma de suas cartas havia sido tirado do contexto e enviado a Lucie por telégrafo —, escreveu ao governador da Guiana expressando sua indignação: “O envio à sra. Dreyfus de apenas um excerto de minha carta ensejou uma interpretação que deve ter sido mais do que dolorosa para minha querida esposa”.²³ Impossível não admirar o brio que possibilitava a esse homem, depois de mais de quatro anos de confinamento em solitária, repreender uma autoridade do governo e referir-se à esposa

como sra. Dreyfus, como se ele ainda residisse na elegante avenida Trocadéro.

No fim de dezembro, ele recebeu as alegações iniciais do advogado do governo no processo da câmara criminal, além de papel e caneta para fazer anotações. Uma série de acontecimentos atordoantes foi-lhe revelada: a denúncia de Esterhazy (um homem cuja existência ele desconhecia) feita por seu irmão; a contrafação do *faux Henry*; a confissão e o suicídio de Henry. No início do ano seguinte, em 5 de janeiro de 1899, Dreyfus foi interrogado pelo presidente do Tribunal Regional de Caiena por ordem da Corte de Cassação e ficou estarecido ao saber que seus veementes protestos de inocência no dia da degradação haviam sido deturpados e transformados numa confissão de culpa. Depois disso, por muitos meses tudo voltou a ser silêncio. Sem saber do furor que resultara da destituição da jurisdição da câmara criminal, ele não conseguia entender os atrasos; seu caso ainda lhe parecia simples, uma questão de determinar se ele era ou não o autor do *bordereau*.

A notícia chegou no dia 5 de junho às 12h30. O chefe do destacamento da guarda irrompeu na cela de Dreyfus e lhe entregou um memorando que informava que a Corte de Cassação revertera a sentença do tribunal militar e enviara o caso para a instância inferior, ou seja, uma nova corte marcial em Rennes. Ele já não era um degredado: os guardas seriam substituídos por gendarmes. Um cruzador da Marinha, o *Sfax*, estava zarpando para a ilha do Diabo e o levaria para a França. Dessa vez sua situação material mudou radicalmente para melhor. À noite, os guardas da prisão partiram, o regime de silêncio terminou, o prefeito de Caiena mandou-lhe terno, chapéu e roupas brancas; e, embora ele ainda estivesse preso, podia pensar que era

novamente um oficial francês. Em 9 de junho, uma lancha da prisão levou-o para o navio. Fora-lhe preparada uma cabine de oficial subalterno, com barras na vigia. “Devido a um sentimento de dignidade pessoal”, ele escreveu, “não falei com ninguém exceto o requerido pelo dever militar.”²⁴

Em 30 de junho avistaram a costa da França, e o navio parou as máquinas. “Após cinco anos de tormentos”, Dreyfus recordou-se de ter pensado, “eu estava de volta em busca de justiça.” A desilusão, a primeira impressão triste e dolorosa, veio logo. O *Sfax* recebeu ordens de permanecer ao largo, de máquinas ligadas; à tarde, a embarcação manobrou lentamente pela costa e, por volta das sete da noite, as máquinas pararam. Era uma noite escura, com neblina e rajadas de chuva. Às nove horas, pediram a Dreyfus que descesse a escada do navio e embarcasse em uma lancha que sacudia no mar revolto. Ele caiu e feriu dolorosamente uma perna. Um ataque de febre, da qual ele sofreria pelo resto da vida, fazia-lhe os dentes bater. Por fim chegaram a um barco a vapor, que zarpou sem demora. Às duas e quinze da madrugada, aportaram. Dreyfus desembarcou e foi transferido para uma carruagem. Um capitão dos gendarmes e dois subordinados acompanharam-no. Na estação do trem, Dreyfus e sua escolta andaram ladeados por duas colunas de soldados de armas a postos. Chegaram a Rennes, capital da Bretanha e praça-forte, depois de mais duas horas de viagem. Novamente havia uma carruagem à espera, que levou Dreyfus e os gendarmes até o pátio da prisão militar. Eram seis da manhã de 1^o de julho de 1899. Três horas depois ele viu Lucie. Intimidade era algo fora de questão: um tenente da infantaria estava a postos na cela de visitas contígua à

cela em que ele estava confinado. O tenente estaria presente todas as vezes em que Dreyfus recebesse visita.²⁵

As audiências da corte marcial começaram em 7 de agosto. Nas semanas que precederam o julgamento e suas massacrantes 29 sessões, Dreyfus deu provas de que nem sua memória nem sua capacidade de concentração e análise de assuntos complexos haviam sido prejudicadas pelos anos de prisão e confinamento em solitária. Ele apreendera todo o histórico de seu caso.

Em 9 de setembro, após deliberar por uma hora e meia, os juízes militares anunciaram seu veredicto: por cinco votos a dois, culpado com “circunstâncias atenuantes”. A sentença imposta foi de dez anos de prisão. Na noite seguinte, os juízes militares tornaram a se reunir e concordaram unanimemente que não queriam que Dreyfus fosse submetido a uma segunda cerimônia de degradação; pediram então que esse desejo fosse transmitido ao presidente da república. A degradação era a parte da punição mais temida por Dreyfus — ele dissera ao irmão que não sobreviveria a tal coisa. Como foi que o tribunal chegou ao absurdo veredicto de traição com circunstâncias atenuantes? Ficou claro que, assim que votaram, os juízes ficaram horrorizados com o que haviam feito.

O primeiro-ministro, Pierre Waldeck-Rousseau, e o ministro da Guerra, general Galliffet, estavam ambos convencidos de que Dreyfus era inocente e torciam por sua absolvição. O que saíra errado? O advogado que representou o governo na corte marcial poderia ter sido instruído a buscar a absolvição. Em vez disso, Galliffet permitira-lhe atuar sem recomendações, e isso o deixou sujeito à influência do maciço grupo de generais e outros oficiais superiores empenhados em obter um veredicto de

culpa. Claramente a equipe de defesa de Dreyfus não se esforçara o suficiente para concentrar o julgamento, o máximo possível, na única questão que fora delineada pela Corte de Cassação: em 1894, Dreyfus cometera traição “entregando os memorandos e os documentos referidos no [...] *bordereau*” a uma potência estrangeira? O fato de a formulação da corte ter sido imprecisa não havia facilitado a tarefa. Mas o julgamento enveredara por caminhos desastrosos: tendo sido decidida pela corte, a questão da alegada confissão de Dreyfus não deveria ter sido levantada, e não deveria ter se permitido que as cartas de Panizzardi fossem mencionadas, já que também haviam sido eliminadas pela corte. No entanto, foram apresentadas, junto com maços de papel nos quais, nas palavras de Paléologue,

não há vinte linhas que realmente se apliquem a Dreyfus. Todo o dossiê secreto do serviço de inteligência consiste em nada mais do que documentos apócrifos ou retocados, traduções inexatas, testemunhos deturpados, boatos tolos ou inventados, pedaços de papel arbitrariamente reunidos que, como os escritos das Sibilas, podem receber qualquer significado que se deseje dar, anotações insignificantes nas quais se descobre um sentido profundo e misterioso; e esse era todo o dossiê secreto da Seção de Estatística.²⁶

Uma análise atenta poderia ter convencido o tribunal acerca da nulidade de tais documentos.

A verdade é que alguém que esteja habituado ao rigor de um julgamento nos Estados Unidos ou na Grã-Bretanha — onde se faz questão de que as evidências propostas sejam relevantes e se abominam os boatos e expressões de opinião por testemunhas a menos que elas estejam

depondo como peritos — não pode ver o julgamento de Rennes senão como uma aberração que por certo haveria de produzir um resultado irracional. A avaliação do julgamento feita por um observador anglo-saxão contemporâneo, lorde Russell de Killowen, presidente do Supremo Tribunal de Justiça britânico, foi mordaz. Eis o que ele relatou à rainha Vitória:

A explicação do veredicto errôneo, como o entendo, a que chegaram [os juízes] é na minha opinião a seguinte: eles eram ignorantes da lei, inabitados a procedimentos legais, sem experiência ou aptidão que lhes capacitasse determinar o efeito probatório dos testemunhos; estavam impregnados de preconceito e preocupados com o que consideravam a honra do Exército, e assim, impressionados ou intimidados pelos principais de sua profissão, deram importância aos ínfimos farrapos de evidências que, sozinhos, foram apresentados contra o acusado.²⁷

A inexperiência dos juízes, que pesara tanto na condução do processo, fora agravada pela falha do comando do Exército em fornecer-lhes assessores jurídicos.

Paléologue descreveu uma conversa com dois dos juízes militares que tinham ido procurá-lo em particular para pedir-lhe a opinião: ele achava que Dreyfus era culpado? Paléologue, então, com grande rigor e didatismo, disse-lhes que acreditava na inocência de Dreyfus e instruiu-os em aspectos de interesse específico que eles deveriam tentar esclarecer, entre eles: Como o *bordereau* havia chegado da embaixada alemã à Seção de Estatística? Algum fato corroborava o mito absurdo do “*bordereau* imperial”, assinalado pessoalmente pelo cáiser, que, segundo boatos, acabara em poder do Estado-Maior e incriminava conclusivamente Dreyfus? Qual a opinião de Boisdeffre e

Gonse quanto à culpa de Dreyfus na época em que Henry decidiu produzir sua fraude? Estivesse Paléologue dando ou não bons conselhos a esses juízes, o fato de eles estarem consultando um representante do Ministério das Relações Exteriores sem a presença do acusado e seu advogado constituía uma grave violação dos direitos de Dreyfus. Mas houve outros incidentes envolvendo Paléologue. Em certo momento, os juízes pediram a opinião dele sobre Lauth. Paléologue expressou seu desprezo, dizendo que Lauth era o único oficial no Estado-Maior com quem ele rompera todas as relações pessoais. O presidente do tribunal indagou-lhe separadamente a respeito do “*bordereau* imperial”. Paléologue respondeu com uma pergunta: ele precisava mesmo negar uma loucura daquelas? Era óbvio que não existia tal documento. Sim, era necessário responder, garantiu-lhe o presidente, para que ele pudesse negá-lo a outros — e Paléologue acertadamente entendeu que seu interlocutor se referia aos outros juízes. Além disso, Paléologue ficou sabendo pelo diretor da Sûreté Générale que as alegações finais do advogado do governo, sucintas e surpreendentemente eficazes — e fatais para Dreyfus —, não haviam sido preparadas por ele, com sua inépcia habitual, e sim por um amigo de Mercier, um competente advogado nacionalista que, a pedido do general, preparara o ato postulatório e o enviara ao advogado do governo.²⁸ O diretor ficara sabendo dessa manobra graças a uma indiscrição do mensageiro incumbido de levar essas alegações finais. Como se poderia esperar, elas refletiam a posição de Mercier, e não a do governo.

Além disso, três desvantagens cruciais estorvaram a defesa. Em primeiro lugar, havia uma visível dissensão, se não animosidade, entre Demange e Labori, os advogados de

Dreyfus. Demange, cauteloso, em suas alegações finais estava disposto a se contentar com suscitar na mente dos juízes dúvidas suficientes sobre a culpa de Dreyfus de modo a impedir um veredicto de culpa. Já Labori, um incendiário que não tinha escrúpulos de criticar o Exército, queria insistir na obrigação dos juízes de reconhecer a inocência do acusado.

Em segundo lugar, o efeito, sobre os juízes militares, do alto escalão do Exército — cinco ex-ministros da Guerra, um ex-chefe do Estado-Maior, inúmeros generais e coronéis — entronizado na sala do tribunal e proclamando a culpa de Dreyfus era, necessariamente, assoberbante. Não se podia esperar que sete oficiais militares — todos eles decerto formados pela École Polytechnique e manifestamente inteligentes e atentos ao processo — resistissem a ser influenciados, quando não intimidados, por aqueles líderes do Exército, os sumos sacerdotes da Santa Arca. A influência dessa nata era magnificada pela atitude e pelas decisões do juiz presidente. Como disse Dreyfus em suas memórias, naquele tribunal “a verdade tinha o peso do número de galões na manga do uniforme”. Mathieu recordou que, embora fosse dada às testemunhas da acusação ampla margem para desenvolver seu depoimento e intervir no processo como acusadores, o tratamento dispensado pelo presidente do tribunal às testemunhas da defesa foi brutal. “O mentor dos nacionalistas”, escreveu Paléologue,

é o general Mercier. Ele se instalou numa casa modesta pertencente a um velho amigo reformado, o general de Saint-Germain. É lá que toda tarde e toda noite se reúnem os defensores do Exército; primeiro a multidão de testemunhas militares, depois Cavaignac [e

eminentes nacionalistas e antissemitas], finalmente a alta-roda bretã e muitos eclesiásticos. É de lá que emanam as ordens para o dia; é de lá que os depoimentos do dia seguinte são fabricados e coordenados. O general Mercier providencia para que uma rigorosa disciplina reine em todo o campo.²⁹

A terceira desvantagem estava no próprio Dreyfus, que era uma péssima testemunha e um réu nada carismático. Eis como ele foi descrito à rainha Vitória por lorde Russell, que claramente era predisposto em seu favor:

Eu sentia imensa pena dele, e entrei no tribunal muito deseioso de deixar que ele me cativasse; mas isso não aconteceu. Ele *não* me causou uma impressão favorável. Tem um ar intratável, com um rosto duro e antipático; e, no que respeita ao semblante, tenho relutantemente de admitir que em sua expressão não se viam afabilidade, franqueza ou fidalguia. É certo que, a meu ver, mostrou muita dignidade na impassível imobilidade com que, durante quase todo o processo, ouviu as declarações insultantes e, segundo creio, muitas delas mentirosas feitas contra ele.³⁰

Todo advogado que tem de defrontar um tribunal sabe que a credibilidade de uma testemunha está sujeita a fatores intangíveis. Uma dúvida suscitada pela conduta da testemunha quanto a seu caráter e veracidade é praticamente impossível de dissipar.

As descrições de Dreyfus na sala do tribunal em Rennes feitas por Paléologue lançam mais luz sobre essa questão, que o perseguiu no decorrer de todo o caso. Quando Dreyfus ouviu a leitura da acusação, em 1894, Paléologue viu lágrimas enormes brotarem de seus olhos e escorrem-lhe pela face. Mas logo em seguida seu rosto voltou a ser uma máscara impassível, “uma pobre máscara exausta,

causticada pelo pesar”. Ele respondeu ao presidente do tribunal em um tom monótono, seco e instável. Quando o presidente o interrogou sobre a alegada confissão que ele teria feito minutos antes da degradação, ele jurou por sua esposa e pelos filhos que era inocente, que jamais confessara tal coisa e que sempre defendera sua honra, e então se deixou cair na cadeira como um autômato, com a boca horrivelmente torcida. “Reconheci aquelas frases patéticas”, escreveu Paléologue,

pois as ouvira na sinistra manhã da degradação: elas me deram, na época, uma certeza íntima de que Dreyfus estava mentindo. Por que será que elas ainda hoje me soam falsas, quando sei que ele está dizendo a verdade? Por que esse homem é incapaz de falar com sentimento? Por que, até em suas mais veementes declarações, nada de sua alma consegue escapar daquela garganta estrangulada? [...] Há nele algo incompreensível e fatal, como um herói de tragédia antiga.

Ao fim do depoimento de Cavaignac — uma poderosa síntese dos argumentos do Estado-Maior destinada a esmagar Dreyfus e seus partidários —, Paléologue sensibilizou-se e sentiu pena misturada a repugnância pelo efeito daquele pronunciamento sobre Dreyfus:

Pálido, confuso, boquiaberto, ele ouve com sombria estupefação a irrefutável demonstração de sua culpa. Mais um momento e seus olhos se enevoam, gotas de suor brotam-lhe nas têmporas, todo o seu semblante expressa uma angústia atroz. Parece estar dizendo “Façam o que quiserem comigo, não aguento mais!”.

A impressão de Paléologue foi semelhante quando o presidente do tribunal, momentos antes de os juízes se

retirarem, perguntou a Dreyfus se ele tinha algo a declarar, e

Dreyfus, parecendo um cadáver, murmurou indistintamente algumas palavras: “Sou inocente... a honra do meu nome que meus filhos levam... Sua lealdade, sua justiça...”, e torna a se recostar na cadeira. Suor escorre-lhe pela testa.³¹

Como mandava o código de justiça militar, o acusado não estava na sala do julgamento quando a sentença foi pronunciada pelo presidente do tribunal. Um funcionário da corte leu-a para ele depois. Durante essa “formalidade, que se realizou perante um guarda armado”, relatou Paléologue, “o acusado permaneceu rígido e não demonstrou a menor emoção”.³² Algumas horas depois, Paléologue tomou o trem para Paris. O monstruoso julgamento estava terminado.

Em agosto e começo de setembro o tempo estivera excelente. Em dois domingos, Paléologue fora chamado a Paris para assessorar seu ministro. Quando não estava ocupado com deveres profissionais, dava um jeito de descansar longe de Rennes, e o mais agradavelmente possível. Foi a Saint-Malo e Dinard, onde almoçou com um elegante amigo antidreyfusista e tentou explicar-lhe a “desconcertante psicologia do acusado”. Em seguida foi caminhar pela praia pedregosa, tentando não pensar em coisa alguma. Parecia-lhe que o sofrimento estava “sempre presente/ Enquanto alguma outra pessoa está comendo, ou abrindo uma janela, ou mesmo apenas andando embotadamente ao lado”. Terça-feira, 15 de agosto, foi a festa da Assunção. Paléologue foi passar o dia em Combourg e revisitou o castelo ao qual Chateaubriand devotara algumas das mais belas páginas de *Mémoires*

d'Outre-tombe. Mas descobriu que seria melhor não ter ido: os odiosos fantasmas de Rennes não lhe deram descanso. Outro almoço alegre ocorreu em Dinard, na bela vivenda do prefeito. O mar tremeluzia em azul e prata sob um céu perfeitamente claro. Naquela mesma semana houvera uma tentativa de assassinar Labori, mas por sorte a bala não atingira sua espinha e foi removida sem dificuldade. O prefeito da região relatou que a polícia não conseguira capturar o agressor, que estava sendo protegido pela população local. E lastimou o fim do tempo em que podia fazer uma testemunha obstinada falar pondo os pés dela no fogo.³³

Depois de um dilacerante encontro com seu irmão encarcerado, assim que a sentença lhe foi lida, Mathieu Dreyfus correu a Paris à procura de Joseph Reinach, cuja amizade com o primeiro-ministro Waldeck-Rousseau dava-lhe uma importância crucial naquele momento. Mathieu disse a Reinach que temia pela vida do irmão: se Alfred permanecesse na prisão, estaria morto dentro de seis meses. Reinach respondeu que um perdão presidencial era a única solução disponível. Se fosse concedido rápido, não só tiraria Dreyfus da prisão, mas também seria visto como uma defesa de sua causa. A opinião pública interpretaria que o primeiro-ministro e o ministro da Guerra haviam rasgado o iníquo veredicto do tribunal militar. Reinach incumbiu-se de procurar Waldeck-Rousseau enquanto Mathieu falava com Georges Clemenceau, Jaurès e outros dreyfusistas e amigos importantes.

Não houve necessidade de persuadir Waldeck-Rousseau nem Galliffet. Eles já haviam chegado à conclusão de que o

indulto era necessário. Mas logo se evidenciou que a execução do plano estava cercada de problemas. O primeiro era de natureza legal. Demange entregara, como procedimento de rotina, uma intimação de recurso a uma comissão militar encarregada de reexaminar sentenças de corte marcial. Essa ação impedira que a decisão de Rennes se tornasse definitiva, e, pela lei, um perdão só podia ser concedido como remédio para um julgamento final. A solução sugerida pelo ministro socialista Alexandre Millerand, também um dreyfusista, foi que Dreyfus retirasse o recurso. Tal ideia horrorizou Mathieu e Reinach, pois poderia ser interpretada como uma aquiescência de Dreyfus com aquele julgamento escandaloso. Mathieu propôs que, em vez disso, o governo tomasse medidas para acelerar a consideração do recurso — que ele e todos os demais pressupunham que seria negado — e obtivesse assim a sentença final. Millerand argumentou veementemente contra essa linha de ação: ela previa a possibilidade de que a comissão militar de revisão revogasse a sentença da corte marcial por vício de forma e mandasse Dreyfus para outra corte marcial. Se isso acontecesse, o risco de um novo veredicto de culpa era grande, dessa vez sem circunstâncias atenuantes, assim como era alto o risco de uma sentença muito mais severa que incluísse uma nova cerimônia de degradação. Embora Mathieu não soubesse, Waldeck-Rousseau já consultara Mornard sobre a possibilidade de o governo buscar uma revisão imediata do julgamento pela corte sob a alegação de que ocorrera abuso de poder: a corte marcial desviara-se dos limites da questão cuja deliberação a Corte de Cassação determinara. Mornard, como Millerand, desaconselhou essa ação. Ele temia que o êxito perante a corte muito provavelmente resultasse na

baixa do processo para a instância inferior: uma nova corte marcial que, com a mesma probabilidade da de Rennes, consideraria Dreyfus culpado, com as consequências resumidas por Millerand. Waldeck-Rousseau fora um dos mais bem-sucedidos advogados da França. Não pôde deixar de concordar com a análise de Mornard.

Mathieu obviamente não podia obrigar o irmão a desistir do recurso à comissão militar. Além disso, considerando o significado simbólico de tal passo, Mathieu não estava disposto a persuadi-lo sem a concordância daqueles cujo papel na luta fora de máxima importância: com Zola na Inglaterra, essas pessoas eram Reinach, Jaurès e Clemenceau. Reinach estava inclinado a recomendar que Dreyfus desistisse do recurso. Uma certa animosidade permeou os entendimentos seguintes. Clemenceau argumentou que um perdão presidencial impossibilitaria continuar a luta para inocentar totalmente Dreyfus. Se Dreyfus fosse simplesmente libertado da prisão, o país seria privado do benefício moral do colossal esforço que fora feito em seu nome. No fim, contudo, Jaurès e Clemenceau concordaram com a decisão de desistir do recurso militar e buscar o indulto. Clemenceau concedeu, relutante, que, se ele fosse irmão de Dreyfus, também aceitaria o perdão presidencial. Tempos depois, ele observaria que era compreensível que Dreyfus cuidasse de Dreyfus. Quanto a ele e outros dreyfusistas como ele, só tinham pensamentos para seu país.

Jaurès redigiu a declaração que Dreyfus faria a fim de preservar tanto quanto possível sua dignidade e proclamar que não estava desistindo da luta para limpar seu nome:

O governo da república devolve-me a liberdade. Isso não significa nada para mim sem a minha honra. A começar de hoje, continuarei a buscar a reparação do terrível erro judicial do qual ainda sou vítima. Quero que toda a França saiba, após um julgamento definitivo, que sou inocente. Meu coração não descansará enquanto restar um único francês que me considere responsável por um crime que foi cometido por outro.³⁴

Doente demais, ansioso demais para reunir-se à esposa e aos filhos, Dreyfus não podia se recusar a seguir o conselho do irmão. Ele autorizou o abandono do recurso. Essa ação, embora apoiada unanimemente por seus principais defensores e conselheiros (com relutância, no caso de Clemenceau), expôs as trincas onde os laços de amizade e as alianças forjadas pelos dreyfusistas logo rachariam. De um lado permaneceriam Clemenceau, Labori e, em breve, Picquart. Charles Péguy, o poeta e dreyfusista de primeira hora que fora atraído ao movimento pelo amigo Lazare, assim descreveu a posição deles:

Mas o mais trágico é precisamente que [Dreyfus] não tem o direito de ser uma pessoa privada. O fato é que temos, a todo momento, o direito de chamá-lo à responsabilidade, o direito e o *dever* de chamá-lo à responsabilidade com a máxima severidade. Com o máximo rigor.³⁵

Como vimos, Péguy nunca perdoou o tratamento (segundo ele) indigno dispensado a Lazare pela família Dreyfus assim que a liberdade de Alfred foi obtida, inclusive o fato de Alfred não comparecer ao funeral de Lazare — muito embora Dreyfus pudesse justificar a ausência com legítimas preocupações com a segurança dele próprio e de outros. “Ele não morreu por si mesmo; mas vários outros

morreram por ele [...]”, escreveu Péguy; “ele não se arruinou pela própria causa. Não se arruinou por nenhuma outra pessoa. Mas muitos outros se arruinaram por ele. Muitos sacrificaram por ele a carreira, o pão, a vida, o pão da esposa e dos filhos.”³⁶ Um dos que se sacrificaram, segundo Péguy, foi Lazare, cuja identificação como principal advogado de Dreyfus dificultou-lhe ao extremo conseguir trabalhos jornalísticos.

Mas Péguy era lúcido demais para parar nesse ponto, e conseguiu captar o paradoxo de um homem que não buscou o martírio, mas foi acusado por seus defensores de não prosseguir na carreira de mártir:

Dreyfus retornou e, quase de imediato, durante os primeiros passos que foram dados, durante as primeiras conversas, ao primeiro contato, todos subitamente tiveram a impressão de que alguma coisa estava errada, de que não era bem aquilo, de que ele era como era, e não como havíamos sonhado. Alguns já reclamavam. Alguns o acusaram — de início com discrição, e logo em público. Discretamente, publicamente, Bernard Lazare o defendeu [...]. “Não sei o que eles querem”, dizia, rindo e não rindo, rindo por fora mas não por dentro, “não sei o que estão pedindo. Não sei o que desejam dele.” *Porque ele foi injustamente condenado*, pede-se tudo dele, *ele deve ter todas as virtudes*. Ele é inocente; isso já é muito.³⁷

Do outro lado da cisão ideológica permaneceria firmemente Mathieu Dreyfus — que desejava acima de tudo salvar o irmão e devolvê-lo a uma vida familiar normal e finalmente feliz — e, além dele, Jaurès, Reinach, Trarieux e, até suas mortes prematuras, o próprio Lazare e sobretudo Zola. Os três últimos, apesar de todo o engajamento político, não retiraram a amizade ou a afeição pela vítima

que tanto haviam feito por salvar. Quanto a Dreyfus, emergiu prostrado do julgamento de Rennes. Paléologue contou que ele parecia um cadáver. A decisão de fazer o que era exigido a fim de assegurar o indulto fora tomada por Dreyfus em desespero de causa. Ele continuou ardentemente empenhado em limpar seu nome e ao mesmo tempo não tinha o mínimo interesse em transformar o que restava de seu caso em uma luta política contra o militarismo e o poder do Exército ou a favor da justiça social.

Acontece, porém, que a esperança de obter um indulto imediato, ou mesmo rápido, um perdão que equivaleria a uma rejeição indignada do governo civil ao iníquo veredicto militar, revelou-se uma quimera. No dia anterior ao do veredicto de Rennes, o general Galliffet escrevera a Waldeck-Rousseau, alertando o primeiro-ministro para que não jogasse o Exército e a maioria da população francesa contra seu gabinete, formado por dreyfusistas e pelos vociferantes partidários de Dreyfus no exterior. De fato, era difícil encontrar um antidreyfusista fora da França, e em todo o mundo civilizado os ânimos estavam exaltados. Assim que o veredicto de Rennes veio a público, saíram na imprensa conclamações a um boicote da Exposição Universal, de abertura marcada para 1900 em Paris. Manifestações antifrancesas eclodiram em Nova York, Londres, Milão e Nápoles. Embaixadas francesas precisaram de proteção contra violência de massas. Mas a habitual prudência de Émile Loubet, o presidente da república, e sua aversão ao risco haviam sido exacerbadas por sua impopularidade e pelos ataques na imprensa associando-o ao escândalo do Canal do Panamá. Loubet recusou-se a tomar qualquer medida que fosse interpretada como uma

bofetada no Exército. O preço para a concessão do indulto acabou sendo apresentar o ato como um gesto humanitário requerido pelo estado de saúde de Dreyfus.

Um médico foi mandado à prisão de Rennes para examinar Dreyfus e informou que o prisioneiro era um “homem acabado”. Isso possibilitou ao general Galliffet propor que o presidente emitisse um decreto referindo-se à alarmante condição de Dreyfus e caracterizasse o perdão como *un acte de haute humanité*. Loubet assinou o perdão em 19 de setembro; por uma amarga coincidência, Auguste Scheurer-Kestner morreu naquela mesma manhã. Para evitar multidões hostis, foi necessário que Dreyfus deixasse a prisão no meio da noite. Viajando de trem e carruagem sob proteção policial, Alfred e Mathieu chegaram um dia depois à propriedade de sua irmã e seu cunhado, perto de Carpentras. A esposa de Alfred foi juntar-se a ele naquela noite, e os filhos foram levados no dia seguinte pelos pais de Lucie.

Em 21 de setembro, dois dias após a concessão do indulto, Galliffet emitiu uma ordem geral ao Exército que foi lida em voz alta em todas as companhias, baterias e esquadrões. Proclamava:

O incidente está encerrado. Os juízes militares, cercados pelo respeito de todos, deram seu veredicto com total independência. Sem reserva alguma, curvamo-nos à sua decisão. Também nos curvamos ao sentimento de profunda piedade que guia o presidente da república.³⁸

Essa ordem enfureceu a opinião dreyfusista; Waldeck-Rousseau, o primeiro-ministro, sentindo-se apunhalado pelas costas, recusou-se a mandá-la publicar no *Journal*

Officiel da república. Mas isso foi tudo. Ele não pediu a renúncia de seu ministro. Galliffet queria salvar as aparências do Exército, e tanto ele como Waldeck-Rousseau desejavam acalmar o país. A busca da justiça teria de ceder a primazia para este último objetivo, que era a principal preocupação dessas duas autoridades.

Em um artigo intitulado “Le cinquième acte”, publicado no *L’Aurore* três dias depois do veredicto de Rennes, Zola escreveu:

Imagináramos que a sentença de Rennes fosse o quinto ato da terrível tragédia que estamos vivendo há quase dois anos. [...] Mas nos enganamos. Estamos diante de uma nova emboscada, a mais inesperada, a mais atroz de todas, enegrecendo ainda mais o drama e empurrando-o para um desfecho desconhecido, diante do qual a razão nos falta e falha.

O julgamento de Rennes foi decididamente apenas o quarto ato. [...] E quanto ao quinto? De que novas dores e sofrimentos ele consistirá, e em que suprema expiação mergulhará a nação? Pois é certo que um homem inocente não pode ser condenado duas vezes e que, se esse for o desenlace, escurecerá o sol e os povos do mundo se rebelarão!³⁹

O catártico quinto ato começou em 1903, depois que consideráveis mudanças políticas ocorreram na França. Mas, antes que ele pudesse ter início, houve tempo para mais um entreato vergonhoso, embora talvez necessário.

Em 19 de novembro de 1899, Waldeck-Rousseau enviou ao Senado sua proposta de lei de anistia, que abrangia todos os crimes cometidos em associação com o Caso Dreyfus. A única exceção era o crime pelo qual Dreyfus havia sido condenado no tribunal de Rennes: Waldeck-Rousseau queria proteger o direito de Dreyfus a obter a

total absolvição por meio de uma revisão judicial final. No entanto, a anistia extinguiu os muitos processos judiciais ainda pendentes — por exemplo, os processos contra Zola e Picquart — e protegia contra responsabilidade criminal os vilões do caso: Mercier, Boisdeffre, Gonse, Du Paty, Lauth e Gribelin. A lei foi promulgada nos últimos dias de 1900 com enérgica oposição de Dreyfus, Zola e Picquart. Dreyfus temia que, sem a capacidade de perseguir a conspiração diante dos tribunais, ele não conseguiria reunir as evidências de “novos fatos”, necessárias para que a Corte de Cassação deliberasse sobre a validade do veredicto de Rennes. Picquart, a essa altura, tinha seu próprio “Caso Picquart” para se preocupar: o litígio por ter sido expulso do Exército por determinação de uma comissão militar contra a qual ele impetrara recurso junto ao Conseil d’État, o mais alto tribunal administrativo da França. Justamente quando parecia que seria bem-sucedido e que talvez até lhe oferecessem um comando, Picquart retirou o recurso, emitindo uma declaração de que não aceitaria coisa alguma de um governo que não ousara processar criminosos detentores de cargos elevados.

A mudança política resultante do declínio da direita clerical e nacionalista começou a ser sentida em 1903. Émile Combes, um resolutivo anticlericalista, tornara-se primeiro-ministro; o general Louis André, também anticlericalista e também devotado aos ideais republicanos, era ministro da Guerra. Jaurès, como líder do grupo socialista na Câmara dos Deputados, desfrutava de uma posição influente. Ele conversou com Dreyfus, Trarieux, Clemenceau e os advogados de Dreyfus e decidiu que chegara a hora de o Caso Dreyfus ser levado a uma conclusão real: não por meio de perdão ou anistia, e sim,

mais uma vez, por meio da revisão judicial. Em maio, durante um longo e magistral discurso que rivalizou em brilhantismo e incisividade com sua obra *Les preuves*, ele expôs as provas da inocência de Dreyfus e analisou os crimes cometidos por aqueles que haviam conspirado para mandá-lo para a ilha do Diabo e lá mantê-lo. A sessão degenerou em gritaria, com violentas trocas de insultos entre os partidos de direita e esquerda, mas, antes que ela terminasse, o general André interveio, declarando que o governo estava disposto a realizar um inquérito administrativo baseado nas acusações de Jaurès. O debate encerrou-se com um sibilino voto de confiança no qual a câmara decidiu que o Caso Dreyfus não seria tirado da esfera judicial. Enquanto se matutava sobre o significado dessa advertência, Dreyfus entregou uma petição ao ministro da Guerra pedindo a investigação de novos fatos por ele conhecidos, relacionados a seu caso. Diante de mais esse enigma, o primeiro-ministro autorizou o general André a realizar uma investigação “pessoal” da questão, destinada a servir à causa da verdade.

André incumbiu seu ajudante de ordens e o principal advogado do ministério de vasculharem a volumosa documentação que havia sido reunida para o julgamento de Rennes e depois dispersada. Deveriam também examinar documentos que não haviam sido apresentados porque Henry, Gonse e o camaleônico Louis Cuignet — que depois de ter denunciado o *faux Henry* transformara-se em um virulento antidreyfusista — haviam considerado favoráveis a Dreyfus. André examinou pessoalmente todo o dossiê. Ficou claro que a extensão dos delitos era maior do que o esperado. O inventário incluiria, além do *faux Henry*, no mínimo dois outros documentos que haviam sido

modificados por Henry, um fraudulento conjunto de registros contábeis relacionados a um espião cujos relatórios falsificados incriminavam Dreyfus e haviam sido usados no julgamento de 1894, além de outros escritos destinados a incriminar Picquart na perdulária administração de fundos das contas secretas de espionagem da Seção de Estatística. Essa investigação levou aproximadamente seis meses, e por fim a documentação foi entregue ao ministro da Justiça em 1903 por ordem do gabinete.

O ministro poderia ter solicitado, por iniciativa própria, que a Corte de Cassação autorizasse uma revisão do julgamento de Rennes. Mas, em atenção à política do gabinete, deu-se a entender a Dreyfus que, dessa vez, uma petição de revisão judicial entregue por ele, com base em revelações feitas por Jaurès, seria apropriada. Essas revelações teriam como fundamento o que ele acreditava que as investigações de André haviam apurado, o perjúrio nos depoimentos durante o julgamento de Rennes e — numa notável demonstração do valor dado a testemunhos prestados por ouvir dizer nos procedimentos judiciais da França — uma carta a Reinach escrita pelo ex-embaixador alemão na França. Nessa carta, o embaixador declarava que Schwartzkoppen confessara-lhe que o espião que lhe vendera segredos militares franceses era mesmo Esterhazy. Depois de mais complicações políticas surgirem e serem resolvidas, no dia de Natal de 1903 o ministro submeteu o julgamento de Rennes à Corte de Cassação.

O processo excruciantemente moroso na corte — impedido pela doença de um dos juízes encarregado de preparar um relatório final do caso e pela necessidade de substituí-lo — foi concluído às 18h30 do dia 11 de julho de

1906. A corte votou por unanimidade pela revogação do julgamento de Rennes, com 31 votos a 18 em favor de não baixar o processo para a instância inferior, excluindo assim a possibilidade de submeter Dreyfus a uma nova corte marcial. Esse resultado foi possível graças a um dispositivo legal que tornava desnecessário um novo julgamento se a Corte de Cassação revogasse o julgamento de tal maneira que nada restasse nele que constituísse crime ou transgressão. A sentença foi lida em público no dia seguinte, ao meio-dia. O homem da ilha do Diabo fora declarado inocente, e a mancha da desonra havia sido lavada. Quando começou a chegar a avalanche de telegramas e cartas de congratulações, Dreyfus lembrou os que tinham morrido antes do triunfo da causa pela qual tanto haviam se empenhado: Lazare, Zola, Scheurer, Trarieux e outros de nomes menos ilustres. Recebeu uma carta redigida com a clássica intransigência de Picquart, a quem Dreyfus escrevera expressando sua gratidão. “Meu caro Dreyfus”, escreveu Picquart, “obrigado por sua mensagem. Imagino sua alegria e a alegria da sua família. Como sabe, eu teria preferido uma corte marcial, mas não sou teimoso. Talvez seja melhor desse modo.”⁴⁰

No dia seguinte, sexta-feira, 13 de julho, a legislatura francesa aprovou duas leis, uma concedendo a Dreyfus o posto de major, outra fazendo de Picquart general de brigada. Na tarde de 20 de julho, Dreyfus recebeu a condecoração de cavaleiro da Legião de Honra na Cour Desjardins da École Militaire — esta, recordou Dreyfus, não mudara desde o tempo em que ele era tenente e ali servira em uma bateria de artilharia a cavalo. A lembrança da cerimônia de degradação era tão forte, que Dreyfus sentiu o

coração bater como se fosse explodir, seu rosto ficou rubro e a testa cobriu-se de suor.

A justiça fora feita, e ostensivamente o Estado reparara o erro judiciário e suas consequências. Mas nem tudo estava bem. O pátio da École Militaire que o governo escolhera para a cerimônia da condecoração era diminuto e só podia receber um pequeno número de convidados: a família Dreyfus, Picquart, Anatole France, um dos juízes da Corte de Cassação. Jaurès, os advogados de Dreyfus, Reinach e o general André não puderam ser incluídos. Além disso, a lei que dera o generalato a Picquart levava em consideração os anos de serviço dos quais ele havia sido privado pela maquinação do Estado-Maior. Mas, no caso de Dreyfus, segundo a lei, seu tempo como major só começava na data em que o posto lhe fora conferido, e, assim, todo o tempo que ele teria acumulado se não houvesse sido condenado em 1894, ou se houvesse sido absolvido em vez de perdoado em 1899, não foi levado em conta. Agora, esse major de 47 anos tinha, como superiores, oficiais de sua idade que haviam sido seus colegas. A bela carreira que ele imaginara topava com um beco sem saída. No Exército francês, não se incentivavam os contatos entre oficiais de patentes distintas. Depois de voltar à ativa em uma unidade de artilharia no forte de Vincennes em 15 de outubro de 1906, doze anos após ter sido acusado de traição e preso, Dreyfus logo chegou à conclusão de que sua situação era insustentável. Pediu a reforma em 1907. Sua amargura não tinha limites. Porque ele não servira dois anos como major, ao reformar-se sua patente foi rebaixada para a que ele tivera antes. Dreyfus era novamente capitão.

Nesse meio-tempo, Georges Clemenceau, em grande medida por seu destacado papel como dreyfusista, tornara-

se primeiro-ministro e nomeara o general Picquart seu ministro da Guerra. Dreyfus, que viera tentando por vários meios, inclusive pela intervenção de amigos, corrigir a injustiça de ter sido reintegrado ao Exército sem a contagem de seu tempo de serviço, decidiu apelar pessoalmente a seu heroico defensor. Picquart recebeu-o na sala que fora do general Boisdeffre, e os dois lembraram a cena que ali se passara, quando Du Paty ordenara a Dreyfus que redigisse o texto do *bordereau*. Em dado momento, Picquart lastimou ter-se prestado àquela “lúgubre comédia”. Mas, quando Dreyfus explicou o propósito da visita, o general tornou-se glacial e disse que o erro, se verdadeiramente o fosse, deveria ter sido corrigido pelo governo anterior. Dreyfus compreendeu que era hora de se despedir, parabenizando Picquart por seu cargo no gabinete. Picquart salientou que fora graças a ele, Dreyfus, que ele ali chegara, ao que Dreyfus respondeu: “Não, foi porque cumpriu seu dever”.⁴¹

Dreyfus morreu em casa no dia 12 de julho de 1935, exatamente 29 anos depois da leitura pública do veredicto da Corte de Cassação que o absolvera. Ele havia retornado à ativa no início da Primeira Guerra Mundial, servindo primeiro na zona militar setentrional de Paris e depois na frente de batalha, com um comando de artilharia postado muito próximo a Verdun e ao Chemin des Dames. No fim da guerra, ele era tenente-coronel e fora promovido a oficial da Legião de Honra. Seu filho Pierre lutara corajosamente como jovem oficial nos campos de batalha de Somme e Verdun; foi promovido a capitão em 1920 e condecorado com a Legião de Honra em 1921. O único filho de Mathieu Dreyfus, Émile, morreu em combate em 1915. Seu genro, marido de sua única filha e filho de Joseph Reinach, foi morto no

primeiro ano da guerra. Lucie Dreyfus morreu em casa em Paris no dia 14 de dezembro de 1945. Ela havia fugido para a chamada Zona Livre, a parte da França controlada pelo governo de Vichy, e nos anos restantes da guerra permanecera escondida em um convento sob o nome de sra. Duteil. Suas netas Simone e Madeleine, e seus netos Jean-Louis e Etienne, filhos de Jeanne, a única filha de Alfred e Lucie, haviam todos participado da Resistência. Madeleine foi presa pela Gestapo e morreu de tifo no campo de Auschwitz-Birkenau em janeiro de 1944. O filho de Pierre, Charles, lutara nas fileiras dos Franceses Livres.

Em 1984, o Estado francês encomendou uma escultura de Dreyfus ao escultor e cartunista Tim (Louis Mittelberg). Ela retrata um oficial perfilado, com uma espada quebrada na mão. Foi difícil encontrar um local apropriado para a obra. Negou-se permissão para colocá-la no pátio da École Militaire, o cenário da degradação, e também na École Polytechnique, onde Dreyfus estudara. A estátua finalmente encontrou um lar temporário no parque das Tulherias. Em 1994, foi transferida para a minúscula praça Pierre-Lafue, próxima à estação de metrô Notre-Dame-des-Champs, no sexto *arrondissement*. Em 2002, ela foi desfigurada da cabeça aos pés com tinta amarela, e seu pedestal foi coberto com pichações antisemitas. Também em 1994, uma pequena praça no cruzamento da avenida Émile Zola com a rua du Théâtre, no 15º *arrondissement*, recebeu o nome de praça Alfred Dreyfus. Em 1998, no centésimo aniversário da publicação do “J’accuse”, de Zola, uma placa em honra ao capitão Dreyfus, punido por um crime que ele não cometeu, foi afixada na parede do pátio da École Militaire, onde ele foi degradado.

Uma campanha em 2006, centenário da exoneração de Dreyfus, tentou transferir seus restos mortais para o Panteão. A iniciativa foi rejeitada com a justificativa de que o Panteão é local de repouso para heróis, e não para vítimas. Mas, em 12 de julho de 2006, o presidente Jacques Chirac fez o panegírico de Dreyfus em uma cerimônia de comemoração no pátio da École Militaire, declarando inequivocamente que Dreyfus não cometera traição. O presidente reconheceu em Dreyfus um patriota que amou ardentemente a França e um homem

a quem a justiça não foi feita por completo: com a morte na alma, pois não se beneficiou da reconstituição de uma carreira à qual tinha direito, o oficial foi obrigado a deixar o Exército. É por isso que a nação tem o dever de prestar-lhe hoje uma solene homenagem.

Foram palavras corajosas e elegantes, pronunciadas na caverna dos leões, o centro vital do Exército que só com relutância aceitou a inocência de Dreyfus e a culpa de seus superiores. Também em 2006, o serviço postal francês lançou um selo comemorativo com a efígie de Dreyfus. O discurso na École Militaire não foi o único exemplo da determinação do presidente Chirac de confrontar momentos de vergonha na história francesa. Fora preciso ainda mais coragem para fazer o discurso de 16 de julho de 1995, no 53º aniversário da Rafle du Vel' d'Hiv, quando judeus parisienses foram arrebanhados no Vélodrome d'Hiver, um estádio coberto em Paris, e deportados para campos de concentração. Durante o discurso, Chirac reconheceu a responsabilidade do Estado francês pelos crimes cometidos contra judeus franceses pelo regime de Vichy, coisa que nenhum presidente da república jamais fizera.

A grande incógnita do Caso Dreyfus não tem nenhuma relação com mistérios, como a possível ligação secreta entre Henry e Esterhazy, ou com a teoria preferida por Paléologue, de que um círculo de traidores — entre os quais se incluíam Maurice Weil, um oficial judeu que tinha uma ligação especial com o general Saussier (sua esposa era amante do general), Esterhazy e um general do alto escalão cujo nome ele não revela —, com a conivência de Henry e Lauth, andava vendendo segredos aos Estados-Maiores alemães, austríacos e italianos. A verdadeira incógnita é por que Dreyfus, depois de ter passado cinco anos na ilha do Diabo e outros seis lutando para limpar seu nome, desejou tão desesperadamente voltar para o Exército francês. Ele ainda era rico, ainda tinha por esposa uma mulher mais jovem de grande nobreza de mente e espírito, dois filhos a quem amava, estava com 47 anos e o corpo alquebrado. Nunca recuperaria totalmente a saúde. A repulsa desdenhosa de seus ex-colegas decerto penetrou-lhe na consciência após o julgamento de Rennes, mesmo que ele não a tivesse manifestado durante a corte marcial de 1894. Ele percebera que, contrariamente a toda a razão, cinco de seus sete juízes em Rennes haviam se forçado a julgá-lo culpado, e observara de perto a perfídia de Mercier e Boisdeffre, os chefes militares que admirava. No entanto, ele ainda queria passar o resto de sua vida na ativa, em companhia de gente como eles. Por quê?

A resposta para esse mistério talvez possa ser encontrada em um comentário prosaico de Franz Kafka sobre os violentos tumultos antijudeus que marcaram os dois primeiros anos da recém-independente República da Tchecoslováquia e chegaram ao clímax em 16 de novembro de 1920. Uma multidão invadiu o prédio da Rathaus, a sede

da comunidade judaica em Praga, destruiu arquivos e pisoteou torás. Kafka, horrorizado com o que viu, escreveu:

Passei a tarde na rua, banhando-me no antissemitismo popular. Há pouco ouvi dizer que os judeus eram uma “turba imunda”. Não é natural que a gente se vá de onde é tão odiada? (Não faz falta para isso nem o sionismo nem o sentimento nacional.) O heroísmo dos que apesar de tudo permanecem é o das baratas, que tampouco podem extirpar-se do quarto de banho.⁴²

Oprimidos, atormentados e desprezados por tantos séculos, os judeus emancipados estavam apaixonados por sua nova liberdade e pela boa-nova de que podiam ser como as outras pessoas. Dependia deles. Se trabalhassem bastante, se fossem bons cidadãos, poderiam abrir as asas. A promessa, apesar de bela, não levava em conta um duro fato que provavelmente não era óbvio durante aqueles tempos inebriantes: as “outras pessoas” não queriam que os judeus fossem como elas. Queriam os judeus fora do caminho. Mas os judeus não souberam como ficar tão pequenos a ponto de não incomodar. Em vez disso, aferraram-se ao lugar que pensaram ser deles. No caso de Dreyfus, o Exército e sua patente.

* Ernst Theodor Amadeus Wilhelm Hoffmann (1776-1822), escritor, compositor, caricaturista e pintor alemão, célebre por suas obras de literatura fantástica. (N. T.)

5. “Dreyfus foi reabilitado, Picquart chegou a ministro da Guerra, e ninguém fez barulho”

Zola parecia destinado a escrever um grande romance sobre a França nos anos 1890, um romance que entregasse um espelho à sociedade francesa e a forçasse a confrontar o caso em toda a sua fealdade. Era isso que ele fizera eloquentemente em livros anteriores, como *La curée* e *L'Argent*, que expuseram os escândalos financeiros e a corrupção política e sexual no Segundo Império; em *L'Assommoir*, um estudo dos bairros miseráveis de Paris, e em *La Débâcle*, que mergulhava nas causas da derrota francesa em 1870. Ele tentou abordar o Caso Dreyfus em *Vérité*, publicado postumamente em 1903, mas cometeu um erro de estratégia: transpôs o caso para uma história de um mestre-escola judeu injustamente acusado de estuprar e assassinar seu sobrinho, um menino corcunda de doze anos que não tinha sangue judeu puro. Ao fazer isso, Zola diminuiu o alcance de seu tema. Talvez pensasse que a abordagem direta que lhe servira tão bem em *La Débâcle* não ficasse bem nesse caso. Seja como for, embora Zola tivesse apenas 62 anos quando morreu, a força criativa que

o carregara triunfante pelos vinte romances do ciclo Rougon-Macquart começara a declinar. *Vérité* não está entre suas melhores obras.

Anatole France, outro grande escritor e quase contemporâneo de Zola, também foi um ardoroso dreyfusista. Membro da Académie Française desde 1896, cético, de uma erudição requintada, ele era um autor da corrente dominante do classicismo francês, antípoda de Zola e seus romances naturalistas. Mas mergulhou generosamente nas tempestuosas reuniões políticas dreyfusistas e, em 1902, deixando de lado desavenças literárias passadas, fez o principal encômio no funeral de Zola. Blum recordou que, no início de sua carreira como dreyfusista, não ousara esperar que France se engajasse na causa; mais tarde acabou entendendo como isso aconteceu. A razão era a “fé racionalista” de France: ele tornou-se dreyfusista porque sua inteligência lhe dizia que Dreyfus não era culpado. E também lhe dizia que essa certeza devia ser traduzida em ação. Numa fase em que as perspectivas do movimento dreyfusista eram desalentadoras, France fez um discurso tocante em um comício e concluiu com uma promessa: “*Nous aurons raison parce que nous avons raison*”, a razão será nossa porque temos razão. O caso desempenha papel importante em três livros de France, entre eles a sátira distópica e em grande medida burlesca do livro *A ilha dos pinguins*, lançado em 1908, tendo antes sido publicado em forma de folhetim no jornal *New York Herald* de 1905 a 1907. Na tradição que engloba obras como *Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, “Um relatório para uma Academia”, de Franz Kafka, *A revolução dos bichos*, de George Orwell, e *Maus*, de Art Spiegelman, *A ilha dos pinguins* conta a história francesa, incluindo o Caso

Dreyfus, sob o disfarce de um relato do passado, presente e futuro de uma colônia de pinguins. Os dois outros livros de France nos quais a presença do Caso Dreyfus não pode ser ignorada são *O anel de ametista* e *Monsieur Bergeret em Paris*, que compõem os volumes 3 e 4 de sua *Histoire contemporaine*, um ciclo de quatro romances. Ambos foram escritos quando o caso ainda estava em curso, antes da absolvição de Dreyfus, e são relatos em primeira mão.¹

Incomparavelmente, a maior obra de ficção que faz do caso um tema importante do enredo é *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. Trinta e um anos mais novo do que Zola e com 27 anos a menos do que France, Proust convenceu-se bem cedo da inocência de Dreyfus, e o mesmo aconteceu com seu irmão mais novo, dr. Robert Proust. Marcel era um dos jovens brilhantes que Blum encontrava na redação da *Banquet*, uma revista mensal literária de vanguarda para a qual ele e Proust escreviam e da qual Proust era cofundador. Também se viam no salão dreyfusista da sra. Émile Straus, viúva do compositor Georges Bizet e casada na época com um importante advogado empresarial que tinha os Rothschild entre seus clientes. Como ocorreu em muitas famílias, o pai de Marcel e Robert, dr. Adrien Proust, um funcionário público de alto escalão, opôs-se à revisão judicial da sentença da corte marcial de 1894 e durante algum tempo se recusou a falar com seus filhos dreyfusistas. A desavença familiar não durou muito: o dr. Proust acabou sendo convencido a aceitar a necessidade da revisão.

Proust também escreveu *Jean Santeuil*, um *Bildungsroman* [romance de formação] inacabado e acentuadamente autobiográfico que ele começou em 1895, aos 23 anos, e abandonou no início dos anos 1900, antes da

absolvição de Dreyfus — a obra só viria a ser publicada depois da morte de Proust, ocorrida em 1922. *Jean Santeuil* relata o *début* na sociedade, as amizades e os primeiros amores de um jovem burguês parisiense intelectual e sensível. Como se poderia esperar, o rapaz se impressiona profundamente com o processo por difamação movido contra Zola. A importância de *Jean Santeuil* — além do fato de ter sido a primeira tentativa de Proust de desenvolver os grandes temas de *Em busca do tempo perdido* no contexto de um romance — está na descrição do frenesi em torno do julgamento de Zola. Moços disparam logo cedo rumo ao Palácio da Justiça na Île de la Cité e chegam primeiro que os litigantes, as testemunhas e os advogados. Trazem sanduíches e café em cantis para consumir na sala do tribunal, sentados nos bancos que tiveram a sorte de conseguir e de onde não saem por medo de que outros os ocupem. Muitos só conseguem entrar na sala do tribunal graças a um amigo advogado influente.

A mais impressionante passagem do romance é um retrato poético do general Boisdeffre. Não há melhor ou mais sutil ilustração do culto ao Exército então prevalecente. Sem esse culto e o concomitante medo do trauma de trazer à luz a medíocre criminalidade de um ministro da Guerra — talvez dois ministros, se contarmos o general Billot além de Mercier — e do chefe do Estado-Maior, o Caso Dreyfus não teria sido possível.

Vimos como Boisdeffre desafiou os jurados no julgamento de Zola a escolher entre confiar nos chefes militares, cujo dever era defender a nação, e correr o risco de que os chefes deixassem a outros essa ingrata e árdua tarefa se fossem rejeitados. A descrição de Proust mostra Boisdeffre na tarde do dia anterior, logo após a irrefletida

recitação do *faux Henry* pelo general Pellieux, chegando ao Palácio da Justiça para atender ao pedido de ajuda de Pellieux. Ele chega atrasado: o tribunal está suspenso, talvez porque o juiz presidente tenha considerado prudente dar ao ministro da Guerra tempo para instruir Boisdeffre sobre o que lhe era permitido dizer no banco das testemunhas. Boisdeffre chega à paisana, com um chapéu muito alto, e avança lentamente, a perna rígida como se a houvesse fraturado várias vezes quando cavalgava. Ainda tem uma aparência jovem, mas suas faces são cobertas por uma repugnante rede violácea de vasos rompidos. Seus olhos piscam, ele parece calmo, muito embora obviamente esteja preocupado. Jean contempla a figura e percebe que se trata

dessa coisa augusta que se denominava “o general Boisdeffre”. [...] era com esses olhos piscos que ele enxergava, era fumando charutos, bebendo conhaque depois das muito longas jornadas de trabalho que dourara e avermelhara suas faces. À sua passagem, todos se descobriam e ele saudava com muita polidez, como um homem de uma classe absolutamente dominante, um aristocrata clerical que podia causar inveja e que cuidava desarmar os espíritos sendo extremamente polido. [...] Por isso respondeu aos cumprimentos mas sem dar a impressão de vê-los, seguindo seu pensamento, piscando os olhos por um momento, puxando pela perna rígida, parando, cofiando o bigode, passando a mão pelo rosto avermelhado como por um velho cavalo de batalha que ele próprio tivesse cansado. E, conquanto subisse a escada desse jeito, seguido de seu ordenança, todos se indagavam ansiosamente o que diria ele e essas faces rubras, os olhos piscos e até o sobretudo aberto e o enorme chapéu alto inclinado sobre a cabeça, todas essas coisas vulgares eram contempladas com emoção irresistível por todos os que não teriam ousado aproximar-se sem respeito, sentindo-as carregadas de toda a força incrível, imensa, europeia,

de toda a terra, [...] que ia com frequência explodir, mudar com a vida de um homem e de uma família a sorte da Europa.²

Pouco depois da ida ao Palácio da Justiça (e portanto após o veredicto de culpa no julgamento de Zola e enquanto Picquart estava preso na fortaleza de Mont-Valérien), Jean comparece a um jantar elegante e ouve um general ilustre que fora ministro da Guerra anunciar com grande autoridade sua opinião sobre o caso. O general declara que, embora não acredite que Dreyfus seja culpado, tem certeza de que Esterhazy é inocente, de que ele não escreveu o *bordereau* mas teve sua caligrafia imitada, que o culpado era alguém muito conhecido cujo nome ele não poderia revelar por enquanto, e que Picquart forjara o *petit bleu* por acreditar com a mesma firmeza que Esterhazy era culpado e Dreyfus, inocente — portanto, sua falcatrua destinara-se a trazer à luz as relações entre Esterhazy e Schwartzkoppen, relações que Picquart agora julgava inegáveis. Enquanto os demais ouvem em silêncio extasiado, Jean repara que sua anfitriã está olhando de soslaio para o marido, como quem diz: “Que salão arranjamos apesar de tudo e como servimos pratos excelentes aos nossos convidados”.³

Proust teve evidente prazer em pôr tais pratos diante do leitor. *Em busca do tempo perdido* contém material mais do que suficiente para um *sottisier* do caso, um livro trivial sobre inanidades que Flaubert seguramente desejaria incluir em seu *Bouvard e Pécuchet* se tivesse vivido o suficiente para ver as estultices francesas dos anos 1890 com seus mantras interligados de nacionalismo e antissemitismo. Acima de tudo, porém, o caso era para Proust um catalisador de mudança social, pois possibilitava alianças

que sem ele teriam parecido antinaturais, elevava uns a alturas sociais surpreendentes e punha outros no ostracismo. O impacto do caso sobre a sociedade francesa é mais uma ilustração da vasta concepção de Proust sobre o poder do tempo para transformar a percepção das pessoas e dos lugares. Serve ainda como metáfora para um fenômeno que Proust não confrontou diretamente: a ascensão de novas fortunas industriais e financeiras, e o deslocamento, pela nova burguesia, da velha aristocracia francesa, cuja riqueza minguante e obstinada recusa a interessar-se pelos assuntos da desprezada república a relegam à condição de um bando de janotas autoiludidos.

O disseminado antissemitismo de judeus convertidos arrivistas, tema destacado por France em *O anel de ametista* e *M. Bergeret em Paris*, é notavelmente ausente do enredo de *Em busca do tempo perdido*. O único, dilacerante exemplo no romance de Proust é o comportamento da filha de Charles Swann, Gilberte. Swann, que compete com o narrador e com o emblemático homossexual barão de Charlus pela posição de personagem mais importante da obra, é um judeu católico (foi batizado ao nascer ou converteu-se depois) que tem a mais eminente posição social dentre todos os judeus na França. Ele está em casa e à vontade no *faubourg* Saint-Germain, tem príncipes da casa real entre seus amigos, é o predileto e o companheiro assíduo da duquesa de Guermantes, formidável epítome da elegância e soberba aristocrática. Para horror de seus amigos, Swann desposa uma ex-cocote, Odette de Crécy. Vendida pela mãe aos doze anos para um libertino, Odette ascendeu nos vários estágios pelos quais passa uma criança prostituída até atingir o status de *demimondaine*, uma cortesã de luxo mantida por uma

sucessão de homens cada vez mais ricos. O casamento com Swann ocorre depois do nascimento da filha deles, Gilberte. Após a morte de Swann, quando Odette se torna uma mulher rica, ela se casa de novo, dessa vez com o conde de Forcheville, um aristocrata sem importância nem dinheiro cujo único mérito é não ser judeu e com quem ela tivera um caso esporádico antes e durante seu casamento com Swann. Forcheville adota Gilberte e lhe dá seu nome; poder chamar-se Mademoiselle de Forcheville torna-se útil para Gilberte nos anos 1890, quando o antissemitismo se transforma em uma força mais potente do que antes, e seu dinheiro faz quase todos esquecerem a obscuridade da sua ligação com os Forcheville. Em uma cena vergonhosa, Gilberte finge não conhecer lady Rufus Israel (tia de seu pai e esposa de um financista judeu riquíssimo), que sempre chamou Gilberte pelo primeiro nome. A propósito desse ato covarde, o narrador nos conta que quando outra moça, por malícia ou falta de tato, pergunta a Gilberte o nome de seu pai verdadeiro, Gilberte pronuncia-o “Svann” em vez do aceito “Suan”. Momentos depois, percebendo que piorou a situação germanizando seu nome inglês, ela acrescenta, inabilmente, que há diferentes explicações para suas origens, insinuando que talvez seja filha ilegítima de alguém muito importante. O narrador ressalta que Gilberte raramente fala com ele sobre Swann, embora ele conhecesse pai e filha muito bem desde que ela era pequena; aliás, acrescenta, “ninguém mais tinha coragem de pronunciar à sua frente o nome de Swann”. A falta de amor-próprio de Gilberte faz lembrar outro caso contado anteriormente pelo narrador: mais de um antissemita na alta sociedade francesa que contava Swann entre seus amigos diletos consolava-se com o boato de que Swann era

filho ilegítimo de um príncipe real, o duque de Berry, e chegava mesmo a ver uma semelhança familiar entre os dois.⁴

Proust talvez se sentisse pessoalmente exposto quanto ao assunto de os judeus preferirem varrer sua judeidade para baixo do tapete — ou, de fato, o antissemitismo dos judeus —, e não queria desenvolver o assunto. Por parte de mãe, Proust vinha de uma família de abastados industriais e corretores de valores da Alsácia, e seu pai era um católico provinciano que subira na vida por brilhantismo e trabalho duro, com alguma ajuda do dinheiro de sua mulher. Como Swann, Proust tinha amizade com um impressionante grupo de aristocratas de estirpes variadas, desde nobres puramente franceses até espécimes mais exóticos, como os príncipes romenos, os irmãos Bibesco, e a princesa romena Souzo, que, tal qual seu marido, Paul Morand, era notória antissemita. O assunto deve ter sido um vespeiro e tanto, a julgar-se sobretudo pelas mordazes descrições de judeus encontradas no *Em busca do tempo perdido*. Mas, apesar de considerar-se um francês católico, Proust nunca escondeu sua ascendência judaica e, como seu irmão e seu pai, mantinha relações de terna intimidade com a família de sua mãe. Também é verdade que ele tratou com inabalável coragem um tema que poderia ter sido até mais difícil: sua orientação sexual.

Ser homossexual não impediu Proust de fazer da homossexualidade de homens e mulheres um dos pilares de sua obra, nem de tratá-la como uma doença e uma maldição. A razão do desinteresse de Proust pelos judeus convertidos — um alvo favorito de France — pode, no entanto, ter sido o fato de que na França o batismo não era requisito prévio para que um judeu assimilado ascendesse à

elite na sociedade, na universidade, no governo ou nas finanças. As famílias Rothschild, Fould e Deutsch de la Meurthe vinham ditando por gerações o estilo da sociedade elegante e ao mesmo tempo dominando as esferas financeira e industrial, enquanto os Rothschild tinham papel de destaque na comunidade judaica francesa. Léon Blum, Pierre Mendès-France e Laurent Fabius tornaram-se primeiros-ministros, e os irmãos Reinach haviam conquistado prestígio na vida universitária da França justamente na época em que o Caso Dreyfus envenenava a sociedade. (Desde então, o sucesso dos Reinach repetiu-se nas disciplinas acadêmicas, com intelectuais como o antropólogo Claude Lévi-Strauss, o cientista político Raymond Aron, e François Jacob e André Lwoff, que foram laureados com o Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina.) Uma notável conversão ao protestantismo foi a da eminente família Halévy, descendente de um rabino famoso. Um descendente do rabino, Daniel Halévy, que logo de início se tornou um dreyfusista e depois se destacou como sociólogo e crítico cultural, adquiriu, na meia-idade, convicções direitistas que o levaram a colaborar com o regime de Vichy. Anatole France morrera já fazia tempo, mas sua sátira dos judeus antissemitas poderia muito bem ter sido um modo de fustigar seu contemporâneo Arthur Meyer, um importante jornalista político. Neto de rabino, ele se convertera ao catolicismo e se tornara um ardoroso realista, antissemita e antidreyfusista.

A primeira menção do Caso Dreyfus no texto de *Em busca do tempo perdido* aparece no segundo volume, *A sombra das raparigas em flor*. A sociedade é um caleidoscópio, Proust nos diz. Estamos em 1895, e o caleidoscópio girou. Quem olha por ele vê que até os judeus

mais elegantes foram abruptamente desalojados do fundo do campo de visão, enquanto salões e pessoas que pouco tempo antes teriam sido considerados ridículos e indesejáveis ascenderam. Por exemplo, o salão de um príncipe austríaco ultracatólico tornou-se o mais brilhante de Paris, embora nem a política nem o fanatismo fossem bilhete de ingresso para a alta sociedade desde o tempo de Carlos X, que perdeu o trono na revolução de julho de 1830. Uma anfitriã elegante não convidava nem recebia em seu salão políticos republicanos, também conhecidos como “oportunistas” — um nome usado sem inferências pejorativas para designar os políticos pertencentes ao grupo que governara a França de 1879 a 1885 e de 1890 a 1895. Por outro lado, não era raro uma mulher da alta sociedade encontrar em um salão uma judia tão elegante quanto a proustiana lady Israel. Certos judeus eram poderosos na alta sociedade, assim como nas finanças, e o mais eminente entre eles era Sir Rufus Israel, um homem de prestígio mais ou menos à altura dos Rothschild. As relações de lady Israel na sociedade do *faubourg* Saint-Germain não eram tão tradicionais ou ultraelegantes quanto as de seu sobrinho Swann, mas eram elegantes o suficiente para que ela se assegurasse de que nenhum dos seus amigos recebesse a esposa de Swann, Odette. (Lady Israel deplorara essa união.) A única exceção era a condessa de Marsantes, irmã do duque de Guermantes, nobre dos nobres, que em segredo transgredira a proibição, mas vivia com medo de ser flagrada por lady Israel. Mas, assim que a onda antidreyfusista e antissemita varreu a alta sociedade, as situações inverteram-se: Odette passou a ser procurada em virtude de sua posição nacionalista e antidreyfusista, de sua elegância e seu charme, e da riqueza de Swann, enquanto

lady Israel se transformou em pária. E foi assim que, na nova ordem social, quando Odette se encontrou no salão da sra. De Marsantes numa ocasião em que lady Israel lá estava, a sra. De Marsantes teve o cuidado de não a apresentar. Não receava o raio que lady Israel poderia lançar-lhe. Longe disso: desejava poupar Odette de achar-se na mesma sala que uma judia.

A trajetória de Odette reflete a troca da guarda na sociedade francesa. Na época, as mulheres da elite parisiense costumavam designar um dia da semana no qual ficavam em casa para receber as amigas e os cavalheiros; o costume não requeria que o marido acompanhasse a esposa, ou vice-versa. Possuir um salão elegante, ser capaz de atrair pessoas da alta-roda ou ilustres o suficiente para que a anfitriã as considerasse troféus e ímãs capazes de seduzir outros luminares e gente da elite, isso era uma ambição normal. O resultado da posição social ambígua de Odette, uma ex-cocote casada com um judeu, era a incapacidade de atrair convidados pertencentes ao círculo mais elegante de Swann. Ela era obrigada a buscá-los entre os que se viam excluídos do *faubourg* Saint-Germain, mas ainda assim tinham algum prestígio. Isso a limitava a funcionários públicos de segundo escalão e suas esposas, uma classe esnobada pela aristocracia antirrepublicana. Odette não tinha ilusões quanto ao alcance do Caso Dreyfus e seu efeito sobre a posição dela na sociedade, e temia, acertadamente, que o fato de Swann ser judeu e dreyfusista declarado viesse a ser fatal para suas ambições sociais, pondo em risco tudo o que ela conseguira até então. Com respeito à ascendência de Swann nada se podia fazer, mas ela o convenceu a não proclamar a inocência de Dreyfus em seu salão. Além disso, quando ele não estava presente, ela

não tinha escrúpulos de alardear suas fervorosas opiniões nacionalistas. Logo foi recompensada com o ingresso em várias ligas antissemitas que estavam sendo formadas por mulheres da alta sociedade. Por intermédio delas, Odette finalmente conseguiu atingir o objetivo que lhe parecera tão fora do alcance: estabelecer relações com mulheres que eram pilares da aristocracia do *faubourg* Saint-Germain. Espalhara-se a notícia de que ela era uma nacionalista confiável, uma antissemita e *une excellente femme*.

O antissemitismo emerge até como uma virtude social. Um ilustre aristocrata alemão, rico e muitíssimo bem-nascido, o príncipe Von Faffenheim-Munsterburg-Weinigen, que na alta-roda é chamado de príncipe Von, é visto pela primeira vez no “dia” da marquesa de Villeparisis, uma grande dama que é parente chegada dos Guermantes. Uma sobrinha da marquesa comenta que o nobre alemão é “muito bem-pensante”. Quer dizer com isso que ele não é um dreyfusista como todos os estrangeiros; e, ainda por cima, ela acrescenta, ele é “o antissemitismo em pessoa”. A sra. Swann comparece a essa mesma recepção. Sua presença, que pouco tempo antes teria sido inimaginável, já não surpreende. Mas o “abre-te, sésamo” do antidreyfusismo e antissemitismo nem sempre funciona. O sobrinho da senhora de Villeparisis e melhor amigo do narrador diz a este: “Não quero que minha mãe [a sra. De Marsantes] me apresente à sra. Swann. [...] É uma antiga prostituta. Seu marido é judeu e ela nos impinge nacionalismo”.⁵ Às vezes, um giro do caleidoscópio é responsável pela elevação de um judeu. O narrador espanta-se ao ver uma senhora notoriamente antissemita retribuir com exuberante amabilidade a saudação do pai de um de seus amigos que ela sabe ser judeu. A razão secreta

é que os dois estão unidos pela adesão à mesma causa: ela também acredita na inocência de Dreyfus. Quanto ao cavalheiro, ele passou a valorizar o ódio aos judeus daquela dama antissemita: é uma contradição tão forte com a crença que ela tem sobre a inocência de Dreyfus, que pode ser vista como uma garantia de que seu dreyfusismo é sincero.

Importantes mudanças de alianças fazem parte dessa revolução. Quando o narrador encontra Swann numa grande recepção oferecida pelo príncipe de Guermantes, pergunta-lhe por que todos os Guermantes são antidreyfusistas. Swann explica que é porque são todos antissemitas e lhe conta dois casos a respeito de seu anfitrião, um primo do duque, casado com uma princesa real da Bavária. Segundo Swann, o príncipe é tão antissemita, que deixou que uma ala de seu castelo fosse totalmente arrasada por um incêndio porque ele não quis pedir emprestado ao castelo vizinho, pertencente a um Rothschild, o equipamento para apagar o fogo, e também preferiu continuar a sofrer com uma terrível dor de dente porque o único dentista da região era judeu.

Nessa mesma recepção começara a se espalhar o rumor de que o príncipe pedira para falar em particular com Swann para lhe mostrar a porta. Os dois desaparecem juntos por um momento, mas, quando Swann retorna e o incuravelmente abelhudo narrador pergunta se lhe foi pedido para ir embora, Swann responde que não, de modo algum. Primeiro o príncipe disse-lhe que o vinha evitando a fim de escapar de ouvir a opinião de Swann a respeito do Caso Dreyfus; a sensibilidade dele próprio e a da princesa sobre o assunto eram tão grande, que ela repreendera o cunhado, o grão-duque de Hesse, por aventar que Dreyfus

era inocente. Entretanto, um ano e meio antes, em conversa com um general importante, o príncipe ficou sabendo que haviam ocorrido graves ilegalidades na condução da corte marcial, e essa informação perturbara-o profundamente, porque ele venerava o Exército. Mas outras conversas com o general e a leitura subsequente de textos que até então ele se recusara a examinar haviam eliminado todas as suas dúvidas de que aquilo fosse verdade. Ele nada dissera à princesa sobre isso, para não ferir seus sentimentos. Posteriormente, o general informou-o de que, embora houvessem ocorrido ilegalidades e a caligrafia no *bordereau* talvez não pertencesse a Dreyfus, existia prova gritante de sua culpa. A tal prova era o *faux Henry*, e apenas alguns dias depois a falcatrua tornou-se conhecida. O príncipe começara a ler *Le Siècle*, um jornal dreyfusista, e a encomendar a seu confessor — que também acreditava na inocência de Dreyfus — que rezasse missas por Dreyfus, sua esposa e seus filhos. Logo ele tem uma surpresa tão grande quanto quaisquer das outras: o padre revela que a princesa também lhe pede para rezar missas por Dreyfus. Ela passara a acreditar que Dreyfus era inocente muito antes do príncipe.

Outra conversação espantosa é a do duque de Guermantes, com o detalhe de ser cômica, em consonância com a personalidade do duque. Antidreyfusista veemente, o duque viaja para uma estação de águas e lá conhece três senhoras italianas encantadoras e bem-nascidas que o convidam para jogar bridge. Em um dado momento a conversa resvala para o Caso Dreyfus, e o duque declara que o capitão é culpado. As damas riem e afirmam que não existe prova alguma contra ele. O duque, àquela altura, já formara uma opinião elevada sobre a inteligência de suas

companheiras, e depois de alguns tropeções ele repete o que elas dizem: é claro que ele é inocente, ninguém encontrou prova nenhuma de sua culpa. Ao voltar para casa, o duque continua a ecoar a lição que aprendeu com as elegantes italianas e estarrece seus amigos com sua nova opinião sobre o caso.

O salão e o prestígio social de uma anfitriã também podiam elevar-se graças ao dreyfusismo. É o que acontece com a sra. Verdurin, a velha fada Carabosse de *Em busca do tempo perdido*. Imensamente rica, feia e perversa, mas dotada de um raro talento para descobrir e apreciar o que há de melhor na música e na arte, ela construiu seu salão em torno de sua personalidade forte e de um grupo de convidados fiéis, *le petit clan*, que em vários momentos incluiu um pintor talentoso, um escultor, um acadêmico, uma princesa russa rica e altamente aristocrática caída em desgraça na própria família, e, entre outros russos, um catedrático de medicina cuja reputação em alta rivalizava com sua vulgaridade e um grande violinista. (Foi nesse salão que Swann conheceu Odette.) Afligida por um complexo de inferioridade e pela desconfiança que frequentemente acompanha esse sentimento, a sra. Verdurin afirmara anteriormente que excluía de seu salão gente maçante (*les ennuyeux*), categoria que incluía todas as pessoas que a seu ver a rejeitariam. Como Odette, por causa de Swann, ela começara a temer que suas ideias dreyfusistas impedissem seu salão de ganhar prestígio, porém justamente essas convicções acabam permitindo atrair para sua órbita escritores talentosos que no futuro se tornariam trunfos para ela como anfitriã. As paixões políticas ganharam e perderam ardor, mas, quando, nos anos seguintes à reabilitação de Dreyfus, o caso não mais

dividia a sociedade, a posição de Anatole France como gênio continuava tão majestosa quanto antes, e seu valor de troféu como convidado dos salões não decaía. France permaneceu fiel à sra. Verdurin e era assíduo em seu salão e em seu camarote no teatro. Ela também ficara do lado de Zola durante o processo por difamação movido contra o escritor. Labori e Picquart por várias vezes combinaram à noite, em algum canto do salão da sra. Verdurin, a estratégia para o dia seguinte, e os fiéis podiam vê-los de perto. Afluíam para a casa dela em busca das notícias mais frescas. Essas aquisições foram troféus para ela e os alicerces de um salão que viria a ser poderoso durante a Primeira Guerra Mundial, quando a sra. Verdurin se torna uma nacionalista e antigermânica feroz.

Como vimos, a absolvição de Dreyfus em 1906 passou pela sociedade francesa quase sem levantar poeira. O narrador comenta laconicamente: “Dreyfus foi reabilitado, Picquart chegou a ministro da Guerra, e ninguém fez barulho”. Outras preocupações convulsionariam a França nos oito anos seguintes, sobretudo reformas anticlericais, agitação social e as crescentes tensões internacionais que lançaram a Europa na Primeira Guerra Mundial. O narrador comenta que durante a lenta marcha da guerra, e também depois dela, os eruditos usavam o chavão “naquele tempo pré-histórico” toda vez que mencionavam o caso.

O caso perdera a virulência porque fora esquecido:

O dreyfusismo integrara-se já numa série de coisas respeitáveis e habituais. De indagar o que por si mesmo valia, ninguém cogitava, agora, para admiti-lo; como não cogitara, outrora, para condená-lo. Não era mais *shocking*. Eis tudo quanto se exigia. Mal se recordava de que o fora, como não se sabe mais, ao cabo de algum tempo, se

o pai de uma jovem era ou não desonesto. Quando muito, pode-se dizer: “Não, é confusão com o cunhado, ou com um homônimo, mas dele nunca se falou mal”.⁶

Em 11 de setembro de 2008, a desenfreada guerra ao terror, aparentemente ilimitada e global, perpetrada pelos Estados Unidos, está em curso há sete anos. Não foi tema de nenhuma grande obra de ficção. A razão provável é que ainda não se pode definir a natureza do dano causado à estrutura da sociedade norte-americana pelos crimes e abusos do governo Bush cometidos em seus esforços na guerra ao terror — crimes e abusos que eclipsam aqueles dos quais o Estado-Maior do Exército francês se tornou culpado em sua implacável perseguição do capitão Alfred Dreyfus. Quando Proust comentou que as pessoas mal se lembravam de que o Caso Dreyfus fora “*shocking*”, o paroxismo que convulsionou a sociedade francesa antes da absolvição de Dreyfus estava extinto fazia tempo. Será que algum dia, no futuro próximo, os crimes do governo Bush — como ocorreu com os “*Palmer raids*”^{*} de 1919 e 1920, com as inúmeras violações dos direitos constitucionais dos nipo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, e, na França, com os crimes contra Dreyfus — desaparecerão sob uma cicatriz de silêncio e indiferença? É cedo demais para sabermos. As grandes peças e os grandes romances que abrirão nossos olhos para o trabalho do tempo e de seu grande parceiro, o esquecimento, ainda esperam para ser escritos.

* Prisões e deportações em massa de estrangeiros suspeitos de comunismo ordenadas pelo procurador-geral norte-americano Alexander M. Palmer nos anos 1919 e 1920. (N. T.)

Os personagens

blum, léon (1872-1950) Jornalista, alto funcionário do governo e líder socialista, Blum pertenceu à elite intelectual parisiense. Foi primeiro-ministro da França três vezes: em 1936-37, como líder do governo do Front Populaire; por um mês em 1938; e de 16 de dezembro de 1946 a 22 de janeiro de 1947. Dreyfusista dedicado desde o princípio, Blum escreveu em 1935, logo em seguida à morte de Dreyfus, suas reminiscências sobre o caso, publicadas em uma série de artigos do semanário *Marianne*; esses textos foram depois editados sob o título *Souvenirs sur l’Affaire*.

boisdeffre, charles le mouton de (1839-1919) Boisdeffre tornou-se chefe do Estado-Maior do Exército francês em 1893. Devoto produto da educação jesuítica, ele foi acobertador e cúmplice das maquinações ilegais do ministro da Guerra, general Auguste Mercier, seu superior, e mais tarde de seus subordinados, general Arthur Gonse e major Joseph Henry e seus colegas. Seu testemunho teve grande peso para a condenação de Émile Zola em seu primeiro julgamento por difamação e para a de Dreyfus na corte marcial de Rennes em 1899. Reformou-se depois do suicídio de Henry.

brisson, henri (1835-1912) Brisson era primeiro-ministro quando o governo finalmente aceitou, em setembro de 1898, a petição de Lucie Dreyfus para a revisão pela Corte de Cassação do julgamento da corte marcial de Paris, que, em dezembro de 1894, pronunciara o capitão Alfred Dreyfus culpado de traição.

cavaignac, godefroy (1853-1905) Como ministro da Guerra no governo chefiado por Henri Brisson, Cavaignac revelou, em um discurso proferido em 1898 à Câmara dos Deputados, os documentos cruciais do dossiê secreto, entre eles o *faux Henry*, que ele pensava serem a prova da culpa de Dreyfus. Pouco depois o ordenança de Cavaignac descobriu que o *faux Henry* era forjado. Cavaignac renunciou após o suicídio de Henry, para não ter de concordar com a petição do governo pela revisão da condenação da corte marcial de Paris, e pelo resto de sua vida permaneceu um franco antidreyfusista.

clemenceau, georges (1841-1929) Clemenceau serviu esporadicamente como deputado da Assembleia Nacional até 1893, quando perdeu sua cadeira em consequência da acusação infundada de estar a soldo da Grã-Bretanha e envolvido no escândalo do Canal do Panamá. Como editor do *L'Aurore*, Clemenceau empreendeu uma vigorosa campanha, de 1897 a 1899, em favor da revisão judicial da condenação de Dreyfus, publicando (e intitulado) "J'accuse", a carta aberta de Zola ao presidente Faure. Eleito para o Senado em 1902, foi primeiro-ministro de 1906 a 1909 e trouxe Georges Picquart, então general de brigada, para seu gabinete como ministro da Guerra. Tornou-se

primeiro-ministro novamente em novembro de 1917, presidindo um gabinete de coalizão no qual atuou também como ministro da Guerra. Sua conduta implacável na guerra, paralelamente à do marechal Ferdinand Foch, granjeou-lhe o apelido de *Père de la Victoire*, o Pai da Vitória. Outro apelido, *Le tigre*, este dos anos 1880, resume sua ferocidade como político.

demange, edgar (1841-1925) Advogado, amigo e conselheiro fidedigno de Dreyfus, Demange defendeu-o nas cortes marciais de Paris e Rennes.

dreyfus, lucie (1869-1945) Filha de David Hadamard, um rico negociante de diamantes, e de sua esposa, Louise, Lucie casou-se com Alfred Dreyfus em 21 de abril de 1890. Tiveram dois filhos: Pierre, nascido em abril de 1891, e Jeanne, nascida em fevereiro de 1893. Ao longo de todo o caso, Lucie empenhou-se com todas as forças pela libertação de Alfred.

dreyfus, mathieu (1857-1930) Mathieu Dreyfus, irmão de Alfred, deixou a administração dos negócios da família para seus dois irmãos mais velhos a fim de dedicar-se em tempo integral a conseguir a libertação e a absolvição de seu irmão mais novo. Depois de atingir seu objetivo, retomou a carreira de empresário. Registrou suas recordações sobre o caso em *L’Affaire telle que je l’ai vécue* [O caso como eu o vivi].

esterhazy, ferdinand walsin- (1847-1923) Descendente de um ramo ilegítimo de nobre e eminente família húngara,

Esterhazy alistou-se na Legião Estrangeira francesa em 1870 e lutou na Guerra Franco-Prussiana. Trapaceiro, mentiroso incorrigível e mestre em intrigas, muito astuto e inteligente, foi designado para a Seção de Estatística em 1877, mas serviu por pouco tempo. Em julho de 1894, já major, iniciou sua carreira como espião de Maximilian von Schwartzkoppen, o adido militar da embaixada alemã em Paris. Julgado por uma corte marcial em janeiro de 1897, depois que Mathieu Dreyfus o denunciou como o verdadeiro autor do *bordereau*, foi absolvido. Expulso do Exército após o suicídio de Henry, em agosto de 1898, fugiu para a Inglaterra e terminou sua vida em Harpenden, Hertfordshire, intitulado-se conde Jean de Volmont. Em 1898 publicou sua versão deturpada e em vários aspectos até divertida do caso: *Les Dessous de l’Affaire Dreyfus* [A história secreta do Caso Dreyfus].

faure, félix (1841-1899) Presidente da França de janeiro de 1895 até sua morte, em 1899, Faure revelou ao dr. Joseph Gilbert que a corte marcial de Paris condenara Dreyfus com base no dossiê secreto. Com isso, teve papel importante para que Dreyfus viesse finalmente a ser absolvido, mas permaneceu um implacável oponente da revisão judicial da corte marcial de 1894.

france, anatole (1844-1924) Nascido Jacques Anatole Thibault, era filho de um livreiro parisiense. Sua produção como escritor é vasta e, embora ele escrevesse em vários gêneros, é conhecido principalmente por seus romances da corrente dominante do classicismo francês. Seu primeiro grande sucesso foi *O crime de Sylvestre Bonnard*; durante

sua vida, a mais famosa de suas obras foi *La Rôtisserie de la Reine Pédauque*. Ao se convencer da inocência de Dreyfus, mergulhou na luta pela revisão judicial da corte marcial de Paris. Três de seus romances, *A ilha dos pinguins*, *O anel de ametista* e *Monsieur Bergeret em Paris*, abordam o Caso Dreyfus. Recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1921.

gonse, charles-arthur (1838-1917) General do Exército francês, foi vice-chefe do Estado-Maior na época do caso e superior do chefe da Seção de Estatística. Como o general Boisdeffre, ele se recusou a buscar a revisão da corte marcial pela Corte de Cassação e, em vez disso, dirigiu a campanha para neutralizar Picquart e excluí-lo do Exército, além de encobrir e instigar as atividades criminosas de Henry. Foi forçado a deixar o Exército depois do suicídio de Henry.

henry, joseph (1846-1898) Filho de um agricultor com educação rudimentar e da filha de um estalajadeiro, Henry entrou para o Exército como soldado raso e ascendeu na carreira, servindo como ajudante de ordens do general de Miribel; apadrinhado por este, foi designado para servir na Seção de Estatística em 1877, para onde tornou a ser designado em 1893, menos de um ano antes de Dreyfus. Henry teve papel fundamental no Caso Dreyfus. Foi ele quem cometeu perjúrio perante a corte marcial de Paris, afirmando em seu depoimento ter sabido, por uma fonte da inteligência, que Dreyfus era o traidor no Estado-Maior. Também foi ele quem forjou o *faux Henry* e organizou a campanha para forçar Picquart a sair do Exército e proteger Esterhazy. Seu suicídio em 31 de agosto de 1898 tornou

inevitáveis a revisão do julgamento da corte marcial de Paris e por fim a absolvição de Dreyfus.

Jaurès, Jean (1859-1914) Assim como Henry, era filho de agricultor. Jaurès foi aluno brilhante e conquistou o primeiro lugar no competitivo exame de admissão da prestigiosa École Normale Supérieure. Aprovado em outro exame competitivo, *agrégation* em filosofia, foi lecionar filosofia em um liceu em Albi e em seguida na Universidade de Toulouse. Logo se voltou para o jornalismo e para a política socialista. Ao se convencer da inocência de Dreyfus, saiu em sua defesa com artigos devastadores publicados no jornal *La Petite République* e mais tarde reunidos em livro sob o título *Les preuves*. Seu magistral discurso em 1903 perante a Câmara dos Deputados preparou o caminho para a revisão judicial da corte marcial de Rennes. Em 1905 Jaurès tornou-se líder do movimento socialista francês. Fortemente convencido da universalidade do movimento socialista do operariado, continuou a preconizar melhores relações entre França e Alemanha e a clamar por uma greve dos trabalhadores alemães contra a guerra. Foi assassinado em 1914 por um nacionalista fanático.

Lazare, Bernard (1865-1903) Lazare Marcus Manassé Bernard (adotou o nome Bernard Lazare) nasceu em uma família burguesa assimilada que observava as principais celebrações judaicas, mas que não ia além disso em matéria de religião. Depois de estudar em Paris, na École des Chartes, ele se inclinou para o anarquismo e ganhou renome como crítico literário independente e sagaz. Nos anos 1880, voltou-se para causas judaicas e publicou

L'Antisémitisme, son histoire et ses causes (1894). Mathieu Dreyfus recrutou-o na primavera de 1895 para ajudar a atrair intelectuais para a causa de seu irmão e logo depois lhe pediu que redigisse um livreto demonstrando a ilegalidade do julgamento da corte marcial de Paris. O resultado foi *Une Erreur judiciaire: La Vérité sur l'Affaire Dreyfus*, que foi distribuído em 6 de novembro de 1896 a membros da Câmara dos Deputados e do Senado e também a intelectuais eminentes. Foi a primeira demonstração racional — e irrefutável — da necessidade de uma revisão judicial do julgamento.

mercier du paty de clam, armand (1853-1916) Rebento de uma família antiga e formado pela academia militar Saint-Cyr e pela École d'État-Major (predecessora da École Supérieure de Guerre), Du Paty foi vice-chefe de um dos departamentos do Estado-Maior. Foi ele quem ditou o texto do *bordereau* a Dreyfus no dia em que este foi preso e quem atuou como oficial encarregado da investigação preliminar do Caso Dreyfus. Redigiu o memorando que acompanhou o dossiê secreto mostrado aos juízes da corte marcial de Paris e entregou o dossiê ao presidente do tribunal. Exibicionista, arrogante, extremamente imaginativo e dado a se travestir, Du Paty foi ludibriado por Gonse e Henry de modo a assumir um papel importante na trama para proteger Esterhazy e arruinar Picquart. Foi preso em junho de 1899, sob acusações de falcaturia, mas elas foram rejeitadas. Depois do suicídio de Henry, Du Paty foi mandado para a reserva inativa e em 1904 foi reformado compulsoriamente. Ofereceu-se como voluntário quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial, pediu que lhe

designassem para lutar na frente de batalha e morreu de ferimentos em combate.

mercier, auguste (1833-1921) General e ministro da Guerra de dezembro de 1893 a janeiro de 1895, Mercier foi a principal força por trás da condenação de Dreyfus pela corte marcial de Paris, providenciando para que Du Paty entregasse o dossiê secreto aos juízes da corte marcial. Permaneceu como oponente da revisão judicial do julgamento e teve papel importante na obtenção do veredicto de culpa na corte marcial de Rennes. Continuou a perseguir Dreyfus depois de ser eleito para o Senado em 1902 e se opôs à lei que reabilitou Dreyfus e o reintegrou ao Exército.

paléologue, maurice (1859-1944) Jovem, brilhante e singularmente bem relacionado diplomata francês, Paléologue atuou na ligação do Ministério das Relações Exteriores com a Seção de Estatística e como representante do ministério no julgamento de Zola por difamação, na revisão pela Corte de Cassação da corte marcial de Paris e na corte marcial de Rennes. Suas memórias sobre o caso, *Journal de l’Affaire Dreyfus, 1894-1899*, foram publicadas postumamente em 1955. Paléologue era bom escritor e fez das suas anotações diárias durante aquele período uma narrativa vívida, mas, exceto pelas mudanças editoriais que ele possa ter feito para lançar sobre si mesmo uma luz mais favorável, não há razão para duvidar de que o diário representa sua percepção dos eventos como eles aconteceram. Antes de se aposentar, Paléologue atingiu o

mais alto degrau da carreira diplomática francesa: o posto de secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores.

picquart, georges (1854-1914) Oficial exemplar que teve a carreira interrompida por quase dez anos por sustentar que Dreyfus era inocente, Picquart foi um dos heróis do Caso Dreyfus. Ele descobriu que Esterhazy era o autor do *bordereau* e que nada no dossiê secreto incriminava Dreyfus, e assim tornou inevitável que Dreyfus finalmente viesse a ser absolvido. Reintegrado ao Exército em 1906 com a patente de general de brigada, serviu como ministro da Guerra de Clemenceau. Após a queda do gabinete de Clemenceau, foi designado para um comando de linha e morreu em 14 de janeiro de 1914 de ferimentos sofridos ao cair de um cavalo.

scheurer-kestner, auguste (1833-1899) Reverenciado veterano da política francesa nas duas últimas décadas do século XIX e ferrenho defensor da república, Scheurer foi nomeado senador vitalício e era vice-presidente do Senado na época do Caso Dreyfus. Não teve êxito em sua candidatura à reeleição em janeiro de 1898 por proclamar a inocência de Dreyfus e clamar pela revisão judicial da corte marcial de Paris. Foi o grande responsável por convencer Émile Zola de que Dreyfus era inocente e recrutá-lo para a causa dreyfusista. Scheurer morreu no dia em que Dreyfus recebeu o perdão presidencial.

schwartzkoppen, maximilian von (1850-1917) Adido militar da embaixada italiana em Paris de 10 de dezembro de 1891 a 11 de novembro de 1897, quando foi chamado de

volta à Alemanha para comandar um regimento da Guarda Imperial, Schwartzkoppen era o contratante dos serviços de espionagem de Esterhazy. Seu descuido com dois documentos importantes, o *bordereau* e o *petit bleu*, levou à acusação de traição contra Dreyfus e finalmente ao desmascaramento de Esterhazy. Ele escreveu suas recordações sobre o caso e o papel que desempenhou nele em 1903, mas só em 1930 elas foram publicadas, com um longo comentário do editor. Schwartzkoppen ascendeu na carreira até a patente de general de divisão de infantaria. Em 1916 comandou uma divisão de infantaria na frente oriental da Alemanha e morreu de uma doença contraída em serviço.

zola, émile (1840-1902) Zola divide com Mathieu Dreyfus e Picquart o crédito pela absolvição final de Dreyfus. Escritor de talento prodigioso, é mais conhecido por *Thérèse Raquin*, escrito antes de ter iniciado a série de vinte romances *Rougon-Macquart*, e pelos romances *La curée*, *L'Assommoir*, *Nana* e *Germinal*, todos eles parte da série. A publicação de "J'accuse", sua carta aberta ao presidente da república, em 13 de janeiro de 1898, foi um momento decisivo no Caso Dreyfus, levando diretamente ao processo por difamação contra Zola, que serviu como um foro no qual o público foi posto a par da nulidade das acusações contra Dreyfus e das maquinações do Estado-Maior.

Cronologia

1859

9 out.

Alfred Dreyfus nasce em Mulhouse, Alsácia, na época pertencente à França. É o mais novo dos sete filhos de Raphael e Jeannette (nascida Libman) Dreyfus.

1878

Dreyfus é admitido na École Polytechnique. Classifica-se em 182º lugar entre os 236 aprovados no exame de admissão.

1880

Dreyfus forma-se na École Polytechnique em 128º lugar entre 235 formandos e é admitido como segundo-tenente na École d'Application de l'Artillerie et du Génie (Escola de Artilharia e Engenharia). Classifica-se em 38º lugar dentre 103 aprovados; ao formar-se, sua classificação é a de 32º lugar entre 97 formandos.

1889

Dreyfus é promovido a capitão.

1890

Alfred Dreyfus casa-se com Lucie Hadamard (1870-1945). É admitido na École Supérieure de Guerre.

1892

Dreyfus forma-se na École Supérieure de Guerre, em nono lugar numa classe de 81 alunos.

1893

1º jan.

Dreyfus começa a servir como oficial em treinamento no Estado-Maior do Exército francês. Classificação é a de 32º lugar entre 97 formandos.

20 jul.

O major Ferdinand Walsin-Esterhazy oferece seus serviços ao adido militar alemão, Maximilian von Schwartzkoppen.

25 set.

O documento conhecido como *bordereau* chega à Seção de Estatística do Ministério da Guerra (a seção de inteligência e contrainteligência do Estado-Maior) pela “via normal” — a

sra. Bastian, faxineira da embaixada alemã que é paga pela Seção de Estatística. Ela pegou o documento no cesto de papéis de Schwartzkoppen. O *bordereau* destina-se a documentar a entrega de segredos militares franceses a Schwartzkoppen.

- 6 out. Após rápida investigação, que inclui uma comparação pelo major Du Paty de Clam da caligrafia de Dreyfus e da caligrafia do *bordereau*, os oficiais que procuram o traidor concluem que é Dreyfus o autor do documento.
- 15 out. Dreyfus é detido sob acusação de alta traição e mantido incomunicável na prisão militar na rua du Cherche-Midi. Du Paty é incumbido da investigação preliminar secreta. No fim do mês, informa seus superiores de que a única evidência a incriminar Dreyfus (o *bordereau*) é fraca.
- 31 out. A agência oficiosa de notícias Havas anuncia a prisão de um oficial francês acusado de espionagem. Um jornal diário, *Le Soir*, identifica Dreyfus como o oficial que está sendo acusado.
- 1º nov. Um destacado artigo sobre Dreyfus é publicado no jornal direitista e antisemita *La Libre Parole*. Tem início uma veemente campanha contra Dreyfus nesse jornal e em publicações semelhantes, entre elas *L'Intransigeant*, *Le Petit Journal* e *L'Éclair*, que sem dúvida estão recebendo informações passadas em segredo por oficiais da Seção de Estatística para forçar o governo a processar o "traidor" judeu.
- 7 nov. Dreyfus torna-se alvo de uma investigação oficial. Três de cinco grafologistas consultados declaram ser dele a caligrafia do *bordereau*.
- 19 dez. Tem início o julgamento da corte marcial. O advogado de Dreyfus é Edgar Demange. Apesar de objeções de Demange, os juízes impõem o julgamento a portas fechadas.
- 22 dez. No último dia das audiências, alertado de que o caso anda mal para a promotoria, o general Mercier, ministro da Guerra, instrui Du Paty a entregar secretamente ao presidente do tribunal um conjunto de documentos conhecido como dossiê secreto, com ordem para que ele o mostre aos demais membros do tribunal. Incluída no dossiê

está a cópia de uma carta do adido militar italiano a Schwartzkoppen referindo-se ao “canalha do D.” e a um memorando de Du Paty que dá ao conteúdo do dossiê um viés incriminativo. Nem Dreyfus nem Demange são informados da existência ou da entrega do dossiê. Aparentemente, nem os juízes militares nem o major Picquart, que todo dia relata os eventos do tribunal ao ministro da Guerra e ao general Boisdeffre, chefe do Estado-Maior, compreendem que a entrega do dossiê constitui uma violação criminosa dos direitos de Dreyfus. Os juízes militares declaram, por unanimidade, Dreyfus culpado e o sentenciam à degradação militar, deportação e prisão perpétua em local fortificado.

31 dez. É rejeitado o recurso de Dreyfus do julgamento da corte marcial.

1895

5 jan. A cerimônia de degradação de Dreyfus realiza-se no pátio principal da École Militaire.

15 jan. Casimir Perier, presidente da república francesa, renuncia e é sucedido em 17 de janeiro por Félix Faure.

17 jan. Antes de entregar o cargo, Mercier queima o memorando de Du Paty incluído no dossiê secreto, na presença do tenente-coronel Sandherr, chefe da Seção de Estatística; dá a este o restante do dossiê com instrução para que torne a arquivar cada documento na pasta de onde havia sido retirado, e exige que seus subordinados — Sandherr, o general Boisdeffre, o general Gonse, Du Paty e o major Henry — deem a palavra de que nunca revelarão o que aconteceu antes e durante a corte marcial de Dreyfus. Ordena também a destruição de todas as outras cópias do memorando de Du Paty. Sandherr, desobedecendo à ordem de Mercier, acrescenta sua cópia pessoal do memorando de Du Paty aos documentos do dossiê e guarda todos eles em um envelope selado que mantém em seu escritório.

21 fev. Dreyfus embarca no navio-prisão que o levará para a ilha do Diabo.

Mais ou menos na mesma época, o presidente Faure explica a seu amigo e médico dr. Joseph Gilbert que Dreyfus foi condenado com base em evidências secretas entregues aos juízes militares, e não por causa do

bordereau ou de qualquer coisa que tenha ocorrido durante o julgamento. Gilbert repete essa conversa para Mathieu Dreyfus, que está à procura de algum modo de reverter o julgamento da corte marcial e absolver Dreyfus.

mar.-
abr. Demange obtém do ministro da Justiça, Ludovic Trarieux, a confirmação do rumor de que os juízes militares tinham visto uma carta que se referia ao “canalha do D.”.

jun. Mathieu Dreyfus contrata Bernard Lazare, jovem crítico literário em ascensão, para ajudá-lo a estimular o apoio a Alfred entre escritores e outros intelectuais e a preparar um memorando demonstrando que Alfred Dreyfus foi condenado em razão de um erro judiciário.

1º jul. O tenente-coronel Georges Picquart substitui Sandherr na chefia da Seção de Estatística.

1896

20 fev. Esterhazy visita Schwartzkoppen na embaixada alemã. O adido expressa insatisfação com os serviços de Esterhazy e ameaça encerrar o relacionamento.

Uma carta expressa (o *petit bleu*) endereçada a Esterhazy é encontrada no cesto de papéis de Schwartzkoppen e entregue à Seção de Estatística pela “via normal”.

começo
de mar. Reconhecendo sua importância, Picquart põe Esterhazy sob vigilância policial e começa a investigar suas atividades recentes.

verão Depois de obter amostras da caligrafia de Esterhazy, Picquart compara-as com a caligrafia do *bordereau* e constata que são idênticas. Também estuda os documentos do dossiê secreto e percebe que ele nada contém que possua valor probatório. Assim, é forçado a concluir que Dreyfus é inocente e que o traidor é Esterhazy.

1º set. Picquart escreve o primeiro relatório oficial a seus superiores explicitando suas descobertas e em seguida tenta, em vão, convencê-los da inocência de Dreyfus e da culpa de Esterhazy. Exorta os generais Gonse e Boisdeffre a tomar providências imediatas para corrigir o erro cometido contra Dreyfus, pelo bem da reputação do Exército. Os

generais são inflexíveis: querem a todo custo evitar a revisão judicial da corte marcial de 1894.

- 3 set. Um jornal britânico anuncia que Dreyfus escapou da ilha do Diabo, notícia inventada por um jornalista que Mathieu Dreyfus contratara para manter o caso na lembrança do público. O resultado é a imposição a Dreyfus de um regime particularmente cruel, para impedir uma fuga. Por seis semanas ele é mantido acorrentado à cama durante a noite.
- 9 e 14 set. *L'Éclair*, um jornal de direita antissemita, publica dois artigos sobre a entrega do dossiê secreto aos juízes militares, revelando seu conteúdo e o texto aproximado do *bordereau*. O propósito do jornal é dissipar dúvidas quanto à culpa de Dreyfus e extinguir quaisquer sentimentos de comiseração pelo "traidor". O artigo de 15 de setembro afirma que a carta com referência ao "canalha do D." é uma clara referência a Dreyfus.
- 18 set. A esposa de Dreyfus, Lucie, entrega à Câmara dos Deputados uma petição de revisão judicial da sentença da corte marcial com base nas revelações do *Éclair*.
- 27 out. O general Billot, ministro da Guerra, ordena a Picquart que siga para o leste da França e para a Tunísia em uma viagem de inspeção. Mas não determina a data da partida.
- 2 nov. O major Henry, vice-chefe da Seção de Estatística comandada por Picquart, entrega ao general Gonse uma carta supostamente escrita pelo adido militar italiano a Schwartzkoppen, mas na verdade forjada por Henry de modo a incriminar Dreyfus irrefutavelmente. A carta torna-se conhecida como *faux Henry*. Embora Picquart ainda seja o titular na chefia da Seção de Estatística, nem Henry nem Gonse, tampouco o chefe do Estado-Maior, general Boisdeffre, mostram a ele esse documento.
- 6 nov. O livreto *Une Erreur judiciaire: La Vérité sur l'Affaire Dreyfus*, de Bernard Lazare, é publicado e amplamente distribuído às elites francesas.
- 10 nov. O jornal diário *Le Matin* publica um fac-símile do *bordereau*. Revela a entrega ilegal do dossiê secreto aos juízes militares em 1894 e menciona a carta que se refere ao "canalha do D."
- 16 nov. Picquart deixa Paris.

14 dez. Henry forja a carta “Speranza”, remete-a a Picquart e a intercepta antes que chegue ao destinatário. É a primeira das falsificações com texto ambíguo que ele envia a Picquart, intercepta e mostra a Gonse e Boisdeffre. Elas são usadas para desacreditar Picquart perante os generais e construir um processo criminal contra ele com base na acusação de Henry de que Picquart está mancomunado com a família Dreyfus e revelando informações secretas.

1897

abr. Picquart escreve um adendo a seu “testamento”: uma exposição sobre o que ele veio a conhecer a respeito do caso. Esse documento e cartas que Gonse lhe enviou são postos em um envelope selado que apenas o presidente da república está autorizado a abrir.

jun. Picquart vai a Paris de licença e, preocupado com a trama de Henry contra ele, confia a seu advogado e amigo Louis Leblois que sabe da inocência de Dreyfus e da culpa de Esterhazy, porém não lhe conta a respeito do *petit bleu*. Entrega a Leblois o envelope destinado ao presidente da república, autorizando-o a revelar as informações a uma autoridade do governo, se necessário.

13 jul. Leblois diz a Auguste Scheurer-Kestner, vice-presidente do Senado, tudo o que Picquart lhe revelou, mas impõe onerosas restrições ao uso das informações por Scheurer. No dia seguinte, Scheurer anuncia a colegas do Senado sua intenção de liderar uma campanha pela reabilitação de Dreyfus.

ago.- set. Passa a ser de conhecimento geral entre os políticos e jornalistas que Scheurer acredita na inocência de Dreyfus e está em posse de um conjunto de documentos que comprovam sua posição.

17 out. Uma carta assinada “Espérance” é enviada a Esterhazy, alertando-o das acusações que estão prestes a ser feitas contra ele. O mais provável autor é Henry, que talvez tenha ditado a carta à esposa. É o início da colaboração da Seção de Estatística com o verdadeiro traidor e dos esforços para protegê-lo, que incluirão contatos secretos entre Esterhazy, Henry e Du Paty.

fim de Através de contatos com Leblois e Scheurer, Émile Zola é

- out.—
começo
de nov. convencido da inocência de Dreyfus e se lança na luta por sua reabilitação. O corretor de valores J. de Castro vê um fac-símile do *bordereau* e reconhece a caligrafia de Esterhazy, com quem ele fizera negócios. Castro informa Mathieu Dreyfus.
- 15 nov. Mathieu Dreyfus denuncia Esterhazy em carta ao ministro da Guerra, general Billot. O texto da carta é entregue à imprensa.
- 17 nov. O general Billot ordena uma investigação preliminar de Esterhazy ao general Georges de Pellieux; este conclui que nada há contra Esterhazy, mas que Picquart parece culpado. Pellieux baseia seu parecer nos telegramas forjados “interceptados” e em sua opinião de que o *petit bleu* não é autêntico.
- 25 nov. Horrorizado com a campanha de difamação contra Scheurer na imprensa nacionalista e antisemita, Zola publica uma vigorosa defesa no *Figaro*, intitulada “M. Scheurer-Kestner”. Nos dois meses seguintes, publica cinco veementes ensaios exigindo justiça para Dreyfus.
- 4 dez. Apesar da descoberta do general Pellieux, o ministro da Guerra ordena ao major Ravary que proceda a uma investigação formal de Esterhazy. Nesse mesmo dia, o ministro faz um discurso na Câmara dos Deputados declarando que Dreyfus foi condenado com justiça.
- 7 dez. Scheurer questiona o governo sobre o Caso Dreyfus no recinto do Senado, mas, eclipsado por Billot, seus esforços fracassam.
- 31 dez. Ravary conclui que o processo contra Esterhazy deve ser extinto.
- 1898
- 1º jan. Esterhazy recebe ordem de se submeter a uma corte marcial, medida que ele próprio solicitara com incentivo de seus manipuladores do Estado-Maior.
- 4 jan. Picquart apresenta queixa criminal contra o autor ou autores desconhecidos dos telegramas forjados que ele recebeu.
- 10-11 jan. Realiza-se a corte marcial de Esterhazy, que é absolvido por unanimidade.
- 13 jan. “J'accuse” de Zola é publicado no jornal *L'Aurore*, cujo editor político é Georges Clemenceau. Picquart é sentenciado a

sessenta dias de prisão, aos quais deve se seguir, por recomendação de Pellieux, uma comissão de inquérito formal.

- 7 fev. Tem início o julgamento de Zola por difamação contra os oficiais da corte marcial. A defesa consegue transformar o Estado-Maior e o general Mercier nos verdadeiros réus.
- 23 fev. Zola é condenado com a pena máxima: um ano de prisão e multa de 3 mil francos.
- 24 fev. Em discurso linha-dura perante a Câmara dos Deputados, o primeiro-ministro Jules Méline declara encerrados os casos Dreyfus e Zola.
- 26 fev. Picquart é afastado do Exército por quatro votos a um da comissão militar.
- 2 abr. A condenação de Zola é revertida por vício de forma.
- 23 maio Tem início o segundo julgamento de Zola por difamação.
- 28 jun. Novo gabinete é formado por Pierre Brisson, com Godefroy Cavaignac como ministro da Guerra. Cavaignac está convicto da culpa de Dreyfus. É hostil a Zola e Picquart e tenciona esmagar os dreyfusistas revelando os documentos que provam a culpa de Dreyfus.
- 7 jul. Cavaignac fala à Câmara dos Deputados, lê os documentos do dossiê secreto, entre eles o *petit bleu*, e ameaça tomar medidas repressivas contra os dreyfusistas. O discurso é recebido com entusiasmo, e cartazes reproduzindo seu texto são exibidos por toda a França por ordem da Câmara.
- 8 jul. Jean Laurès publica uma carta aberta a Cavaignac em *La Petite République* anunciando que refutará cada elemento de prova apresentado pelo ministro da Guerra. Cumpre a promessa em uma série de artigos publicados até 20 de setembro e logo republicados em forma de livro sob o título *Les preuves*.
- 9 jul. Picquart escreve ao primeiro-ministro oferecendo-se para provar que dois dos documentos lidos por Cavaignac na Câmara dos Deputados não se referem a Dreyfus e que o terceiro, o *faux Henry*, é uma falsificação. A carta é reproduzida no jornal parisiense *Les Temps*.
- 12 jul. Cavaignac apresenta queixa criminal contra Picquart e Leblois, alegando que Picquart deu a Leblois acesso a

segredos militares.

- 13 jul. Picquart é detido e encarcerado na prisão da Santé em Paris.
- 18 jul. O segundo julgamento de Zola por difamação termina com nova condenação, e ele é sentenciado a um ano de prisão e a uma multa. Zola foge para Londres.
- 13 ago. Um dos assistentes de Cavaignac, capitão Louis Cuignet, examina atentamente o *faux Henry* e constata que é falsificado.
- 30 ago. Henry confessa a Cavaignac que forjou o *faux Henry*. Boisdeffre demite-se do Exército.
- 31 ago. Preso na fortaleza de Mont-Valérien, Henry se suicida.
- 3 set. Cavaignac renuncia como ministro da Guerra. Lucie Dreyfus apresenta ao governo a petição de revisão judicial da sentença da corte marcial de 1894.
- 4 set. Esterhazy, expulso do Exército, foge para a Bélgica e de lá para a Inglaterra.
- 21 set. Picquart é transferido da prisão civil da Santé para a prisão militar da rua du Cherche-Midi, onde deve aguardar a corte marcial sob a acusação de ter forjado o *petit bleu*.
- 26 set. Após sucessivas renúncias de três ministros da Guerra que não quiseram aprovar a petição do governo para a revisão da sentença de 1894, um novo ministro da Guerra dá sua aprovação, e o ministro da Justiça finalmente transmite a petição de Lucie Dreyfus à Corte de Cassação.
- 29 out. A Corte de Cassação ordena uma investigação completa do julgamento de 1894.
- 16 nov. Dreyfus é notificado por telegrama de que a petição foi aceita pela Corte de Cassação. É convidado a preparar sua defesa.
- 1899
- 3 jun. A câmara unificada da Corte de Cassação reverte a sentença de 1894 e baixa o processo de Dreyfus para a corte marcial de Rennes.
- 5 jun. Zola retorna à França.
- 9 jun. Dreyfus inicia a viagem da ilha do Diabo para a França a bordo do cruzador *Sfax*. Picquart é autorizado a deixar a

- prisão da Santé, para onde fora transferido em março da prisão do Cherche-Midi.
- 13 jun. São rejeitadas as acusações contra Picquart e Leblois.
- 1^o jul. Dreyfus desembarca na França e é transferido para a prisão militar em Rennes.
- 8 ago. Tem início a corte marcial de Rennes.
- 14 ago. Fernand Labori, amigo de Zola e advogado de Dreyfus, é ferido a bala; o agressor nunca foi preso.
- 9 set. O tribunal militar, por cinco votos a dois, declara Dreyfus culpado com circunstâncias atenuantes e o sentencia a dez anos de prisão. No dia seguinte, os juízes expressam o desejo de que ele seja poupado de uma segunda degradação militar.
- 19 set. Dreyfus recebe o perdão presidencial. Em pronunciamento público, declara sua determinação de prosseguir na luta para limpar seu nome.
- 1900
- 14 dez. É aprovada uma lei de anistia para todos os crimes relacionados ao Caso Dreyfus. Para que possa buscar a revisão do julgamento de Rennes, Dreyfus é excluído dos efeitos dessa lei.
- 1902
- 29 set. Zola morre.
- 1904
- 5 mar. A Corte de Cassação aceita a petição do governo para a revisão da sentença de Rennes com base na descoberta de novos fatos, inclusive falsificações adicionais no dossiê apresentado aos juízes militares.
- 1906
- 11 jun. A Corte de Cassação vota unanimemente pela reversão do julgamento de Rennes, com 31 votos a 18 para que o processo não seja baixado. A sentença da corte é lida no dia seguinte em tribunal aberto.
- 13 jun. Aprovada legislação reintegrando Dreyfus ao Exército como major e Picquart como general de brigada.
- 20 jun. Dreyfus é feito cavaleiro da Legião de Honra em cerimônia realizada no pátio da École Militaire.

1907

26 jun. Dreyfus reforma-se no Exército.

1908

4 jun.

Os restos mortais de Zola são transferidos para o Panteão. Dreyfus, que comparece à cerimônia com a mulher e os filhos, é ferido a bala por um jornalista radical de direita. O atirador é absolvido com a justificativa de que o ataque foi motivado por uma emoção violenta e, portanto, não premeditado.

1935

12 jul. Dreyfus morre em sua casa em Paris.

Notas

1. “se não tiverem recebido ordem de condená-lo, ele será absolvido esta noite” (pp. 17-56)

Título: O advogado de Dreyfus, Edgar Demange, falando a Mathieu Dreyfus imediatamente antes da última sessão da corte marcial de 1894, citado em Mathieu Dreyfus, *L’Affaire telle que je l’ai vécue* (Paris, Bernard Grasset, 1978), p. 43.

1. Maximilian von Schwartzkoppen, *Les Carnets de Schwartzkoppen (La Vérité sur Dreyfus)*, ed. Bernhard Schwertfeger, trad. A. Koyré (Paris, Rieder, 1930), p. 19.

2. Schwartzkoppen afirmou que na verdade nunca recebeu o *bordereau* e aventou que o documento teria sido roubado de sua caixa postal na embaixada por um dos agentes da Seção de Estatística e depois rasgado em pedaços para dar a impressão de que fora pego em seu cesto de papéis (*Carnets de Schwartzkoppen*, p. 24).

3. Maurice Paléologue, *Journal de l’Affaire Dreyfus, 1894-1899* (Paris, Plon, 1955), p. 7.

4. *Ibid.*, p. 28.

5. Memórias de Dreyfus, citado em Vincent Duclert, *Alfred Dreyfus: L’Honneur d’un patriote* (Paris, Fayard, 2006), p. 125.

6. Duclert, *Dreyfus*, p. 321. Sou grato ao sr. Duclert pela avaliação dos dias que antecederam a decisão de realizar a corte marcial.

7. Ver Marcel Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus* (Paris, Fayard, 1961), pp. 137-9.

8. Schwartzkoppen, *Carnets de Schwartzkoppen*, pp. 43-4.

9. Alfred Dreyfus, *Cinq années de ma vie* (1901, Paris, Maspero, 1982), p. 66.

10. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, p. 105, n. 1.

11. *Ibid.*, p. 40.

12. Léon Blum, *Souvenirs sur l’Affaire* (Paris, Gallimard, 1981), p. 34.

13. Physicians for Human Rights, "Broken laws, broken lives: Medical evidence of torture by the U.S.", http://brokenlives.info/?page_id=69 (acessado em 5 jul. 2008); "Senate Armed Services Committee Inquiry into the Treatment of Detainees in U.S. Custody", http://www.armed-services.senate.gov/Publications/EXEC%20SUMMARY-CONCLUSIONS_For%20Release_12%20December%202008.pdf (acessado em 20 dez. 2008); U.S. Department of Defense news release, 16 dez. 2008, <http://www.defenselink.mil/releases/release.aspx?releaseid=12394> (acessado em 30 dez. 2008).

14. Mark Mazzetti, "cia destroyed two tapes showing interrogations", *New York Times*, 7 dez. 2007; Michelle Shephard, "Ottawa reverses torture stance", *Toronto Star*, 20 jan. 2008, <http://www.thestar.com/News/Canada/article295706> (acessado em 25 jan. 2008); House of Commons Foreign Affairs Committee, *Human Rights Annual Report, 2007*, <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200708/cmselect/cmfaaff/533/533.pdf> (acessado em 1º ago. 2008).

15. "Camp Delta Standard Operating Procedures" [Procedimentos Operacionais Regulamentares de Camp Delta, sop], <https://secure.wikileaks.org/leak/gitmo-sop-2004.pdf> (acessado em 19 dez. 2008); *Consigne pour le service de la déportation à l'Île du Diable*, incluído em fac-símile no final de Dreyfus, *Cinq années de ma vie*.

16. Brookings Institution, "The current detainee population of Guantánamo: An empirical study", http://www.brookings.edu/reports/2008/1216_detainees_wittes.aspx (acessado em 30 dez. 2008); ordem do vice-secretário da Defesa Paul Wolfowitz, assinada em 4 de julho de 2004, <http://www.globalsecurity.org/security/library/policy/dod/d20040707review.pdf> (acessado em 30 dez. 2008).

17. Firouz Sedarat, "Al Jazeera Cameraman Released from Guantánamo", *International Herald Tribune*, 2 maio 2008, <http://www.ihrt.com/articles/reuters/2008/05/02/africa/OUKWD-UK-USA-GUANTANAMO-JAZEERA.php> (acessado em 25 set. 2008).

18. *Mohammed El Gharani v. George W. Bush*, Memorandum Order, U.S. District Court for the District of Columbia, 14 jan. 2009.

19. William Glaberson, "Panel convicts Bin Laden's Driver in split verdict", *New York Times*, 7 ago. 2008, http://www.nytimes.com/2008/08/07/washington/07gitmo.html?_r=1&scp=6&sq=Salim%20Ahmed%20Hamdan&st=cse (acessado em 22 dez. 2008); Reuters, "Yemen releases former Bin Laden driver from jail", *New York Times*, 12 jan. 2009, <http://www.nytimes.com/2009/01/12/world/middleeast/12yemen.html?scp=7&sq=Salim%20Ahmed%20Hamdan&st=cse> (acessado em 15 jan. 2009).

20. William Glaberson, "Case against 9/11 detainee is dismissed", *New York Times*, 14 maio 2008, <http://www.nytimes.com/2008/05/14/washington/14gitmo.html> (acessado em 25 de maio de 2008); Bob Woodward, "Detainee tortured, says U.S. official", *Washington Post*, 13 jan. 2009, <http://washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/01/13/AR2009011303372.html> (acessado em 15 jan. 2009).

21. "Former guard on Guantanamo 'torture'", *BBC News*, 9 jan. 2009, <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/7821569.stm> (acessado em 11 jan. 2009).

22. William Glaberson, "5 charged in 9/11 attacks seek to plead guilty", *New York Times*, 9 dez. 2008, <http://www.nytimes.com/2008/12/09/us/09gitmo.html?pagewanted=2&emc=eta1> (acessado em 12 dez. 2008).

23. Universidade de Quinnipiac, "November 12, 2008 — Voters say 'Yes, we can' with high hopes for Obama, Quinnipiac University National Polls finds; but most voters say he won't cut taxes", 12 nov. 2008, <http://www.quinnipiac.edu/x1295.xml?ReleaseID=1228> (acessado em 20 nov. 2008).

2. "o passado nunca está morto" (pp. 57-89)

Título: William Faulkner, *Requiem for a nun*.

1. Charles de Gaulle, *La France et son armée* (Paris, Plon, 1971), p. 224. Sou imensamente grato ao professor Geoffrey Wawro pelos subsídios sobre a Guerra Franco-Prussiana. Ver, em geral, Wawro, *The Franco-Prussian War: the German conquest of France in 1870-1871* (Cambridge, Cambridge University Press, 2003). O livreto de Paine conquistou popularidade imediata nas colônias norte-americanas e na Europa.

2. A versão de Bismarck do telegrama do rei tornou-se conhecida como Despacho de Bad Ems porque o rei escrevera para Bismarck de Bad Ems, onde estava em tratamento com águas medicinais.

3. Marcel Thomas, *L'Affaire sans Dreyfus* (Paris, Fayard, 1961), p. 12.

4. De Gaulle, *La France et son armée*, p. 231.

5. Ver Alfred Dreyfus, *Cinq années de ma vie* (1901, Paris, Maspero, 1982), e Mathieu Dreyfus, *L'Affaire telle que je l'ai vécue* (Paris, Grasset, 1978).

6. Sobre a população judaica, apenas estimativas estão disponíveis, pois desde 1872 o censo exclui perguntas relacionadas a religião. Além disso, cerca de 45 mil judeus viviam na Argélia, e a cidadania francesa foi concedida a judeus argelinos em 1870. Houve estudantes judeus na

École Polytechnique desde sua primeira turma de formandos (1794). Dreyfus tivera quatro colegas judeus em sua turma, dois deles filhos de rabino (Félix Perez, “Sociologie des élèves juifs reçus à l’X, 1794-1927”, <http://judaisme.sdv.fr/perso/polytech.htm> (acessado em 26 ago. 2008).

7. Joseph Reinach, *Histoire de l’Affaire Dreyfus*, 6 v. (Paris, Revue Blanche, 1901-8).

8. Uma envolvente descrição de como seria a vida de um oficial médico judeu no Exército austro-húngaro encontra-se em Joseph Roth, *The Radetzky March*, trad. Geoffrey Dunlop (Londres, Penguin, 1974).

9. Minha análise no presente parágrafo deve muito ao professor Michael R. Marrus. Ver Marrus, *The politics of assimilation: The French Jewish community at the time of the Dreyfus Affair* (Oxford, Clarendon, 1971).

10. Léon Blum, *Souvenirs sur l’Affaire* (Paris, Gallimard, 1981), pp. 42-3, reticências no original.

11. Marrus, *Politics of assimilation*, pp. 208-9.

12. Charles Péguy, *Notre jeunesse* (Paris, Gallimard, 1957), p. 87

13. Léon Daudet, *Panorama de la III^e République, 1870-1936* (Paris, Gallimard, 1936), p. 186.

3. “que lhe importa se esse judeu permanecer na ilha do diabo?” (pp. 90-127)

Título: General Arthur Gonse ao tenente-coronel Georges Picquart, citado em Marcel Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus* (Paris, Fayard, 1961), p. 280.

1. Mathieu Dreyfus, *L’Affaire telle que je l’ai vécue* (Paris, Fayard, 1971), p. 47.

2. Léon Blum, *Souvenirs sur l’Affaire* (Paris, Gallimard, 1981), p. 40.

3. Mathieu Dreyfus, *L’Affaire telle que je l’ai vécue*, p. 83.

4. Bernard Lazare, *Une Erreur judiciaire: La Vérité sur l’Affaire Dreyfus* (Paris, P.-V. Stock, 1897). Michael R. Marrus, um dos melhores historiadores do período, ressalta: que “não fosse pela publicação [da brochura de Lazard] o próprio Caso poderia ter sido esquecido” (Marrus, *The politics of assimilation: the French Jewish community at the time of the Dreyfus Affair*, Oxford, Clarendon, 1971, p. 206).

5. Ver Francis de Pressensé, *Un Héro — Le Colonel Picquart* (Paris, P.-V. Stock, 1899). Pressensé foi um diplomata, jornalista e político socialista francês, além de autor de várias obras de história e política.

6. Maurice Paléologue, *Journal de l’Affaire Dreyfus, 1894-1899* (Paris, Plon, 1955), pp. 53-4.

7. Na cerimônia de degradação, Picquart aparentemente deu a seguinte resposta a um colega oficial que lhe perguntou por que Dreyfus prestara tanta atenção quando o trancelim dourado foi arrancado de seu

uniforme: “Ele estava pensando no peso: tantos gramas ao preço tal dá tanto” (Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus*, p. 235, n. 32).

8. Citado *ibid.*, p. 192.

9. *Ibid.*

10. Maximilian von Schwartzkoppen, *Les Carnets de Schwartzkoppen (La Vérité sur Dreyfus)*, ed. Bernhard Schwertfeger, trad. A. Koyré (Paris, Rieder, 1930), pp. 139-40.

11. Citado em Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus*, pp. 244, 248.

12. Citado *ibid.*, p. 280.

13. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, p. 55.

14. *Ibid.*, pp. 138-9.

15. Citado em Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus*, p. 295 (reticências no original).

16. Citado *ibid.*, p. 299.

17. Citado *ibid.*, p. 325.

18. Ferdinand Walsin-Esterhazy, *Les Dessous de l’Affaire Dreyfus* (Paris, Fayard Frères, 1898), p. 144.

19. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, pp. 219-20.

4. “a verdade marcha, e nada a deterá” (pp. 128-83)

Título: “Monsieur Scheurer-Kestner”, *Le Figaro*, 25 nov. 1897, coligido em Émile Zola, *La Vérité en marche: L’Affaire Dreyfus*, ed. Colette Becker (Paris, Flammarion, 1969), p. 123.

1. Zola, *La Vérité en marche*, p. 55.

2. *Ibid.*, pp. 73, 81, 89, 99.

3. Citado em Marcel Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus* (Paris, Fayard, 1961), p. 437 (reticências no original). “Ulanos” era o nome dado aos cavalarianos prussianos.

4. Citado *ibid.*, p. 444

5. Zola, *La Vérité en marche*, p. 111.

6. *Ibid.*, p. 124.

7. Artigo 35, lei de 29 de julho de 1881 sobre a liberdade de imprensa, “Grandes lois de la République”, <http://mjp.univ-perp.fr/france/1881presse.htm> (acessado em 20 jan. 2009).

8. Léon Blum, *Souvenirs sur l’Affaire* (Paris, Gallimard, 1981), p. 126.

9. Citado em Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus*, pp. 453-4.

10. Os preços alcançados em março de 1903 no leilão de nove quadros da primeira fase de Cézanne que haviam pertencido a Zola variaram de 600 a 4200 francos; ver Frederick Brown, *Zola: A life* (Nova York, Farrar, Straus and Giroux, 1995), p. 800, n. 2.

11. Maurice Paléologue, *Journal de l’Affaire Dreyfus, 1894-1899* (Paris, Plon, 1955), pp. 110-2.

12. Mathieu Dreyfus, *L’Affaire telle que je l’ai vécue* (Paris, Fayard, 1971), pp. 117-8.
13. Citado em Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus*, p. 461.
14. Citado *ibid.*, p. 161.
15. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, pp. 125, 134.
16. Citado em Blum, *Souvenirs sur l’Affaire*, p. 133; Jean Jaurès, *Les Preuves: L’Affaire Dreyfus* (Paris, La Découverte, 1998).
17. Citado em Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus*, p. 466; Jean Denis Bredin, *L’Affaire* (Paris, Julliard, 1983), p. 310.
18. Citado em Thomas, *L’Affaire sans Dreyfus*, p. 467.
19. Bredin, *L’Affaire*, pp. 324-5.
20. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, p. 172.
21. Ver a lei de 29 julho de 1881 sobre a liberdade de imprensa, artigo 38; questão para a corte marcial citada em Bredin, *L’Affaire*, p. 355.
22. Alfred Dreyfus, *Cinq années de ma vie* (1901; Paris, Maspero, 1982), pp. 202-3.
23. *Ibid.*, p. 205.
24. *Ibid.*, p. 212.
25. *Ibid.*, p. 213.
26. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, p. 197.
27. Citado em Michael Burns, *France and the Dreyfus Affair* (Boston, St. Martin’s, 1999), pp. 153-4.
28. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, p. 262.
29. Alfred Dreyfus, *Carnets, 1899-1906* (Paris, Calmann-Lévy, 1998), p. 173; Paléologue, *Journal de l’Affaire*, p. 223.
30. Citado em Burns, *France and the Dreyfus Affair*, p. 152.
31. Paléologue, *Journal de l’Affaire*, pp. 193, 210-1, 263 (reticências no original).
32. *Ibid.*, p. 264.
33. *Ibid.*, p. 222.
34. Citado em Mathieu Dreyfus, *L’Affaire telle que je l’ai vécue*, p. 243.
35. Charles Péguy, *Notre jeunesse* (Paris, Gallimard, 1957), p. 76.
36. *Ibid.*, p. 76.
37. *Ibid.*, pp. 232-3.
38. Citado em Bredin, *L’Affaire*, pp. 399-400.
39. Zola, *La Vérité en marche*, p. 159.
40. Citado em Alfred Dreyfus, *Carnets*, p. 261.
41. Alfred Dreyfus, *Carnets*, p. 273.
42. Franz Kafka, *Letters to Milena*, trad. inglesa de Philip Boehm (Nova York, Schocken, 1990), pp. 212-3. [Tradução para o português de Torrieri Guimarães.]

5. “dreyfus foi reabilitado, picquart chegou a ministro da guerra, e ninguém fez barulho” (pp. 184-199)

1. Léon Blum, *Souvenirs sur l’Affaire* (Paris, Gallimard, 1981), p. 78; Anatole France, *L’Île des pingouins* (Paris, Calmann-Lévy, 1927); France, *L’Anneau d’améthyste* (Paris, Calmann-Lévy, 1899); France, *M. Bergeret à Paris* (Paris, Calmann-Lévy, 1901); Roger Martin du Gard (1881-1958), grande escritor laureado com o Prêmio Nobel, é mais conhecido pela série *Les Thibault* em nove volumes (1921-40), e fez do caso um dos temas principais de *Jean Barois*. Lançado em 1913, *Jean Barois* fez grande sucesso, embora hoje pareça muito programático e rígido.

2. Marcel Proust, *Jean Santeuil* (Paris, Gallimard Quarto, 2001), pp. 567-9. [A tradução para o português dos trechos dessa obra citados neste livro é de Fernando Py.]

3. *Ibid.*, p. 603.

4. Marcel Proust, *La Fugitive*, v. 6 de Proust, *À la recherche du temps perdu*, p. 471. [Tradução de Fernando Py.]

5. Marcel Proust, *Le Côté de Guermantes*, v. 3 de Proust, *À la recherche du temps perdu*, pp. 220, 226. [Tradução de Mário Quintana.]

6. *Ibid.*, v. 7, p. 594. [Tradução de Lúcia Miguel Pereira.]

Copyright © 2009 by Louis Begley

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Why the Dreyfus affair matters

Capa

Elisa v. Randow

Foto de capa

Alfred Dreyfus. Rennes, França, 1899. Hulton Archive/ Getty Images

Preparação

Eliane de Abreu Santoro

Revisão

Valquíria Della Pozza

Ana Maria Barbosa

ISBN 978-85-8086-092-4

Todos os direitos desta edição reservados à editora schwarcz ltda.

Rua Bandeira Paulista 702 cj. 32

04532-002 — São Paulo — sp

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br